



**RELATÓRIO ANUAL DO SECRETÁRIO-GERAL**  
**JANEIRO – DEZEMBRO 2007**

Organização dos Estados Americanos  
Washington, DC

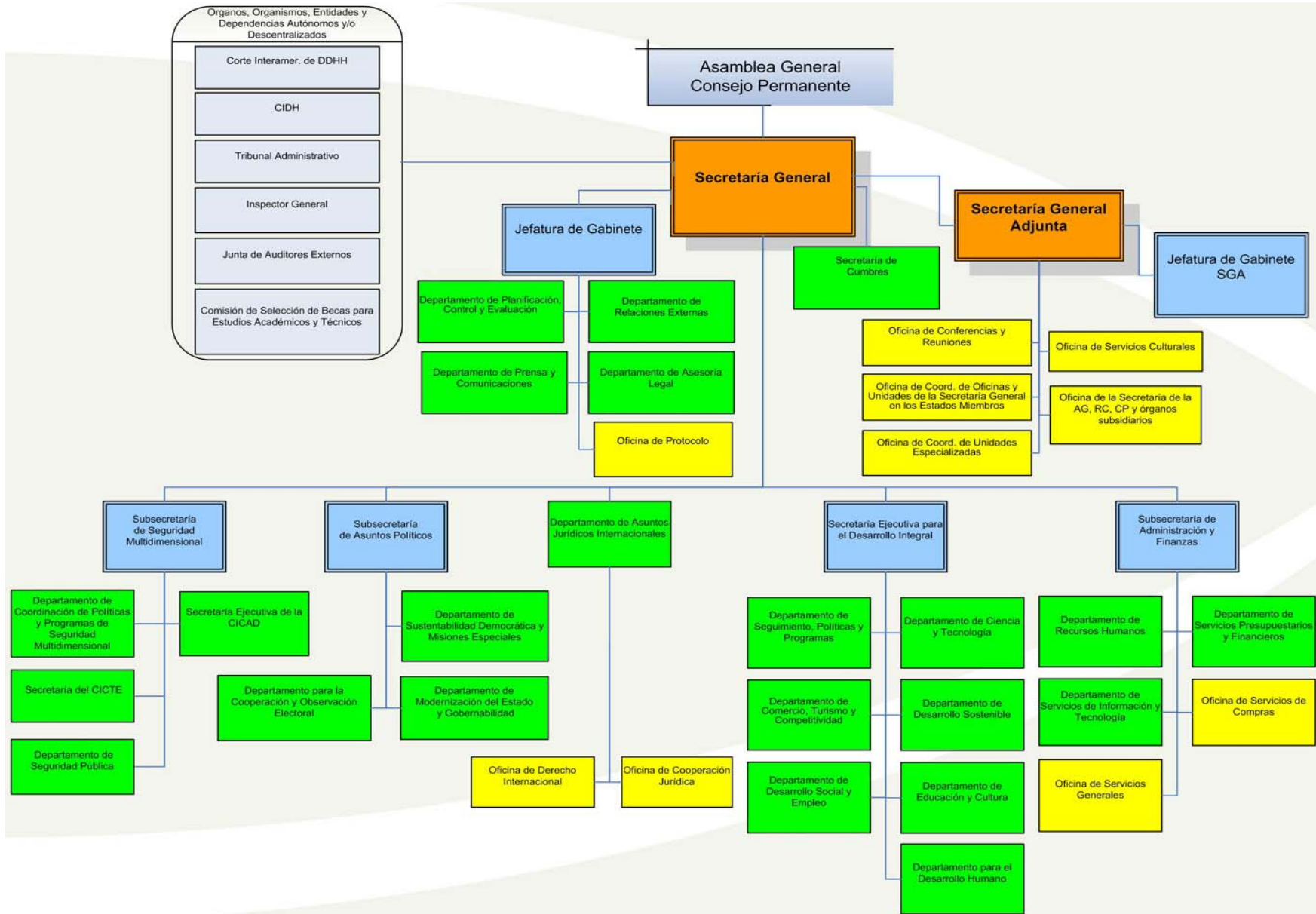
## ÍNDICE

I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS .....	1
1.1 ASSEMBLÉIA GERAL .....	2
1.2 CONSELHO PERMANENTE .....	9
1.3 CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CIDI)...12	
II. SECRETARIA-GERAL.....	16
2.1 Escritório do Secretário-Geral.....	17
2.1.1 Chefe de Gabinete do Secretario Geral.....	18
2.1.1.1 Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação (DPCE) .....	18
2.1.1.2 Departamento de Assessoramento Jurídico (DAL) .....	19
2.1.1.3 Departamento de Relações Exteriores (DRE) .....	21
2.1.1.4 Departamento de Imprensa e Comunicações .....	23
2.1.1.5 Escritório do Cerimonial .....	25
2.1.2 Secretaria de Cúpulas.....	26
2.2 ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO.....	28
2.2.1 Chefe de Gabinete do Secretario Geral Adjunto.....	29
2.2.1.1 Escritório de Conferências e Reuniões.....	29
2.2.1.2 Escritório de Serviços Culturais .....	30
2.2.1.3 Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral.....	34
2.3 SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS .....	35
2.3.1 Departamento de Prevenção de Crises e Missões Especiais (CPCME) .....	35
2.3.2 Departamento para a Cooperação e Observação Eleitoral (DCOE) .....	37
2.3.3 Departamento de Modernização do Estado e Governabilidade (DMEG) .....	40
2.4 SUBSECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL.....	44
2.4.1 Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas .....	49
2.4.2 Departamento de Educação e Cultura.....	51
2.4.3 Departamento de Ciência e Tecnologia .....	54
2.4.4 Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego .....	56
2.4.5 Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS).....	58
2.4.6 Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade .....	61
2.4.7 Departamento de Desenvolvimento Humano .....	64
2.5 SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL .....	68
2.5.1 Departamento de Coordenação de Políticas e Programas de Segurança Multidimensional .....	70

2.5.2 Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas .....	71
2.5.3 Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo.....	74
2.5.4 Departamento de Segurança Pública .....	77
2.6 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.....	81
2.6.1 Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros (DSPF) .....	81
2.6.2 Departamento de Recursos Humanos (DRH) .....	83
2.6.3 Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia (OSIT).....	87
2.6.4 Escritório de Serviços de Compras (OSC).....	89
2.6.5 Escritório de Serviços Gerais (OSG) .....	92
2.7 DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS.....	94
2.7.1 Escritório de Direito Internacional (ODI).....	95
2.7.2 Escritório de Cooperação Jurídica (OCJ) .....	96
III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS.....	98
3.1 Organização Pan-Americana da Saúde .....	100
3.2 Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente .....	104
3.3 Comissão Interamericana de Mulheres .....	108
3.4 Instituto Pan-Americano de Geografia e História.....	111
3.5 Instituto Indigenista Interamericano .....	115
3.6 Instituto Interamericano de Cooperação Para a Agricultura.....	117
IV. OUTROS ORGANISMOS INTERAMERICANOS.....	120
4.1 Comissão Jurídica Interamericana .....	121
4.2 Comissão Interamericana De Direitos Humanos .....	123
V. OUTRAS ENTIDADES, ORGANISMOS E DEPENDÊNCIAS AUTÔNOMAS E DESCENTRALIZADAS.....	127
5.1 Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais.....	128
5.2 Centro de Estudos da Justiça das Américas .....	129
5.3 Tribunal Administrativo.....	134
5.4 Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento .....	136
5.5 Junta de Auditores Externos .....	139
5.6 Junta Interamericana de Defesa .....	141
5.7 Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	143
5.8 Escritório do Inspetor-Geral.....	146

5.9 Comissão de Seleção de Bolsas para Estudos Acadêmicos e Estudos Técnicos .....	148
5.10 Comissão Interamericana de Telecomunicações .....	149
5.11 Comissão Interamericana de Portos .....	152
VI. OBSERVADORES PERMANENTES .....	155
VII. ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE .....	158
VII. ANEXOS.....	165
ANEXO A: CONSELHOS, COMISSÕES E COMITÊS INTERAMERICANOS .....	167
ANEXO B: CONFERÊNCIAS E REUNIÕES .....	169
ANEXO C: TRATADOS E CONVENÇÕES INTERAMERICANAS .....	172
ANEXO D: RECURSOS HUMANOS .....	174
ANEXO E: DEMONSTRATIVO COMBINADO DE ATIVOS, PASSIVOS E SALDOS DE FUNDOS.....	185
ANEXO F: SELEÇÃO DE BOLSISTAS.....	188
ANEXO G: OBSERVADORES PERMANENTES (CONTRIBUIÇÕES EM DINHEIRO) 201	
ANEXO H: ORÇAMENTO-PROGRAMA: NÍVEIS DE EXECUÇÃO .....	203

# ORGANIGRAMA DE LA OEA



## **I. ASSEMBLÉIA GERAL E CONSELHOS**

## 1.1 ASSEMBLÉIA GERAL

*A Assembléia Geral é o órgão supremo da Organização dos Estados Americanos. É constituída pelas delegações de todos os Estados membros, que têm direito a nela se fazer representar e a emitir um voto cada um. A definição dos mecanismos, políticas, ações e mandatos da Organização tem origem na Assembléia Geral. Suas atribuições acham-se definidas no Capítulo IX da Carta, que, no artigo 57, dispõe que a Assembléia se reunirá anualmente na época que determine o Regulamento e na sede escolhida conforme o princípio de rotatividade. Em circunstâncias especiais e com a aprovação de dois terços dos Estados membros, o Conselho Permanente poderá convocar um período extraordinário de sessões da Assembléia Geral.*

### **Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral**

O Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral foi realizado de 3 a 5 de junho de 2007, na Cidade do Panamá, República do Panamá. A Assembléia aprovou cinco declarações e 95 resoluções. Os resultados da Assembléia Geral encontram-se publicados nas Atas e Documentos (OEA/Ser.P/XXXVII-O.2), que se divide em dois volumes: o Volume I, de que constam os textos certificados das declarações e resoluções aprovadas, e o Volume II, que abrange as atas textuais das sessões plenárias, as atas resumidas da Comissão Geral e outros documentos correspondentes a esse período de sessões.

### **Declarações**

A Assembléia Geral aprovou no Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões as seguintes declarações:

- ***Declaração do Panamá: Energia para o Desenvolvimento Sustentável [AG/DEC. 52 (XXXVII-O/07)]***: reconhece a importância para os Estados membros da disponibilidade de recursos energéticos para a promoção do desenvolvimento econômico e social, de forma ambientalmente sustentável.

Ressalta que a governabilidade democrática, instituições democráticas sólidas, o Estado de Direito e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais são elementos essenciais para alcançar as metas dos Estados membros e da Região em matéria de energia e desenvolvimento sustentável, combate à exclusão social e promoção do bem público.

- ***A Questão das Ilhas Malvinas [AG/DEC. 53 (XXXVII-O/07)]***: manifesta satisfação ante a reafirmação da disposição do Governo argentino de continuar a examinar todos os caminhos possíveis para a solução pacífica da controvérsia e ante sua atitude construtiva em prol dos habitantes das Ilhas Malvinas. Reafirma a necessidade de que os governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte retomem, o quanto antes, as negociações sobre a

disputa de soberania, com o objetivo de encontrar uma solução pacífica para essa prolongada controvérsia. Decide, por conseguinte, continuar a analisar a Questão das Ilhas Malvinas nos sucessivos períodos de sessões da Assembléia Geral, até a solução definitiva.

- ***Declaração sobre os Esforços de Paz na Colômbia [AG/DEC. 54 (XXXVII-O/07)]***: expressa apoio aos esforços que vem realizando o Estado colombiano para a consecução definitiva da paz e da segurança nesse país. Insta os grupos à margem da lei a que libertem os seqüestrados e finalmente reitera apoio ao trabalho de verificação que vem sendo realizado pela Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP-OEA).
- ***Coordenação do Voluntariado no Hemisfério para a Resposta aos Desastres Naturais e a Luta contra a Fome e a Pobreza - “Iniciativa dos Capacetes Brancos” [AG/DEC. 55 (XXXVII-O/07)]***: declara contínuo apoio à Iniciativa dos Capacetes Brancos, como mecanismo hemisférico que provê recursos humanos e técnicos para atender a situações de emergência humanitárias, sociais e de desenvolvimento na Região, além de oferecer e promover respostas eficazes em situações de desastre.
- ***Declaração contra a Restrição da Prática de Futebol Internacional em Cidades com Altitude Superior a 2.500 metros [AG/DEC.56 (XXXVII-O/07)]***: declara a profunda preocupação dos Estados membros da OEA com a decisão do Comitê Executivo da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), que ressalta que “por razões médicas e para proteger a saúde dos jogadores não se deverá disputar partidas internacionais a uma altitude superior aos 2.500 metros”, considerando que essa altitude não favorece práticas desportivas e afeta atividades turísticas, de integração e confraternidade.

## **Resoluções**

No Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões a Assembléia Geral acordou importantes decisões relacionadas com temas tais como democracia, direitos humanos, desenvolvimento jurídico, desenvolvimento social, segurança hemisférica, terrorismo, corrupção, sociedade civil, remoção de minas antipessoal, desastres naturais, comércio, turismo, bolsas de estudo, mulher, infância e indígenas. A Assembléia também aprovou resoluções atinentes a temas atribuídos aos órgãos, organismos e entidades da Organização bem como resoluções sobre questões administrativas da Secretaria-Geral.

As resoluções aprovadas foram as seguintes:

- |                            |   |
|----------------------------|---|
| AG/RES. 2259 (XXXVII-O/07) | Fortalecimento das atividades de cooperação hemisférica no âmbito das atividades da Comissão Interamericana de Telecomunicações destinadas à promoção do desenvolvimento das telecomunicações na região |
| AG/RES. 2260 (XXXVII-O/07) | A educação para o desarmamento e a não-proliferação   |



AG/RES. 2261 (XXXVII-O/07)	Apoio à ação contra as minas antipessoal no Equador e no Peru
AG/RES. 2262 (XXXVII-O/07)	Protocolo de San Salvador: Composição e Funcionamento do Grupo de Trabalho Encarregado de Analisar os Relatórios Periódicos dos Estados Partes
AG/RES. 2263 (XXXVII-O/07)	Apoio à Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência
AG/RES. 2264 (XXXVII-O/07)	Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional
AG/RES. 2265 (XXXVII-O/07)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Comissão Jurídica Interamericana
AG/RES. 2266 (XXXVII-O/07)	Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas: Apoio ao processo das REMJAs
AG/RES. 2267 (XXXVII-O/07)	Direito à verdade
AG/RES. 2268 (XXXVII-O/07)	Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais
AG/RES. 2269 (XXXVII-O/07)	As Américas como zona livre de minas terrestres antipessoal
AG/RES. 2270 (XXXVII-O/07)	Fortalecimento da confiança e da segurança nas Américas
AG/RES. 2271 (XXXVII-O/07)	A proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais no combate ao terrorismo
AG/RES. 2272 (XXXVII-O/07)	Apoio ao trabalho do Comitê Interamericano contra o Terrorismo
AG/RES. 2273 (XXXVII-O/07)	Apoio interamericano ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares
AG/RES. 2274 (XXXVII-O/07)	Seguimento da Conferência Especial sobre Segurança
AG/RES. 2275 (XXXVII-O/07)	Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção e do Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção
AG/RES. 2276 (XXXVII-O/07)	Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância
AG/RES. 2277 (XXXVII-O/07)	Deslocados internos
AG/RES. 2278 (XXXVII-O/07)	Carta Social das Américas: Renovação do Compromisso Hemisférico de Combate à Pobreza na Região
AG/RES. 2279 (XXXVII-O/07)	Promoção do Tribunal Penal Internacional
AG/RES. 2280 (XXXVII-O/07)	Defensores de direitos humanos: Apoio às tarefas realizadas pelas pessoas, grupos e organizações da sociedade civil para a promoção e proteção dos direitos humanos nas Américas
AG/RES. 2281 (XXXVII-O/07)	Fortalecimento das atividades do Centro de Estudos da Justiça nas Américas
AG/RES. 2282 (XXXVII-O/07)	Modificação do artigo 4 do Estatuto da Comissão Jurídica Interamericana
AG/RES. 2283 (XXXVII-O/07)	Estudo sobre os direitos e o atendimento das pessoas submetidas a qualquer forma de detenção e reclusão

AG/RES. 2284 (XXXVII-O/07)	Situação do Instituto Indigenista Interamericano
AG/RES. 2285 (XXXVII-O/07)	Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado
AG/RES. 2286 (XXXVII-O/07)	Programa Interamericano de Registro Civil Universal e “Direito à Identidade”
AG/RES. 2287 (XXXVII-O/07)	Direito à liberdade de pensamento e expressão e a importância dos meios de comunicação
AG/RES. 2288 (XXXVII-O/07)	Acesso à informação pública: Fortalecimento da democracia
AG/RES. 2289 (XXXVII-O/07)	Os direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias
AG/RES. 2290 (XXXVII-O/07)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos
AG/RES. 2291 (XXXVII-O/07)	Fortalecimento dos sistemas de direitos humanos em seguimento dos mandatos derivados das Cúpulas das Américas
AG/RES. 2292 (XXXVII-O/07)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos
AG/RES. 2293 (XXXVII-O/07)	Promoção e respeito do Direito Internacional Humanitário
AG/RES. 2294 (XXXVII-O/07)	Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas
AG/RES. 2295 (XXXVII-O/07)	As pessoas desaparecidas e a assistência a seus familiares
AG/RES. 2296 (XXXVII-O/07)	Proteção dos solicitantes da condição de refugiado e dos refugiados nas Américas
AG/RES. 2297 (XXXVII-O/07)	Enfrentando o tráfico ilícito de armas pequenas e armamento leve: Gestão e segurança de estoques
AG/RES. 2298 (XXXVII-O/07)	Consolidação do regime estabelecido no Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco)
AG/RES. 2299 (XXXVII-O/07)	Promoção da cooperação hemisférica para o tratamento das quadrilhas de delinquentes
AG/RES. 2300 (XXXVII-O/07)	Apoio às atividades da Junta Interamericana de Defesa
AG/RES. 2301 (XXXVII-O/07)	Liberdade de comércio e investimento no Hemisfério
AG/RES. 2302 (XXXVII-O/07)	Modificação dos artigos 78 e 80 das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral
AG/RES. 2303 (XXXVII-O/07)	Fortalecimento dos mecanismos do diálogo político para o desenvolvimento integral
AG/RES. 2304 (XXXVII-O/07)	Fortalecimento da cooperação técnica para o desenvolvimento integral
AG/RES. 2305 (XXXVII-O/07)	Fortalecimento do diálogo político substantivo no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
AG/RES. 2306 (XXXVII-O/07)	Apoio ao fortalecimento das instituições democráticas e ao desenvolvimento socioeconômico do Haiti
AG/RES. 2307 (XXXVII-O/07)	Pobreza, equidade e inclusão social: Seguimento da Declaração de Margarita

AG/RES. 2308 (XXXVII-O/07)	Erradicação do analfabetismo e luta contra as doenças que afetam o desenvolvimento integral
AG/RES. 2309 (XXXVII-O/07)	Relatório da Terceira Reunião Interamericana de Ministros e Máxima Autoridades de Cultura no âmbito do CIDI
AG/RES. 2310 (XXXVII-O/07)	Aumento e fortalecimento da participação da sociedade civil nas atividades da Organização dos Estados Americanos e no processo de Cúpulas das Américas
AG/RES. 2311 (XXXVII-O/07)	Cooperação hemisférica para a promoção do desenvolvimento social: Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social e Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social no âmbito do CIDI
AG/RES. 2312 (XXXVII-O/07)	Relatório da Primeira Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do CIDI
AG/RES. 2313 (XXXVII-O/07)	Continuação da participação no Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral dos Estados membros que não ratificaram o Protocolo de Manágua
AG/RES. 2314 (XXXVII-O/07)	Redução de desastres naturais, gestão de riscos e assistência em casos de desastres naturais e outros desastres
AG/RES. 2315 (XXXVII-O/07)	Participação dos representantes dos trabalhadores nas atividades da Organização dos Estados Americanos
AG/RES. 2316 (XXXVII-O/07)	Décima Quinta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho
AG/RES. 2317 (XXXVII-O/07)	Quinta Reunião de Ministros da Educação no âmbito do CIDI
AG/RES. 2318 (XXXVII-O/07)	Cumprimento da Declaração de Recife
AG/RES. 2319 (XXXVII-O/07)	Celebração do Centenário da Sede da Organização dos Estados Americanos
AG/RES. 2320 (XXXVII-O/07)	Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas
AG/RES. 2321 (XXXVII-O/07)	Proposta para a incorporação da educação em direitos humanos na educação formal da idade escolar de 10 a 14 anos, de acordo com o Protocolo de San Salvador
AG/RES. 2322 (XXXVII-O/07)	Ano Interamericano das Mulheres
AG/RES. 2323 (XXXVII-O/07)	Fortalecimento da Comissão Interamericana de Mulheres
AG/RES. 2324 (XXXVII-O/07)	Promoção dos direitos humanos da mulher e da equidade e igualdade de gênero
AG/RES. 2325 (XXXVII-O/07)	Preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares do Caribe
AG/RES. 2326 (XXXVII-O/07)	Populações migrantes e fluxos migrantes nas Américas
AG/RES. 2327 (XXXVII-O/07)	Promoção e fortalecimento da democracia:
AG/RES. 2328 (XXXVII-O/07)	Acompanhamento da Carta Democrática Interamericana Comemoração dos Oitenta Anos do Instituto de Geografia e História

AG/RES. 2329 (XXXVII-O/07)	Criação do Fundo de Capital de Contribuições Voluntárias Oliver Jackman para o Financiamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos
AG/RES. 2330 (XXXVII-O/07)	Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”
AG/RES. 2331 (XXXVII-O/07)	Quinto Relatório Bial sobre o cumprimento da resolução AG/RES. 1456 (XXVII-O/97), “Promoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará” ”
AG/RES. 2332 (XXXVII-O/07)	A importância da nutrição para alcançar níveis mais elevados de saúde e desenvolvimento integral
AG/RES. 2333 (XXXVII-O/07)	Apoio à implementação no nível hemisférico da Resolução 1540 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas
AG/RES. 2334 (XXXVII-O/07)	Execução do Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional
AG/RES. 2335 (XXXVII-O/07)	Nomeação de mulheres para cargos executivos de nível superior na Organização dos Estados Americanos
AG/RES. 2336 (XXXVII-O/07)	Promoção da responsabilidade social das empresas no Hemisfério
AG/RES. 2337 (XXXVII-O/07)	Modernização e uso das tecnologias eleitorais no Hemisfério
AG/RES. 2338 (XXXVII-O/07)	Apoio e seguimento do processo de Cúpulas das Américas
AG/RES. 2339 (XXXVII-O/07)	Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência (2006-16)
AG/RES. 2340 (XXXVII-O/07)	Eleição de dois auditores externos no Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
AG/RES. 2341 (XXXVII-O/07)	Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos
AG/RES. 2342 (XXXVII-O/07)	Prevenção do desvio e distribuição ilícita pela Internet de produtos farmacêuticos controlados e outras substâncias sujeitas a fiscalização internacional
AG/RES. 2343 (XXXVII-O/07)	Observações e recomendações sobre o Relatório Anual da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
AG/RES. 2344 (XXXVII-O/07)	Participação do cidadão e fortalecimento da democracia nas Américas
AG/RES. 2345 (XXXVII-O/07)	Fortalecimento dos sistemas nacionais de direitos humanos dos Estados membros e apoio ao trabalho dos Defensores do Povo, Defensores dos Habitantes, Procuradores ou Comissários de Direitos Humanos (Ombudsmen)
AG/RES. 2346 (XXXVII-O/07)	Apoio aos esforços para a erradicação da desnutrição infantil nas Américas

AG/RES. 2347 (XXXVII-O/07)	Reunião Interamericana sobre Aspectos Econômicos, Sociais e Ambientais Vinculados à Disponibilidade e Acesso à Água Potável
AG/RES. 2348 (XXXVII-O/07)	Esforços de cooperação hemisférica para combater o tráfico de pessoas e Segunda Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas
AG/RES. 2349 (XXXVII-O/07)	A água, a saúde e os direitos humanos
AG/RES. 2350 (XXXVII-O/07)	Obrigações dos Estados membros de respeitar as normas, princípios e propósitos essenciais constantes da Carta da OEA e do Direito Internacional para preservar e fortalecer a paz continental
AG/RES. 2351 (XXXVII-O/07)	Organizações da sociedade civil e proteção dos direitos humanos e promoção da democracia
AG/RES. 2352 (XXXVII-O/07)	Voto de agradecimento ao povo e Governo do Panamá
AG/RES. 2353 (XXXVII-O/07)	Orçamento-Programa da Organização para 2008, cotas e contribuições para o FEMCIDI 2008

### **Trigésimo Terceiro Período Extraordinário de sessões da Assembléia Geral**

O Trigésimo Terceiro Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em 3 de outubro de 2007, na sede da Organização em Washington, D.C., teve por finalidade decidir sobre o financiamento do orçamento-programa do Fundo Ordinário da Organização para 2008.

A resolução aprovada foi a seguinte:

AG/RES. 1 (XXXIII-E/07)	Financiamento do orçamento-programa do Fundo Ordinário da Organização para 2008
-------------------------	---

### **Trigésimo Quarto Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral**

O Trigésimo Quarto Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em 13 de novembro de 2007, na sede da Organização em Washington, D.C., teve por finalidade decidir sobre o financiamento do orçamento-programa do Fundo Ordinário da Organização para 2008.

A resolução aprovada foi a seguinte:

AG/RES. 1 (XXXIV-E/07) rev. 1	Metodologia para o cálculo da escala de cotas para o financiamento do Fundo Ordinário da Organização
-------------------------------	--

## 1.2 CONSELHO PERMANENTE

*O Conselho Permanente, um dos órgãos mediante os quais a Organização realiza seus fins (artigo 53 da Carta), subordina-se diretamente à Assembléia Geral. É constituído por um representante de cada Estado membro, nomeados especialmente pelo respectivo governo, em nível de embaixador, cujas funções e atribuições são definidas no Capítulo XII da Carta. O Conselho Permanente toma conhecimento de qualquer assunto de que o encarregue a Assembléia Geral ou a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Atua provisoriamente como órgão de consulta, de acordo com o disposto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Zela pelas relações de amizade entre os Estados membros e os ajuda a solucionar pacificamente suas controvérsias. Atua também como Comissão Preparatória da Assembléia Geral, a menos que a Assembléia decida o contrário.*

### **Presidência e vice-presidências**

A presidência é exercida, sucessivamente, pelos representantes na ordem alfabética dos nomes dos respectivos países em espanhol e a vice-presidência de maneira idêntica, seguindo-se a ordem alfabética inversa. Os mandatos são exercidos por um período de três meses e começam automaticamente no primeiro mês de cada trimestre.

No período a que se refere este relatório presidiram o Conselho Permanente os seguintes embaixadores:

- Janeiro-março de 2007. Presidenta: Embaixadora María del Luján Flores, Representante Permanente do Uruguai. Vice-Presidente: Embaixador Izben C. Williams, Representante Permanente de Saint Kitts e Nevis.
- Abril-junho de 2007. Presidente: Embaixador Jorge Valero Briceño, Representante Permanente da Venezuela. Vice-Presidente: Embaixador Roberto Álvarez Gil, Representante Permanente da República Dominicana.
- Julho-setembro de 2007. Presidenta: Deborah-Mae Lovell, Representante Permanente de Antígua e Barbuda. Vice-Presidente: Embaixador Antero Flores Aráoz, Representante Permanente do Peru.
- Outubro-dezembro de 2007. Presidente: Embaixador Rodolfo H. Gil, Representante Permanente da Argentina. Vice-Presidente: Embaixador Manuel Cáceres Cardozo, Representante Permanente do Paraguai.

### **Exposições**

No período a que se refere este relatório, o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto dirigiram-se em diversas ocasiões ao Conselho Permanente para informar acerca das gestões de intermediação levadas a cabo nos países da Região. Informaram também sobre as Missões de Observação Eleitoral realizadas pela Secretaria-Geral nos Estados membros da OEA.

## **Visitas ao Conselho Permanente**

O Conselho recebeu as seguintes personalidades: Jacqui Quinn-Leandro, Ministra do Trabalho, Administração Pública e Participação da Mulher, com Responsabilidade em Assuntos de Gênero, de Antígua e Barbuda e Presidenta da CIM; David Choquehuanca Céspedes, Ministro das Relações Exteriores e Cultos da Bolívia; Peter Gordon MacKay, Ministro das Relações Exteriores do Canadá; Samuel Lewis Navarro, Vice-Presidente e Ministro das Relações Exteriores do Panamá; Fernando Araújo Perdomo, Ministro das Relações Exteriores da Colômbia; Matilde Ribeiro, Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil; Elías Antonio Saca, Presidente de El Salvador; Celinda Sosa Luna, Ministra da Justiça da Bolívia; Héctor Enrique Arze, Vice-Ministro de Coordenação Governamental da Bolívia; e Francisco Santos, Vice-Presidente da Colômbia.

## **Resoluções e declarações**

O Conselho Permanente aprovou, em 2007, as seguintes declarações e resoluções, cujos textos completos podem ser consultados na página eletrônica do Conselho: <http://www.oas.org/consejo/sp/resoluciones/Resoluciones2007.asp>

### Declarações

- CP/DEC. 36 (1567/06) Declaração sobre o fortalecimento da cooperação na luta contra o terrorismo e a impunidade de seus perpetradores
- CP/DEC. 37 (1601/07) Declaração sobre o assassinato dos deputados colombianos seqüestrados pelas FARC

### Resoluções

- CP/RES. 924 (1623/07) Regulamento para o funcionamento do Fundo de Capital de Contribuições Voluntárias Oliver Jackman para o financiamento do sistema interamericano de direitos humanos
- CP/RES. 923 (1611/07) Comemoração do 65º Aniversário do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
- CP/RES. 922 (1610/07) Sede e data do Trigésimo Quarto Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral
- CP/RES. 921 (1605/07) rev.1 Convocação do Trigésimo Terceiro Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral
- CP/RES. 920 (1602/07) Convocação da Quinta Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético, em conformidade com a resolução AG/RES. 2228 (XXXVI-O/06) e as recomendações da Sexta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA-VI)
- CP/RES. 919 (1597/07) Proposta de modificação dos artigos 78 e 80 das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral
- CP/RES. 918 (1595/07) Suspensão definitiva da pausa para a concessão de bolsas de estudo da OEA

- CP/RES. 917 (1596/07) Convocação da Terceira Reunião de Autoridades Centrais e Outros Peritos em Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação, em cumprimento do disposto na resolução AG/RES. 2228 (XXXVI-O/06) e nas recomendações da Sexta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA-VI)
- CP/RES. 916 (1590/07) Convites para o Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral
- CP/RES. 915 (1587/07) Comemoração do bicentenário da abolição do comércio transatlântico de escravos
- CP/RES. 914 (1577/07) Lugar e data da Reunião Extraordinária do Grupo de Trabalho da OEA/REMJA sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação
- CP/RES. 913 (1577/07) Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência



### **1.3 CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CIDI)**

*O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), órgão diretamente subordinado à Assembléia Geral, com capacidade decisória em matéria de cooperação solidária para o desenvolvimento integral, foi criado com a entrada em vigor do Protocolo de Manágua, em 29 de janeiro de 1996 (Capítulo XIII). É constituído pelos seguintes órgãos que a ele se submetem: a Comissão Executiva Permanente (CEPCIDI), a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), as Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES) e as Comissões Interamericanas.*

#### **Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral**

A Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) foi realizada na sede da OEA em 17 de maio de 2007. O Representante Permanente de São Vicente e Granadinas, Embaixador Ellsworth I.A. John, e o Representante Suplente do Chile, Patricio Powell, foram eleitos presidente e vice-presidente da reunião, respectivamente. As delegações da Argentina, Canadá, Brasil e Estados Unidos também foram eleitas para integrar a Comissão de Estilo da reunião.

A reunião teve a participação dos Observadores Permanentes da Espanha, França, Itália e União Européia, que fizeram uma exposição sobre as prioridades de cooperação de seus países e as atividades que vêm realizando no âmbito da OEA. Foram analisadas possibilidades futuras de colaboração, ressaltando-se a importância da triangulação de projetos de cooperação para promover plataformas maiores e maximizar os recursos e seu impacto.

Em virtude de as delegações ainda se encontrarem em consultas, atribuiu-se à CEPCIDI a eleição do seu presidente e vice-presidente bem como dos quatro membros da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD).

Também levando em conta as recomendações das CENPES e dos avaliadores independentes dos projetos FEMCIDI no sentido de melhorar a qualidade das propostas bem como das solicitações de apoio dos Estados membros à SEDI na formulação e desenvolvimento de projetos e a necessidade de a SEDI dispor de mais tempo no calendário para prestar esse apoio, o CIDI aprovou a resolução CIDI/RES. 204 (XII-O/07), “Modificação dos prazos estabelecidos no calendário de programação, obrigação e execução do Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral”.

O CIDI recebeu de vários Estados membros ofertas de contribuições voluntárias ao FEMCIDI e, observando os novos prazos fixados no calendário de programação, obrigação e execução aprovado nessa mesma reunião, estabeleceu como prazo limite para essas ofertas o dia 31 de julho de 2007.

A Décima Segunda Reunião Ordinária do CIDI considerou e aprovou resoluções no âmbito do Conselho e encaminhou outras à consideração do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, as quais foram examinadas e aprovadas pela Assembléia Geral em

junho de 2007. Entre os temas dessas resoluções encontram-se: fortalecimento dos mecanismos de diálogo político para o desenvolvimento integral; fortalecimento da cooperação técnica para o desenvolvimento integral; fortalecimento do diálogo político substantivo no âmbito do CIDI; pobreza, equidade e inclusão social: seguimento da Declaração de Margarita; erradicação do analfabetismo e luta contra as doenças que afetam o desenvolvimento integral; relatório da Terceira Reunião Interamericana de Ministros e Máximas Autoridades de Cultura; cooperação hemisférica para a promoção do desenvolvimento social: Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social e Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social; continuação da participação no CIDI dos Estados membros que não ratificaram o Protocolo de Manágua; participação dos representantes dos trabalhadores nas atividades da OEA; Décima Quinta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho; e Quinta Reunião de Ministros da Educação no âmbito do CIDI.

- Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES)

As Comissões Especializadas Não-Permanentes são órgãos de natureza técnica de apoio ao CIDI na consideração de assuntos de caráter especializado ou no desenvolvimento de determinados aspectos da cooperação interamericana nas áreas prioritárias do Plano Estratégico. As oito comissões, uma para cada área prioritária do Plano Estratégico, são: Educação, Diversificação Econômica, Abertura Comercial e Acesso a Mercados, Desenvolvimento Social e Geração de Emprego Produtivo, Desenvolvimento Científico e Intercâmbio e Transferência de Tecnologia, Fortalecimento das Instituições Democráticas, Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Para o ciclo de programação FEMCIDI 2006, a CEPCIDI convocou a reunião anual das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES), correspondente ao exercício de programação FEMCIDI 2006, de 7 a 9 de fevereiro de 2007. Os membros das oito comissões realizaram a avaliação dos projetos e apresentaram à Junta Diretora da AICD recomendações sobre os projetos que deviam ser financiados e o nível de financiamento de cada projeto.

No quadro a seguir figura o número de projetos recomendados pelas CENPES distribuídos por conta setorial:

<b>Conta</b>	<b>Número de projetos recomendados</b>	<b>Montantes recomendados (US\$)</b>
Educação	25	2.238.403
Desenvolvimento Social	15	942.469
Desenvolvimento Sustentável	13	743.250
Ciência e Tecnologia	13	1.237.370
Comércio	10	1.042.758
Cultura	2	33.319
Democracia	6	351.602
Turismo	9	992.406
Desenvolvimento Integral	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>7.581.577</b>

Em 2 de março de 2007, a Vigésima Reunião da Junta Diretora da AICD, em cumprimento ao acordado na reunião anterior, elegeu presidente o Encarregado da Direção-Geral de Cooperação Técnica e Científica da Secretaria das Relações Exteriores do México, Jesús Velásquez, com a determinação de que exerceria o mandato até a Décima Terceira Reunião Ordinária do CIDI prevista para 2008. A Junta Diretora aprovou os 93 projetos recomendados pelas CENPES, mediante o documento AICD/JD/doc. 104/07 rev. 1, “Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2006”. O montante total aprovado para execução foi de US\$7.581.577. No transcurso do ano, a Junta Diretora realizou consultas eletrônicas para acordar aspectos vários relativos à programação e aos projetos do FEMCIDI.

- Programação do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) 2007

A SEDI preparou o documento “Proposta Preliminar de Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2007”, do qual constam 121 propostas de projetos apresentados por 33 países membros. Dos 121 projetos, 47 são continuação e 74 são propostas novas, 56 são projetos multilaterais e 65 são projetos nacionais. O montante das solicitações desses projetos é de US\$12.676.822. O total das contribuições ao FEMCIDI 2007 é de US \$6.528.330,30.

O documento com a Proposta Preliminar de Programação, juntamente com a documentação referente aos projetos incluídos (proposta completa, relatórios de andamento, planos de trabalho etc.), será enviado aos membros das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES). De acordo com o calendário modificado, a reunião das CENPES correspondente ao ciclo de programação FEMCIDI 2006 terá lugar de 6 a 13 de fevereiro de 2008. Os membros das oito comissões realizarão a avaliação dos projetos e apresentarão à Junta Diretora da AICD recomendações sobre os projetos que deverão ser financiados e o nível de financiamento de cada projeto.

O quadro a seguir mostra o número de projetos incluídos na Proposta Preliminar de Programação por conta e a distribuição dos recursos solicitados:

• Comércio:	9 projetos no total de US\$1.091.016
• Desenvolvimento Social:	17 projetos no total de US\$1.456.661
• Educação:	33 projetos no total de US\$3.253.869
• Cultura:	6 projetos no total de US\$517.629
• Ciência e Tecnologia:	19 projetos no total de US\$2.397.738
• Democracia:	8 projetos no total de US\$744.109
• Turismo:	13 projetos no total de US\$1.324.850
• Meio Ambiente:	16 projetos no total de US\$1.890.950

O processo de programação FEMCIDI 2007 implicou a realização pela SEDI de uma análise pormenorizada dos perfis de projetos apresentados pelos Estados membros. A SEDI escolheu um número determinado de perfis que atenderam aos critérios de seleção vigentes e a fatores tais como a necessidade de refletir um adequado equilíbrio temático e regional.

Numa segunda fase, a SEDI prestou devido apoio técnico e administrativo às instituições dos perfis selecionados, para garantir o desenvolvimento adequado e oportuno das propostas finais

dos projetos. As propostas finais incompletas ou insatisfatórias foram retiradas da Proposta Preliminar de Programação. Esse apoio implicou viagens aos seguintes países: Bolívia, Colômbia, Honduras, Nicarágua, Haiti e Saint Kitts e Nevis.

## **II. SECRETARIA-GERAL**

## 2.1 ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL

*O Capítulo XVI da Carta estabelece as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA, sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembléia Geral, dirige a Secretaria-Geral, é seu representante legal e participa com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. O Secretário-Geral pode levar à atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, a seu ver, possa afetar a paz e a segurança do Hemisfério ou o desenvolvimento dos Estados membros. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias na Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los e regulamentar suas atribuições e deveres. O Secretário-Geral Adjunto, também eleito pela Assembléia Geral, é o Secretário do Conselho Permanente. Tem o caráter de funcionário consultivo do Secretário-Geral na sua ausência temporária ou impedimento definitivo. Também atua como delegado do Secretário-Geral em tudo aquilo de que é por ele incumbido.*

### **Escritório do Secretário-Geral**

O Escritório do Secretário-Geral, de acordo com o artigo 111 da Carta da OEA e com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, exerce funções de alta direção vinculadas à promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais nos Estados membros da Organização.

No período de que trata este relatório o Escritório do Secretário-Geral, no âmbito de suas atribuições, apoiou e complementou as atividades realizadas pelos diversos órgãos, subsecretarias, departamentos e unidades da Organização. O Escritório concentrou esforços em três grandes áreas.

No plano externo procurou apoiar as atividades da Organização destinadas a consolidar a natureza da OEA como principal órgão político multilateral interamericano bem como conseguir sua projeção ao âmbito global. No âmbito das atividades substantivas da Organização, concentrou-se na ampliação e fortalecimento da democracia e da governabilidade; na ampliação e aprofundamento das atividades de defesa dos direitos humanos; na promoção do desenvolvimento zelando pela inclusão e equidade; e no desenvolvimento de uma política de segurança multidimensional destinada a atender de forma efetiva aos problemas que afetam a população das Américas.

No âmbito interno da Organização, finalmente, as atividades do Escritório do Secretário-Geral destinaram-se a consolidar e reforçar os mecanismos administrativos e as comunicações da Secretaria-Geral, com o objetivo de responder por suas responsabilidades com maior eficiência e transparência e prestando conta de suas ações.

O Escritório também realizou pesquisas, preparou minutas para os discursos do Secretário-Geral e serviu de ligação com as Missões Permanentes, organismos governamentais e a sociedade civil.

Organizou o comparecimento do Secretário-Geral às cerimônias de transmissão do cargo presidencial na Nicarágua, Equador e Argentina e à Décima Sétima Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado. Também organizou visitas oficiais do Secretário-Geral a Chefes de Estados membros e sua participação em conferências ministeriais e outras conferências internacionais e eventos, inclusive a Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York.

No plano da administração financeira, a Secretaria-Geral viu com grande satisfação o prosseguimento, em 2007, do processo de saneamento das bases de financiamento do Fundo Ordinário. O mais importante nesse campo foi a adoção de uma nova metodologia de atribuição proporcional de cotas entre os Estados membros, decidida pela Assembléia Geral Extraordinária em novembro passado. Trata-se de decisão que deve ser destacada por sua importância e porque expressa lucidamente a maturidade que a Organização começa a alcançar na análise de sua situação financeira

Finalmente, o Escritório do Secretário-Geral, juntamente com a Subsecretaria Executiva de Administração e Finanças, elaborou o projeto de orçamento para 2009 que o Secretário-Geral apresentou à Comissão Preparatória da Assembléia Geral.

## **2.1.1 Chefe de Gabinete do Secretario Geral**

### **2.1.1.1 Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação (DPCE)**

O Departamento de Planejamento, Controle e Avaliação (DPCE) é dividido em duas seções: Planejamento e Controle Operacional e Gestão de Projetos. No decorrer de 2007 o Departamento alcançou os resultados abaixo expostos.

Realizou ajustes e melhoramentos no procedimento de planejamento operacional anual, publicou o primeiro Plano Operacional Anual (POA) 2008 em agosto e elaborou a primeira versão do Plano Operacional 2009 de todas as áreas da Secretaria-Geral. Esse Plano Operacional foi encaminhado em fins de 2007 ao Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros para inclusão no projeto de orçamento-programa.

Implementou um processo de capacitação e assistência técnica com a presidência da Junta Interamericana de Defesa e a Secretaria Executiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos, para normalizar os respectivos processos de planejamento operacional e gerar informações orçamentárias na mesma modalidade que as demais áreas da Secretaria-Geral.

Implementou também o processo de controle trimestral da Secretaria-Geral, mediante o registro de controle do terceiro trimestre de 2007 da quase totalidade das áreas.

Deu continuidade à formulação integral do sistema de planejamento e controle operacional, inclusive o painel de controle, juntamente com o Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia, e ao desenvolvimento e atualização de instrumentos e guias para a formulação e o acompanhamento de projetos, que vêm sendo utilizados no processo de formulação, execução e monitoramento dos projetos financiados pelo Fundo Espanha-OEA.

No papel de Secretaria Técnica da Comissão de Avaliação de Projetos (CEP), o DPCE organizou 15 reuniões da CEP e 14 reuniões do seu Grupo de Trabalho. Também prestou assessoramento às dependências da Secretaria-Geral na preparação dos perfis de projetos a serem considerados pela CEP e realizou a avaliação preliminar de pertinência de 111 perfis.

O DPCE deu andamento ao programa de capacitação em gestão de projetos iniciado em 2006. Foram realizados cinco *workshops* em formulação de projetos, três em Washington, um em São José, a pedido da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e um em Lima, a pedido do Governo peruano. Em maio de 2007 tiveram lugar um workshop piloto de monitoramento e avaliação de resultados em coordenação com a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) e, posteriormente, dois outros para pessoal da Secretaria-Geral.

#### **2.1.1.2 Departamento de Assessoramento Jurídico (DAL)**

Em 2007, o Departamento de Assessoramento Jurídico (DAL) recebeu das dependências da Secretaria-Geral, dos órgãos políticos e das delegações dos Estados membros aproximadamente 1.812 consultas, das quais 1.338 foram pareceres jurídicos e aproximadamente 474, acordos para revisão. Os principais clientes institucionais foram a Subsecretaria de Administração e Finanças, a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), a Subsecretaria de Assuntos Políticos, a Subsecretaria de Segurança Multidimensional, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto e o Escritório do Secretário-Geral.

Também colaborou na redação de instrumentos normativos, tais como a modificação integral do Regulamento de Pessoal, e na redação e revisão das ordens executivas sobre a reestruturação da Secretaria-Geral, a política de recuperação de custos indiretos, a proibição do assédio no trabalho, o processo de negociação, preparação, revisão, assinatura e registro de acordos na Secretaria-Geral, os contratos por tarefa e o regulamento de compras.

Participou de reuniões realizadas pelo Secretário-Geral Adjunto para a preparação da Assembléia Geral no Panamá e revisou o respectivo acordo. Participou de reuniões vinculadas à Missão Especial da OEA no Haiti e revisou vários contratos de aluguel para os Escritórios da Secretaria-Geral em diferentes Estados membros.

Na Secretaria Geral, assessorou o Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, o Departamento de Desenvolvimento Sustentável, a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Subsecretaria de Assuntos Políticos, o Departamento de Sustentabilidade Democrática e Missões Especiais, a Subsecretaria de Administração e Finanças, o Departamento de Recursos Humanos, a Subsecretaria de Segurança Multidimensional, especialmente o Departamento de Segurança Pública (DSP), a Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (SE/CICAD), o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN), a Missão Especial da OEA no Haiti, o Escritório do Inspetor-Geral, a Fundação para as Américas e o Fundo de Jovens Empresários das Américas.



Cooperou com o Departamento de Desenvolvimento Humano na redação de um novo Manual de Procedimentos para os Programas de Bolsas de Estudos e Treinamento, em atendimento a solicitação dos Estados membros. Prestou assessoramento nas reuniões da Subcomissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento da CEPCIDI relativas a esse Manual e redigiu os formulários necessários à implementação do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA.

Colaborou na revisão de acordos na área de execução de projetos e observação eleitoral, inclusive os vinculados aos processos eleitorais na Argentina, Colômbia, Equador e Guatemala e ao processo de referendo na Costa Rica. Assessorou a MAPP/OEA na Colômbia em assuntos contratuais, trabalhistas e na área de privilégios e imunidades.

Assessorou também a preparação e revisão de instrumentos relativos à execução do projeto “reassentamento da comunidade Santa Rosa na Zona de Adjacência Belize-Guatemala”, inclusive o estabelecimento de um fideicomisso para a transferência dos terrenos, e a construção de habitações onde serão localizados os habitantes dessa comunidade.

Assessorou a preparação da resolução do orçamento-programa da Organização para 2008; a resolução sobre o financiamento do orçamento-programa do Fundo Ordinário da Organização para 2008; a resolução sobre a “metodologia para o cálculo da escala de cotas para o financiamento do Fundo Ordinário da Organização”; a resolução para a “eleição de dois auditores externos no Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral”; a resolução sobre o projeto de “regulamento para funcionamento do Fundo de Capital de Contribuições Voluntárias Oliver Jackman para o Financiamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”; a resolução sobre os “ajustes regulares às cotas atribuídas aos Estados membros para financiar o orçamento-programa da Organização”; e as modificações dos artigos 78 e 80 das Normas Gerais vinculadas aos “Depósitos bancários, juros e custos indiretos”; e aos “Custos diretos e recuperação de custos indiretos”, aprovadas pela Assembléia Geral.

Prestou assessoria em temas relacionados com o controle de armas de fogo e crime organizado e serviços de representação em várias reuniões. Ademais, apresentou propostas de legislação modelo penalizando a fabricação e o tráfico de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos (CIFTA, artigo IV). Também participou da criação de uma secretaria para a Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência.

Participou, mediante prestação de assessoramento, da Comissão Mista de Seguros, da Comissão de Seleção, da Comissão de Adjudicação de Contratos, da Junta de Publicações, da Comissão de Vendas, do Grupo de Trabalho sobre o Haiti, da Junta de Fideicomissários do Fundo de Benefícios Médicos e do Leo Rowe Memorial Fund.

Tomou parte nas reuniões dos organismos especializados e das entidades da OEA realizadas nos diferentes Estados membros, tais como a Assembléia Geral de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), as Reuniões Ordinária e Extraordinária do Conselho Diretor do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN) e as reuniões da Assembléia da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL).

Assessorou a Direção-Geral do *Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura* (IICA) em assuntos institucionais, administrativos e trabalhistas e o Conselho Executivo desse Instituto. Assessorou a Junta Interamericana de Agricultura e a Comissão Consultiva Especial para Assuntos Gerenciais do IICA bem como sua Direção-Geral sobre assuntos administrativos, orçamentários e institucionais.

Assessorou a Comissão de Aposentadoria e Pensões e seu secretário-tesoureiro em assuntos impositivos, limitações do Plano e direitos dos aposentados e participantes do Fundo. Participou da revisão e negociação dos contratos entre a Comissão e seus consultores financeiros e auditores. Representou o Fundo de Aposentadoria e Pensões no Fórum de Gerentes de Pensões e apresentou sugestão sobre o impacto impositivo do Fundo de Pensões da OEA.

Representou o Secretário-Geral perante o Tribunal Administrativo e prestou assistência aos funcionários de audiência e à Comissão de Reconsideração.

### **2.1.1.3 Departamento de Relações Exteriores (DRE)**

Em 2007, o Departamento de Relações Exteriores estruturou-se e cumpriu suas funções de acordo com as Ordens Executivas 05-13 (Rev. 4), sobre a reestruturação da Secretaria-Geral, e 05-14 corr. 1, sobre a criação da Comissão de Mobilização de Recursos. Para essa finalidade, o Departamento foi dividido em duas seções, a de Relações Institucionais e a de Relações Públicas, que levaram adiante as diversas tarefas do Departamento.

Foram realizadas em 2007 mais de 15 reuniões do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e de altos funcionários da Organização com membros do Congresso dos Estados Unidos, criando-se novos canais de comunicação; foram enviadas comunicações aos congressistas em apoio a iniciativas bilaterais e multilaterais na Região e promoveu-se a participação da OEA em debates, audiências e outros eventos que tiveram lugar nas dependências do Congresso. A participação de representantes do Congresso dos Estados Unidos em atividades desenvolvidas no âmbito do Trigesimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA na Cidade do Panamá foi um dos efeitos dessa atividade.

O Departamento elaborou um documento analítico de temas legislativos de que constam informações relevantes acerca dos congressistas e seu interesse na Região. Houve uma ampliação da divulgação de eventos da OEA por meio de comunicações enviadas a mais de 150 membros do pessoal legislativo.

Também desenvolveu e implementou o programa de *briefings* especializados da OEA que em 2007 recebeu 4.017 pessoas, inclusive diplomatas, funcionários de governos, militares, estudantes, analistas políticos e o público em geral. Esse programa ressalta o trabalho da Organização e é complementado por *tours* do edifício histórico. Em 2007 foi implementado um sistema de avaliação que possibilitou que se recolhessem as opiniões do público com vistas ao aperfeiçoamento do programa.

Nesse período, o DER lançou a série “Mesas-redondas de políticas”, como iniciativa que busca criar vínculos entre a comunidade de analistas políticos e a comunidade diplomática. Foram

realizadas cinco mesas-redondas: “Pesquisa das Américas: indicadores e percepções”; “O Direito Internacional e a perspectiva dos Estados Unidos”; “A democracia e as Forças Armadas no Século 21”; “O comércio e a construção de consensos na era da globalização”; e “Processos de reforma constitucional nas Américas”.

Organizou a participação de oradores da OEA e dos Estados membros em diversos eventos de instituições públicas e privadas da área. Organizou uma viagem do Secretário-Geral a Los Angeles, Califórnia, a La Jolla, Califórnia, e a San Antonio, Texas, para divulgar informação sobre o trabalho da OEA.

Na área dos organismos interamericanos e instituições financeiras internacionais, organizou e promoveu a participação do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, no Trigesimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da OEA.

No período a que se refere este relatório, a Comissão de Mobilização de Recursos reuniu-se em três oportunidades para elaborar e aperfeiçoar normas de controle de qualidade e institucionais aplicáveis às propostas de captação de fundos apresentadas pela Secretaria-Geral a possíveis doadores.

Promoveu a efetiva participação e colaboração dos 60 países Observadores Permanentes por intermédio de reuniões de trabalho diárias com representantes das embaixadas e autoridades das capitais, intercâmbios com as áreas técnicas e eventos especiais. Cumpre salientar o diálogo entre os representantes dos países Observadores Permanentes e os Chanceleres dos Estados membros na Assembléia Geral do Panamá.

Coordenou encontros com autoridades dos governos dos Países Observadores tanto nas respectivas capitais como em Washington. Em especial, vale a pena mencionar as missões do Secretário-Geral e da Diretora do Departamento à Espanha, Itália e Alemanha, e as visitas à Holanda, França, Suíça, Suécia e Dinamarca. Os resultados positivos dos intercâmbios mantidos refletiram-se no aumento considerável do nível de contribuições da Holanda, Dinamarca e Suíça com relação ao ano anterior.

O Segundo Encontro de Porta-Vozes de Governo dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) teve lugar em Montevideú, organizado pelo Departamento de Relações Exteriores da OEA, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai.

O Projeto Américas é um esforço conjunto da OEA e do Instituto Baker para Políticas Públicas da Universidade Rice, mediante o qual líderes jovens reúnem-se anualmente para debater assuntos prioritários da Região. Sete gerações de ex-alunos do programa reuniram-se no Instituto Baker, em Houston, Texas, para celebrar o décimo aniversário do projeto. A reunião teve como tema central “Criando Oportunidades e Enfrentando os Desafios nas Américas”.

O Departamento patrocinou, em abril de 2007, com o Inter-American Institute of Diplomacy (IAID), o Modelo de Washington (WMOAS) para universidades. Em dezembro de 2007, o DRE realizou o Vigésimo Quinto MOEA para estudantes universitários em Buenos Aires, Argentina,

em parceria com as instituições argentinas Asociación Conciencia, Universo Agora, Fundación Universitaria del Río da Plata (FURP), a Universidad del Salvador e a Universidad de La Matanza. No final de novembro foi realizada na sede da OEA, em Washington, D.C., o Vigésimo Sexto Programa da Assembléia Geral Modelo para escolas de nível médio. Como resultado dessas assembléias modelo centenas de estudantes de nível médio dos Estados Unidos e mais de quinhentos estudantes universitários do Hemisfério, com seus professores, conheceram o trabalho da OEA na promoção da democracia e tomaram conhecimento da importância da diplomacia, da negociação e do compromisso na busca de soluções comuns para os assuntos regionais.

O programa MOEA financia seus custos básicos com o pagamento das cotas de inscrição das instituições participantes. Em 2007 o Programa MOEA recebeu contribuições do Governo da China e do Governo da Coréia.

Em 2007, o Departamento de Relações Exteriores coordenou oito Cátedras das Américas, que contaram com a participação de prestigiosos oradores: a senadora chilena Soledad Alvear; os Ex-Chanceleres de El Salvador, Doutor Oscar Santamaría e Doutor Fidel Chávez Mena, a Secretária de Estado da Espanha para a Ibero-América, Trinidad Jiménez; o Ex-Presidente do Chile, Ricardo Lagos; o Vice-Presidente do Tribunal Popular Supremo da China, Wan Exian; o Administrador do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Kemal Dervis; a Secretária Especial da Presidência do Brasil para Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro; e o Prêmio Nobel de Economia e Professor de Economia da Universidade de Colúmbia, Joseph Stiglitz. Essas Cátedras foram transmitidas ao vivo ou gravadas, pelo EDUSAT, pela Venevisión, pela A Voz da América e pela HITN, entre outros. As sugestões para a segunda fase do programa de cátedras, correspondente ao período junho de 2006-dezembro de 2007, foram publicadas na segunda edição do *Livro da Cátedra das Américas*.

A Cátedra das Américas continuou a contar com o apoio da Universidad de San Martín de Porres (USMP) que estendeu o acordo assinado com a Secretaria-Geral por um período adicional de 12 meses. Outros patrocinadores foram a República Popular da China, a França e a Espanha.

#### **2.1.1.4 Departamento de Imprensa e Comunicações**

O Departamento de Imprensa e Comunicações tem por objetivo principal divulgar os conteúdos do discurso político do Conselho Permanente, da Secretaria-Geral, da Secretaria-Geral Adjunta e de outros órgãos da Organização. Sem desviar-se de seu propósito, há dois anos o Departamento empenha-se em firmar a imagem de uma organização que ganha cada vez mais presença continental e cuja opinião é ouvida e respeitada no cenário internacional.

A distribuição dos comunicados oficiais que informam sobre as atividades da Secretaria-Geral, da Secretaria-Geral Adjunta, do Conselho Permanente e de outras instâncias da OEA e as transmissões por Webcast e rádio constituem o eixo em torno do qual se concentra o trabalho de divulgação jornalística.

As metas estratégicas da Organização, que falam de democracia, desenvolvimento, direitos humanos, processos eleitorais legítimos e governos bons e transparentes, plasmaram-se de tal modo nos conteúdos informativos que hoje em muitos países do continente aplaude-se ou critica-se a OEA por associá-la à defesa desses princípios. A participação da OEA nos processos eleitorais efetivados no período a que se refere este relatório instalou-se na memória de analistas e cidadãos, vinculando-se atualmente de maneira direta as Missões de Observação Eleitoral da OEA à legitimidade desses processos. Também se vincula a OEA à defesa dos direitos humanos e à solução das crises políticas, tudo isso, em boa medida, em virtude de uma adequada recepção pela opinião pública da mensagem emitida pela Organização.

Como medir o produto final da tarefa de divulgação? Quantificando a aparição da informação gerada pela assessoria de imprensa da OEA nos meios de comunicação social e comprovando até que ponto a OEA é vista pelo cidadão como um organismo em ação. Não há como dissimular os resultados: a notícia aparece ou não aparece na imprensa que se examina diariamente. A conclusão é que a informação reproduzida na mídia é quantitativa e qualitativamente superior à de anos anteriores. A síntese informativa diária (newsclips) elaborada pela equipe de jornalistas com base nas principais notícias dos jornais mais importantes dos 34 países membros reflete a quantidade e a qualidade da informação proveniente do Departamento de Imprensa.

O discurso da Secretaria-Geral sobre a sustentabilidade democrática, contra o narcotráfico ou a favor dos direitos humanos, e o papel das Missões de Observação Eleitoral, é material que ganha espaço na mídia e nas agências internacionais de notícias. A opinião política da OEA sobre os acontecimentos que vivem os países da área é esperada e reproduzida.

Quanto ao esquema de funcionamento, foi-se aperfeiçoando até chegar a uma prática cotidiana (inclusive os fins de semana), com a rotina de um meio de comunicação tradicional. A produção jornalística, que inclui a elaboração da notícia e a tomada de fotos, constituiu a base do trabalho de imprensa que diariamente se oferece a um número cada vez maior de meios do continente, que exigem informação de qualidade e oportuna.

Nesse tipo de interação com os meios de comunicação a lista de destinatários utilizada pelo Departamento de Imprensa e Comunicações cresceu aproximadamente 200% de maio de 2006 a maio de 2008, somente no que se refere aos meios escritos. Esse fenômeno não somente tem a ver com a qualidade da informação que se divulga, mas também com a fixação da imagem da Organização. Jornais e agências noticiosas do Hemisfério exigem cada mais comunicados e informação, o que leva a uma revisão permanente das listas de destinatários e dos dados de contato, a fim de se conseguir uma distribuição ampla que atenda aos usuários.

Do mesmo modo e em consequência da informação gerada pelos atores políticos da OEA, o número de comunicados aumentou significativamente. Criou-se um círculo virtuoso: quanto mais a informação aparece na mídia, maior interesse há em gerar notícia; e quanto mais se gera notícia, maior presença se percebe na mídia.

Todas as atividades desenvolvidas pela OEA são abordadas de maneira equilibrada pelo Departamento de Imprensa e Comunicações e todas se transformam num comunicado que é distribuído à mídia. Nem todas, no entanto, são reproduzidas pelos meios de comunicação. A

esse respeito, é necessário entender que para projetar a imagem de um organismo dessa natureza tem-se acesso a um mercado competitivo e que nem toda informação que nos diz respeito interessa a esse mercado. As necessidades de comunicação da Organização e os interesses informativos dos meios de comunicação nem sempre coincidem.

O trabalho sistemático realizado para firmar a mensagem política da OEA gerou, no entanto, um impacto favorável que culminou com a recolocação da Organização no âmbito da mídia. A informação é sistemática e transparente e quanto mais transparente, no que se refere à divulgação e à visibilidade de sua ação, mais identidade obtém com os cidadãos dos Estados membros, que se sentem parte dos processos de tomada de decisões. Desse modo, vincula-se a informação/OEA com a legitimidade da ação/OEA, porquanto as sociedades mais e melhor informadas desenvolvem maior grau de identificação com as instituições que as representam, nesse caso a Organização dos Estados Americanos.

O trabalho de fotografia, executado por dois profissionais, viu-se triplicado ou quadruplicado. A imagem com um texto explicativo, ou como parte de um comunicado, continua a ser uma boa fórmula, solicitada e bem recebida pela mídia de grande e pequeno porte. As galerias fotográficas exibidas diariamente na página da OEA na Web após cada atividade oficial são fonte crescente de abastecimento de jornais do norte, centro e sul do continente. Esse serviço, cada vez mais solicitado na Organização, despertou também o interesse das chancelarias e de outras instituições dos Estados membros, que muitas vezes incluem esse material em seus respectivos materiais informativos.

A revista *Américas*, por sua vez, abriu paulatinamente espaço para os temas políticos. A opinião de Primeiros-Ministros e Presidentes cobre as páginas de uma publicação que desperta o carinho da comunidade OEA e, agora, o interesse de um maior número de assinantes e de alguns jornais que também reproduzem seus artigos.

Merece menção especial o serviço de Webcast, que oferece divulgação simultânea a um grande número de eventos realizados na sede da OEA, fundamentalmente no que diz respeito a sessões do Conselho Permanente e eventos especiais (fóruns, seminários, workshops, cátedras etc.). A transmissão desses eventos é utilizada fundamentalmente pelos jornais, uma vez que os meios televisivos e de rádio dispõem de transmissões diretas das atividades da Organização.

#### **2.1.1.5 Escritório do Cerimonial**

O Setor de Protocolo planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização, do Conselho Permanente, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e dos departamentos da Secretaria-Geral. É o elemento de ligação entre as Missões Permanentes e o Departamento de Estado em assuntos que dizem respeito ao registro, ao visto do pessoal das Missões e aos privilégios e imunidades do pessoal diplomático das Missões. Também organiza e coordena o uso do Edifício Principal para funções de caráter protocolar ou sociocultural e imprime e mantém em dia na Intranet o Guia das Missões.

No período informado o Setor organizou sessões protocolares para a visita do Chefe de Estado de El Salvador e prestou apoio às sessões extraordinárias realizadas para receber vice-presidentes

e ministros convocados pelo Conselho Permanente. Foram organizadas cerimônias e sessões protocolares para o Dia das Américas, para o aniversário de Simón Bolívar e para comemorar o Descobrimento da América - Encontro de Dois Mundos. O Setor coordenou a apresentação de credenciais dos Representantes Permanentes da Bolívia, Peru, Suriname, Nicarágua, Equador, México e Bahamas e as visitas de cortesia de vários Observadores Permanentes. Foram organizadas recepções para a despedida dos embaixadores de Santa Lúcia, Jamaica, São Vicente e Granadinas, México e Costa Rica.

Sob a coordenação do Setor de Protocolo, foram realizadas duas “Semanas dos Países”, um programa mediante o qual os países membros e Observadores Permanentes promovem eventos culturais ou acadêmicos durante uma semana.

No decorrer do ano o Setor de Protocolo organizou 52 cerimônias de assinatura, depósito ou ratificação de protocolos e de outros acordos entre a Organização e os países membros ou outras entidades. O Setor também revisou e processou cerca de 4.000 solicitações das Missões Permanentes e seu pessoal, entre as quais credenciamentos, mudanças e renovações de visto e prorrogação de permanência. Outras solicitações referiram-se a autorizações de trabalho e suas respectivas renovações, importação e aquisição de artigos livres de impostos, concessão de autorização de trabalho para dependentes, obtenção e renovação de cartões de isenção de imposto e carteiras de motorista e pedidos relacionados com o registro, renovação de registros, verificação de seguros, venda ou exportação de veículos.

No decorrer da Assembléia Geral do Panamá, o Setor de Protocolo colaborou estreitamente com o país sede na organização da cerimônia de abertura e outros eventos.

### **2.1.2 Secretaria de Cúpulas**

A Secretaria de Cúpulas (SC) presta apoio técnico e logístico ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC); administra a Rede de Informação da Cúpula das Américas; mantém a memória institucional do processo de Cúpulas; realiza as atividades de acompanhamento dos mandatos acordados pelos Chefes de Estado e de Governo; preside o Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas e coordena a participação da sociedade civil e dos povos indígenas na OEA e no processo de Cúpulas.

A Secretaria de Cúpulas coletou as informações necessárias à aplicação, no âmbito da OEA, dos mandatos da Quarta Cúpula, realizada em Mar del Plata. No período ordinário de sessões do GRIC, na sede da OEA, em 29 de março de 2007, os coordenadores nacionais dos 34 Estados membros analisaram o andamento da execução dos mandatos decorrentes da Quarta Cúpula e discutiram os desafios que enfrenta a Região na preparação da Quinta Cúpula.

A Reunião Ministerial do GRIC teve lugar em 5 de junho de 2007, na Cidade do Panamá, por ocasião do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA. Em nome do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC), o Secretário-Geral apresentou à referida Reunião Ministerial a publicação intitulada "Rumo à Quinta Cúpula das Américas. Desafios regionais", uma coletânea institucional das diferentes perspectivas sobre os desafios que enfrenta o Hemisfério, preparada pela SC.

A Secretaria elaborou uma metodologia para a apresentação de relatórios pelos Estados membros sobre a aplicação dos mandatos das Cúpulas, a fim de facilitar a supervisão efetiva do progresso obtido quanto a realizações concretas e próximos passos.

No decorrer do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a Secretaria de Cúpulas organizou um diálogo dos Ministros das Relações Exteriores com representantes da sociedade civil e coordenou a participação de 78 organizações da sociedade civil e 16 intervenções da sociedade civil. Ademais, na véspera desse acontecimento, a Secretaria de Cúpulas coordenou um diálogo informal entre o Secretário-Geral da OEA e mais de 120 representantes da sociedade civil.

Anteriormente à Assembléia Geral, nos dias 10 e 11 de maio, a Secretaria de Cúpulas organizou na sede da OEA em Washington, D.C, uma mesa-redonda com a sociedade civil e a reunião especial da CISC sobre a agenda. Quarenta e quatro representantes da sociedade civil tomaram parte no evento e elaboraram um documento denominado Recomendações da sociedade civil, em que se consideram cinco temas: energia para o desenvolvimento sustentável; promoção da democracia e governabilidade; promoção e proteção dos direitos humanos; segurança hemisférica; desenvolvimento social; e luta contra a pobreza. As recomendações foram apresentadas aos Estados membros da OEA na reunião especial da CISC realizada em 11 de maio de 2007 e encaminhadas aos Ministros das Relações Exteriores de todos os Estados membros.

O Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas elaborou e apresentou, na Reunião Ministerial no âmbito da Assembléia Geral no Panamá, um relatório sobre o trabalho por ele realizado na aplicação dos mandatos da Cúpula, intitulada *"Realizações das Cúpulas das Américas. Avanços desde Mar del Plata"*.

Nove organizações da sociedade civil foram selecionadas para receber um total de US\$100.000.00 em fundos para a execução de projetos no âmbito da Iniciativa Interamericana de Parceria com a Sociedade Civil 2006-2007, com o apoio do Open Society Institute. As organizações selecionadas para a execução de projetos relacionados com a Iniciativa atuaram nas seguintes áreas: promoção e divulgação da Carta Democrática Interamericana; aperfeiçoamento da cooperação entre a sociedade civil e os governos para prevenir a tortura; promoção dos direitos humanos das mulheres para abordar o problema da violência doméstica; direitos humanos dos migrantes em zonas fronteiriças; luta contra a discriminação racial; promoção dos direitos humanos dos povos indígenas nas Américas; promoção da participação política da mulher nas Américas; andamento da aplicação da Convenção Interamericana contra a Corrupção; promoção da criação de redes da sociedade civil; e supervisão do cumprimento das Cúpulas das Américas.

A Secretaria obteve, em 2007, recursos financeiros externos no montante aproximado de US\$875. Ademais, vem mantendo negociações com os governos do Canadá e da Alemanha, com vistas ao financiamento de projetos relacionados com seu próprio fortalecimento (US\$1.200.000) e com a promoção da participação dos indígenas nas atividades da OEA e no Sistema Interamericano (€500.000).



## 2.2 ESCRITÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

*Em conformidade com o artigo 115 da Carta da OEA, e de acordo com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as respectivas resoluções dos Conselhos, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto atua como Secretaria do Conselho Permanente, presta serviços consultivos ao Secretário-Geral e tem a seu cargo as atividades que este lhe atribui.*

### **Escritório do Secretário-Geral Adjunto**

No decorrer de 2007, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto prestou serviços de assessoramento ao Secretário-Geral, colaborou com as atividades de várias dependências da Secretaria-Geral e envidou esforços por apoiar os Estados membros na busca de soluções nas áreas que para eles revestem importância crítica.

Na qualidade de Secretário da Assembléia Geral, o Secretário-Geral Adjunto coordenou os serviços técnicos e operacionais com vistas à realização do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em junho de 2007, na Cidade do Panamá, Panamá. Também supervisionou os serviços técnicos preparatórios do Trigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, a ser realizado em Medellín, Colômbia, em junho de 2008.

O Escritório da Secretaria da Assembléia Geral, da Reunião de Consulta, do Conselho Permanente e de órgãos subsidiários colaborou com os Representantes Permanentes dos Estados membros e Observadores Permanentes na preparação e realização das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho bem como das sessões protocolares em que foram recebidos Chefes de Estado e de Governo. Também prestou apoio às reuniões conjuntas do Conselho e da Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CEPCIDI) e às reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI sobre o Projeto de Carta Social das Américas. O Gabinete do Secretário-Geral Adjunto continua, ademais, a cooperar com a presidência da CEPCIDI no que se refere à possível criação de uma Comissão Permanente de Desenvolvimento Integral.

Como resultado da entrada em vigor da Ordem Executiva 05-13 Rev.1, em 2007, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto também teve sob sua responsabilidade o Escritório de Conferências e Reuniões, o Escritório de Serviços Culturais – que inclui a Biblioteca Colombo e o Museu de Arte das Américas –, o Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral nos Estados membros e o Escritório de Coordenação das Unidades Especializadas [entre as quais se encontram a Secretaria Permanente da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), a Direção-Geral do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN), a Secretaria da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) e a Secretaria da Comissão Interamericana de Portos (CIP)].

No período a que se refere este relatório, o Escritório do Secretário-Geral Adjunto coordenou reuniões especiais e privadas do Conselho Permanente, reuniões conjuntas do Conselho

Permanente e da CEPCIDI e reuniões periódicas de coordenação entre os Presidentes do Conselho e os coordenadores regionais.

O mesmo apoio e coordenação foram estendidos a outras instâncias, tais como o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) e a Conferência dos Estados Partes na Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA), e às reuniões da Comissão Consultiva da CIFTA, da Comissão Especial contra a Criminalidade Organizada Transnacional, do Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, do Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar um Projeto de Convenção Interamericana Contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância e do Órgão Consultivo Conjunto da Comissão de Segurança Hemisférica e da CEPCIDI sobre a Redução de Desastres Naturais e a Gestão de Riscos.

O Escritório do Secretário-Geral Adjunto, por determinação do Secretário-Geral, vem também coordenando as atividades da Secretaria na área de desastres naturais. Nesse campo colaborou com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável e os órgãos, organismos e entidades pertinentes do Sistema Interamericano. Dispensou especial atenção a casos específicos de desastres em certos países, que levaram à realização de reuniões da Comissão Executiva da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais. Também foram adotadas medidas com vistas a angariar contribuições do Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência para os países afetados por desastres naturais.

O Secretário-Geral Adjunto representou o Secretário-Geral em diversas reuniões internacionais em que se abordou a situação do Haiti, reconstituiu o Grupo de Amigos do Haiti em Washington D.C. e viajou ao país em várias ocasiões para reunir-se com as autoridades governamentais e as partes interessadas.

## **2.2.1 Chefe de Gabinete do Secretario Geral Adjunto**

### **2.2.1.1 Escritório de Conferências e Reuniões**

A missão do Escritório de Conferências e Reuniões (OCR) é definir, atualizar, integrar e administrar os recursos destinados aos serviços de conferências que a Secretaria-Geral proporciona aos órgãos políticos da Organização. O OCR é dividido em três seções, responsáveis por coordenar os diversos serviços de conferências, de idiomas oficiais, de informação, de reprodução e de distribuição de documentos.

O OCR continuou a desenvolver e a integrar sua infra-estrutura de apoio e serviços às reuniões dos órgãos políticos e apoiou o planejamento, a organização e a estruturação logística e de serviços para a realização de 725 reuniões da OEA. Promoveu a atualização do sistema de calendário semestral e anual de reuniões e a racionalização do uso dos recursos para os serviços de conferências. Em apoio permanente à CAAP, encarregou-se do controle e gerenciamento do Subprograma 21-C do Fundo Ordinário para o financiamento das reuniões não programadas da OEA e prestou o apoio necessário à realização de dois períodos extraordinários de sessões da Assembléia Geral, em outubro e novembro de 2007.

O Escritório cuidou da implementação de um sistema eletrônico de registro/inscrição para a Assembléia Geral e prosseguiu o processo de modernização das instalações dos serviços de conferências, dotando-os de equipamentos do mais alto nível tecnológico. Nesse esforço, foi concluída a reforma do salão de conferências Libertador Simón Bolívar.

Em matéria de conferências, o OCR ofereceu apoio logístico à organização e realização de 725 reuniões, o que representa um aumento de 9% em relação ao período anterior. Na sede foram realizadas 685 reuniões dos órgãos políticos e técnicos e nos Estados membros, 40 reuniões de alto nível.

O OCR presta serviços de tradução e interpretação simultânea nos quatro idiomas oficiais a todas as reuniões de órgãos, organismos e entidades da Organização, na sede e nos Estados membros. No ano a que se refere este relatório foram traduzidas mais de 55.500 páginas para os quatro idiomas oficiais, o que representa um aumento de 25% em relação ao ano anterior. Prosseguiu a política de renovação de equipamentos e ampliação de programas para apoiar e melhorar os serviços de idiomas, entre os quais se destaca o programa mestre especializado TRADOS e o glossário multilíngüe MultiTerm. Também prosseguiram os contatos interinstitucionais para o intercâmbio de glossários e terminologia com outros organismos internacionais e ampliou-se a biblioteca eletrônica de documentos e outras fontes de referência da OEA.

O OCR reproduziu e distribuiu documentos oficiais da Organização, inclusive a impressão dos documentos base e respectivas cópias, distribuição e armazenamento eletrônico, além do programa de permanente aperfeiçoamento dos arquivos da Biblioteca Colombo. Dentre as principais atividades desenvolvidas nesse campo destacam-se: impressão e distribuição de mais de 5.400 documentos individuais que representam no conjunto uma tiragem total de mais de 4.500.000 páginas; impressão e distribuição de 12.860 convites para o Museu de Arte das Américas e o Escritório do Cerimonial, o que representa um aumento da ordem de 38% em relação ao ano anterior; distribuição de mais de 2.400 cópias de atas; modernização de equipamentos; armazenamento de informação e manejo de documentos por meio do sistema de banco de dados IDMS; fortalecimento, juntamente com o DPC, da possibilidade de oferecer acesso a um grupo mais numeroso de pessoas nos Estados membros às sessões dos órgãos políticos e a outros eventos de grande destaque, utilizando a metodologia de transmissão pela Internet conhecida como Webcast.

### **2.2.1.2 Escritório de Serviços Culturais**

#### **Biblioteca Colombo**

A Biblioteca Colombo foi criada pela Primeira Conferência Internacional Americana, em 18 de abril de 1890. A Biblioteca funciona como um centro moderno de informação e documentação que oferece dados essenciais à Secretaria-Geral da OEA, às Missões Permanentes e à comunidade diplomática. É também aberta ao usuário externo interessado no trabalho da Organização e do Sistema Interamericano.

Atualmente a Biblioteca é depositária da memória institucional da Organização dos Estados Americanos, da União Pan-Americana e do Sistema Interamericano. Nessa função deu

continuidade ao Projeto de Preservação e Digitalização, que proporcionará imagens digitais a um grupo seletivo de resoluções e declarações do Conselho Permanente e atas e documentos da Assembléia Geral. Foram escolhidas 50.000 imagens para digitalização. Em 2007, 2.548 imagens de documentos da OEA foram escaneados e verificados com vistas ao controle de qualidade. Esse projeto proporciona acesso *on-line* ao texto completo dos documentos da OEA, o que implica sua transformação em objeto digital e em texto legível por máquina.

Recentemente a Biblioteca Colombo adquiriu o programa *Library Solution* para facilitar sua participação num Sistema Integrado de Biblioteca Automatizada. O sistema permite que a Biblioteca preste serviços que irão automatizar todas as suas funções.

O pessoal da Biblioteca colocou 9.100 códigos de barra – oferecidos pela The Library Corporation – em materiais que já se encontram no banco de dados do Catálogo de Acesso Público *On-line* da Biblioteca (OPAC). Esses códigos de barra identificam cada artigo individual e são usados para unir materiais, usuários e expedientes administrativos. A Unidade de Aquisições, por sua vez, recebeu e processou 2.463 livros e publicações periódicas.

A Biblioteca continua a atribuir o Número Internacional Normalizado de Livros (ISBN), o que assegura que as novas publicações e documentos da OEA estejam imediatamente disponíveis no catálogo eletrônico.

A Unidade de Referência, pela qual passaram 15.013 livros e 1.002 publicações periódicas, respondeu a 5.973 pedidos de informação. Desses pedidos, 1.073 foram recebidos mediante o sistema *Ask a Librarian*, um serviço oferecido pela Biblioteca em sua página eletrônica. Foram usados 171 metros cúbicos de fotografias históricas para responder a esses pedidos e 505 documentos da OEA foram enviados em formato eletrônico. Foram processados 721 pedidos de empréstimos entre bibliotecas. A Unidade de Controle de Documentos respondeu a aproximadamente 1.235 pedidos de informação e a Unidade de Administração de Arquivos, a 300.

A capacidade do serviço de referência aumentou com o uso de vários bancos de dados. A Biblioteca é assinante da *First Search* e pode oferecer informações de 70 bancos de dados que abrangem uma grande variedade de temas mediante o acesso a milhares de bibliotecas no mundo e a 5,9 milhões de artigos em texto eletrônico de 9.000 publicações periódicas, inclusive 3.500 revistas eletrônicas.

A versão de busca na rede do *Hispanic American Periodicals Index* (HAPI) oferece informação mundial sobre a América Central e a América do Sul, o México e o Caribe, a região fronteira Estados Unidos-México e os hispânicos nos Estados Unidos. A Biblioteca continua a ter acesso ao *WorldCat*, que dispõe de mais de 88 milhões de registros bibliográficos e de um bilhão de registros únicos, e ao *Lexis-Nexis*. A Biblioteca também é assinante da *The Economic Intelligence Unit – Selected Country Profiles and the Official Document System of the United Nations On-Line*.

Foram recebidos, processados e distribuídos 14.740 documentos e preparadas ajudas de busca para colaborar na recuperação desses documentos. A Coleção de Documentos compreende 324.055 arquivos históricos em formato papel dos anos 1960-2007.

Foram providenciadas 23 novas classificações para documentos da OEA e 75 publicações da OEA foram enviadas a bibliotecas depositárias e a instituições que solicitam doações ou mantêm um programa de intercâmbio com a Biblioteca Colombo.

A Unidade recebeu 7.350 publicações de diferentes escritórios da Secretaria-Geral, algumas delas incorporadas à coleção.

A Biblioteca processou, microfilmou e distribuiu a bibliotecas universitárias e especializadas a Série de Arquivos Oficiais da OEA. As vendas contribuem para que a Biblioteca cumpra o mandato de buscar fontes externas de financiamento. Os depósitos na conta do Convênio Hipólito Unanue somaram US\$19.752.

A Biblioteca Colombo realizou seis exposições que incluíram livros do Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Panamá, Peru, Espanha e Uruguai, doados pelo Grupo de Amigos da Biblioteca; livros doados pela Universidade San Martín de Porres, de Lima, Peru; a exposição Juventude nas Américas, por ocasião do Simpósio Juvenil da OEA; Relações Caribe/EUA juntamente com a Conferência sobre o Caribe; Lugares de Culto nas Américas; e Jóias da Coleção de Livros Raros.

Menção especial cabe ao Grupo de Amigos da Biblioteca, criado em 1994 e atualmente constituído pelos Embaixadores das Missões Permanentes e Missões de Observadores Permanentes. A função do Grupo é assessorar a Biblioteca Colombo na condução de algumas de suas atividades e na promoção de seus programas. O Grupo é presidido atualmente pelo Embaixador Arístides Royo, Representante Permanente do Panamá.

### **Museu de Arte das Américas**

O Museu de Arte das Américas foi criado em 1976, por resolução do Conselho Permanente, para promover a produção artística, o entendimento e a cooperação cultural no Hemisfério. O Museu coleciona e conserva obras de mérito artístico e histórico para a coleção permanente e materiais de documentação para os arquivos de arte; organiza exposições na sede e fora dela; realiza atividades educacionais, programas públicos e eventos culturais, alguns deles em parceria com outras instituições afins, e presta serviços de referência.

Em 2007 o Museu realizou as seguintes exposições na sede: *!Merengue! Ritmos visuales*, em colaboração com o Centro Cultural León Jiménez, da República Dominicana; *Landings 5*, um projeto cultural do National Institute of Culture and History, de Belize; *Imaginando Guatemala*, fotografias da Coleção CIRMA, 1850-2006, em colaboração com o Centro de Pesquisas Regionais da Mesoamérica; e *México Festival de Juguetes*, exposição interativa em colaboração com o Museu Infantil Papalote e o Instituto Cultural do México.

Também foram apresentadas exposições no Terrace Level do edifício GSB, inclusive *Landmines and children in Nicaragua*, em colaboração com a Seção de Remoção Humanitária de Minas; *Forty-eight States*, fotografias de Candace Gaudani, dos Estados Unidos; e uma exposição fotográfica documentando o trabalho humanitário do International Committee of the Red Cross (ICRC), em colaboração com o ICRC.

Em 2007, graças a uma doação do Governo do Brasil para equipar uma sala de projeção, o Museu lançou o novo programa *Cine-Américas*. Entre julho e dezembro de 2007, o programa apresentou 14 filmes: *O caminho das nuvens*, *Eu tu eles*, *Central do Brasil* e *Peões* (Série Brasil); *Donde acaban los caminos*, *Lo que soñó Sebastián* e *Las Cruces: Poblado próximo* (Série Guatemala); *Bolívar soy yo*, *Confesión a Laura*, *Maria Cano*, *Los colombianos tal como son* e *En busca de Gabo* (Série Colômbia); e *Sé que me vienen a matar* e *Mientras llega el día* (Série Equador).

Em 2007 o Museu organizou, ademais, as seguintes exposições da Coleção Permanente fora da sede: *Arte del grabado*, que viajou ao Centro Cultural de Dallas, Texas, e *Obras destacadas de la Colección Permanente de Artistas del Caribe*, apresentada no Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Também foram emprestadas obras da coleção ao Instituto Ítalo-Latino-Americano em Roma para a exposição *Estructuras cromáticas de Fanny Sanin* e ao Centro Cultural do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a exposição *Diplomacia artística*. Para a Conferência sobre a Juventude, organizada pelo YABT, o Museu emprestou uma seleção da coleção *Imagens de Crianças e Famílias*.

No âmbito da atividade “arte-no-escritório”, 235 obras da coleção foram emprestadas a escritórios escolhidos e áreas públicas dos edifícios da sede.

Nesse período, o Museu incorporou 14 doações à coleção permanente, inclusive pinturas de Fernando Montes, da Bolívia, e de Ernesto "San" Avilés, de El Salvador; gravuras de Ignacio Iturria, do Uruguai, José Luis Cuevas, do México, Antônio Poteiro, do Brasil, Raúl Soldi, da Argentina, Fernando de Szyszlo, do Peru, e Galo Galecio, do Equador; fotografias de Candace Gaudiani, dos Estados Unidos, e um desenho de Carlos Duque, da Colômbia. Obras da coleção permanente foram reproduzidas em várias publicações acadêmicas em 2007, inclusive *Art History*, de Marilyn Stokstad (Prentice Hall); *Memorias de Pedro Friedebeg*, de James Oles; *Avancemos 2007 (Nivel 3)*, de McDougal Little; e *Imágenes proyectadas del Centro Cultural Muros*, do México.

O Museu ofereceu em 2007 seis conferências relacionadas com as exposições nele realizadas: *Los Ritmos visuales del merengue en el arte dominicano*, de Sara Hermann, curadora do Centro Cultural León Jiménez; *Nacionalismo en la música dominicana*, da musicóloga Floralba Del Monte; *Tocando la vida*, do percussionista Felle Vega; *Imágenes y realidades en la sociedad e cultura en Guatemala*, de Tani Marilena Adams, Ex-Diretora do CIRMA; *Reflexiones sobre la fotografía contemporánea en Guatemala*, do fotógrafo José Manuel Mayorga; *Guatemala's paradox: political pursuits, ethnic diversity, and warring images*, da Doutora Deborah J. Yashar, Diretora do Programa de Latin American Studies, da Princeton University. Também foram realizados 16 workshops de arte sobre temas de imigração e comunidade, merengue dominicano, barriletes guatemaltecos e brinquedos mexicanos. Do mesmo modo, 1.820 pessoas de

universidades, liceus, colégios e outras associações educacionais ou culturais participaram de visitas guiadas e sessões informativas. Outras 654 pessoas assistiram a conferências, filmes e *workshops*, apoiados em parte pela Charles Delmar Foundation.

Em 2007, as seguintes exposições foram acompanhadas por catálogos, todos eles financiados por fontes externas à OEA: *¡Merengue ritmos visuales!*”, catálogo a cores, de 92 páginas; *“Landings 5”*, catálogo a cores, de 128 páginas; e *“Imaginando Guatemala”*, catálogo em preto e branco, de 134 páginas.

O Museu participou em 2007 da “artDC”, a primeira feira de arte em Washington, D.C., realizada no Washington Convention Center. Nos três dias da artDC, o Museu esteve presente com um estande em que funcionários prestaram informações sobre suas exposições e programas mediante brochuras e vídeos. Estima-se que 10.000 pessoas visitaram a artDC.

Em colaboração com a Associação dos Amigos do Museu e a Associação dos Adidos Culturais Ibero-Americanos, foi organizada a “remArte 2007”, leilão de arte para arrecadar fundos e atrair novos membros para os Amigos do Museu. Em colaboração com o National Museum of Women in the Arts, o Center for Latin American Studies, da Georgetown University, e a Editorial Televisa, foi apresentado o programa especial *“Una noche con Isabel Allende”*, no Salão das Américas. O Museu também colaborou com a Galería La Sala, no Chile, para organizar um concurso nacional de arte, que originou a doação de uma pintura mural para sua coleção. A obra ganhadora, do artista chileno Rodrigo Cabezas, foi selecionada por um júri de altíssimo nível e será instalada no edifício GSB em 2008. A experiência do concurso chileno lançará as bases para concursos semelhantes em outros países membros.

Cerca de 19.000 pessoas assistiram a programas do Museu na sede, o que representa um aumento de 30% com relação a 2006. Foram registradas 359.259 visitas à página eletrônica do Museu.

### **2.2.1.3 Escritório de Coordenação dos Escritórios e Unidades da Secretaria-Geral**

O Escritório de Coordenação empenhou-se em melhorar os problemas de custos e funcionamento adequado dos Escritórios bem como em avaliar como vêm sendo implementadas as novas estratégias e diretrizes de gestão com vistas ao melhoramento de sua eficiência e produtividade.

Também com o objetivo de melhorar a representação no campo, e em consulta com o Departamento de Recursos Humanos, foram atualizadas as funções e responsabilidades dos Representantes da OEA nos países, para que reflitam uma equipe mais proativa e que melhor atenda às prioridades e mandatos da Organização. O Escritório de Coordenação e o Departamento de Recursos Humanos prepararam cursos de capacitação no idioma espanhol para alguns Escritórios de língua inglesa.

Nesse período foram substituídos veículos obsoletos nos Escritórios, que também receberam 17 computadores e mais de 13 escâneres novos.

## 2.3 SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

*A Subsecretaria de Assuntos Políticos, criada mediante a Ordem Executiva 05-13, Rev. 1, é constituída pelo Departamento de Prevenção de Crises e Missões Especiais, pelo Departamento para a Cooperação e Observação Eleitoral (DCOE) e pelo Departamento de Modernização do Estado e Governabilidade (DMEG).*

### 2.3.1 Departamento de Prevenção de Crises e Missões Especiais (CPCME)

O Departamento de Prevenção de Crises e Missões Especiais da Subsecretaria de Assuntos Políticos é a expressão da capacidade institucional de análise política e de prevenção, gestão e solução de crises e conflitos. Tem como função principal apoiar os esforços do Secretário-Geral e do Subsecretário de Assuntos Políticos por solucionar e prevenir desafios, situações e crises político-institucionais que ocorrem ou possam ocorrer na região. Como parte dessa tarefa, o DPCME utiliza uma metodologia de múltiplos cenários para realizar a análise política de diferentes situações, com base em indicadores políticos, econômicos e sociais, com o objetivo final de recomendar cursos de ação às autoridades da Secretaria-Geral. O DPCME também presta assessoramento e apoio técnico às Missões Especiais determinadas pelo Conselho Permanente ou pelo Secretário-Geral em resposta a uma crise político-institucional ou à solicitação de algum Estado membro.

Na esfera da análise política e fortalecimento da capacidade institucional, o DPCME organizou dois fóruns internacionais em 2007 para dar continuidade ao debate de temas centrais para a sustentabilidade democrática e as perspectivas de fortalecimento da capacidade de resposta da OEA em apoio aos Estados membros. Cada fórum teve a participação de expositores de reconhecida trajetória na área política, acadêmica ou setorial conforme o tema específico, inclusive membros da “Democracy Practitioners Network”. O fórum realizado em janeiro de 2007 em Santiago, Chile, propiciou o debate sobre as estruturas político-institucionais que afetam a governabilidade democrática. O fórum realizado em Lima, Peru, em dezembro do mesmo ano, propiciou a análise da perspectiva de atores estatais e não estatais sobre o papel institucional da OEA e dos Estados ante a crescente demanda por uma cidadania plena que aborde os desafios suscitados pela coexistência da democracia e dos altos níveis de pobreza e desigualdade. Ambas as atividades foram realizadas com o apoio do Governo do Canadá e contaram com a participação de autoridades do governo, delegações dos Estados membros da OEA, dirigentes políticos, representantes de organizações da sociedade civil e do setor acadêmico, jornalistas e membros do corpo diplomático.

Em 2007, o DPCME realizou um ciclo de mesas-redondas destinado a aumentar a compreensão e a aprofundar o conhecimento dos membros do Departamento acerca de uma série de temas chave na região, que exercem impacto na sustentabilidade democrática. Essas mesas-redondas tiveram a participação de especialistas provenientes de diferentes setores (acadêmico, político, jornalístico etc.) e países da região. As exposições e discussões mantidas nesses eventos proporcionam uma idéia mais clara das implicações dos temas escolhidos na governabilidade. A primeira mesa-redonda, “O Impacto da (In)Segurança na Governabilidade Democrática no



México, na América Central e na República Dominicana”, em 20 de agosto, foi dividida em três painéis: América Central e México, Triângulo Norte e Triângulo Sul (inclusive Panamá e República Dominicana). O DPCME criou um banco de dados de especialistas de toda a região em temas considerados na Carta Democrática Interamericana, tais como reforma eleitoral, acesso à justiça, participação do cidadão, reforma constitucional, governabilidade e transparência. O propósito do banco de dados é facilitar o trabalho da Secretaria de Assuntos Políticos de identificar especialistas em temas específicos, que possam participar de Missões de Observação Eleitoral, fóruns e workshops organizados pela SG/OEA. O banco de dados dispõe de aproximadamente 80 especialistas dos setores público, privado e acadêmico provenientes de todos os Estados membros.

### **Missões Especiais**

O Secretário-Geral continuou a prestar apoio aos esforços do governo equatoriano por promover a estabilidade do sistema democrático e o desenvolvimento do processo constituinte. Em resposta à solicitação de apoio das autoridades equatorianas, o Secretário-Geral ratificou a designação de José Antonio Viera-Gallo como seu representante pessoal nesse país e, em virtude de sua posterior nomeação para Ministro de Estado, designou para o seu lugar Enrique Correa. No decorrer de 2007, o novo representante manteve contato com as autoridades e uma grande variedade de atores do país, acompanhou *in situ* os aspectos políticos, jurídicos e técnicos do processo constituinte (convocação, eleição e instalação da Assembléia Constituinte) e dirigiu a Missão de Observação Eleitoral enviada para a consulta popular sobre a convocação da Assembléia e a eleição de constituintes. Essas atividades foram realizadas em estreita coordenação com as autoridades de governo, em conformidade com as disposições da Carta Democrática Interamericana e da Carta da OEA. A SG/OEA também promoveu o intercâmbio de experiências internacionais sobre processos constituintes e colocou à disposição das novas autoridades da Assembléia o eventual apoio no desenvolvimento do processo.

Em 2007, a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), na etapa de pós-desmobilização das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), concentrou suas tarefas na verificação do desmantelamento da estrutura armada desse grupo ilegal e no processo de reintegração de mais de 30 mil ex-combatentes, no acompanhamento da situação da ordem pública nas zonas em que havia a presença das AUC bem como no monitoramento da aplicação da Lei de Justiça e Paz. Nesse campo, a MAPP/OEA acompanhou em 2007 as comunidades vítimas da violência como sujeitos fundamentais do processo e apoiou iniciativas de paz locais. A Missão também contribuiu para articular as gestões dos diferentes entes estatais, assumindo o trabalho de acompanhamento de promoção da confiança junto às comunidades afetadas pela violência.

O DPCME deu continuidade ao trabalho de mediação política internacional por meio do Fundo de Paz, especialmente em relação à controvérsia entre Belize e Guatemala. Nesse sentido, a SG/OEA, por meio do Representante Especial do Secretário-Geral para Belize e Guatemala, promoveu as negociações entabuladas no âmbito do “Acordo sobre uma Estrutura de Negociação e Medidas de Fortalecimento da Confiança”, entre os governos de Belize e Guatemala, assinado em 7 de setembro de 2005. Nesse sentido, no decorrer das negociações o Secretário-Geral recomendou que se recorresse à Corte Internacional de Justiça ou a um tribunal arbitral com

vistas a dirimir os diferentes aspectos da controvérsia territorial. Atendendo a ambas as partes a OEA continuará a contribuir para a elaboração do acordo de compromisso cujos termos serão submetidos à decisão da instância pertinente.

Por outro lado, o Escritório da Secretaria-Geral da OEA na Zona de Adjacência vem realizando uma série de verificações e atividades de apoio a várias instituições de Belize e Guatemala, inclusive as Forças Armadas. Também em 2007, procedeu-se à execução do Projeto de Reassentamento da Comunidade de Santa Rosa que consiste no traslado voluntário de uma comunidade de 17 famílias guatemaltecas localizadas na Zona de Adjacência administrada por Belize para território da Guatemala. Foram adquiridos os terrenos e fez-se a transferência de 11 das 17 famílias que constituem essa comunidade. Espera-se concluir esse projeto em meados de março de 2008.

A Comissão Forense Internacional foi criada a pedido do Governo colombiano para colaborar e tomar parte nos processos de identificação e investigação relacionados com os falecimentos, em junho de 2007, de onze deputados no Departamento del Valle del Cauca. Por meio do convênio entre o Governo colombiano e a Secretaria-Geral da OEA, a Comissão: i) prestou assistência e assessoramento técnicos; ii) examinou e analisou as provas para chegar a conclusões independentes referentes à identidade dos corpos e em seguida deu a conhecer suas conclusões ao Governo colombiano, o que promoveu a entrega mais rápida dos cadáveres a seus familiares; e iii) utilizou observações de autópsias e outras informações relevantes levadas à consideração da Comissão para chegar a possíveis conclusões referentes a questões próprias da investigação, tais como a determinação da causa da morte e a maneira por que ocorreu. Ademais, a presença da Comissão serviu de garantia adicional do processo de identificação dos cadáveres e da causa da morte. As conclusões oficiais da Comissão foram apresentadas por meio de um relatório do Secretário-Geral ao Conselho Permanente.

Quanto à assistência técnica, o Departamento participa dos exercícios das Operações de Manutenção de Paz Norte/Sul, exercícios apoiados pelas Nações Unidas e patrocinados pelo Comando Sul dos Estados Unidos. O objetivo desses exercícios é aumentar a capacidade e os conhecimentos dos participantes das OMP e promover a cooperação entre os militares latino-americanos, organizações não-governamentais e internacionais e organismos governamentais. O Departamento também participa como co-facilitador/instrutor com o United States Institute for Peace do módulo do Colégio Interamericano de Defesa sobre mecanismos de gestão de crises.

### **2.3.2 Departamento para a Cooperação e Observação Eleitoral (DCOE)**

O Departamento para a Cooperação e Observação Eleitoral foi criado pela Secretaria-Geral em 2007 e cumpre a tarefa de coordenar todas as ações especializadas no incentivo e apoio ao fortalecimento dos sistemas e instituições eleitorais e à realização de eleições limpas, justas e equitativas nos países membros.

Algumas das atividades fundamentais do Departamento são a organização, coordenação e execução das Missões de Observação Eleitoral solicitadas pelos Estados membros. No decorrer de 2007, a OEA enviou oito Missões de Observação Eleitoral a seis Estados membros, com a

participação de mais de 650 observadores e peritos em temas eleitorais. As MOE realizadas foram as seguintes:

- Equador: consulta popular sobre a instalação de uma Assembléia Constituinte (15 de abril de 2007)
- Jamaica: eleições parlamentares (3 de setembro de 2007)
- Guatemala: eleições gerais (9 de setembro de 2007)
- Equador: Assembléia Constituinte (30 de setembro de 2007)
- Costa Rica: referendo sobre o TLC com a República Dominicana, a América Central e os Estados Unidos (7 de outubro de 2007)
- Colômbia: eleições de governadores, prefeitos, deputados, vereadores e membros de Juntas Administradoras Locais (28 de outubro de 2007)
- Guatemala: segundo turno presidencial (4 de novembro de 2007)
- Paraguai: eleições internas da Associação Nacional Republicana (ANR) – Partido Colorado (16 de dezembro de 2007)

#### Cooperação técnica eleitoral

Na área da cooperação técnica eleitoral, o Departamento continuou a trabalhar em iniciativas destinadas à modernização e ao melhoramento da qualidade dos serviços prestados pelos organismos eleitorais ao cidadão, fortalecendo a capacidade institucional de realizar eleições livres, justas e transparentes. Em 2007, o Departamento colaborou com as autoridades eleitorais de vários países membros em temas como reestruturação administrativa institucional, modernização dos sistemas eleitorais, auditorias dos registros eleitorais e promoção da cooperação horizontal. Foram executadas as atividades abaixo descritas.

#### El Salvador

Auditoria integral do Registro Eleitoral mediante a qual foram analisados os processos, os atores, as fontes de informação e os dados utilizados pelo referido Registro ou que dele fazem parte. Mediante a execução dessa auditoria, definiram-se as ferramentas técnicas que o Tribunal Superior Eleitoral de El Salvador necessita implementar para garantir um cadastro depurado e confiável para os processos eleitorais de 2009.

#### Guatemala

Apoio em 2007, último ano de execução do projeto, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da Guatemala nas áreas de atualização e depuração do registro de cidadãos, descentralização das Juntas Receptoras de Votos e logística eleitoral para as eleições de 2007. A descentralização das Juntas Receptoras de Votos foi uma das tarefas principais do projeto, tendo como resultado o aumento dos índices de participação eleitoral no primeiro e no segundo turno presidencial de 2007.

Realização de encontros interinstitucionais e workshops para informar os funcionários permanentes e temporários do TSE sobre a reforma da lei eleitoral e de partidos políticos.

## Haiti

Treinamentos para o pessoal do Conselho Eleitoral com vistas ao desenvolvimento de sistemas de informação, gestão de portais e sistemas operacionais. Desenvolvimento e implementação de um software para organizações políticas, que possibilitará a redução do tempo que o Conselho Eleitoral despende no processamento e validação da informação, o melhoramento dos processos de verificação de informações dos partidos e candidatos, a confecção de listas de candidatos, cédulas e processos verbais, a implementação de meios de segurança, controle e monitoramento, para eliminar 100% do risco de manipulação de informação, e descentralização das atividades por meio dos escritórios regionais do Conselho Eleitoral.

Com a cooperação técnica da OEA, elaboração de manuais e procedimentos que podem ser aplicados efetivamente no departamento de comunicações do Conselho Eleitoral e preparação da lista eleitoral que será usada nas próximas eleições de senadores.

Execução de um plano piloto com conteúdos educativos e eleitorais, para oferecer serviços a 10% dos eleitores mediante o uso da rede de telefonia celular.

## Honduras

Cooperação em 2007 entre o Programa de Apoio ao Regime Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral na análise da reforma da lei eleitoral e na definição de possíveis reformas administrativas no âmbito institucional. Cooperou-se na preparação dos regulamentos para melhorar a gestão eleitoral e elaborou-se um manual de procedimentos que dispõe quatro processos básicos do Sistema de Registro de Eleitores. Com vistas aos processos eleitorais a serem realizados em Honduras em 2008, prestou-se apoio ao TSE na formulação do Plano Geral de Eleições Primárias, que conta com 11 projetos que definem os processos e atividades que deverão ser implementados.

## Estudos e desenvolvimento de metodologia

Foi realizado em 2007 o Projeto de Análise Estratégica Eleitoral nas Américas, que examinou os processos eleitorais do período eleitoral mais intenso de toda a história dos países das Américas (2005-2006) bem como a observação eleitoral da OEA. Os resultados dessa análise foram apresentados na publicação “O Ciclo Eleitoral 2005-2006 nas Américas: Um Balanço da Secretaria-Geral da OEA” e num fórum internacional realizado na Cidade do Panamá, Panamá, em 2 de junho de 2007, por ocasião da Assembléia Geral da OEA.

Também em 2007 prosseguiu a tarefa de padronizar os critérios e a metodologia de observação eleitoral da Organização, que havia sido formalmente iniciada em 2006. De fato, em outubro de 2007, foi publicada a “Metodologia para a Observação Eleitoral: Um Manual para as Missões de Observação Eleitoral da OEA”. Esse manual foi distribuído pela primeira vez na Segunda Reunião Internacional sobre a Implementação da Declaração de Princípios para a Observação Eleitoral Internacional, organizada pelo Departamento para a Cooperação e Observação Eleitoral na sede da OEA em Washington, D.C., da qual participaram representantes de 33 organizações que monitoram processos eleitorais em todo o mundo.

### **2.3.3 Departamento de Modernização do Estado e Governabilidade (DMEG)**

O Departamento de Modernização do Estado e Governabilidade foi criado pela Ordem Executiva No. 05-13 Rev. 3, de 30 de março de 2007, que define a missão a ele atribuída e as funções que desempenha na atualidade. Embora algumas dessas funções relacionem-se com programas e atividades em que a Subsecretaria de Assuntos Políticos venha trabalhando há muito tempo, outras correspondem a atividades e temas que, apesar de não serem alheios ao trabalho da SG/OEA, do ponto de vista da modernização do Estado e da governabilidade, imprimem uma forma diferente de aproximação.

#### **Seção sobre a Descentralização**

O meio local é um espaço econômico e político fundamental para promover o desenvolvimento econômico e social, fortalecer a democracia e consolidar a governabilidade. A Seção sobre a Descentralização incorpora a suas tarefas os campos de descentralização, governo local e participação cívica, considerando a estreita inter-relação entre esses campos.

A Seção sobre a Descentralização desempenha a função de Secretaria Técnica da Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão (RIAD) criada pela OEA para o acompanhamento de compromissos das Cúpulas Interamericanas. No período a que se refere este relatório, a Seção prestou apoio às autoridades da RIAD em reuniões de planejamento e coordenação, tais como a reunião do Comitê Diretor realizada na sede da OEA em janeiro de 2007. Nessa ocasião o Comitê acordou a implementação do projeto sobre “As conseqüências da descentralização nas Américas e os desafios da governabilidade democrática”. A partir daí, em cumprimento à resolução AG/RES. 2119 (XXXV-O/05), graças à ajuda financeira da Fundação Open Society Institute e à colaboração e à cooperação de outras instituições e de dependências da Secretaria-Geral, a Seção concluiu seis estudos sobre aspectos sociais, econômicos, financeiros e políticos da governabilidade e da descentralização. Nesse mesmo contexto, realizou-se em 28 de fevereiro de 2008 um seminário sobre o tema, que contribuirá para o diálogo entre atores nesses campos e servirá de contribuição para intensificar o trabalho futuro da Seção.

A Seção também colaborou na busca de financiamento para temas específicos da RIAD tais como a participação cívica. Cooperou com a Seção de Transparência na tentativa de obtenção de financiamento para um projeto sobre acesso à informação pública denominado “Promovendo uma cultura de transparência institucional no âmbito local”. Cooperou também com a mesma Seção e com o Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais na implementação da resolução AG/RES. 2288 (XXXVII-O/07), “Acesso à informação pública: fortalecimento da democracia”.

#### **Seção de Apoio às Instituições Legislativas**

Em setembro de 2007, com o apoio da Seção de Desenvolvimento da Administração Pública e em cooperação com o Secretariado Permanente do FOPREL (Foro de Presidentes dos Poderes Legislativos da América Central e República Dominicana) e a Câmara de Deputados da República Dominicana, foi realizado o seminário “O papel das legislaturas no combate à

corrupção”, destinado aos legisladores centro-americanos. Esse seminário ocupou-se, especialmente, de divulgar e elaborar recomendações práticas para promover maior conhecimento e entendimento da Carta Democrática Interamericana e da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Por outro lado, o Projeto de Apoio ao Fortalecimento do Congresso da República da Guatemala, em 2007, com o financiamento do Governo da Suécia, continuou a apoiar as autoridades e os esforços dos funcionários do Congresso da República por modernizar e fortalecer o funcionamento e a coordenação de diferentes dependências da instituição.

Nesse sentido, prestou-se apoio ao Escritório de Atendimento ao Cidadão na atualização de dirigentes e funcionários no que se refere a novas modalidades que permitam melhorar as relações com a sociedade em geral e com a prestação de serviços ao público. Também se prestou assessoramento na promoção de maior coordenação entre esse Escritório e a Direção de Protocolo, a Direção Legislativa, o Departamento de Segurança, a Unidade Permanente de Apoio Técnico e a Direção de Modernização com o Escritório de Atendimento ao Cidadão. Foram organizados seminários de capacitação e atualização para o pessoal da Direção de Comunicação Social e do Escritório de Redação e Análise de Meios e prestou-se assessoria a essa Direção no desenvolvimento e acompanhamento de uma estratégia de comunicação institucional.

Prestou-se apoio à Direção de Modernização Legislativa na realização de um diagnóstico sobre as condições de segurança da informação legislativa, que definiu as necessidades de modernização do equipamento informático e dos programas e procedimentos. Esse apoio será mantido com vistas à aquisição de novos equipamentos e programas de última geração. Também se prestou assessoramento à Unidade de Transparência e Fiscalização das Receitas e Despesas Públicas e apoio para que fosse devidamente equipada.

Por outro lado, prosseguiu a colaboração com as Comissões da Mulher e de Comunidades Indígenas, facilitando o diálogo interpartidário sobre projetos de lei relacionados a ambos os temas e promoveu-se e facilitou-se a abertura de espaços para o entendimento e maior interação com diversas instituições da sociedade civil.

#### Seção de Desenvolvimento da Administração Pública

As democracias da região necessitam Estados capazes de responder às complexas demandas dos povos, de promover uma cidadania plenamente democrática e de reduzir a pobreza e a desigualdade. Para isso é fundamental incentivar a capacidade humana e institucional do setor público.

Com base em uma década de experiência da OEA na formação de líderes políticos e sociais sobre governabilidade democrática, por meio do Programa de Promoção de Liderança e Cidadania Democrática (PROLIDEM) e do Programa de Capacitação de Líderes Democráticos (CALIDEM), a área colaborou com instituições sociais, acadêmicas e políticas para promover a capacidade do setor público.

Com vistas à criação de um centro interamericano de formação para a administração pública, que permita comunicar e promover entre funcionários públicos os valores e práticas da governabilidade democrática, a seção concebeu uma série de workshops participativos e novas metodologias e executou convênios com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas (CEPAL), e a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ).

A seção fortaleceu a capacidade técnica das demais seções do Departamento na concepção e execução de cursos, workshops e seminários. Para atender à Seção de Apoio a Instituições Legislativas, concebeu e executou o “Seminário/Workshop para Legisladores da América Central e República Dominicana: O Poder Legislativo no Combate à Corrupção”. Em apoio à Seção de Descentralização, colaborou em dois eventos do projeto “As consequências da descentralização nas Américas e os desafios da governabilidade democrática”: o Workshop Técnico do Projeto, realizado em 4 de outubro de 2007, e o Fórum Hemisférico, que teve lugar em 28 de fevereiro de 2008, ambos na sede da OEA. Também prestou assessoria técnica às atividades da Seção de Transparência e Governabilidade.

A seção também assessorou tecnicamente o Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas, em coordenação com o Departamento de Educação e Cultura da OEA.

#### Seção de Transparência e Governabilidade

A persistência e as dimensões da corrupção nos países do Hemisfério e sua repercussão em campos muito significativos da sociedade levam a que se aumentem as ações e a disposição de promover a transparência e a integridade nas instituições do Estado. Por conseguinte, como complemento dos esforços dos países membros da Organização quanto à adoção de instrumentos legais em escala nacional e internacional, a Secretaria-Geral, por intermédio do Departamento de Modernização do Estado e Governabilidade (DMEG), empenhou-se em promover iniciativas de trabalho conjunto com governos e instituições do setor público dos países. Essas iniciativas conjuntas tiveram por objetivo definir estratégias que possibilitem implementar, de maneira efetiva, mecanismos corretivos e de prevenção da corrupção bem como de estímulo à integridade, à transparência e à prestação de contas por parte dos servidores públicos, desse modo contribuindo para o fortalecimento dos instrumentos de que dispõe o Sistema Interamericano para o combate à corrupção.

A partir desse ponto, no período a que se refere este relatório, a Seção de Transparência e Governabilidade do DMEG deu andamento às iniciativas abaixo descritas.

Concluiu-se o Guia de Mecanismos para a Luta contra a Corrupção bem como a sua primeira etapa, que consiste na compilação, análise e sistematização da informação em cinco países do Hemisfério: Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Venezuela. O objetivo do guia é servir de fonte de informação sobre vários aspectos relacionados com o combate à corrupção nas Américas, inclusive informação geral de contexto; instrumentos de análise, como é o caso de diversos indicadores, pesquisas e índices; compêndio de instrumentos internacionais; instituições públicas, iniciativas e mecanismos nacionais de combate à corrupção; iniciativas da sociedade civil; e soluções de referência, entre elas o uso de novas tecnologias em apoio às atividades

governamentais, tais como o governo eletrônico. A concepção e a primeira etapa do Guia contaram com o apoio financeiro do Governo dos Estados Unidos, como parte do programa “Democracy Practitioners”.

Deu-se andamento à preparação e à aprovação, por meio dos canais institucionais criados pela Secretaria-Geral, dos projetos mencionados a seguir, a que se espera dar início no primeiro trimestre de 2008.

“Apoio à prevenção ou à gestão de conflitos de interesse no serviço público”, mediante o desenvolvimento de estratégias preventivas, motivacionais e educacionais, com a colaboração da Seção de Desenvolvimento da Administração Pública. O projeto visa a fortalecer a capacidade das instituições do Estado de prevenir e gerir os conflitos de interesse, oferecendo elementos que os desestimulem, definir como geri-los quando surjam e criar linhas claras sobre o que constitui ou não constitui conduta correta.

“Promoção da cooperação interparlamentar em questões de acesso à informação pública”, em colaboração com a Seção de Apoio às Instituições Legislativas. O projeto visa a estimular a cooperação entre as legislaturas nacionais para aprovar e colocar em funcionamento padrões normativos apropriados para garantir o acesso à informação pública e fortalecer uma cultura de transparência nas instituições legislativas dos países.

O programa “Acesso à Informação Pública: Promoção de uma Cultura de Transparência nos Níveis Subnacionais”, esforço conjunto com a Seção de Descentralização, visa a incentivar a cooperação horizontal e o intercâmbio de informações e de experiências bem-sucedidas de acesso à informação pública em governos em escala local. Outros objetivos do projeto são o fortalecimento dos mecanismos institucionais, a promoção de estratégias e instrumentos inovadores e o incentivo à implementação dos já existentes.

Em cumprimento à resolução AG/RES. 2288 (XXXVII-O/07), “Acesso à informação pública: fortalecimento da democracia”, como parte do grupo de trabalho constituído pelo Departamento de Direito Internacional, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão, a Fundação para as Américas e o DMEG, deu-se andamento à preparação da contribuição do Departamento para o documento de recomendações sobre acesso à informação, especialmente do ponto de vista da governabilidade democrática.



## 2.4 SUBSECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

*A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) tem como missão prestar apoio aos esforços dos Estados membros por reduzir a pobreza e alcançar maiores níveis de desenvolvimento econômico e social, por meio da implementação de programas, projetos e atividades de cooperação e do apoio ao diálogo no mais alto nível, destinado a definir políticas e fixar prioridades nas áreas de ação dispostas no Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2006-2009 (doravante denominado “Plano Estratégico”): desenvolvimento social e geração de emprego produtivo; educação; diversificação e integração econômicas, abertura comercial e acesso a mercados; desenvolvimento científico e intercâmbio e transferência de tecnologia; fortalecimento das instituições democráticas; desenvolvimento sustentável do turismo; desenvolvimento sustentável e meio ambiente; e cultura.*

Conforme dispõe o Plano Estratégico, a cooperação pode efetivar-se em dois âmbitos estratégicos. O âmbito político destina-se a fortalecer o diálogo e os acordos e mecanismos institucionais, que são básicos para que tanto os governos quanto a Secretaria concretizem a cooperação. O âmbito programático, por sua vez, compreende uma série de áreas prioritárias para assegurar a implementação focalizada e efetiva da cooperação solidária, que são de especial interesse para os Estados membros e nas quais a OEA goza de vantagens comparativas.

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral atua como agente catalisador para levar os acordos políticos a ações concretas mediante novas atividades e a consolidação das atividades já existentes. Essas atividades destinam-se a gerar e implementar políticas e programas para a redução da pobreza e da desigualdade bem como a implementar e dar seguimento aos mandatos da Assembléia Geral, das Cúpulas das Américas e das reuniões setoriais no âmbito do CIDI e das Comissões Interamericanas.

### **Escritório do Secretário Executivo (OSE)**

No decorrer de 2007, a SEDI, por intermédio do Escritório do Secretário Executivo (OSE), continuou a apoiar os órgãos políticos no âmbito do CIDI, mediante uma efetiva coordenação com os diferentes escritórios da Secretaria. Também continuou a promover a implementação de programas e a mobilização de recursos externos em apoio aos esforços envidados pelos países em prol do desenvolvimento, desse modo contribuindo para o fortalecimento da governabilidade democrática na América Latina e no Caribe.

As realizações deste ano, mediante a implementação dos dois programas principais do OSE, ambos apoiados pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), versam sobre áreas temáticas específicas que procuram oferecer diretrizes claras e inovadoras aos projetos de cooperação para o desenvolvimento.

- Programa NPA (sigla em inglês para New Programming Approaches ou Novos Enfoques Programáticos)

Em 2007 o Programa NPA, baseado em princípios de cooperação horizontal, parcerias estratégicas e uso eficiente das tecnologias da informação e das comunicações (TIC), concluiu com êxito quatro projetos: (i) “Municípios Eficientes e Transparentes” (MuNet); (ii) “Computadores para Escolas/Comunidades (CFS/CFC)”; (iii) “Fórum de Melhores Práticas das Américas”; e (iv) “Responsabilidade Social Corporativa (RSC)”. Esses projetos contribuíram para acelerar a modernização do setor público da Região, considerado crítico para aumentar sua eficiência e transparência, e para promover a participação do cidadão.

Três novos projetos tiveram início no decorrer do ano: (i) “Melhorando a Governabilidade Democrática na ALC: aprendizagem eletrônica para o fortalecimento da capacidade institucional”, que prevê a realização de dez cursos *on-line* que treinarão mais de 1.000 funcionários governamentais da América Latina e Caribe; (ii) “Educação para a Cidadania Democrática no Caribe”, que procura fortalecer a capacidade dos professores de promover valores e práticas democráticas em suas aulas; e (iii) “Centros de Serviço de Governo Eletrônico”, que promove o intercâmbio de infra-estrutura de TIC para apoiar sua incorporação à gestão municipal, levando serviços e soluções de governo eletrônico para os cidadãos.

Na área de desenvolvimento e modernização municipal as atividades concentraram-se no projeto “Municípios Eficientes e Transparentes” (MuNet), que dispõe de um componente de governo eletrônico e outro de cadastro e registro de propriedade. Em 2007, 17 municipalidades da América Latina começaram a implementar soluções de governo eletrônico, desenvolvidas e transferidas pelo OSE no pacote de aplicações e-Muni. Esse pacote, de que fazem parte três ferramentas tecnológicas de apoio – MuniPortal (portais municipais), MuniCompra (compras municipais) e MuniServi (serviços municipais para os cidadãos) – possibilitou que as municipalidades participantes concretizassem sua incorporação à sociedade baseada no conhecimento.

Mais ainda, a solidez a que chegou o MuNet em 2007 possibilitou o aumento da cooperação horizontal entre municipalidades participantes e a consolidação de parcerias entre a OEA e outros organismos. A Corporação Financeira Internacional (IFC) do Banco Mundial convidou o MuNet para participar da Junta Diretora da iniciativa *Municipal Scorecard* ([www.municipalscorecard.org](http://www.municipalscorecard.org)), programa que focaliza o Caribe e presta informação comparativa acerca da qualidade e eficiência da regulamentação do setor privado no âmbito municipal. Além disso, o MuNet conseguiu angariar recursos do Instituto para a Conectividade nas Américas (ICA/IDRC), que decidiu apoiar uma segunda fase do componente governo eletrônico, que beneficiará outras 300 municipalidades na Região em 2008 e 2009.

Em 2007, o MuNet concluiu com êxito projetos em cadastro, registro de propriedade e imposto predial. As municipalidades participantes iniciaram operações de processos cadastrais e imposto predial de acordo com os Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Também apoiou a criação e distribuição de 500 cópias do curso de auto-estudo em CD “Gestão cadastral”. Numa segunda fase do MuNet Cadastro, aprovada pela ACIDI para financiamento em 2008, o OSE trabalhará diretamente com autoridades nacionais com vistas a beneficiar outros países com o SIG. Com

relação ao terrorismo, o OSE iniciou a execução de um projeto em colaboração com a empresa *Environmental Systems Research Institute (ESRI)*, mediante a qual municipalidades em quatro países receberam licenças de software e capacitação especializada.

O projeto “Computadores para Escolas/Comunidades” (CFS/CFC), implementado com o apoio da ACDI, do ICA/IDRC e do Ministério da Indústria do Canadá, proporcionou capital semente para projetos apresentados por El Salvador, Guatemala, Guiana, Jamaica e Paraguai. Esses países planejaram com êxito programas de reciclagem de computadores, obtiveram os recursos necessários e em 2007 deram início à implementação desses programas, com alto impacto na redução do hiato digital.

Por outro lado, em 2007 foi concluída a última edição do “Fórum de Melhores Práticas das Américas”. O fórum, aberto a todos os países das Américas e coordenado pelo OSE e pelo Departamento de Desenvolvimento Sustentável da OEA concentrou-se na importância de reduzir o impacto social, ambiental e econômico causado pelos desastres naturais. Foram apresentadas experiências, melhores práticas e lições aprendidas na redução de vulnerabilidades a desastres naturais mediante a introdução de mudanças e a promoção do uso de novas tecnologias nas operações do governo. As instituições convidadas foram: o Escritório de Administração de Desastres, Prevenção e Emergências (ODPEM), da Jamaica, a Secretaria do Centro para a Prevenção de Desastres Naturais na América Central (CEPREDENAC) e a Divisão de Gestão de Risco e Educação Ambiental do Ministério da Educação do Peru. Como ocorreu em fóruns anteriores, essa experiência foi compilada em uma publicação bilíngüe inglês-espanhol que será distribuída em toda a Região.

No âmbito da “Responsabilidade Social Corporativa” (RSC), o OSE, com o apoio da ACDI e do FUMIN/BID, continuou a apoiar as atividades de capacitação e sensibilização que o FORO EMPRESA executou com sucesso em quatro países. Em 2007 foram capacitados 50 consultores para promover práticas de RSC nas pequenas e médias empresas (PME), foram criadas dez associações com grandes empresas para introduzir práticas de RSC nas PME que constituem sua cadeia de abastecimento e 41 PME participaram do processo de implementação de práticas de RSC. Além disso, foi iniciada nesse ano uma nova fase do projeto no Caribe, financiado pelo Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável.

- Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável

Por sua vez, o Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável recebeu em 2007 uma segunda contribuição de dois milhões de dólares canadenses, destinada a fortalecer a assistência técnica prestada aos Estados membros por intermédio da SEDI. Esse programa visa a fortalecer a governabilidade democrática, consolidar a capacidade institucional e criar oportunidades de cooperação na Região mediante a promoção do desenvolvimento humano, social e econômico.

Em 2007, foram financiados no todo ou em parte os seguintes projetos:

- Redes Interamericanas de Cooperação: e-Governo (Rede GEALC), Compras Governamentais, Redução de Desastres (com a coordenação do Departamento de

- Desenvolvimento Sustentável da SEDI) e Rede Regional de Jornalistas (coordenada pela Fundação para as Américas).
- Promovendo a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) nas Pequenas e Médias Empresas (PME) do Caribe.
  - Programa de Oportunidades de Emprego por Meio da Tecnologia nas Américas (POETA) – Iniciativa do Caribe Oriental (coordenada pela Fundação para as Américas).
  - Capacitação Baseada em Redes sobre Estratégias de Proteção Social no Caribe (coordenada pelo Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego da SEDI).

Desses projetos, os seguintes são coordenados diretamente pelo OSE:

- Rede de Líderes de Governo Eletrônico da América Latina e do Caribe (Rede GEALC). Foram realizados workshops de e-Governo na Costa Rica, Colômbia, Chile, Jamaica e República Dominicana. O OSE desempenhou papel importante no trabalho preparatório que redundou na transferência do Serviço Automatizado de Alfândegas da Jamaica para Antígua e Barbuda.
- Rede Interamericana de Compras Governamentais. Prosseguiram as atividades de sensibilização e capacitação para os setores público e privado sobre a importância da eficiência e da transparência nas compras públicas.
- Promovendo a responsabilidade social corporativa (RSC) nas pequenas e médias empresas (PME) do Caribe. Em 2007, foram estendidos ao Caribe o treinamento e a sensibilização oferecidos anteriormente pelo Programa NPA mediante uma nova parceria da SEDI com a CEPAL/ONU, o Fundo de Jovens Empresários das Américas (YABT), a Associação de Indústria e Comércio do Caribe (CAIC) e o FUMIN/BID.

- Programa de Universalização da Identidade Civil nas Américas

O Programa de Universalização da Identidade Civil nas Américas (PUICA) foi incorporado ao OSE em 2007 com a missão de promover a erradicação do sub-registro na Região, a fim de assegurar o pleno reconhecimento do direito à identidade civil das pessoas, indispensável para o exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais; promover a definição de boas práticas, critérios e normas em matéria de sistemas de registro civil; e prestar assistência técnica aos esforços dos Estados membros da OEA nessa área.

No período a que se refere este relatório, o PUICA executou diversas atividades que visam a fortalecer os mecanismos de registro civil e identificação dos Estados membros, como parte do projeto “Identidade, Registro e Participação Cívica”, com recursos do Fundo Espanhol. Nesse sentido, foi elaborado um conjunto de componentes conceituais sobre o alcance do direito à identidade, os critérios que possibilitem adotar uma orientação que sirva de base para o fortalecimento e a modernização de sistemas de registro civil e um diagnóstico que defina a situação dos registros civis na Região.

Por outro lado, foram planejados um workshop de especialistas em multiculturalidade com relação à identidade civil, cuja realização terá lugar em 2008, e a realização de três campanhas de registro de pessoas em contextos de multiculturalidade, que criação modelos para atender a

situações similares na Região. Foi também elaborado um projeto que visa ao fortalecimento dos sistemas de registro civil, à promoção da identidade civil e ao desenvolvimento de ferramentas práticas com vistas à formulação de políticas públicas nessa área, para o que foram recebidas contribuições do Fundo Espanhol.

Em 2007 o Programa teve a oportunidade de representar a Secretaria-Geral em dois eventos de grande importância: o Quarto Encontro de Diretores de Registro Civil, Identidade e Estatísticas Vitais da América Latina e do Caribe e a Primeira Conferência Regional Latino-Americana sobre o Direito à Identidade e ao Registro Universal de Nascimento. Nesses eventos o PUICA compartilhou experiências bem-sucedidas relativas à assistência técnica prestada aos Estados membros na matéria e apresentou um conjunto de critérios para os sistemas de registro civil e identificação que promovam a adoção de políticas públicas e ações destinadas à universalização da identidade civil na Região. Finalmente, a Secretaria-Geral assinou um Memorando de Entendimento entre o UNICEF, o BID e a OEA em agosto de 2007, cujo objetivo é promover a cooperação na área de registro civil.

Em virtude do mandato da resolução AG/RES. 2286 (XXXVII-O/07), aprovada no Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, desde setembro de 2007, o PUICA atuou como entidade de apoio técnico e assessoramento junto ao Grupo de Trabalho do Conselho Permanente encarregado de elaborar um Projeto de Programa Interamericano de Registro Civil Universal e “Direito à Identidade”. No âmbito do Grupo de Trabalho, o PUICA apoiou a realização de uma sessão especial para receber contribuições para o projeto de programa, que teve a participação de peritos governamentais, de organizações multilaterais e intergovernamentais e de organizações da sociedade civil.

No que se refere a projetos de modernização de registros civis nos Estados membros, com o apoio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), foi encerrada a primeira fase do Projeto de Modernização do Sistema Nacional de Registro e Identificação no Haiti. Em 2007 foram reabertas as campanhas de registro civil iniciadas em 2005. O processo de abertura do Registro de Identificação foi totalmente concluído, com a inscrição de 445 mil novos cidadãos. Foi concluído também o inventário dos livros históricos do Arquivo Nacional, 100% introduzido num banco de dados eletrônico. Foram realizadas ainda sessões de capacitação tecnológica para o pessoal do registro civil.

Em 2007 a OEA concluiu a execução de uma série de iniciativas do Projeto de Modernização do Registro Civil do Paraguai, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse projeto teve por objetivo imprimir à instituição uma gestão de registros moderna e integral, que possibilite o registro oportuno e veraz dos atos e fatos civis bem como sua certificação segura e confiável. O banco de dados eletrônico chegou a 8.594.533 atas, do total existente no Arquivo Central, que representam 98% dos nascimentos, 79% dos óbitos e 32% dos matrimônios. Também foram capacitados 377 funcionários de registro. Trabalhou-se na transferência de tecnologia, otimização de processos e capacitação para que o pessoal do registro civil possa dar continuidade no futuro aos trabalhos implementados.

Com o apoio financeiro da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), o Programa de Apoio à Gestão de Registros de Honduras implementou, em 2007, procedimentos e

sistemas para aumentar a segurança das inscrições nos registros. Mediante a inclusão de tecnologias que possibilitam administrar as imagens documentais dos registros, conseguiu-se organizar o banco de dados com mais de cinco milhões de imagens de atas de inscrição. Também foram atualizados e melhorados os formatos das inscrições, de acordo com as novas exigências legais, bem como a página oficial do Registro Nacional das Pessoas na Internet. Foram oferecidos capacitação e workshops para o melhoramento do desempenho do pessoal do registro civil, com vistas à prestação de melhores serviços.

No âmbito do Memorando de Entendimento assinado pela Secretaria-Geral da OEA e pelo Governo do Chile em cooperação técnica para países do Caribe, concluiu-se a elaboração de um projeto que tem por objetivo a modernização e o fortalecimento institucional do registro civil dos Estados membros da Organização de Estados do Caribe Oriental. O projeto, que será executado pela SEDI, reúne todos os esforços anteriores dos Estados nessa área. A iniciativa terá início com um projeto piloto em Saint Kitts e Nevis em 2008.

#### **2.4.1 Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas**

O Departamento de Acompanhamento, Políticas e Programas (DSPP) é responsável por coordenar e promover o apoio ao processo de definição e implementação, conforme o caso, das decisões no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e seus órgãos subsidiários. As principais atividades do Departamento destinam-se a promover a tomada de decisão por parte dos órgãos políticos e a acompanhar os mandatos desses órgãos. O Departamento também é responsável por incentivar, apoiar, coordenar e promover a formulação, implementação e execução de programas, projetos e atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento, especialmente por intermédio da administração do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI). A fim de cumprir essas funções, o Departamento agrupou suas atividades em duas seções: a) Acompanhamento de Reuniões Ministeriais, que atua como Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e seus órgãos subsidiários; e b) Avaliação de Programas e Projetos, responsável pela administração e avaliação do FEMCIDI e de outros projetos e atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento.

A Seção de Acompanhamento de Reuniões Ministeriais presta apoio técnico, substantivo e logístico, coordenando a preparação, desenvolvimento e acompanhamento das reuniões no âmbito do CIDI, na esfera tanto ministerial quanto técnica, bem como no âmbito da Comissão Executiva Permanente do CIDI (CEPCIDI) e seus órgãos subsidiários e da Junta Diretora da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD). A Seção presta apoio também ao Secretário Executivo/Diretor da Agência em suas relações com as Missões Permanentes, os organismos internacionais e os Escritórios da Secretaria-Geral. Também é responsável pela preparação (ou, se for o caso, pela coordenação da preparação) dos projetos de resolução, declarações, estatutos, regulamentos e relatórios apresentados aos respectivos órgãos políticos, bem como pelo assessoramento às autoridades desses órgãos e aos representantes dos Estados membros em geral.

Na esfera das atividades de cooperação solidária para o desenvolvimento, administradas pela Seção de Avaliação de Programas e Projetos, há fundos de cooperação criados com contribuições dos países para implementar projetos concretos, mas a maior atividade concentra-se na

administração do FEMCIDI. Esse Fundo executa anualmente cerca de 100 projetos em todos os Estados membros, nas áreas de educação, ciência e tecnologia, cultura, desenvolvimento social, democracia, turismo, desenvolvimento sustentável e meio ambiente e comércio. Esses projetos, que são apresentados pelos próprios países, podem ser de caráter nacional ou multinacional (regional ou hemisférico) e podem ter uma duração de até quatro anos.

O Fundo é mantido pelas contribuições voluntárias dos Estados membros, que costumam chegar a aproximadamente sete milhões de dólares anuais. Para que um país possa beneficiar-se da cooperação por meio desse fundo é necessário que para ele tenha contribuído.

- Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e órgãos subsidiários

No período a que se refere este relatório, a Secretaria coordenou o desenvolvimento das atividades de acompanhamento dos mandatos decorrentes da Assembléia Geral e da Décima Segunda Reunião Ordinária do CIDI bem como dos aprovados nas diversas reuniões setoriais no âmbito Ministerial e das Comissões Interamericanas.

Em colaboração com outras dependências da Secretaria-Geral, planejou, coordenou e apoiou os trabalhos preparatórios e a realização das seguintes reuniões setoriais: Décima Quinta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho, Quinta Reunião de Ministros da Educação; Terceira Reunião da Comissão Interamericana de Cultura; e Quinta Reunião da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia.

Como Secretaria do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), planejou e coordenou a Décima Segunda Reunião Ordinária do CIDI, com a participação de vários Estados Observadores Permanentes, que falaram sobre as oportunidades de cooperação de seus países e as atividades que vêm realizando no âmbito da OEA, em especial no âmbito do CIDI.

Cumprе salientar que a Assembléia Geral, mediante a resolução AG/RES. 2257 (XXXVI-O/06), resolveu determinar uma pausa imediata e temporária na concessão de novas bolsas de estudo em 2006 para estudos de pós-graduação (PRA) e graduação (SPECAP), pausa temporária que permaneceria em vigor até que o CIDI e o Conselho Permanente aprovassem, numa reunião conjunta, o novo mecanismo de concessão de bolsas. Em abril de 2007, a CEPCIDI aprovou, mediante a resolução CEPCIDI/RES. 137 (CXXXII-O/07), o novo Manual de Procedimentos para os Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA e, mediante a resolução CP/RES.918 (1595/07), o Conselho Permanente e a CEPCIDI suspenderam definitivamente a pausa. O DSPP prestou apoio à Subcomissão de Políticas de Cooperação Solidária para o Desenvolvimento nos trabalhos de harmonização desse novo manual.

No decorrer do segundo semestre de 2007, a CEPCIDI acordou um Plano de Trabalho para 2007-2008, que reunia tanto os mandatos do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral como as funções próprias da CEPCIDI, ou seja, a coordenação e monitoramento dos processos ministeriais e o acompanhamento da implementação do novo Manual de Bolsas de Estudo por parte do Departamento de Desenvolvimento Humano. Nesse período dispensou-se especial atenção aos mandatos das resoluções da Assembléia Geral AG/RES. 2303 (XXXVII-O/07), AG/RES. 2304 (XXXVII-O/07) e AG/RES. 2305 (XXXVII-

O/07) referentes ao fortalecimento do diálogo político e da cooperação técnica no âmbito do CIDI bem como do diálogo substantivo da Reunião Ordinária do CIDI.

Finalmente, o Departamento teve a seu cargo o apoio ao trabalho da Junta Diretora da AICD mediante o processamento de consultas eletrônicas e a organização de reuniões relativas à gestão dos projetos de cooperação técnica financiados com recursos do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI).

- Avaliação de programas e projetos: Programação do Fundo Especial Multilateral do CIDI (FEMCIDI) 2007

A SEDI preparou o documento “Proposta Preliminar de Programação de Atividades de Cooperação Solidária FEMCIDI 2007”, que inclui 121 propostas de projetos apresentadas por 33 países membros. Dos 121 projetos, 47 são continuação e 74 são propostas novas, 56 são projetos multilaterais e 65 são projetos nacionais. O montante das solicitações desses projetos é de US\$12.676.822. O total das contribuições ao FEMCIDI 2007 é de US\$6.528.330,30.

O documento de proposta de programação, juntamente com a documentação pertinente aos projetos incluídos (proposta completa, relatórios de andamento, planos de trabalho etc.) será enviado aos membros das Comissões Especializadas Não-Permanentes (CENPES). De acordo com o calendário modificado, a reunião das CENPES correspondente ao ciclo de programação FEMCIDI 2006 terá lugar de 6 a 13 de fevereiro de 2008. Os membros das oito comissões realizarão a avaliação dos projetos e apresentarão recomendações à Junta Diretora da AICD sobre os projetos que deverão ser financiados e o nível de financiamento de cada projeto.

O processo de Programação FEMCIDI 2007 implicou a realização pela SEDI de uma análise detalhada dos perfis de projetos apresentados pelos Estados membros. A SEDI escolheu um número determinado de perfis que atenderam aos critérios de seleção vigentes e também a fatores tais como a necessidade de refletir um adequado equilíbrio temático e regional. Numa segunda fase a SEDI prestou devido apoio técnico e administrativo às instituições dos perfis selecionados a fim de assegurar o desenvolvimento apropriado e oportuno das propostas finais dos projetos. Esse apoio implicou viagens à Bolívia, Colômbia, Honduras, Nicarágua, Haiti e Saint Kitts e Nevis.

#### **2.4.2 Departamento de Educação e Cultura**

A missão do Departamento de Educação e Cultura (DEC) é apoiar os esforços dos Estados membros por garantir uma educação de qualidade para todos e proteger e realçar o patrimônio cultural como fator imprescindível para a consecução do desenvolvimento econômico, social e humano. O Departamento realiza essa missão mediante a promoção do diálogo político, do intercâmbio de experiências e da cooperação técnica bem como por meio do fortalecimento de parcerias com organismos internacionais e da sociedade civil.



- Educação

Em 2007 o DEC deu andamento à implementação do *Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas*. Lançou a *Revista Interamericana de Educação para a Democracia*; entregou aos Ministros de Educação um relatório analítico sobre as políticas dos Estados membros em educação cívica; ampliou o portal de Internet ([www.educadem.oas.org](http://www.educadem.oas.org)), publicou quatro boletins eletrônicos e apoiou a organização de um workshop internacional sobre a educação na solução de conflitos. Editou um vídeo de curta duração sobre a experiência de 750 professores no Peru, que participaram da fase piloto do Curso Hemisférico para Professores sobre a Carta Democrática Interamericana e o ensino de valores e práticas democráticas e lançou o projeto “Educação para a Cidadania Democrática no Caribe: um Curso *on-line* para Educadores”, convocando uma reunião de interessados para preparar recomendações para a formulação e implementação desse curso em territórios do Caribe. Também lançou o Programa “Jovens Pesquisadores” para motivar a participação de destacados jovens da Região no trabalho na área de educação para a democracia, oferecendo-lhes a oportunidade de contribuir mediante a pesquisa e o desenvolvimento de relatórios e outros produtos em seus próprios países ou em Washington.

Em 2007 o DEC apoiou uma iniciativa hemisférica para ampliar e melhorar as políticas da primeira infância. Foi executado o projeto hemisférico “Políticas e estratégias para uma transição adequada da primeira infância para a socialização e a escola”, que visa a complementar os esforços dos Estados membros na formulação, aperfeiçoamento e avaliação das políticas destinadas a melhorar a cobertura, a qualidade e a equidade no desenvolvimento integral das crianças de zero a oito anos. Em abril, em Albacete, Espanha, o DEC assessorou tecnicamente a organização do “Congresso Mundial de Educação para a Paz”, de que participaram 58 países, que aprovaram a “Declaração de Albacete”; em maio, em parceria com a Venezuela, Barbados e organismos e instituições internacionais, foi realizado o Simpósio Interamericano “Conhecer e divulgar a vanguarda do atendimento educacional na primeira infância” (zero a três anos) de que participaram 25 Estados membros (ver

<http://www.sedi.oas.org/dec/documentos/simposio/default.htm>).

Em junho e dezembro, o DEC realizou jornadas técnicas para continuar a execução do projeto OEA/Van Leer destinado ao atendimento da criança nas comunidades rurais, indígenas e de fronteira. Em outubro, no *Fórum Mundial das Culturas, Monterrey 2007*, em coordenação com o Governo do Estado de Nuevo León e instituições governamentais e da sociedade civil, o DEC assessorou a organização do *Primeiro Congresso Mundial: Ciência, Conhecimento e Educação Inicial*, que reuniu 31 países e 4000 participantes, além de alcançar outros 3.000 por transmissão direta. Finalmente o DEC colaborou com o Governo da Colômbia na realização, em novembro, da Quinta Reunião de Ministros da Educação, que centrou suas deliberações na educação infantil e aprovou o “Compromisso Hemisférico pela Educação da Primeira Infância” e as “Diretrizes Programáticas para a Educação da Primeira Infância”, que servirão de eixo para a definição do Plano de Trabalho da Comissão Interamericana de Educação, juntamente com outras prioridades. No decorrer do ano o apoio ao diálogo político sobre educação foi demonstrado com a preparação da Sétima Reunião de Autoridades e da Comissão Executiva da CIE bem como da Reunião Preparatória de Ministros da Educação.

O DEC continuou a fazer parte do grupo coordenador do *Projeto Regional de Indicadores Educacionais (PRIE)*, que tem por objetivo monitorar o progresso dos 34 países membros no que se refere a alcançar as metas educacionais das Cúpulas das Américas, consolidar a capacidade técnica dos setores de estatística dos Ministérios da Educação e promover o maior uso de dados na formulação de políticas. O PRIE publicou o *Panorama Educacional das Américas 2007* com a análise do progresso com relação às metas da Cúpula.

- Cultura

Na qualidade de Secretaria Técnica da Comissão Interamericana de Cultura (CIC), o DEC apoiou a realização da Terceira Reunião Ordinária da CIC bem como duas Reuniões de Autoridades dessa Comissão a fim de dar seguimento à implementação do Plano de Trabalho aprovado pelos Ministros da Cultura. Esse plano consta de cinco eixos temáticos, coerentes com as prioridades definidas para a cultura na Quarta Cúpula das Américas e no Plano Estratégico de Cooperação Solidária do CIDI: (i) preservação do patrimônio, (ii) cultura e criação de trabalho e superação da pobreza; (iii) cultura, diversidade e identidade; (iv) cultura e o papel dos povos indígenas; e (v) sistemas de informação cultural.

No que diz respeito à preservação e proteção do patrimônio cultural, foi realizado o workshop “Estudo de Casos na Proteção do Patrimônio Cultural” (México, 21 a 23 de março). Esse evento foi o primeiro de uma série de workshops sub-regionais com o propósito de consolidar a cooperação e manter um intercâmbio de experiências sobre a proteção de sítios e bens arqueológicos e históricos contra o saque e o tráfico ilícito nos países da América Central.

Dentre as atividades de cooperação horizontal constantes do Plano de Trabalho e destinadas ao intercâmbio de experiências e ao fortalecimento institucional, destacou-se a realização na Colômbia, em abril de 2007, de uma reunião interinstitucional de síntese dos três workshops sub-regionais sobre sistemas de informação cultural realizados em 2006 no Caribe, na América Central e na América do Sul. Foi realizada uma análise dos resultados dos workshops mencionados, permitindo-se que os participantes coordenassem as atividades de acompanhamento e as tarefas complementares destinadas a fortalecer e desenvolver seus sistemas de informação cultural.

Em 27 e 28 de fevereiro de 2007 a Coordenação Educacional e Cultural da América Central (CECC), a CONCULTURA de El Salvador e o DEC organizaram em San Salvador um fórum-workshop com o objetivo de examinar como a arte e a cultura podem fazer parte de estratégias de mudança social para prevenir a violência, especialmente de gangues juvenis organizadas. Participaram Ministros, Vice-Ministros e outras altas autoridades de cultura, juventude e esportes da América Central, inclusive Belize e Panamá, bem como de segurança Pública, além de ONG, organismos sub-regionais, regionais e internacionais.

O DEC também apoiou a realização, em junho de 2007, no Brasil, do Seminário Internacional sobre Diversidade Cultural. Nesse seminário, especialistas convidados da África, das Américas e da Europa focalizaram o intercâmbio de programas públicos bem-sucedidos e transferíveis para a promoção e proteção da diversidade cultural bem como a apresentação dos últimos desdobramentos teóricos na matéria. Foi organizada uma visita a um dos “Pontos de Cultura”,

conceito chave na política cultural brasileira, que muito possivelmente servirá de tema para a cooperação horizontal regional em 2008.

No mês de outubro foi realizado em Washington, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Fundação Global para a Democracia e Desenvolvimento (FUNGLODE), o seminário “A cultura como motor do crescimento econômico e da inclusão social nas Américas”. Trata-se de um espaço de reflexão sobre o impacto da cultura no desenvolvimento econômico e social da Região e sobre possíveis caminhos para apoiar iniciativas na área do desenvolvimento cultural mediante a cooperação internacional, que reuniu responsáveis por formular políticas culturais e representantes de organismos internacionais.

No que se refere à cultura e ao papel dos povos indígenas, o Instituto Canadense de Conservação (CCI) organizou um seminário, em 24 e 27 de setembro, em Ottawa, em que o DEC apoiou a realização do painel “Experiências das Américas”, destinado ao intercâmbio de conhecimentos sobre conservação de bens tangíveis e intangíveis nas comunidades indígenas.

O DEC apoiou a presidência da CIC na elaboração do “Plano de Ação para Aumentar a Cooperação Cultural nas Américas (2007-2009)”, uma estratégia para aumentar o entendimento da contribuição da cultura para o crescimento econômico e a coesão social nas Américas, mediante iniciativas e atividades concretas a serem realizadas nos próximos dois anos. Esse plano tem por finalidade proporcionar um enfoque mais estratégico às atividades da CIC, a fim de apoiar a implementação de políticas dos Estados membros, destinadas a conferir mais importância à cultura no desenvolvimento econômico, social e humano da Região.

### **2.4.3 Departamento de Ciência e Tecnologia**

Levando em conta as recomendações e mandatos dos Estados membros e as prioridades e modalidades de cooperação dos principais doadores, o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) reagrupou os projetos existentes e novos do DCT em três programas principais inter-relacionados: ciências físicas aplicadas e engenharia, ciências da vida e políticas públicas e governabilidade.

O DCT, na qualidade de Secretaria Técnica da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT), apoiou a realização da Quinta Reunião Ordinária da COMCYT em Washington, D.C., em 20 e 21 de setembro de 2007, bem como os trabalhos de preparação da Primeira Reunião do Grupo de Trabalho dessa Comissão, realizada em fevereiro de 2008.

Para incentivar a “Engenharia para as Américas”, o DCT realizou um exercício de planejamento estratégico. O Departamento assessorou a Jamaica, o Panamá e a República Dominicana na preparação de um projeto destinado a melhorar o ensino de engenharia, apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento mediante o Fundo de Bens Públicos Regionais. O DCT assessorou também faculdades de engenharia do MERCOSUL na criação de um programa de empreendedorismo. Foi iniciada ainda a preparação de um novo programa de engenharia industrial e logística com a participação do Panamá e a colaboração do Instituto Tecnológico da Geórgia (Georgia Tech). Implicará também a participação do Fundo de Jovens Empresários das Américas (YABT).

A metrologia é essencial para o melhoramento da competitividade das empresas e da qualidade de vida dos cidadãos mediante a geração de empregos de qualidade, especialmente no setor da importação-exportação. Com o apoio técnico e financeiro do Instituto Alemão de Metrologia (PTB) foi concluído em 2007, no Chile, um projeto de sete anos de duração na área de metrologia, concebido e adaptado às condições locais. O DCT também apresentou ao governo alemão um projeto destinado a dotar de capacidade de medição de gás os institutos nacionais de metrologia da Bolívia e do Peru, que foi aprovado e receberá financiamento de um milhão de euros do PTB. Esse projeto assegurará uma oferta energética de longo prazo, essencial para o desenvolvimento econômico da Argentina, Brasil e Chile. Por outro lado, o DCT assessorou os países centro-americanos na preparação de um projeto sub-regional destinado à criação de um sistema integrado de serviços metrológicos para essa sub-região. O projeto foi apresentado ao BID, que apoiará o financiamento mediante o Fundo Coreano de Parceria para o Conhecimento em Tecnologia e Inovação (KPK). Na qualidade de Secretária Executiva do Sistema Interamericano de Metrologia (SIM), o DCT continuou a prestar assistência e assessoria técnica ao SIM e participou da última Assembléia Geral desse órgão realizada em Ottawa, Canadá, em setembro. Com o apoio do PTB, publicou o livro “Enfrentando o Desafio Global da Qualidade: Uma Infra-Estrutura Nacional da Qualidade”, um guia para aumentar a competitividade das empresas na Região.

No programa de ciências da vida foi reestruturado o programa de biotecnologia e biossegurança, com contribuições do governo mexicano, do FEMCIDI e da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI). O DCT vem estabelecendo nessa esfera uma nova rede de peritos em biotecnologia com a participação do México, Colômbia, Canadá e Estados Unidos e dos países do Caribe e da América Central. Mediante esse programa espera-se fortalecer a capacidade institucional e a cooperação entre os governos, as universidades e as instituições de pesquisa e o setor privado. Em colaboração com os projetos de engenharia e energia, o DCT organizou, juntamente com o CIATEJ, associação civil do México, o “Primeiro Fórum Internacional sobre Inovação Cooperativa em Energias Renováveis e Biotecnologias”, realizado em Guadalajara em dezembro. É evidente que a biotecnologia representa um dos recursos potenciais mais importantes para os biocombustíveis do futuro. Com vistas à criação de um ambiente favorável à inovação, o Departamento preparou com as universidades de Guadalajara e de Washington (GWU) uma série de três simpósios para pesquisadores e empresários do México e da América Central.

Como parte dos esforços por promover o desenvolvimento de redes avançadas, o DCT faz parte do Comitê Executivo da Federação Latino-Americana de Pesquisa Cooperativa, uma iniciativa estruturada como um instituto virtual para possibilitar a cooperação dos cientistas da América Latina, lançada pela Microsoft Research em maio no Chile. Espera-se que essa iniciativa revolucione a aplicação das tecnologias da informação na Região, facilitando o desenvolvimento de soluções locais mediante o aproveitamento de recursos e de uma colaboração mais ampla.

A presença e a participação das mulheres são essenciais na ciência e na tecnologia bem como nas instituições democráticas. A visão das mulheres é fundamental para que se consiga melhor governabilidade e democracia representativa. Como parte dos esforços por continuar a promover a integração de uma perspectiva de gênero em ciência e tecnologia nos Estados membros, o DST participou de reuniões do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM),

promoveu o aumento de mulheres nas carreiras de engenharia entre decanos de escolas de engenharia no âmbito da *EftA*, assessorou o Banco Mundial na preparação da sessão de gênero de um fórum global sobre ciência, tecnologia e engenharia, realizado em Washington, e preparou, juntamente com o BID, o “Workshop sobre Promoção de Mulheres na Área da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Inovação no Cone Sul”, co-patrocinado pelo CONICYT do Chile e realizado nesse país em dezembro. O DCT também participou de um simpósio sobre liderança e capacitação em gênero no Centro Internacional Fogarty, dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH), e da Conferência de Bellagio, Itália, patrocinada pela Fundação Rockefeller. Organizou ainda, no âmbito da Quinta COMCYT, uma sessão especial de gênero com a participação de eminentes especialistas da Região.

O DCT formulou, com a Federação Mundial de Jornalistas Científicos, um programa de incentivo e apoio ao jornalismo científico na América Latina e no Caribe e participou de um simpósio sobre apropriação social da ciência organizado pelo Convênio Andrés Bello em Caracas, Venezuela. Com vistas a contribuir para o desenvolvimento de uma cultura científica, o DCT também colaborou com o projeto da Rede Interamericana de Academias de Ciências (IANAS), destinado a melhorar a qualidade do ensino de ciências desde a educação inicial, de que participam atualmente milhares de jovens estudantes das Américas.

#### **2.4.4 Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego**

A missão principal do Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego (DDSE) é prestar apoio aos esforços dos Estados membros por promover o desenvolvimento com equidade mediante o incentivo a políticas e programas de redução da pobreza, promoção do trabalho decente e geração de emprego. Cumpre esses objetivos por meio de atividades integradas nas seguintes áreas: i) promoção do diálogo interamericano em matéria de desenvolvimento social, trabalho e emprego; ii) promoção da cooperação solidária para o desenvolvimento; e iii) coordenação de ações com outros organismos internacionais, acadêmicos, do setor privado e da sociedade civil.

- Desenvolvimento Social

Dando continuidade ao trabalho relacionado com a negociação da Carta Social das Américas e seu Plano de Ação, o DDSE prestou serviços de secretaria técnica ao Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI encarregado dessa tarefa. Continuou a prestar apoio às reuniões de negociação bem como à elaboração de documentos técnicos encomendados pelos órgãos políticos. No decorrer deste ano os trabalhos concentraram-se na negociação da parte dispositiva do projeto de Carta Social.

O Departamento, na qualidade de secretaria técnica, coordenou em outubro a Segunda Reunião da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social (CIDES) na sede da OEA, em atendimento à convocação do Ministério do Planejamento do Chile, presidente da Comissão. O principal motivo da reunião foi agilizar os preparativos para a Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Social, a realizar-se em Santiago, Chile, em julho de 2008. Participaram da reunião delegações de 31 Estados membros, inclusive 12 Ministros e Vice-Ministros de Desenvolvimento Social ou altas autoridades nacionais. Também estiveram

presentes organismos internacionais tais como o BID, o PNUD, a CEPAL, a CAF, a OIT, o PMA e a OPAS.

Em resposta ao mandato da Quarta Cúpula relativo ao intercâmbio de experiências bem-sucedidas no combate à pobreza, o Departamento lançou e executou o programa “Capacitação baseada em redes sobre estratégias de proteção social no Caribe”, com o apoio financeiro da ACIDI. Esse projeto tem por objetivo fortalecer as estratégias de proteção social no Caribe, por meio da análise e aprendizagem dos princípios, lições e operações do Programa Ponte do Chile. No decorrer do ano, o DDSE, em colaboração com o Fundo de Solidariedade e Investimento Social do Chile (FOSIS), coordenou um workshop de treinamento na Jamaica, um estágio no Chile e um acompanhamento permanente mediante mecanismos de comunicação virtual com as contrapartes na Jamaica, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago. Prevê-se para o próximo ano a obtenção de novas fontes de financiamento e a extensão do projeto a outros países do Caribe.

Por iniciativa do Banco Mundial, o DDSE, juntamente com o BID e a CEPAL, continuou a trabalhar na segunda etapa da redação de um documento interinstitucional sobre o impacto da aplicação do enfoque de direito na formulação e implementação das políticas sociais. Além dos quatro estudos escolhidos no ano anterior (Chile, Guatemala, Peru e Uruguai), foram incluídos os casos da Bolívia, Colômbia, Equador e Paraguai. As autoridades da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Social solicitaram que se estendesse a pesquisa aos países do Caribe.

Na qualidade de Secretaria Técnica da Rede Social para a América Latina e o Caribe, o DDSE continuou a administrar o fundo voluntário da Rede e coordenou a realização da Décima Quarta Conferência Anual, realizada em outubro em Belo Horizonte, Brasil.

- Trabalho

Sob a coordenação do DDSE, foi realizada a Décima Quinta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), de 11 a 13 de setembro, em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, com a participação de 27 delegações nacionais e 25 representantes das principais organizações sindicais e associações empresariais do Hemisfério. Também participaram da reunião o Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, e o Diretor-Geral da OIT, Juan Somavía, que assinaram um Memorando de Entendimento para a Promoção da Perspectiva de Gênero nas Políticas de Trabalho e Emprego. Estiveram presentes ainda altos funcionários do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Organização Pan-Americana da Saúde e da CARICOM, entre outras organizações internacionais.

Como Secretaria Técnica da CIMT, o DDSE coordenou o processo de negociação da Declaração e Plano de Ação de Port-of-Spain, que constou de duas reuniões preparatórias (Costa Rica, maio de 2007, e Port-of-Spain, julho de 2007). Também implementou e moderou o Fórum Virtual de Consulta, realizou a convocação da reunião e promoveu uma excelente participação, além de ter preparado documentos técnicos de apoio à CIMT.

Paralelamente ao processo ministerial, o DDSE coordena a Rede Interamericana de Administração Trabalhista (RIAL), mecanismo de cooperação para fortalecer a capacidade humana e institucional dos Ministérios do Trabalho do Hemisfério. A RIAL iniciou suas

atividades em 2006 e continuou a consolidar-se em 2007. Ressaltam-se nesse ano as atividades abaixo relacionadas.

1. Workshop Hemisférico sobre Assistência Técnica, em São José, Costa Rica, com 55 participantes, inclusive instituições doadoras e países executores.
2. Workshop Hemisférico sobre a Dimensão Trabalhista dos Tratados de Livre Comércio e Processos de Integração Regional.
3. Elaboração do primeiro estudo técnico da RIAL sobre “Gênero e Trabalho Decente”, cujas linhas estratégicas de ação no âmbito hemisférico foram aprovadas no decorrer da Décima Quinta CIMIT.
4. Abertura do Fundo de Cooperação da RIAL, que promove a cooperação bilateral entre os Ministérios do Trabalho e oito atividades de intercâmbio e capacitação.
5. Atualização do Portfólio de Programas da RIAL, com mais de 80 programas executados pelos Ministérios do Trabalho e oferecidos para a cooperação horizontal.

O DDSE conseguiu negociar com êxito dois acordos sucessivos com o Programa Laboral de Recursos Humanos e Desenvolvimento Social do Trabalho do Canadá, num montante de US\$530.000, que financiaram a RIAL em 2006 e 2007.

Até o momento a RIAL capacitou 227 funcionários de Ministérios do Trabalho e 20 representantes de associações sindicais e empresariais, com a participação de dez organismos internacionais e 11 centros de pesquisa e ONG.

#### **2.4.5 Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS)**

O DDS da SEDI é responsável por assessorar e apoiar os Estados membros na formulação e implementação de políticas, programas e projetos de cooperação destinados a integrar as prioridades ambientais com a redução da pobreza e as metas de desenvolvimento socioeconômico.

Em 2007 o DDS apoiou a realização de uma sessão extraordinária do Conselho Permanente sobre oportunidades de cooperação para o desenvolvimento de estruturas jurídicas e institucionais ante os desafios ambientais na Região. O diálogo entre os Estados membros e especialistas destinou-se a definir ações prioritárias para promover a cooperação, o desenvolvimento de instrumentos jurídicos regionais na área ambiental e o fortalecimento da institucionalidade. O DDS também prestou assistência técnica ao Grupo de Trabalho Conjunto do Conselho Permanente e da CEPCIDI sobre o Acompanhamento da Declaração do Panamá na preparação da Declaração sobre Energia para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada mediante a resolução (AG/DEC. 52 XXXVII-O/07) no Trigesimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral. O Departamento deu continuidade à publicação da série sobre

elementos de política, com três edições, das quais uma foi dedicada ao Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral.

Os programas e projetos executados pelo Departamento são realizados no âmbito dos mandatos dispostos no Plano Estratégico de Cooperação Solidária 2006-2009, no PIDS 2006-2009 (AG/RES. 2312 XXXVII-O/07), na Declaração de Santa Cruz (AG/RES. 2312 XXXVII-O/07) e na Declaração sobre Energia para o Desenvolvimento Sustentável, entre outras, e observando seu cumprimento. Essas atividades visam, ademais, a promover os princípios da Carta Democrática Interamericana, inclusive a participação pública e a governabilidade democrática. Em 2007, o portfólio do DDS constou de 40 projetos em execução, num montante aproximado de US\$60 milhões, desenvolvidos nas áreas a seguir especificadas.

- Gestão integrada de recursos hídricos (GIRH)

O Departamento continuou a apoiar os esforços dos Estados membros na gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, especialmente em bacias transfronteiriças, promovendo o trabalho coordenado dos países para a solução ou a prevenção conjunta de problemas comuns e a definição de ações prioritárias destinadas a incentivar o uso sustentável dos recursos e o desenvolvimento. Mediante projetos específicos executados com o apoio financeiro do Fundo para o Meio Ambiente Mundial e no âmbito de acordos assinados com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Banco Mundial, o Departamento presta apoio a ações destinadas ao seguinte: fortalecimento da capacidade institucional para a gestão dos recursos hídricos, desenvolvimento e consolidação de estruturas jurídicas e institucionais para seu manejo efetivo, formulação e implementação de medidas de proteção e reabilitação de ecossistemas, desenvolvimento de redes de informação e implementação de programas de participação pública e educação ambiental. Dentre os principais projetos em execução salientam-se Bacia do Prata, Amazonas, Chaco, Aquífero Guarani, Bermejo e Artibonito.

O Departamento colaborou nos preparativos e na realização do Sexto Diálogo Interamericano sobre a Gestão da Água, realizado na Cidade da Guatemala. Também organizou a Reunião de Pontos Focais Nacionais de GIRH, promovendo a definição de possíveis áreas de cooperação técnica e o intercâmbio de informações. Em colaboração com a UNESCO foi publicado o primeiro tomo da série *Aquíferos Transfronteiriços das Américas – avaliação preliminar*”.

- Energia renovável e eficiência energética

O DDS promove a utilização da energia renovável e de tecnologias e sistemas eficientes no campo energético. Por intermédio da Iniciativa de Energia Renovável nas Américas (EREA), o DDS presta assistência técnica aos Estados membros na formulação de políticas e de reformas normativas, na instituição ou aperfeiçoamento de capacidade e na canalização e avaliação de recursos. Foram realizados em 2007 um estudo de viabilidade bioenergética em Saint Kitts e Nevis, gestões para atividades de cooperação sobre reformas políticas e normativas de energia sustentável no México, Guatemala e República Dominicana e um estudo de viabilidade de energia geotérmica na zona do Caribe oriental. Também teve início um projeto de assistência técnica na República Dominicana, Haiti, Saint Kitts e Nevis e El Salvador para a promoção de bioenergia. Prosseguiram ademais as atividades do DDS na qualidade de Secretaria Regional



para a América Latina e o Caribe da Parceria Global para a Energia Renovável e Eficiência Energética (REEEP) e a Aliança Global para Universalização da Energia (GVEP).

- Gestão de risco de desastres naturais

Nesse campo o DDS apoiou os Estados membros na elaboração e implementação de ações destinadas a integrar a gestão de risco na formulação de políticas e planejamento para o desenvolvimento sustentável. Foram executados em 2007 projetos nas áreas de capacitação para a redução de perigos naturais no Caribe, redução de vulnerabilidade da infra-estrutura física escolar na América Central e sistemas de alerta preventivo de inundações, também na América Central. Outros projetos incluíam a Iniciativa Capacetes Brancos, o Programa de Avaliação de Capacidades e Vulnerabilidade na América Central, a análise dos aspectos legais da gestão de riscos de desastres naturais e a preparação de um manual sobre impactos não adversos em zonas costeiras. Prosseguiu o trabalho destinado ao fortalecimento da Rede Interamericana de Mitigação de Desastres (RIMD).

O Departamento colaborou com o Escritório do Secretário-Geral na preparação da Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) e ofereceu assistência técnica à Comissão de Segurança Hemisférica (CSH), ao Escritório do Secretário-Geral Adjunto e a outros órgãos da SG/OEA na área de políticas de desastres naturais.

- Direito ambiental, políticas e governabilidade

Nessa área o DDS tem por objetivo o fortalecimento e o desenvolvimento da institucionalidade e da legislação dos Estados membros em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Promoveu-se em 2007 o intercâmbio de informações e experiências entre os Estados membros sobre os desafios ambientais e as possíveis respostas legais e institucionais. Para essa finalidade foram utilizadas como plataformas de diálogo o Fórum Interamericano sobre o Direito Ambiental (FIDA) e o Grupo Assessor em Legislação Ambiental constituído por dez especialistas de alto nível do Hemisfério. O DDS também colaborou com os Estados membros na elaboração de avaliações ambientais dos efeitos normativos da integração econômica e da liberalização comercial na Região, trabalhando com três países do MERCOSUL na avaliação das repercussões da produção de soja no desenvolvimento sustentável dessa região. Também se deu andamento à execução da iniciativa de comércio e meio ambiente nas Américas, que tem por objetivo o fortalecimento da capacidade de gestão ambiental no âmbito do comércio.

- Conservação e uso sustentável da biodiversidade

O programa tem por objetivo promover e apoiar o intercâmbio de informações para a tomada de decisões e a conscientização pública que beneficiem a conservação da diversidade biológica nas Américas. Seus dois projetos principais, a Rede Interamericana de Informação sobre a Biodiversidade (IABIN) e a Rede de Áreas de Conservação da Amazônia (RANPA) propiciam a criação e a padronização de bancos de dados nacionais e locais sobre espécies/espécimes, espécies invasoras, ecossistemas, áreas protegidas e polinizadores, facilitando sua interoperacionalidade e criando produtos computadorizados com valor agregado. Por intermédio da IABIN foram oferecidas doações de US\$320.000,00 para a geração de dados a serem

utilizados em sessões de capacitação para os países sobre o uso de tecnologia da informação. No âmbito da RANPA, foi criado um sistema de informação destinado a manter um banco de dados na Internet sobre a situação das áreas protegidas dos oito países que integram a bacia do Rio Amazonas. Outros projetos executados nessa área são a Iniciativa de Espécies Migratórias do Hemisfério Ocidental e a Iniciativa de Desenvolvimento Sustentável e Conservação Biocultural na Região fronteira do Brasil e do Suriname.

- Iniciativas em outras áreas

O Departamento iniciou em 2007 uma série de seminários sobre o Caribe, inclusive um workshop sobre mudança climática e variabilidade climática para os Estados membros, com a participação do Centro de Mudança Climática da CARICOM. O Departamento também apoiou o Banco Mundial e a Secretaria da *Commonwealth* na gestão do risco climático em pequenos Estados insulares em desenvolvimento no âmbito do Fórum Anual sobre Pequenos Estados.

Na área da saúde o DDS apoiou os Estados membros em ações destinadas à gestão segura de substâncias químicas. Foram organizados em 2007 um inventário e um banco de dados de produtos químicos nos Estados membros, inclusive informação sobre níveis de toxicidade, risco para a saúde humana e para o meio ambiente e uso dessas substâncias. Foram realizados workshops regionais na América Central e no Caribe para o aperfeiçoamento de mais de 100 funcionários nessa área. Com relação a esse tema, o DDS também realizou uma sessão informativa para os Estados membros sobre a gripe aviária. Trabalhou-se igualmente na área de mecanismos inovadores de financiamento da conservação, inclusive a organização de um banco de dados com informações sobre pagamentos por serviços ambientais (PSA) implementados no Hemisfério.

#### **2.4.6 Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade**

O Departamento de Comércio, Turismo e Competitividade (DCTC) é constituído pela Seção de Comércio e Competitividade, pela Seção de Turismo e pela Seção do Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE).

- Comércio e Competitividade

A Seção de Comércio e Competitividade continuou a apoiar os esforços dos Estados membros, especialmente os de economias menores, por enfrentar os desafios vinculados à administração dos acordos comerciais e à inclusão dos setores produtivos – especialmente as PME – e dos grupos marginalizados nos benefícios do comércio e dos investimentos como componentes integrais das estratégias de desenvolvimento.

Prosseguiram os programas de fortalecimento institucional de entidades públicas responsáveis pela formulação e gestão de políticas comerciais. No Caribe consolidou-se o Programa de Mestrado em Política Comercial para funcionários governamentais e o setor privado, em parceria com a Universidade das Índias Ocidentais (UWI). Para os países latino-americanos foi oferecido, pelo décimo ano, o curso avançado sobre comércio organizado com a OMC e a Universidade George Washington. No âmbito do Acordo CAFTA-DR foram atendidos pedidos de capacitação

dos países centro-americanos e da República Dominicana. Com a Secretaria de Economia do México prosseguiu o Programa de Práticas Bem-Sucedidas na Administração de Acordos Comerciais, que possibilitou que os países se beneficiassem de lições aprendidas nas áreas de serviços, propriedade intelectual e solução de controvérsias investidor-Estado.

Com o objetivo de assegurar que os benefícios do comércio favoreçam os setores marginalizados, prestou-se assistência ao Panamá e aos países do CAFTA-DR na elaboração do projeto “Fortalecimento Institucional para Promover a Inclusão de Grupos Pobres e Marginalizados nos Benefícios do Comércio”.

Como parte das estratégias de promoção da competitividade ampliou-se o programa de simplificação de trâmites de investimento nos países da Organização de Estados do Caribe Oriental (AECO) e no Haiti. Em cooperação com a Associação Caribenha de Pequenas e Médias Empresas deu-se continuidade à implementação do projeto para fortalecer a competitividade das PME em mercados internacionais. Foi concluído o programa de pesquisa com o Banco Mundial sobre reformas normativas em setores de serviços em países andinos, cujos resultados poderão servir para a formulação de políticas numa área crítica para a competitividade.

Continuou-se a apoiar os esforços por promover maior participação da sociedade civil no diálogo sobre comércio mediante a organização de encontros com jornalistas, acadêmicos e ONG. Prestou-se apoio também a iniciativas de informação e diálogo, inclusive um seminário para parlamentares do Caribe. Finalmente ofereceu-se apoio técnico às gestões do Secretário-Geral junto ao Congresso dos Estados Unidos visando à extensão dos programas preferenciais para países andinos e a CARICOM bem como à aprovação dos TLC assinados pela Colômbia, pelo Panamá e pelo Peru.

Reconhecendo o papel desempenhado pelo setor privado como motor de crescimento gerador de emprego e a importância das parcerias público-privadas para promover o desenvolvimento e a competitividade, o DCTC promove os vínculos com esse setor organizando o Fórum do Setor Privado da OEA antes das Assembléias Gerais e das Cúpulas das Américas. O DCTC organizou em 2007, juntamente com líderes empresariais do Hemisfério e o Governo do Panamá, o Terceiro Fórum do Setor Privado “Energia para o Desenvolvimento das Américas: o Papel das Parcerias Público-Privadas”, por ocasião do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral no Panamá. Em decorrência das recomendações do fórum, foi iniciada a execução do projeto "Práticas Bem-Sucedidas de Parcerias Público-Privadas para a Educação e a Capacitação para o Trabalho". O projeto visa a sistematizar experiências de sucesso na América Latina e no Caribe com vistas à promoção de uma força de trabalho qualificada para enfrentar os desafios do ambiente global, estimulando a criação de emprego e contribuindo para o melhoramento da produtividade e da competitividade da Região.

- Turismo

A Seção de Turismo continuou em 2007 a se empenhar no desenvolvimento da capacidade individual e institucional das pequenas empresas de turismo, conforme os mandatos do Plano Estratégico do CIDI. A Seção de Turismo também tem como missão fundamental facilitar a implementação do Congresso Interamericano de Turismo. Com esse objetivo foram mantidos

intercâmbios e consultas com os Estados membros, em especial com o Peru, as Bahamas e Santa Lúcia, para determinar as datas e definir os temas a serem incluídos no próximo Congresso Interamericano de Turismo.

Foram concluídos a elaboração e o aperfeiçoamento do “Manual de Planejamento para Contingências de Riscos Múltiplos”, juntamente com a Agência Caribenha de Resposta a Situações de Emergência (CDERA na sigla em inglês), a Associação de Hotéis do Caribe (CHA) e a Organização Caribenha de Turismo (CTO).

As pequenas empresas de turismo continuam a ser parte essencial do trabalho da Seção de Turismo, o que levou à execução de um número significativo de programas de treinamento nas áreas de administração de receita e serviços de qualidade ao cliente no Caribe. Na América Latina prosseguiu a assistência aos pequenos hotéis e expandiu-se e consolidou-se a Rede Latino-Americana para o desenvolvimento desse setor entre os Estados membros. Além disso, a expansão e a atualização do centro virtual de recursos para pequenas empresas turísticas constituíram um componente importante do trabalho da seção em 2007. Esse trabalho traduziu-se na prestação de ajuda aos países da América Central na elaboração de um projeto sobre o aperfeiçoamento e treinamento dos recursos humanos, com atenção especial à micro, pequena e média empresa turística centro-americana. Também se prestou assistência aos países da Região Andina na preparação de um projeto sobre programa de assistência aos pequenos hotéis dessa região. Ambos os projetos foram submetidos ao FEMCIDI para consideração e financiamento.

Um dos componentes importantes do trabalho que se desenvolve nessa seção é a ampliação das parcerias entre os setores público e privado. Nesse campo foi assinado um Acordo de Cooperação com a Associação Internacional de Negócios por Meio das Artes e da Cultura (Association of International Business Through Arts & Culture - IBAC), para a promoção do turismo cultural.

Como parte dos esforços por assegurar que os Estados membros beneficiem-se do progresso e dos benefícios oferecidos pelas novas tecnologias, participou-se do Quinto Fórum de Pequenos Hotéis da América Central, realizado em Tegucigalpa, Honduras, em que se deu continuidade à discussão sobre o uso e a aplicação da tecnologia no turismo.

Foram realizadas consultas e análises das necessidades do setor turístico do Haiti, que serviram de base para o início de um programa sobre atitude pública e conhecimento, formulado para sensibilizar a população haitiana acerca dos benefícios socioeconômicos do turismo.

- Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE)

O Sistema de Informação sobre Comércio Exterior (SICE) tem por objetivo compilar e divulgar informação sobre comércio e integração econômica por intermédio de sua página na Internet ([www.sice.oas.org](http://www.sice.oas.org)). O SICE presta informação atualizada e completa sobre comércio no Hemisfério, nos quatro idiomas oficiais da OEA. Dispõe de documentos relativos aos seguintes temas: acordos comerciais e tratados bilaterais de investimento entre os países membros da OEA; notícias sobre negociações comerciais; antidumping; política de concorrência; solução de

controvérsias; comércio eletrônico; direitos de propriedade intelectual; investimento; serviços; barreiras técnicas ao comércio; e comércio e gênero.

A interface do SICE foi reformulada em 2007 com a agregação de novas seções e ferramentas. A seção de notícias sobre política comercial foi ampliada, estendendo-se o contexto em que se apresenta a informação. A seção de acordos comerciais foi reorganizada mediante a atualização e o acréscimo de elementos de navegação aos índices dos acordos comerciais. O SICE também continuou a atualizar as informações do projeto de “Centros de Referência Comercial do Caribe”, desenvolvido com o propósito de facilitar o acesso à informação relacionada com os temas tratados nas negociações comerciais de que participam os países membros da CARICOM e divulgar essa informação.

#### **2.4.7 Departamento de Desenvolvimento Humano**

A missão do Departamento de Desenvolvimento Humano (DDH) é promover e apoiar o desenvolvimento do capital humano nos Estados membros mediante a coordenação, administração e execução de seus programas: Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento, Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe e Portal de Educação das Américas.

- Programa de Bolsas para Estudos Acadêmicos e Técnicos

No período a que se refere este relatório foi publicado um novo Manual de Procedimentos para os Programas de Bolsas de Estudo e Treinamento, que visa a um programa mais transparente, responsável e objetivo, o que possibilitou suspender a pausa temporária que viveu o Departamento em 2006.

O Secretário-Geral nomeou uma Comissão de Seleção de Bolsas para Estudos Acadêmicos e Técnicos (CSBEAT) para formular recomendações à Secretaria-Geral acerca dos candidatos a bolsas de estudo de graduação e pós-graduação. Para a realização de duas seleções de bolsistas de estudos acadêmicos, a CSBEAT teve o apoio técnico e logístico do Departamento de Desenvolvimento Humano em todo o complexo processo relacionado com a preparação, revisão, análise e seleção dos novos bolsistas. A primeira reunião da comissão, de 11 a 15 de junho, concedeu mais de 170 bolsas para os períodos acadêmicos 2007-2008, cujos beneficiários estavam autorizados a começar os estudos até março de 2008 (Anexo F, Quadro 1). Em atendimento aos mandatos dos órgãos políticos foi concedida uma bolsa autocolocada por país, cada país recebeu um mínimo de duas bolsas e nenhum Estado membro acolheu em suas universidades mais de 40% do número total de bolsistas para estudos de pós-graduação.

O custo total dos benefícios diretos concedidos aos bolsistas nesse ciclo chegou a US\$5.027.612, divididos em US\$776.970 para estudos de graduação e US\$4.250.642 para estudos de pós-graduação. O total do custo dos benefícios diretos concedidos aos beneficiários de bolsas de pós-graduação colocadas pela OEA foi de US\$3.252.131, ou seja, 76,53%, ao passo que o total concedido aos beneficiários de bolsas autocolocadas foi de US\$997.611, ou seja, 23,4%.

Os custos médios por estudante, programa e modalidade no período total de estudos figuram abaixo.

Bolsas de graduação	US\$36.999
Bolsas de pós-graduação colocadas pela OEA	US\$28.044
Bolsas de pós-graduação autocolocadas	US\$33.250

Desse período há ainda nove estudantes pendentes cuja colocação afetaria de alguma maneira os resultados acima descritos. (Anexo F, Quadro 2)

O CSBEAT reuniu-se novamente de 10 a 14 de dezembro de 2007, para um segundo ciclo de seleção de bolsas de estudo para o período 2008/2009. Essa seleção foi orientada pelo novo Manual de Procedimentos e incorporou o critério de destinar pelo menos dois terços do Fundo Ordinário disponível para bolsas colocadas pela OEA. Foi essa a base para que se decidisse que não haveria limite para as bolsas colocadas pela OEA além dos estabelecidos pelo orçamento. Foram selecionados 301 alunos para receber bolsas (Anexo F, Quadro 3). O resultado da colocação de bolsistas selecionados para o período acadêmico 2008-2009 ainda não está disponível, uma vez que o DDH ainda não concluiu a tarefa de seleção.

Para esse segundo ciclo foi utilizado o segundo módulo do sistema automatizado de gerência do programa de bolsas, Fellowship Management System, ou FMS na sigla em inglês. Esse módulo possibilita o manejo gerencial do processo de concessão de bolsas, o anúncio do processo de concorrência, os processos de solicitação *on-line* e a seleção e transferência eletrônica para o módulo de administração financeira. O módulo de administração financeira possibilitou o acompanhamento e a administração dos custos bem como a capacidade de monitorar, atualizar e ajustar custos estimados, mediante comparação com as estimativas de terceiros, e conciliar as projeções com os gastos reais.

O DDH empenhou-se em 2007 na expansão do Consórcio de Universidades da OEA. Foram visitadas universidades em oito países com o propósito de promover não somente o Programa de Bolsas Acadêmicas, mas também o programa de empréstimos do Fundo Rowe e o Portal de Educação. No final do ano faziam parte do Consórcio 53 instituições educacionais de 15 Estados membros (Anexo F, Quadro 4) que dividem o financiamento das bolsas da OEA.

Com a expansão do Consórcio, o estabelecimento de novos contatos e uma relação fluida com as instituições o DDH responsabilizou-se pela colocação direta de mais da metade dos bolsistas em universidades reconhecidas (Anexo F, Quadro 5), desse modo conseguindo uma economia de mais de US\$500.000 em redução de taxas e custos de colocação.

- Programa de Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional (PSDP)

O Programa de Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional oferece oportunidades a cidadãos dos Estados membros da OEA para ampliar ou atualizar a experiência profissional em áreas de especialização relacionadas com as áreas prioritárias da OEA. Foi concedido um total de 724 bolsas para cursos de desenvolvimento profissional em 2007 (Anexo F, Quadro 6). Essas bolsas foram concedidas para participar de cursos oferecidos pelos governos, universidades, instituições ou organizações nos seguintes Estados membros e Observadores Permanentes: Argentina, Barbados, Brasil, México, Estados Unidos, Venezuela, Espanha e Coréia. A Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), o Departamento de Comércio,

Turismo e Competitividade, o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Comissão Jurídica Interamericana, juntamente com o Departamento de Assuntos Jurídicos, também ofereceram cursos de desenvolvimento profissional em 2007, respectivamente em telecomunicações, comércio, direitos humanos e Direito Internacional.

- Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe

O Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe concede empréstimos a interessados da América Latina e do Caribe para ajudar no financiamento de estudos nos Estados Unidos bem como a empregados da OEA para finalidades educacionais e emergências.

Em 2007 o total dos ativos do Fundo chegou a US\$14,7 milhões, dos quais 91,3% eram investimentos financeiros, 7,3% se destinavam a empréstimos para estudantes e 1,4% para empregados da OEA. O Fundo deu seqüência à administração dos empréstimos ativos, realizando monitoramento acadêmico, regresso ao país de origem e cobrança, num total de US\$1.314.257. Os empréstimos aumentaram 10,5% em relação ao ano anterior.

Com o propósito de melhorar a distribuição geográfica e aumentar o número e o montante dos empréstimos, o Fundo lançou uma campanha promocional de massa, concluiu sua página na Web nos quatro idiomas oficiais da OEA ([www.oas.org/rowe](http://www.oas.org/rowe)) e realizou uma pesquisa com ex-beneficiários. A pesquisa foi respondida por 91 pessoas e os resultados mostram que 49,5% dos estudantes regressaram ao país de origem. Muitos confirmaram que a experiência nos Estados Unidos ajudou-os tanto a crescer profissionalmente quanto a contribuir para o desenvolvimento dos seus países. Do total, 92,3% estão atualmente empregados e 53,9% afirmaram que o cargo atual está relacionado com os estudos realizados nos Estados Unidos.

A crescente participação da mulher em todos os níveis de educação reflete-se nas estatísticas compiladas pelo Fundo. O percentual de empréstimos concedidos a mulheres estudantes em 2007 foi de 70% comparado com somente um terço do total em 1995.

- Portal de Educação das Américas

O objetivo principal do Portal de Educação ([www.educoas.org](http://www.educoas.org)) é promover desenvolvimento profissional e capacitação nas Américas, prestando informação sobre educação a distância e oferecendo cursos curtos de treinamento *on-line* por meio da Aula Virtual ou em associação com outras instituições acadêmicas.

Em 2007 o Portal concentrou-se no uso da plataforma Web da Aula Virtual para oferecer cursos interativos de alta qualidade. Foram oferecidos 22 cursos *on-line* para capacitar educadores, professores e funcionários governamentais, em espanhol e português, em temas como qualidade da educação básica, governo eletrônico, treinamento de tutores virtuais, ética e desenvolvimento em universidades, estratégia de ensino das matemáticas etc. Também foram estabelecidas parcerias com instituições de governo, universidades e unidades especializadas da OEA para a oferta de cursos *on-line*.

Garantiu-se apoio à infra-estrutura que oferece reuniões virtuais e fóruns. Foram preparados e divulgados editoriais e boletins trimestrais. O Portal também oferece acesso a um banco de dados com informação sobre programas e cursos de educação *on-line*. Foram distribuídas gratuitamente revistas e monografias por intermédio da Biblioteca Digital.

Em cumprimento aos mandatos dos órgãos políticos os serviços são oferecidos a um custo mínimo. Em 2007 foram treinados 3.046 profissionais da Região (Anexo F, Quadro 7). A média mensal de acessos foi de 6,78 milhões e a de usuários novos registrados, 1.143 (Anexo F, Quadro 8).



## 2.5 SUBSECRETARIA DE SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

*A Subsecretaria de Segurança Multidimensional foi criada pela Ordem Executiva 05-13, Rev. 1. É constituída pelo Escritório Executivo do Subsecretário de Segurança Multidimensional e pelo Departamento de Coordenação de Políticas e Programas de Segurança Multidimensional, pelo Departamento de Segurança Pública, pela Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas, em nível de Departamento, e pela Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, em nível de Departamento.*

### **Escritório Executivo do Subsecretário de Segurança Multidimensional**

Com a incorporação do Subsecretário em 29 de janeiro e do Subsecretário Adjunto em outubro, o Escritório Executivo da Subsecretaria de Segurança Multidimensional (SSM) iniciou as atividades de assessoramento à Secretaria-Geral e aos órgãos políticos da OEA em todos os assuntos relacionados com a segurança multidimensional. Organizou as atividades relacionadas com as missões de cooperação entre os Estados membros para enfrentar as ameaças à segurança nacional e aos cidadãos, cumprindo diretrizes expedidas pela Assembléia Geral. Manteve efetiva coordenação com os diferentes Estados membros em apoio às atividades de implementação da Declaração sobre Segurança nas Américas e a suas funções de assistência aos órgãos políticos, no âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica. Coordenou a mobilização de recursos externos em colaboração com os esforços dos países mediante programas e projetos de fortalecimento institucional e de capacitação de recursos humanos, inclusive catorze projetos novos aprovados em 2007.

- Junta Interamericana de Defesa

Por intermédio do Escritório Executivo do Subsecretário foram iniciadas e mantidas relações de cooperação com a Junta Interamericana de Defesa e o Colégio Interamericano de Defesa, destinadas ao cumprimento do mandato da CP/RES. 900 (1532/06) de instituir a Junta Interamericana de Defesa (JID) como “entidade” da Organização com base no artigo 53 da Carta da OEA.

- Secretaria Técnica da Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente e de outras comissões relacionadas com a segurança multidimensional.

Por intermédio do Escritório Executivo, a SSM planejou e coordenou as atividades destinadas a cumprir de maneira eficiente as diretrizes expedidas pela Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente (CSH). Foi iniciada a coordenação dos preparativos dos Estados membros para a comemoração do “Quinto Aniversário da Declaração Sobre Segurança nas Américas”.

- Cooperação com outras organizações públicas e privadas, nacionais, regionais e internacionais

A SSM planejou e coordenou as atividades relacionadas com missões de segurança e paz no Hemisfério. Em especial, empenhou-se na cooperação com as Nações Unidas, contribuindo para a organização do Sistema Nacional de Controle de Drogas (NDS), do Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) e do Uso Indevido de Drogas coordenado pela CICAD. Contribuiu para as atividades de controle financeiro relacionadas com o terrorismo e a cooperação entre os cientistas e acadêmicos na implementação da resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, juntamente com o Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento da América Latina (UNLiREC), e colaborou com instituições na organização de atividades de manejo de crises nos Estados membros, coordenadas pelo CICTE.

Por meio do Escritório Executivo, a SSM manteve reuniões com o UNLiREC, em que foi discutida a questão das armas pequenas e armamento leve, a fim de promover convenções e acordos. Representou o Secretário-Geral na coordenação das atividades da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA), para a elaboração de um tratado internacional de comércio que abranja todas as armas convencionais, armas pequenas, armamento leve e armamento pesado. Também participou da reunião anual da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas em Viena, Áustria; do Primeiro Grupo Técnico sobre Criminalidade Organizada Transnacional no México; do Segundo Encontro sobre o Financiamento do Terrorismo em Lima, Peru; do Seminário sobre Tráfico de Pessoas em Bogotá, Colômbia; e da reunião informal sobre princípios de transferência de controle de armas pequenas e armamento leve na Suíça.

O Escritório Executivo organizou e, em alguns casos, apoiou os eventos abaixo relacionados, dos quais também participou realizando exposições.

- Exposição na OEA do Diretor do Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) sobre o tema “Crime e desenvolvimento na América Central”, 23 de maio.
- Exposição no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre segurança multidimensional, 2 de abril.
- Reunião do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres, 20 de abril.
- Reunião com o Secretário-Geral Adjunto e o Presidente da CIDA para debater a situação da segurança atual no Haiti, 18 de maio.
- Seminário “Crime e violência no istmo centro-americano”, organizado em parceria com o BID, 23 de maio.
- Reunião entre o Secretário-Geral e o Decano da Harris School of Public Policy Studies da Universidade de Chicago, 24 de maio.
- “Conference on the Caribbean – A 20/20 Vision” organizada pelo Center for Strategic and International Studies (CSIS), 15 de junho.
- Reunião com representantes do programa “Canadian Countertop Terrorism Capacity Building Program”, 12 de julho.
- Conferência sobre “The Latin American Security Sector Reforms and the Impact of Irregular Threats”, organizada pelo Center for Hemispheric Defense Studies, 10 de setembro.
- Reunião com funcionários da Embaixada do Canadá para considerar a Oitava Conferência de Ministros da Defesa das Américas, 24 de outubro.

- Seminário sobre “Crime, violência e segurança no Caribe”, organizado pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars, 30 de outubro.
- Exposição de Iñaki Urdangarin sobre “Fundação Cultura, Esportes e Integração Social”, 2 de novembro.
- Reunião com o Secretário-Geral da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) para expor o tema segurança multidimensional e examinar possíveis vínculos de cooperação.
- Exposições para estudantes de várias universidades do Brasil e da Universidade do Desenvolvimento do Chile.

Em coordenação com o Departamento de Relações Exteriores, o Escritório Executivo da Subsecretaria realizou exposições para delegações das seguintes instituições que visitaram a OEA: Colégio de Defesa Nacional do México, Colégio de Guerra da Marinha do México, CAE de El Salvador, Universidade do Desenvolvimento do Chile, Escola das Américas, Escola Superior de Guerra Aérea do Peru, Forças Armadas da República Dominicana, Escola de Guerra da Colômbia, Forças Armadas da Guatemala e Conjunto para Operações de Paz no Chile (CECOPAC).

- Cooperação com países Observadores Permanentes

Por intermédio do Escritório Executivo, o Subsecretário manteve reuniões com altos funcionários dos governos da Espanha e da Rússia para reforçar os vínculos de cooperação relacionados com a segurança multidimensional dos países do Hemisfério.

### **2.5.1 Departamento de Coordenação de Políticas e Programas de Segurança Multidimensional**

O Departamento de Coordenação de Políticas e Programas de Segurança Multidimensional (DCPP/SM) foi criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev. 4, de 2007, e responde pelo desempenho das atividades técnicas e administrativas da Subsecretaria bem como pela destinação de recursos para todos os programas. A partir de sua incorporação no mês de outubro, o Diretor do Departamento assessorou o Secretário-Geral e o Subsecretário de Segurança Multidimensional em todos os assuntos relacionados com segurança e defesa nas Américas e no que diz respeito à coordenação das dependências da SSM em questões transversais de segurança e defesa e a programas sobre políticas hemisféricas para fortalecer a segurança na Região. Em consulta com as dependências da SSM, preparou o projeto de orçamento-programa do Fundo Ordinário e formulou projeções de recursos externos para 2009. Também em coordenação com o Subsecretário de Segurança Multidimensional, estabeleceu e manteve relações de cooperação com a Junta Interamericana de Defesa e o Colégio Interamericano de Defesa.

- Comissão de Segurança Hemisférica

Como Secretaria Técnica da Comissão de Segurança Hemisférica, o Departamento realizou o planejamento e coordenação das suas reuniões e elaborou relatórios e documentos técnicos vinculados aos temas considerados, em apoio às autoridades que a constituem.

- Coordenação de programas e projetos

Em coordenação com o Subsecretário de Segurança Multidimensional, coordenou a programação de propostas de projetos apresentados pelos departamentos da Subsecretaria bem como o desenvolvimento das atividades em cumprimento aos mandatos decorrentes da Assembléia Geral e aos aprovados nas diversas reuniões do CICTE, da CICAD e do DSP. Em especial, coordenou a avaliação de projetos da Subsecretaria financiados pela Espanha e pelo Canadá.

### **2.5.2 Secretaria Executiva da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas**

A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) foi criada pela Assembléia Geral em 1986. Tem como base os princípios e objetivos enunciados no Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1986, além da Estratégia Antidrogas no Hemisfério, de 1996. De acordo com os Estatutos da Comissão e a Ordem Executiva 05-13, Rev. 4, dispõe de uma Secretaria Executiva em nível departamental.

O programa de combate às drogas da CICAD é dividido nas seguintes seções: Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM); Redução da Demanda; Redução da Oferta e Desenvolvimento Alternativo; Combate à Lavagem de Dinheiro; Fortalecimento Institucional; Desenvolvimento Educacional e Pesquisa; e Observatório Interamericano de Drogas.

- Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)

A CICAD publicou o relatório *Realizações do Mecanismo de Avaliação Multilateral, 1997-2007*, como forma de avaliar o trabalho do MAM nas três primeiras rodadas de avaliação tanto no âmbito regional quanto em cada país individualmente. A Quarta Rodada de Avaliação começou com duas reuniões do Grupo de Peritos Governamentais para elaborar relatórios por países, com um total de 453 recomendações que foram aprovadas pela Comissão em novembro de 2007. Essas publicações serão apresentadas à Assembléia Geral da OEA em junho de 2008.

A CICAD coopera diretamente com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) na avaliação dos dez anos de progresso mundial frente aos objetivos do problema internacional das drogas aprovados pela Assembléia Geral das Nações Unidas na Vigésima Sessão Especial (UNGASS 1998) bem como do uso da informação extraída das organizações regionais nessa avaliação. O UNODC utilizará os relatórios de avaliação do MAM como fonte complementar do seu próprio sistema de informação, desse modo proporcionando uma avaliação mais completa do progresso de cada área de informação da UNGASS e contribuindo para fortalecer a validade das tendências dos dados do UNODC. Cumpre salientar que pela primeira vez são utilizados dados dos relatórios de avaliação do MAM para apoiar análises e dados das Nações Unidas e que esse fato representa um reconhecimento significativo da trajetória e da eficácia do Mecanismo por parte da comunidade internacional.

- Redução da demanda

Em resposta à necessidade de dispor de profissionais capacitados no Caribe, a CICAD estabeleceu uma parceria com a Universidade das Índias Ocidentais (UWI) para lançar um programa de formação e capacitação *on-line* para o tratamento e a prevenção do abuso de drogas. A UWI credenciou o programa, cujo desenvolvimento foi apoiado pela CICAD, recrutou os primeiros alunos e iniciou em setembro as aulas de um curso de certificação de um ano. A CICAD associou-se também à Comissão Européia para desenvolver uma ambiciosa iniciativa de três anos de duração entre governos locais da Europa, América Latina e Caribe com a finalidade de dividir experiências e programas municipais na área de tratamento e reabilitação do abuso de drogas. Mediante um acordo de cooperação horizontal entre a CICAD e o Governo do Chile, assinado em 2005, o Conselho Nacional para o Controle de Entorpecentes (CONACE) desse país ministrou capacitação e prestou assistência técnica em áreas especializadas da prevenção e tratamento do abuso de drogas a profissionais de 14 Estados membros. A CICAD vem-se dedicando também, há dois anos, por meio do Grupo de Peritos em Redução da Demanda, à preparação de diretrizes hemisféricas sobre prevenção do abuso de drogas no local de trabalho.

- Redução da oferta

O programa de capacitação da Seção de Redução da Oferta organizou 37 seminários nacionais e regionais de treinamento para aproximadamente 1.000 funcionários policiais e aduaneiros sobre temas como controle de substâncias químicas, segurança de funcionários, cooperação marítima, perfil de contêineres e passageiros suspeitos, segurança portuária, inspeção de embarcações, drogas sintéticas e participação do setor privado na segurança de portos e aeroportos. Para debater o aumento crescente da venda de substâncias ilícitas ou controladas internacionalmente distribuídas pela Internet, a CICAD conseguiu que a Microsoft Corporation oferecesse capacitação a promotores e policiais a fim de que disponham das ferramentas e do conhecimento necessário para investigar esse novo tipo de crime. Mais de 150 investigadores foram treinados em seis meses.

- Desenvolvimento Alternativo

Como parte do Programa de Desenvolvimento Alternativo, a Oportunidade de Apoio aos Países Andinos na Exportação de Cacau (ACCESO) concluiu o primeiro ciclo de treinamento de campo e preparou um manual de melhores práticas que será empregado à medida que o Programa se estenda do Peru para outros países andinos. A CICAD também criou um Grupo de Peritos em Desenvolvimento Alternativo para avaliar a melhor maneira de considerar as questões de desenvolvimento no âmbito do seu próprio mandato, inclusive iniciativas para promover a demanda de produtos alternativos da Região Andina.

- Combate à Lavagem de dinheiro

A Seção de Combate à Lavagem de Dinheiro organizou um banco de dados especializado *on-line* de tipologias de práticas de lavagem de dinheiro, que reunirá informação de todo o Hemisfério, com o objetivo de criar um sistema de classificação unificado e colaborar com os funcionários de execução da lei na detecção, investigação, julgamento e condenação desse tipo

de crime. Também iniciou um programa de aperfeiçoamento profissional *on-line*, em associação com a Universidade de Salamanca (Espanha), que facilitará o alcance de um público mais amplo, ou seja, juízes, promotores e funcionários de execução da lei encarregados de investigações e julgamentos de lavagem de dinheiro. Juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o UNODC, a CICAD patrocina uma série de julgamentos simulados para que juízes e promotores disponham de melhores ferramentas no momento de investigar e julgar crimes de lavagem de dinheiro. Uma nova linha de ação será a assistência técnica aos Estados membros para desenvolver e melhorar a administração de ativos confiscados como recursos subutilizados na luta contra o narcotráfico e a lavagem de dinheiro (Programa BIDADL).

- Desenvolvimento Educacional e Pesquisa

Após mais de uma década de funcionamento, o programa de parceria universitária da Seção de Desenvolvimento Educacional e Pesquisa ampliou o enfoque de associação com universidades da América Latina para introduzir em seus currículos de pesquisa e extensão universitária conteúdo relativo a drogas. O trabalho individual com as faculdades de enfermagem, saúde pública, educação e medicina será substituído pela promoção de redes de colaboração interdisciplinar em que se utilizem enfoques e perspectivas múltiplas, ao mesmo tempo em que se estreitará a colaboração com as Comissões Nacionais Antidrogas.

- Fortalecimento Institucional

Na área de fortalecimento institucional, a CICAD continuou a apoiar as Comissões Nacionais Antidrogas na atualização de legislação, planos e programas bem como no aperfeiçoamento do pessoal profissional. Com o apoio do governo espanhol, a Região Andina beneficiou-se de uma iniciativa que visa à descentralização das políticas e programas de drogas para o âmbito municipal e regional, a fim de promover um enfoque que ofereça melhor resposta a novas tendências e riscos.

- Observatório Interamericano de Drogas

O Observatório Interamericano de Drogas (OID) acha-se prestes a determinar uma linha de base do uso de drogas nas Américas por meio da coordenação de pesquisas de alunos de nível médio, domicílios e outros segmentos da população, a fim de elaborar estudos comparativos regionais. Essa iniciativa conjunta deve-se em grande medida ao apoio institucional e financeiro do UNODC na Região. A análise comparativa preparada para os países da América Central (domicílios e alunos de nível médio) e do Caribe (alunos de nível médio) foram os primeiros dessa natureza. O estudo comparativo de 2006 de alunos de nível médio em nove países da América do Sul destina-se a fortalecer um sistema regional de pesquisa e informação que possibilite uma avaliação geral do consumo de drogas nos países participantes, que será publicada no início de 2008. Além disso, o Observatório vem desenvolvendo um banco de dados, a que se poderá ter acesso pela Internet, de perfis de países que dispõem de informações relevantes e precisas sobre a oferta e o abuso de drogas.

### 2.5.3 Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo

Em 2007 a Secretaria do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) realizou 77 cursos de capacitação e assistência técnica de que se beneficiaram mais de 2.500 participantes por meio de dez programas em seis áreas: controles fronteiriços, controles financeiros, proteção da infraestrutura crítica, assistência legislativa contra o terrorismo, gestão de crises e formulação e coordenação de políticas.

- Controles fronteiriços

No âmbito dos cinco projetos do Programa de Segurança Aeroportuária, 393 funcionários receberam capacitação sobre as normas internacionais de segurança da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) mediante sete bolsas de estudo para cursos dessa Organização e 22 cursos de capacitação do CICTE que a Administração de Segurança do Transporte dos Estados Unidos (TSA) realizou em 12 países. Depois de concentrar-se por dois anos nos nove países que foram sede da Copa do Mundo de Críquete, a Secretaria focaliza agora sua atuação na América Latina, onde já foi realizado um primeiro curso sobre gestão de crises para falantes de espanhol, na Colômbia, em agosto. Em 2007 um novo componente de avaliação de programas foi agregado a esses cursos de capacitação.

O Programa de Segurança Portuária continua a ser o maior e mais complexo da Secretaria. Foram organizadas sessões de capacitação sobre o Código Internacional para a Proteção de Barcos e Instalações Portuárias (ISPS) da Organização Marítima Internacional (OMI) para 1.400 funcionários. Cerca de 682 participaram das sessões de capacitação para agentes de segurança em instalações portuárias, cursos de capacitação em alfândegas e simulacros de gestão de crises, enquanto outros 768 receberam capacitação em segurança portuária. Após o estabelecimento, em fevereiro, do Programa de Assistência à Segurança Portuária (PSAP) com outros dois departamentos da OEA (a CICAD e a CIP), a Guarda Costeira dos Estados Unidos e o Ministério dos Transportes do Canadá, o programa compreende hoje três projetos: 1) avaliação das necessidades de capacitação relacionadas com o Código Internacional para a Proteção de Barcos e Instalações Portuárias (ISPS) da OMI e treinamento de acompanhamento; 2) exercícios de gestão de crises; e 3) workshops de melhores práticas.

Após as avaliações, o treinamento foi realizado em cinco portos da República Dominicana, em abril e maio, e no Porto de Saint George, em Grenada, em outubro. Também em outubro, o contrato para avaliação e treinamento na Jamaica e na Guiana foi adjudicado pela primeira vez a uma empresa britânica. Catorze empresas apresentaram propostas para o projeto de avaliação e capacitação nas Bahamas. Em setembro foi realizado com êxito o primeiro *Exercício de gestão de crises* em Buenos Aires, Argentina. O evento teve a participação de observadores dos Estados Unidos, México e Uruguai.

A Secretaria executa dois projetos no âmbito do Programa de Imigração e Alfândegas. O Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP) dos Estados Unidos realizou avaliações e sessões de capacitação em fins de 2006 e começo de 2007 em três dos nove países que foram sede da Copa do Mundo de Críquete e concluiu outras cinco avaliações entre setembro e dezembro. De acordo com um Memorando de Entendimento assinado em 2004 com a Secretaria, a Organização

Internacional para as Migrações (OIM) realizou avaliações em três países do Caribe com o objetivo de melhorar a eficácia dos sistemas de gestão fronteiriça e dos processos de migração.

No contexto do Programa de Segurança de Documentos e Prevenção de Fraudes, a Secretaria organizou um workshop em Assunção, Paraguai, de 30 de julho a 3 de agosto, para 25 funcionários de alfândega, imigração e ordem pública da Argentina e Paraguai, com peritos técnicos do Laboratório Forense de Documentos da Agência de Supervisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (DHS/ICE). O workshop teve por objetivo fortalecer a capacidade de detectar documentos de viagem fraudulentos, melhorar os controles fronteiriços e aumentar os vínculos institucionais entre os funcionários de controles fronteiriços e alfândegas. A Secretaria começou a preparar uma série de workshops sub-regionais sobre segurança em documentos de viagem, que serão realizados em 2008 em colaboração com a OACI e a INTERPOL.

- Assistência legislativa e financiamento do terrorismo

Em março, de acordo com o Programa de Legislação de Combate ao Terrorismo, a República Dominicana foi sede de uma Conferência Ministerial para o Caribe sobre Legislação de Combate ao Terrorismo e à Criminalidade Organizada Transnacional, co-organizada pela Secretaria e pelo Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC). Em colaboração com o UNODC, a Secretaria realizou missões de assistência técnica legislativa em sete países; quatro cursos de capacitação especializada sobre legislação para promotores, juízes e funcionários da ordem pública (um em colaboração com o Governo da Espanha); e dois workshops sub-regionais: um Seminário Ibero-Americano em Cartagena, Colômbia, em colaboração com o Governo da Espanha, e um workshop sobre extradição de terroristas, no Peru, em outubro, para nove países sul-americanos.

O CICTE e a CICAD organizaram em conjunto dois workshops de capacitação no âmbito do Programa de Financiamento do Terrorismo: o primeiro em Bogotá, em fevereiro, para a América Central, Colômbia, México e República Dominicana; e o segundo no Peru, em agosto, para países sul-americanos. Esses eventos tiveram a participação de 80 promotores, juízes, legisladores e funcionários da ordem pública. Em outubro, o módulo de capacitação do CICTE, “Guia prático para a prevenção, detecção e supressão do financiamento do terrorismo”, que é usado em todos os eventos sobre assistência legislativa e financiamento do terrorismo do Comitê, foi atualizado e distribuído, mediante um CD interativo em espanhol e inglês, a parceiros internacionais e às Unidades de Inteligência Financeira dos Estados membros.

- Proteção à infra-estrutura crítica

No âmbito do Programa de Segurança Cibernética, a Secretaria obteve êxito considerável na implementação dos mandatos a ela conferidos pela Estratégia Integral de Segurança Cibernética da OEA: assessorou os Estados membros da OEA na criação de Equipes de Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (CSIRT), ministrou capacitação a pessoal indicado pelas CSIRT e promoveu a instituição da Rede Interamericana de CSIRT. Até abril, onze Estados membros da OEA haviam designado formalmente CSIRT nacionais. O Primeiro Curso da OEA sobre a Criação e Gestão de CSIRT foi realizado em Brasília, em junho, graças à colaboração e



contribuições em espécie do Governo do Brasil. Em parceria com o Serviço Secreto dos Estados Unidos, a Secretaria organizou em novembro o Segundo Workshop sobre Segurança Cibernética e Delitos Cibernéticos em Miami, com a participação de 102 pessoas procedentes de 31 Estados membros. No que constituiu um grande passo adiante, o Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia da OEA ofereceu-se para realizar um projeto piloto em seu servidor seguro a fim de dar início à criação da Rede Interamericana de CSIRT. Os resultados desse projeto piloto serão apresentados no Oitavo Período Ordinário de Sessões do CICTE em março de 2008.

De acordo com o Programa Interamericano de Segurança das Instalações Turísticas e Recreativas das Américas (ITRS), a Secretaria capacitou 253 agentes de segurança dos setores público e privado em cinco cursos de capacitação realizados de agosto de 2006 a fevereiro de 2007 nos nove países sede da Copa do Mundo de Críquete. Os cursos de capacitação do CICTE sobre segurança no turismo despertaram o interesse do Instituto Inter-Regional das Nações Unidas para Pesquisas sobre Delinquência e Justiça (UNICRI) e do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Proteção de Alvos Vulneráveis. Em virtude da decisão tomada pelo CICTE em 2006, relativa a uma reunião de peritos para avaliar o projeto piloto e considerar sua extensão a todo o Hemisfério, em 2007 as atividades limitaram-se a estabelecer contatos com outras entidades da OEA, com especialistas dos setores público e privado e com empresas de turismo do Caribe. A reunião de peritos será realizada em 4 de março de 2008.

- Cooperação e parcerias internacionais

Após a aprovação pelo CICTE, em fevereiro, da “Declaração do Panamá sobre a Proteção da Infra-Estrutura Crítica no Hemisfério frente ao Terrorismo”, a Secretaria colaborou em dois casos de cooperação horizontal entre os Estados membros. A Secretaria também respondeu a numerosos pedidos de assistência, encaminhando-os a outros prestadores de serviço. À medida que as Nações Unidas e outras organizações internacionais começaram a realçar o valor da contribuição das organizações regionais na implementação das normas internacionais, a Secretaria foi convidada a representar a OEA nos eventos relacionados com a promoção da cooperação internacional, no âmbito da Estratégia Global das Nações Unidas contra o Terrorismo, inclusive uma conferência do UNODC e da Força-Tarefa Interinstitucional de Combate ao Terrorismo (CTITF), das Nações Unidas, que se realizará em Viena, em março, e uma reunião em outubro do Comitê contra o Terrorismo das Nações Unidas (UNCTC) em Nairóbi com organismos internacionais, regionais e sub-regionais. A Secretaria também procurou fortalecer as relações com outras organizações regionais, tais como a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o Conselho da Europa, e conseguir maior coordenação técnica com organizações internacionais, como a INTERPOL e a OACI.

O Canadá, Trinidad e Tobago, Estados Unidos e Espanha continuam a ser os principais doadores. Em 2007, o Canadá triplicou seu apoio financeiro aos programas do CICTE. A maior colaboração técnica com a Espanha redundou na realização de três seminários ibero-americanos para os Estados membros do CICTE no Centro de Treinamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional em Cartagena, Colômbia. A Secretaria coopera cada vez mais com outras entidades, entre as quais se incluem a Comissão Européia, a Secretaria da Commonwealth e a CARICOM.

#### 2.5.4 Departamento de Segurança Pública

O Departamento de Segurança Pública (DSP) realizou atividades, em suas três principais seções, nas áreas de ação integral contra as minas antipessoal, criminalidade organizada transnacional (tráfico de pessoas, tráfico ilícito de armas pequenas, munições e explosivos e investigação forense) e políticas públicas de segurança (quadrilhas, capacitação policial e sistemas penitenciários e carcerários).

Em virtude do caráter multidimensional dos problemas e das novas ameaças à segurança na Região, o DSP cooperou mediante a promoção de políticas públicas, adequação legislativa, capacitação de policiais, juízes e promotores, melhoramento da qualidade da informação básica e geração de informação agregada.

- Escritório de Ação Humanitária contra Minas (*Programa de Ação Integral Contra as Minas Antipessoal - AICMA*)

No âmbito do AICMA, o DPS apoiou a manutenção dos diversos componentes de ação contra minas e a implementação de iniciativas inovadoras como a destruição de munições obsoletas e armas ligeiras.

O portfólio de projetos foi atualizado com o objetivo de apresentar as realizações do programa aos doadores na Oitava Reunião dos Estados Partes na Convenção de Ottawa, em novembro de 2007, e para assegurar recursos destinados a reduzir o impacto causado pelas minas.

Com a assessoria técnica da Junta Interamericana de Defesa, o Escritório colaborou na remoção de mais de 13.000 minas antipessoal e munições não detonadas, limpando 398 mil metros quadrados de terreno para a atividade produtiva. Cumpre salientar a cooperação entre o Equador e o Peru na limpeza da Cordilheira do Condor e as realizações na Nicarágua, que concluiu mais de 94% dos objetivos do plano nacional.

O Escritório executou e apoiou campanhas de sensibilização para conscientizar sobre os perigos e conseqüências provocados pelas minas. Também continuou a ampliação do componente prevenção em associação com entidades nacionais para a reabilitação física e psicológica de mais de 600 sobreviventes e sua reintegração social.

Foram organizados projetos em apoio aos planos de destruição de armas e munições dos governos da Nicarágua e da Colômbia. O Escritório ofereceu apoio às operações de destruição de mais de 400 toneladas de munições na Nicarágua e, em coordenação com a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP-OEA), colaborou na destruição de mais de 18.000 armas entregues ao Governo colombiano por grupos paramilitares ilegalmente armados.

- Criminalidade organizada transnacional

A Seção contra a Criminalidade Organizada Transnacional apresentou no “Workshop sobre Proteção de Testemunhas para o Panamá”, organizado nesse país pelo ONODC, o Plano de Ação Hemisférico contra a Criminalidade Organizada Transnacional. Também em colaboração

com o UNODC avaliou *in situ* a situação legislativa e fática da proteção de testemunhas na Guatemala e organizou em Tegucigalpa, Honduras, o “Primeiro Workshop Sub-Regional sobre o Ministério Público, a Polícia e a Investigação da Criminalidade Organizada Transnacional: Desafios no Âmbito da Reforma Processual Penal”.

Participou em Tegucigalpa, Honduras, de um grupo de trabalho convocado para redigir a versão definitiva da Lei sobre Proteção de Testemunhas, que terminou por ser aprovada pelo Congresso da República de Honduras.

Colaborou e atuou como secretaria técnica na organização da "Primeira Reunião do Grupo Técnico sobre Criminalidade Organizada", no México, D.F.

Participou do Seminário sobre Proteção de Testemunhas, realizado na Guatemala, e organizou com o UNODC um workshop para elaborar um protocolo sobre realocização de testemunhas da criminalidade organizada transnacional. Convidado pelo Governo do Brasil, participou do Sexto Seminário Brasileiro de Proteção e Assistência a Vítimas e Testemunhas, realizado em Salvador, Brasil.

- Combate ao tráfico de pessoas

O setor encarregado do tráfico de pessoas organizou seis seminários-workshops de capacitação com a participação de funcionários governamentais, da sociedade civil e de organismos internacionais, com o objetivo central de conscientizar e capacitar em aspectos relacionados com a prevenção, a criminalização do tráfico de pessoas e a proteção de vítimas. Foram realizadas atividades sobre a “Criminalidade organizada transnacional na região do Caribe”, o “Tráfico de cidadãos asiáticos no Hemisfério ocidental” e o “Combate ao tráfico de pessoas na Bolívia e países limítrofes”. Os temas abordados relacionaram-se ao tráfico de pessoas, aos vazios nas legislações nacionais, à importância da criação de mecanismos de cooperação, à necessidade da implementação de políticas públicas contra esse crime, às novas rotas entre a Ásia e o Hemisfério ocidental, às políticas públicas implementadas em ambos os continentes e à apresentação do relatório preliminar de estatísticas sobre vítimas do tráfico de pessoas nas cidades de La Paz e El Alto, Bolívia.

Foram realizados workshops com os seguintes objetivos: (i) ressaltar os princípios e estruturas jurídicas internacionais; (ii) destacar a importância de legislar e cooperar regionalmente; (iii) considerar a realização de um guia de diretrizes para a criação de uma lei regional modelo contra o tráfico de pessoas na América Central, República Dominicana e Belize; (iv) debater o “Tráfico de pessoas no Cone Sul: cooperação regional, desafios e vinculações com outras regiões”.

Foram realizadas exposições sobre o tema “O crime do tráfico de pessoas nas Américas, mecanismos de prevenção e proteção de vítimas”, na Flórida, em março, na Cidade do México, em junho, e na Embaixada da Suécia em Washington, D.C., em novembro.

- Armas de fogo

O DSP, na qualidade de Secretaria Técnica da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (CIFTA), apoiou a Comissão Consultiva e o Grupo de Peritos da OEA na preparação de legislação modelo sobre “Medidas legislativas para tipificar delitos com relação à fabricação e ao tráfico ilícitos de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais correlatos”. Continuou a insistir com os sete Estados membros não-Partes na CIFTA para que considerem ratificar a Convenção e adotar medidas necessárias para o seu cumprimento.

O DSP organizou o seminário “Criminalidade organizada: uma ameaça para o Caribe”, na Jamaica, para definir recomendações a serem implementadas na região. Também participou de eventos organizados pelo Governo do Canadá em Genebra, Suíça, de uma reunião informal sobre os princípios para o controle da transferência de armas pequenas e armamento leve e da Parceria CARICOM-EUA para combater o tráfico ilícito de armas (Nassau, Bahamas, 11 e 12 de dezembro de 2007).

Por intermédio do Escritório de Ação Humanitária contra Minas, cerca de 900 toneladas de munições excedentes, obsoletas ou vencidas dos estoques do Exército da Nicarágua foram destruídas. Em colaboração com a Missão MAPP/OEA na Colômbia, assessorou o Governo desse país na destruição de aproximadamente 18.000 armas entregues pelos grupos paramilitares.

- Políticas de segurança pública

O DSP elaborou o documento “Segurança pública: situação e políticas nas Américas” para posicionar-se frente ao tema e definir uma proposta de agenda para os próximos três anos com projetos que propiciem a elaboração de um diagnóstico regional, a implementação de observatórios de segurança, a criação de programas de capacitação para policiais, juízes e promotores, a elaboração de um modelo de política pública de segurança e a realização de um estudo de pré-viabilidade de um índice sintético sobre segurança pública.

Na esfera do projeto “Diagnóstico Regional sobre Segurança Pública nas Américas”, foram iniciadas duas pesquisas em institucionalidade da segurança pública e o diagnóstico da segurança privada em oito países (MERCOSUL, Região Andina, Caribe e América Central).

Dando continuidade à proposta do Secretário-Geral de realizar a Primeira Conferência Ministerial sobre Criminalidade e Violência nas Américas, foram programadas várias reuniões preparatórias com a participação do setor acadêmico, a sociedade civil e os organismos internacionais, com a finalidade de determinar uma estratégia regional destinada a reduzir os níveis de criminalidade e violência dominantes. A primeira reunião, realizada no Chile, estabeleceu as bases do processo proposto.

Foi assinado um Memorando de Entendimento com o Centro de Estudos Latino-Americanos (CLAS) da Universidade de Georgetown, para promover a cooperação entre as duas instituições em pesquisa e atividades no âmbito da segurança pública.

- Capacitação policial

Foi aberto o Primeiro Curso Internacional “Desenvolvimento Policial no Século XXI”, convocado pela Subsecretaria de Carabineiros do Chile, os Carabineiros do Chile e a Secretaria-Geral da OEA, no âmbito do Programa Interamericano de Capacitação Policial (PICAP).

Foi assinado um Memorando de Entendimento entre a SG e a Polícia de Investigações do Chile (PICH) destinado a promover, na esfera do Programa Interamericano de Capacitação Policial (PICAP) do DPS, a capacitação, a transferência horizontal e o aperfeiçoamento policial.

- Quadrilhas

A Secretaria Técnica da Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência (IACPV) foi incorporada à Secretaria-Geral da OEA.

Foi realizada a pesquisa “Definição e categorização de quadrilhas”, na Colômbia, Equador, México, Honduras, El Salvador, Jamaica e Estados Unidos, com o objetivo de definir a necessidade da realização de intervenções de natureza preventiva e de controle nas categorias estabelecidas.

## 2.6 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

*A Secretaria de Administração e Finanças, criada pela Ordem Executiva 08-01, é constituída pelo Escritório do Secretário, por três Departamentos – Serviços Orçamentários e Financeiros, Recursos Humanos e Serviços de Informação e Tecnologia – e por dois Escritórios – Serviços de Compras e Serviços Gerais.*

### Escritório do Secretário

No período a que se refere este relatório, o Escritório do Secretário continuou a apoiar os órgãos políticos da Organização, principalmente a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP), atuando como vínculo principal desta com a Secretaria-Geral.

O Escritório do Secretário coordenou com as diferentes áreas da Secretaria-Geral, de uma perspectiva financeira e administrativa, o apoio aos seus programas, liderando uma série de reformas destinadas a modernizar e a tornar mais transparente sua gestão administrativa e financeira.

O progresso de vários desses aspectos foi informado periodicamente aos Estados membros e à Direção Executiva por meio do novo “*Relatório Trimestral sobre a Administração de Recursos na OEA*”. Esse relatório integra as atividades da SAF, apresentando o desempenho das atividades, e atende às recomendações da Junta de Auditores Externos da OEA.

### 2.6.1 Departamento de Serviços Orçamentários e Financeiros (DSPF)

Em 2007, o DSPF concentrou esforços na criação de bases para atingir suas metas imediatas e de longo prazo: 1) melhorar a qualidade, a utilidade e a transparência da informação financeira; 2) proporcionar serviços financeiros adaptados aos clientes; e 3) motivar o pessoal criando sinergias e promovendo a inovação no Departamento.

A seguir apresentam-se alguns passos importantes do DSPF em 2007.

- Implementação de uma nova política de recuperação de custos indiretos (ICR, em inglês). Algumas das vantagens alcançadas.
  - Maior transparência, níveis sustentáveis de coleta de ICR, contribuição para o orçamento-programa do Fundo Ordinário e redução do risco ligado à taxa de juros.
  - Melhoramento da comunicação com as Secretarias com respeito à gestão financeira de projetos.
- Portal Financeiro no OAS Connect

O Portal Financeiro do DSPF, colocado no ar preliminarmente em 2007, foi criado para prestar aos usuários informação sobre os serviços executados e relatórios e documentos publicados pelo Departamento, numa forma dinâmica e de fácil uso.

- Manual Financeiro para Acordos de Fundos Específicos

O Manual Financeiro faz parte da agenda de modernização e transformação da Secretaria-Geral da OEA (SG/OEA). Também faz parte do Nível de Serviço (“SLA” em inglês) esperado no âmbito de acordos entre a SG/OEA, as áreas funcionais e os doadores. Um SLA estabelece um entendimento comum sobre o nível esperado pelas partes que participam dos serviços, responsabilidades e cumprimento financeiro em termos do desenvolvimento do projeto. Uma aproximação maior e mais sistemática e racionalizada possibilitará que a SG/OEA se concentre no esforço de avaliar resultados, execução e risco, reduzindo a gestão diária das transações rotineiras.

## **Resultados orçamentários e financeiros da SG/OEA**

- Aspectos orçamentários

No decorrer de 2007, vários eventos significativos ocorreram no âmbito orçamentário. O DSPF, juntamente com as demais dependências da Secretaria de Administração e Finanças, continuou a compatibilizar a estrutura de contas, demonstrativos e relatórios financeiros, registros de pessoal e outros, assegurando que toda a informação fosse apresentada conforme a Ordem Executiva 05-13, expedida em dezembro de 2005 e revisada em duas ocasiões em 2007, nos meses de março e outubro. Essa ação permitiria o cumprimento dos relatórios periódicos sobre a situação da execução do orçamento 2007 do Fundo Ordinário e dos Fundos Específicos.

Em 2007 foi apresentado o projeto de orçamento-programa 2008 com um teto de US\$87,5 milhões, que incluía ajustes obrigatórios de salários e aumentos por perda de poder aquisitivo nos gastos operacionais da Secretaria-Geral. Em termos reais, esse teto orçamentário era equivalente ao teto de US\$84,5 milhões disposto pela Assembléia Geral na resolução AG/RES. 2257 (XXXVI-O/06).

Em conformidade com os termos da resolução AG/RES. 2353 (XXXVII-O/07), a Assembléia Geral foi convocada em duas ocasiões no ano de 2007 para considerar temas de natureza orçamentária.

No Trigésimo Terceiro Período Extraordinário de Sessões, realizado em 3 de outubro de 2007, a Assembléia Geral aprovou o esquema de financiamento do orçamento-programa correspondente ao período fiscal janeiro-dezembro de 2008, num total de US\$87,5 milhões. A resolução AG/RES. 1 (XXXIII – E/07) autorizou a Secretaria-Geral a utilizar US\$5,4 milhões em recursos não executados do orçamento-programa 2007 para completar o financiamento do orçamento-programa 2008.

No Trigésimo Quarto Período Extraordinário de Sessões, realizado em 13 de novembro de 2007, a Assembléia Geral aprovou, mediante a resolução AG/RES. 1 (XXXIV – E/07), uma metodologia de cálculo da escala de cotas dos Estados membros. Essa metodologia será utilizada para determinar as cotas (em termos percentuais) que os Estados membros destinarão ao Fundo Ordinário da Organização a partir de 2009 e nos anos subseqüentes.

## Aspectos financeiros

No que se refere à situação financeira da OEA, foram apresentados os demonstrativos financeiros consolidados (auditados) que figuram no final deste relatório, no Anexo E, e que incluem:

- a) os Subfundos de Operações e de Reserva do Fundo Ordinário, cujo orçamento é aprovado pela Assembléia Geral;
- b) o Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (FEMCIDI) financiado por contribuições voluntárias dos Estados membros para financiar atividades aprovadas pelos órgãos dirigentes;
- c) os Fundos Específicos financiados por contribuições unilaterais ou multinacionais para financiar atividades de caráter específico; e
- d) os Fundos de Serviços que possibilitam a gestão das atividades internas administrativas necessárias para o funcionamento adequado da Organização, tais como o Fundo de Reembolso de Impostos, o Fundo de Estacionamento e o Fundo de Conferências Externas.

Em 2007 a arrecadação total de cotas do Fundo Ordinário, inclusive cotas atrasadas de anos anteriores, chegou a US\$78,9 milhões, o que representa uma redução de US\$1,0 milhão ou 1,3% com relação às arrecadações efetuadas em 2006 (US\$79,9 milhões). Embora a situação financeira do Fundo Ordinário tenha registrado um modesto aumento (US\$1,9 milhão) com respeito a 2006 (US\$3,7 milhões), essa situação estacionária deve-se em parte à redução da arrecadação de cotas. A designação de cotas de 2007 foi maior que a de 2006 em US\$3,6 milhões, mas a arrecadação total reduziu-se aos níveis antes mencionados.

A variação no aumento líquido do fundo em 2007 foi consideravelmente inferior à de 2006, aproximadamente US\$1,8 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, à redução de US\$1,0 milhão na arrecadação de cotas e ao recebimento de fundos extraordinários em 2006 (ICR e reembolso do LASPAU), que não se repetiu em 2007.

O saldo do Fundo Ordinário em 31 de dezembro de 2007 chegou a US\$15,8 milhões, superando em US\$1,9 milhão o saldo do ano anterior, de US\$13,8 milhões. O Fundo de Reserva do Fundo Ordinário dispõe de um saldo não condicionado de US\$6,3 milhões.

### **2.6.2 Departamento de Recursos Humanos (DRH)**

Em 2007, o DRH executou uma série de ações com a finalidade de oferecer um serviço eficiente e agregar valor às operações dos funcionários da SG/OEA. Dentre os temas relevantes, destacam-se os abaixo enumerados.



- Novo sistema de avaliação de desempenho

A Secretaria-Geral iniciou a implementação de um novo sistema de avaliação de desempenho, cujo propósito é fixar objetivos individuais alinhados com as metas organizacionais e de acordo com as áreas de trabalho específicas. Para assegurar o desenvolvimento de um sistema com base nas necessidades da Organização, o DRH colaborou com a Associação do Pessoal.

Com essa finalidade, mediante o Programa de Avaliação de Desempenho, foram realizados dois treinamentos sobre “Como fixar objetivos individuais” e “Como conduzir conversações efetivas sobre desempenho”. Um total de 937 pessoas participou dos treinamentos e, por conseguinte, 77% do pessoal registrou seus objetivos no sistema.

Juntamente com os treinamentos de pessoal, a área de treinamento ofereceu 12 cursos em 77 sessões. Um total de 1.392 funcionários participou dos diferentes treinamentos em 2007. Em colaboração com o Escritório de Serviços de Compras, 33 funcionários foram credenciados no uso do sistema OASES, na função de preparar, aprovar ou receber requisições.

- Revisão das descrições de função do pessoal

Em consonância com a recomendação da Junta de Auditores Externos, o DRH contratou uma classificadora externa, especialista em normas e padrões de classificação de cargos das Nações Unidas, para revisar as descrições de função do pessoal da SG/OEA, com o objetivo de harmonizar essas descrições com os níveis correspondentes de pessoal.

Como resultado desse trabalho, 25 cargos foram reclassificados e 16 permaneceram no mesmo nível.

- Simplificação dos mecanismos de emprego

Com a finalidade de analisar, simplificar os mecanismos de emprego e responder às necessidades da Organização, foram definidas as pessoas contratadas de acordo com os mecanismos de emprego de profissionais locais (PL) e pessoal de apoio temporário (PAT). Com esse objetivo foram estabelecidos os tipos e a duração dos contratos, o tempo de serviço do funcionário, o nível de salário, a nacionalidade e os benefícios correspondentes a cada contrato. Foi realizada, ademais, uma análise das práticas de contratação empregadas por outras organizações internacionais.

- Aperfeiçoamento da comunicação interna

Após o estabelecimento do *OAS Connect* (intranet) em 2007, prosseguiu a atualização de documentos na área de recursos humanos, a fim de manter informação útil e oportuna à disposição dos funcionários.

O DRH deu continuidade à distribuição de informação por intermédio de circulares sobre assuntos pertinentes aos funcionários, tais como seguros de saúde, reclassificações de cargos, campanhas de vacinação, seleção para contratos contínuos e vagas internas e externas.

Dentre as novas iniciativas destacou-se a realização de um boletim do Departamento, “HR NEWS”, para manter os funcionários informados sobre os diferentes processos conduzidos pela área.

- Atualização do Regulamento do Pessoal

Juntamente com o Departamento de Assuntos Jurídicos e o Comitê da Associação do Pessoal, revisou-se todo o Regulamento do Pessoal para assegurar sua coerência e refletir o disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral.

- Participação efetiva no projeto de transformação STAMP

O DRH participou do STAMP, Projeto de Transformação e Modernização da SAF, que começou em 2007 e em que a área mostrou-se atuante desde o início. O DRH colaborou analisando processos e definindo possíveis soluções para problemas que se apresentam no cotidiano, de maneira a melhorar o modo por que o Departamento presta serviços às áreas técnicas da Organização.

- Proteção constante ao pessoal

A Unidade de Saúde continuou a trabalhar da perspectiva de promoção da saúde e prevenção da doença entre os empregados por meio de diversos programas, inclusive: campanhas de vacinação contra gripe, injeções contra alergias, doações de sangue, Feira de Saúde – que contou com 300 participantes – e dois novos programas de saúde que visaram a informar o pessoal sobre a prevenção do câncer. A Unidade de Saúde recebeu mais de três mil visitas e o médico plantonista, contratado por intermédio da Universidade Johns Hopkins, realizou aproximadamente 170 exames médicos.

O Escritório de Seguros Médicos ofereceu serviços a mais de 1.100 interessados (em atividade e aposentados), cuidando de solicitações de serviços médicos, encaminhando processos de inscrição, providenciando adiantamentos para funcionários nos escritórios nacionais e processando reclamações de apólices de seguro de vida.

Além disso, o DRH colaborou com a Secretaria da Comissão Mista de Seguros e com a Comissão do Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos, prestando-lhes apoio técnico, preparando o material para as reuniões e tomando providências com relação às medidas adotadas.

- Melhoramentos no Programa de Estágios

Mais de duzentos estagiários tiveram a oportunidade de trabalhar com a SG/OEA, desse modo contribuindo para seu aperfeiçoamento profissional. Em 2007 o número de participantes em estágios aumentou 19% em comparação com o ano anterior. O programa foi aprimorado mediante reuniões semanais e de orientação e novos instrumentos de promoção. É importante acrescentar que, a partir de 2007, os jovens profissionais estabeleceram objetivos, o que possibilitou que tivessem seu desempenho avaliado.

- Incorporação de relatórios regulares do DRH ao “Relatório Trimestral sobre a Administração de Recursos na OEA”

Com a finalidade de integrar os relatórios do DRH ao restante da administração e aprimorar a gestão da informação e mantê-la disponível de maneira periódica, o DRH incorporou uma série de relatórios ao relatório trimestral da SG/OEA apresentado aos Estados membros. Esses relatórios destinam-se a apoiar a tomada de decisões dos Estados membros e da Direção Executiva. Ademais, o DRH apresenta relatórios semanais, mensais ou trimestrais que abrangem temas tais como:

- descrição e situação de diversos casos de pessoal no DRH (Relatório Semanal de Situações de Pessoal);
  - contagem e análise de distribuição dos membros do pessoal e monitoramento das ações de pessoal na Secretaria-Geral (headcount);
  - situação atual da Secretaria-Geral quanto à distribuição geográfica e de gênero (Relatório sobre a Distribuição Geográfica e de Gênero);
  - informação referente aos membros do pessoal regidos pela Regras de Pessoal e dirigida às Missões Permanentes, Subsecretários e Diretores (Registro de Pessoal );
  - relatórios demográficos dos estágios e avaliação da efetividade dos treinamentos, entre outros.
- Operações regulares em 2007

É possível avaliar a eficiência mediante o aumento das operações regulares:

- processamento de mais de 1.700 notificações de ações de pessoal e execução de cerca de 1.600 contratos por tarefa. Além disso, apresentação de aproximadamente 50 vagas para avaliação e aprovação da Comissão Assessora de Seleção e Promoção e realização de cerca de 30 transferências internas de pessoal;
- processamento de 120 novas contratações para diferentes secretarias.
- concessão de 54 contratos contínuos em cumprimento ao artigo 19 das Normas Gerais, que dispõe que a Secretaria-Geral deve manter a meta percentual de 40-50% de pessoal financiado pelo Fundo Ordinário em nomeações de carreira ou em contratos contínuos. O percentual alcançado com essa medida foi de 41,21%;
- manutenção do processo constante de automatização de vistos e certificações de emprego, mediante ação conjunta com o Departamento de Estado dos Estados Unidos. Em 2007, mais de 1.200 vistos foram processados. Com relação a esse

processo, a partir do segundo semestre de 2007, passou-se a conceder visto aos estagiários, que somaram quase 70 vistos G-4 providenciados no ano;

- processamento de 60 pedidos de reembolsos de despesas de educação, com o objetivo de apoiar a educação permanente dos funcionários.

### **2.6.3 Departamento de Serviços de Informação e Tecnologia (OSIT)**

Como parte do projeto de modernização tecnológica conduzido pela Subsecretaria de Administração e Finanças, foram executadas todas as obras necessárias para dotar o Edifício Principal de uma infra-estrutura de informática e comunicações condizente com a tecnologia atual. Concluída essa etapa, todos os edifícios da Organização dispõem de uma estrutura tecnologicamente moderna que permite pensar em novos empreendimentos, tais como a utilização da rede de dados existentes para prestar serviços de telefonia (Voz sobre IP), acesso sem fio à Internet (WIFI) em todos os edifícios e uso de videoconferência tanto local como internacional. Nesse contexto, foi instalado a primeira “sala multimídia”, que concentra a totalidade das tecnologias existentes em matéria de conferência de múltiplos meios (audioconferência, videoconferência, WIFI, quadros interativos). Planeja-se em 2008 instalar outras salas equipadas com essas tecnologias.

Esse processo de modernização não se concentrou somente na infra-estrutura física, mas também num plano de consolidação de servidores, que possibilitou a redução dos que a Organização vem utilizando, o melhoramento do rendimento geral dos sistemas existentes e a diminuição dos custos de manutenção. Como parte desse processo, também se centralizou o armazenamento de dados mediante a utilização de tecnologia de última geração tanto no que se refere ao armazenamento quanto à guarda/backup de todas as informações disponíveis. Prevê-se em 2008 a consolidação lógica das estruturas de dados existentes com o objetivo de aperfeiçoar o armazenamento, diminuir os custos operacionais e oferecer um acesso melhor e mais seguro aos dados.

Foram definidas e colocadas em prática novas políticas de segurança no âmbito tanto da rede quanto dos postos de trabalho, notebooks e celulares, a fim de assegurar ainda mais a integridade e a proteção dos dados da Organização.

Na área de serviços, o Help Desk resolveu mais de 7.000 pedidos de usuários. Introduziram-se novas ferramentas de software para acesso remoto aos postos de trabalho e concluíram-se mais de 200 pedidos de transferência/instalação de equipamento informático. Espera-se em 2008 renovar o conceito de atendimento ao usuário, incorporando novas ferramentas e modalidades de trabalho que possibilitem solucionar os problemas cotidianos com maior rapidez.

Na área de telefonia, foi colocado em funcionamento um novo sistema de correio de voz, ao qual irão sendo gradativamente agregadas funcionalidades. Esse sistema, “Modular Messaging System”, não somente substituiu o antigo correio de voz, mas também gera uma redução dos custos de manutenção, possibilitando a existência de funções de atendimento automático para a entrada de chamadas, a busca de contatos por área, sobrenome, função e horários de atendimento, e o reenvio de chamadas a celulares, entre outras funcionalidades.

Na tentativa de atender ao crescente uso de telefones inteligentes tipo “Blackberry” e com a finalidade de continuar a aumentar a segurança da informação, instalou-se um sistema de administração desses celulares que, entre outras funções, evita a necessidade de se ter de sincronizá-los com os postos de trabalho, assegura a confidencialidade dos correios e permite visualizar, de maneira segura, qualquer tipo de arquivo que os acompanhem. Planeja-se em 2008 incorporar a totalidade do conjunto existente desses equipamentos com vistas à aquisição desse serviço.

Em 2007 consolidou-se a cooperação com a Corte Interamericana de Direitos Humanos na área de apoio de sistemas, treinando pessoal dessa instituição. Espera-se em 2008 chegar a uma integração total entre ambas as instituições no que se refere a tecnologia informática.

O ano de 2007 marcou o início da redefinição dos sistemas administrativos/financeiros da Organização. Concretizou-se o projeto de modernização do sistema OASES (Electronic Business Suite de Oracle) levando a totalidade de seus componentes à última versão disponível compatível com as necessidades da Organização. Em 2008 será realizada a segunda fase, que abrange a resolução das inconsistências detectadas, o treinamento de todo o pessoal em interação com o novo sistema e a implementação de novos processos e módulos operacionais, para que se disponha de um sistema em execução plena em fins de 2008. O estágio de andamento do projeto pode ser consultado permanentemente em <http://oasconnect/>.

Na área de desenvolvimento, contribuiu-se para colocar em prática vários sistemas de apoio à gestão de diferentes áreas da Organização, na tentativa de harmonizar a tecnologia informática com o plano estratégico da OEA. Vários sistemas já se acham em funcionamento: “Fellowship Management System” (para a área de bolsas de estudo), “Performance Evaluation System” (para a área de recursos humanos – em fase inicial), “Protocol Management System” (para a área de protocolo) e “OASES Mail Manager”, para aperfeiçoar o envio de grande número de correios utilizando listas de distribuição. Cumpre salientar que desde sua implementação o OAS Mail Manager melhorou o envio de correspondência a partir de um banco de 170.000 endereços, com uma média de envio de mais de 15.000 itens diários sem interferir no sistema central de correios da Organização.

Em cooperação com o Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais e com o apoio do Fundo Espanha, o OSIT mantém, capacita e apóia uma rede segura para o intercâmbio de documentos em temas de extradição, que interconecta 28 países membros. Em cooperação com o Departamento de Desenvolvimento Humano/Portal das Américas, foi concebido um curso baseado em técnicas de aprendizagem eletrônica com o objetivo de aumentar o apoio e o suporte à rede. Esse projeto vem sendo estendido em fase piloto à rede de “Cyber Security” mantida pelo CICTE, prevendo-se incorporar o conceito a outras áreas da Organização.

Em cooperação com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e com o auxílio do Fundo Espanha, foi iniciada a análise de diversas propostas de provedores de software para iniciar o desenvolvimento de uma solução que possibilite sistematizar e digitalizar os processos da Comissão.

Foram realizados em 2007 os ajustes necessários na estrutura funcional do Departamento a fim de adequá-lo às demandas permanentes e novas da Organização no que se refere a ferramentas informáticas.

#### **2.6.4 Escritório de Serviços de Compras (OSC)**

O ano de 2007 caracterizou-se em geral por mudanças que incluíram a revisão dos processos correntes com o objetivo de modernizá-los e levar as operações a um novo patamar. O Escritório de Serviços de Compras (OSC) adaptou-se de maneira eficiente aos desafios apresentados pelo aumento nas transações de 2007, mantendo o mesmo nível dos controles internos existentes.

Como alternativa ao novo nível de transações, o OSC deu continuidade ao processo de *cross training* entre a área de compras e a área de ativos fixos. O pessoal de ambas as áreas dividiu o tempo de maneira coordenada para atender às diversas atividades. Também prosseguiu a capacitação do pessoal em geral do OSC para exercer atividades de outras áreas do Escritório e desse modo aprimorar os recursos existentes.

- Atividades relacionadas à área de ativos fixos

As atividades da área de ativos fixos compreendem as seguintes funções: recebimento e codificação de bens, registro no banco de dados, distribuição a usuários, tomada de inventários físicos e alienação de bens.

Em cumprimento à recomendação da Junta de Auditores Externos, o OSC instalou o novo módulo de controle de ativos fixos como parte do sistema OASES. O novo sistema será implementado no primeiro semestre de 2008 e ajudará a automatizar a administração de ativos da OEA e a simplificar tarefas de contabilidade, tais como as reconciliações, o que possibilitará manter uma contabilidade oportuna e exata dos ativos fixos.

- Atividades relacionadas à área de compras

#### *Sistema Gerencial Oracle (OASES)*

O número de transações registradas em 2007 continuou a aumentar e superou, em aproximadamente 23% em média, as de 2005 (ver tabela abaixo). Cumpre salientar que as ordens de compra são preparadas por cinco funcionários em tempo integral e dois em tempo parcial. Essas transações incluem operações para a compra e contratação de bens e serviços num valor superior a 100 milhões de dólares.

	Listas de requisições	Cabeçalhos de requisições	Listas de ordens de compra	Cabeçalhos de ordens de compra
2005	31.008	18.361	31.988	22.449
2006	38.764	21.522	39.463	29.020
2007	37.566	20.999	39.250	29.884

Quanto à manutenção e administração do sistema, a área de compras encarregou-se de atender a mais de 1.750 pedidos do sistema de atendimento ao usuário. Deu-se continuidade à revisão periódica de transações de compra e eliminaram-se mais de 10.000 transações (entre requisições e ordens de compra). Além disso, e considerando que nesse ano tomou-se a decisão de não interromper as operações no decorrer do processo de encerramento do ano fiscal, o OSC conduziu, em coordenação com o restante da SAF e as áreas técnicas, um processo integral de revisão de obrigações. Essa revisão progressiva, juntamente com o controle constante durante o ano, possibilitou novamente encerrar antecipadamente o período.

Na área de treinamento, o OSC, em colaboração com o Departamento de Recursos Humanos, certificou 33 usuários no sistema OASES, com vistas à preparação, revisão, recebimento e aprovação de ações de compras. Também teve seqüência o acompanhamento do processo de certificação de usuários nos Escritórios da SG/OEA nos Estados membros, o que possibilita que o pessoal seja devidamente capacitado, desse modo reduzindo o ônus adicional gerado por transações inadequadas.

A administração dinâmica do sistema de aquisição de material de escritório continua a melhorar. Prestou-se um serviço constante de apoio técnico telefônico e pessoal a mais de 120 usuários e autorizaram-se mais de 800 pedidos anteriormente à revisão dos saldos das ordens de compra. Foram coordenados os respectivos recebimentos, entregas e devoluções e autorizado o pagamento no sistema OASES de cada um dos pedidos recebidos conforme o ordenado.

- Atividades em contratos, seguros, licitações

O OSC coordena e realiza os processos de aquisição, seleção de fornecedores e execução de contratos de compra, para o que efetuou 24 licitações, entre as quais se destacam as relacionadas com a contratação dos seguintes produtos ou serviços: instalação de serviços de acesso dedicado sem videoconferência para a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia; análise das necessidades de treinamento de segurança das instalações portuárias na Jamaica e na Guiana; serviços de limpeza dos edifícios da SG/OEA; aluguel de veículos para Missões de Observação Eleitoral; serviços de webcast, gravação de televisão, edição e serviços de transmissão via satélite das conferências da Cátedra das Américas da SG/OEA; e serviços de consultoria para a auditoria financeira da SG/OEA para os anos que se encerram em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009.

Também foram realizadas duas licitações relacionadas com a administração do seguro de saúde da SG/OEA, uma para a contratação de serviços de consultoria para assessoramento no processo de seleção de um administrador do Plano de Seguro Médico e outra para a seleção de um administrador desse mesmo Plano (esse segundo processo de licitação não foi concluído).

O OSC colaborou ainda com 11 processos de licitação realizados por diferentes projetos nos Estados membros.

O OSC continuou a administrar a carteira de seguro comercial da SG/OEA tanto na sede quanto nos Escritórios nos Estados membros, inclusive propriedade, risco, viagens oficiais, morte acidental e amputação, belas artes, terrorismo e seqüestro. Com respeito à apólice de seguro para

morte acidental e amputação, o OSC manteve várias reuniões com diferentes áreas da SG/OEA com o propósito de melhorar o processo de cobertura.

- Atividades relacionadas com a área de viagens

De acordo com o programa de transformação da área de viagens iniciado em 2006, o OSC coordenou a obtenção de mais de 700 vistos junto aos consulados de mais de 20 países e executou os seguintes aspectos da implementação:

- em janeiro de 2007, assinou o contrato com a nova agência de viagens Omega World Travel (Omega);
- em fevereiro de 2007 iniciou a prestação de serviços de forma centralizada, com base no escritório da Omega localizado fora da sede. Em outras palavras, a coordenação das reservas e emissão de passagens faz-se por meio de contatos telefônicos e de correio eletrônico;
- essa mudança possibilitou uma redução no custo operacional de aproximadamente US\$75.000, em virtude da receita de aluguel com que não se contava anteriormente e uma estrutura mais simples de pessoal;
- mais de 3.500 passagens foram emitidas num montante de US\$3 milhões;
- em cumprimento à política e às regras de viagem da Organização, os serviços da Omega possibilitaram a obtenção de uma série de relatórios estatísticos mensais que propiciam maior transparência e permitem uma estreita supervisão e avaliação dos custos de viagens;
- conseguiu-se o serviço de assistência ao passageiro 24 horas por dia, sete dias na semana, bem como linhas telefônicas exclusivas, 24/7, para os passageiros VIP;
- em novembro de 2007, foi assinado um acordo com a American Express para atuar como entidade central financeira para as compras de passagens, a ser implementado a partir de janeiro de 2008.

- Outras atividades

#### *Relatório de CPR*

O OSC respondeu novamente às solicitações do Conselho Permanente relativas ao relatório semestral de contratos por tarefa (CPR).

#### *Respostas a auditorias*

A área de aquisições cumpriu as recomendações e comentários recebidos das auditorias internas e externas.

#### *Assistência preliminar às Missões de Observação Eleitoral*

Num esforço conjunto entre a SAF e a Secretaria de Assuntos Políticos, o OSC prestou assistência efetiva aos processos relacionados com a área de compras das Missões de Observação Eleitoral realizadas na Guatemala, Colômbia, Equador e Costa Rica. Para esse efeito, o pessoal de compras realizou uma visita ao respectivo país anfitrião anteriormente ao processo, com o objetivo de definir as necessidades específicas de cada missão e para pessoalmente contatar os potenciais fornecedores de bens e serviços. Como resultado dessas viagens, foi possível revisar



com os fornecedores aspectos específicos de cada bem ou serviço, reduzir ao mínimo os erros nas cotações e agilizar os processos.

#### *STAMP (Projeto de Transformação e Modernização da SAF)*

A área de compras participou ativamente da revisão de processos como o uso de CPR e os processos de registro de requisições, ordens de compra, recibos e licitações, entre outros.

### **2.6.5 Escritório de Serviços Gerais (OSG)**

O Escritório de Serviços Gerais concentrou esforços na manutenção dos edifícios da Secretaria-Geral e na conclusão e continuação de projetos de investimento de capital e reformas. Também implementou projetos relacionados com o arrendamento de escritórios do edifício da rua F, a segurança física dos funcionários, a duplicação de documentos, o transporte de correio e documentos oficiais, a frota de veículos e os estacionamentos.

- Manutenção, operações e investimentos nos edifícios

O Escritório de Serviços Gerais investiu US\$6 milhões na manutenção dos edifícios da Secretaria-Geral. A manutenção abrange principalmente serviços básicos, contratos de manutenção, consertos e compra de material, além do pagamento da hipoteca do edifício da rua F. O total de 88,3% (US\$5,3 milhões) foi destinado a três objetos de despesa: contratos de manutenção, 34,2% (US\$2,1 milhões); hipoteca, 32,1% (US\$1,9 milhão); e serviços básicos, 22% (US\$1,3 milhão). Os restantes 11,7% (US\$0,7 milhão) foram utilizados no pagamento de produtos, serviços, reformas e materiais em geral.

Os montantes acima mencionados incluem investimentos de capital que totalizam \$232 mil, constituídos por projetos de modernização dos edifícios, novos equipamentos mecânicos e segurança bem como móveis e arquivos de alta densidade.

- Estudos sobre as condições dos edifícios da Secretaria-Geral

Com o objetivo de determinar as condições dos edifícios, preservar seu valor e estabelecer um programa de manutenção e investimento de longo prazo, a Secretaria-Geral contratou duas firmas de consultores. À John Milner e Associados foi adjudicado o estudo das condições estruturais, arquitetônicas, mecânicas, de segurança e dos jardins dos quatro edifícios na Constitution Avenue: Principal, Administrativo, Museu e Casita. O estudo salienta que esses quatro edifícios estão em boas condições. À Cagley e Associados foram adjudicados os estudos das condições estruturais e de infiltração de água do edifício da Casa do Soldado e do estacionamento do edifício da rua F. Esses consultores determinaram que o edifício da Casa do Soldado necessita reformas substantivas com urgência. O edifício apresenta sérios indícios de deterioração na fachada e no exterior bem como em diversos pontos internos, onde se nota a penetração de água.

- Aluguel de escritórios e depósitos

O Escritório de Serviços Gerais arrecadou US\$1,8 milhão com o aluguel de aproximadamente 50 mil pés quadrados de escritórios, instalações e depósitos do edifício da rua F. Essa cifra representa um aumento de 900 pés quadrados e US\$87 mil com relação ao ano anterior. Os inquilinos atuais são, no terceiro andar, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); no segundo andar, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD), o Instituto Albert Sabin e a Fundação Gateway para o Desenvolvimento; e no *lobby* a Cooperativa de Crédito dos Funcionários da OEA e a Associação Nacional de Cafeicultores da Colômbia (loja de café Juan Valdez).

- Segurança

O Escritório de Serviços Gerais, continuando com a modernização dos equipamentos de segurança para melhorar os controles de acesso e vigilância, adquiriu um segundo gravador (DVR) de 16 canais e quatro câmaras. Uma delas (a cores e com controle remoto) cobre a frente do Edifício Principal, enquanto as outras três cobrem o interior.

- Atualização e manutenção de equipamentos de fotocópias

O Escritório de Serviços Gerais modernizou o estoque de fotocopiadoras da Secretaria-Geral e deu continuidade à política de substituir as mais antigas. Para essa finalidade, adquiriu quatro fotocopiadoras novas no valor de US\$37 mil.

- Correio, serviço de mensagens e transportes

No setor de correio, serviço de mensagens e transporte foram enviados aproximadamente 96 mil pacotes num total estimado de \$200 mil. Internamente foram distribuídos mais de 300 mil itens de correio, que incluem cerca de oito mil correspondências registradas. Foram investidos mais de US\$56 mil na manutenção da frota de veículos, inclusive consertos, gasolina, lavagem e aluguel (leasing). Estima-se que a frota de veículos tenha realizado 5.5 mil viagens, das quais 50% corresponde ao trajeto diário entre os edifícios e os outros 50% a viagens de serviço, tramitação de vistos e transporte de pessoal.

## 2.7 DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS

*O Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais apóia os órgãos da OEA na elaboração e desenvolvimento do direito internacional público e privado, nos mecanismos de acompanhamento do cumprimento de diferentes convenções interamericanas, em atividades de cooperação jurídica e judicial e na formação, informação e divulgação em direito interamericano. Colabora com os Estados membros na preparação de tratados, declarações e outros instrumentos internacionais, mediante a elaboração de estudos, pareceres jurídicos e documentos, e tem a seu cargo os procedimentos de ratificação e depósito. Presta serviços técnicos e de secretaria à Comissão Jurídica Interamericana. O Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais, criado pela Ordem Executiva 05-13 Rev.1, é constituído pelo Escritório de Direito Internacional e pelo Escritório de Cooperação Jurídica (Secretaria Técnica de Mecanismos de Cooperação Jurídica).*

### **Escritório Executivo do Diretor**

O Escritório Executivo do Diretor exerceu a direção, o planejamento e a coordenação dos programas, atividades e ações da área. Em especial, nas funções de apoio às instâncias encarregadas do desenvolvimento do direito interamericano, participou do assessoramento à Assembléia Geral, ao Conselho Permanente e aos períodos de sessões da Comissão Jurídica Interamericana. Participou também do Curso de Direito Internacional que organiza em conjunto com a CJI, da Reunião de Autoridades Centrais e Outros Peritos em Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal e das Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas.

Em 2007 o Diretor do Departamento representou o Secretário-Geral e falou sobre a atividade jurídica da Organização no Fórum de Agências Governamentais de Proteção ao Consumidor (Lima), no Primeiro Encontro de Cortes e Tribunais Internacionais (Manágua), na Assembléia Ibero-Americana de Ministérios Públicos (Madri) e no Encontro de Cortes Supremas do MERCOSUL (Brasília).

No tocante à divulgação do direito interamericano fez exposições, como professor convidado, no Conselho Argentino de Relações Internacionais e no Instituto do Serviço Exterior da Nação (Buenos Aires), no Encontro sobre Proteção ao Consumidor nas Américas (Montreal) e nas Jornadas de Direito Internacional que a Secretaria-Geral organiza anualmente (nesta oportunidade em Manágua). Foi convidado a participar do Colóquio sobre o Centenário da Conferência de Paz de 1907, na Academia de Direito Internacional de Haia, Holanda. Foi eleito para integrar o Institut de Droit International. Entre outros artigos e trabalhos publicados sobre o Sistema Interamericano é importante salientar “Organization of American States” e “Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance of Rio de Janeiro” para a nova edição da “Encyclopedia of International Law” editada pelo Instituto Max Planck e pela Imprensa Universitária de Oxford.

Finalmente, cumpre salientar que o Escritório Executivo do Diretor incluiu em sua página eletrônica um link sobre a criação do Serviço Nacional de Facilitadores Judiciais.

### **2.7.1 Escritório de Direito Internacional (ODI)**

Em 2007 o ODI prestou serviços jurídicos no campo do direito internacional à Assembléia Geral e à CAJP e seus grupos de trabalho, elaborando projetos de resolução, organizando sessões especiais e reuniões de peritos em diversos temas, tais como Tribunal Penal Internacional, trabalhadores migrantes, pessoas com deficiência (Comissão e Programa de Ação), povos indígenas, Direito Internacional Humanitário, Protocolo de San Salvador, Projeto de Convenção sobre Discriminação e Intolerância, refugiados, acesso à informação pública e princípios constantes da Carta da OEA, e elaborando relatórios finais, ademais de assessorar as delegações.

Em matéria de direito internacional privado, o escritório colaborou com os Estados na redação de três instrumentos: um projeto de convenção interamericana sobre direito aplicável em transações do consumidor, um projeto de lei modelo sobre restituição monetária ao consumidor e um projeto de convenção interamericana sobre jurisdição em matéria de consumo.

Na qualidade de Secretaria da Comissão Jurídica Interamericana (CJI), o ODI prestou apoio técnico e administrativo aos seus dois períodos ordinários de sessões. Preparou agendas anotadas, apoiou a redação de projetos de resolução, editou os relatórios apresentados pelos membros da CJI, elaborou atas resumidas e encarregou-se da preparação do Relatório Anual. No período de recesso da CJI, o ODI apoiou o trabalho dos relatores e deu cumprimento aos mandatos constantes das resoluções da Comissão.

No papel de Secretaria Técnica da Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, o ODI coordenou a realização da primeira reunião da comissão e supervisionou o acompanhamento dos relatórios apresentados pelos Estados Partes.

Em cumprimento ao Programa Interamericano para o Desenvolvimento do Direito Internacional, AG/RES. 1471 (XXVII-O/97), o ODI participou da organização de três eventos:

- Primeiro Curso sobre Direito Internacional Humanitário, realizado em 31 de janeiro de 2007;
- Trigésimo Quarto Curso de Direito Internacional, realizado de 30 de julho a 24 de agosto de 2007. O tema central do curso foi “Aspectos jurídicos do desenvolvimento regional”;
- Jornadas de Direito Internacional, em Manágua, Nicarágua, de 19 a 23 de novembro de 2007.

Na área de publicações, o ODI editou, publicou e distribuiu os seguintes volumes:

- Trigésimo Terceiro Curso de Direito Internacional, realizado em 2006;
- Jornadas de Direito Internacional, realizadas em Buenos, Argentina, em 2006;
- Comissão Jurídica Interamericana (Um século de contribuições ao Direito Internacional).

No último ano, o ODI continuou a atualizar o conteúdo e a configuração da sua própria página e da página da Comissão Jurídica Interamericana na Web bem como a cuidar da administração e controle de ambas. A loja virtual do ODI dispõe de um catálogo de 23 publicações.

O ODI tem por função ser depositária dos tratados multilaterais interamericanos e dos acordos bilaterais estabelecidos pelos órgãos da OEA. Em 2007 o ODI participou de oito processos de depósito de instrumentos de ratificação e adesão e de nove processos de designação de autoridade central. Neste último tema cumpre salientar que consta da página eletrônica do ODI uma seção com a designação de autoridades centrais (organizadas por Estado membro e por título da Convenção). Foi recebido o pedido de retirada da declaração feita no momento de ratificar a Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior por parte do Canadá. Com relação ao Tratado de Livre Comércio República Dominicana - América Central - Estados Unidos, foram recebidas duas emendas ao tratado em agosto de 2007. Além da preparação de certificações, prestou-se informação atualizada e completa sobre esses tratados. Com relação aos acordos bilaterais, foram registrados 56 acordos de cooperação sobre diversas áreas e publicados *on-line* os textos completos em formato PDF. Na página do ODI na Web é possível consultar as informações atualizadas sobre tratados interamericanos e acordos bilaterais de cooperação.

Conforme fez no passado, o ODI apoiou o trabalho das Assembléias Gerais Modelo realizadas em Washington, D.C. Seus advogados participaram de diferentes fóruns com o objetivo de informar sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da OEA e sobre os temas mais importantes da agenda jurídica da Organização.

### **2.7.2 Escritório de Cooperação Jurídica (OCJ)**

- Reuniões de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas (REMJA)

Foram prestados serviços de assessoramento e secretaria técnica às seguintes reuniões:

- Reunião do Grupo de Trabalho sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação de 24 a 27 de maio de 2007.
- (Seção privada <https://www.oas.org/juridico/mla/private/activities/index.html>).
- Terceira Reunião de Autoridades Centrais e Outros Peritos em Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, realizada em Bogotá, Colômbia, de 12 a 14 de setembro de 2007 ([http://www.oas.org/juridico/MLA/sp/sp\\_colombia\\_2007.html](http://www.oas.org/juridico/MLA/sp/sp_colombia_2007.html)).
- Quinta Reunião do Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético realizada na sede da Organização em 19 e 20 de novembro de 2007. ([http://www.oas.org/juridico/spanish/cybersp\\_expertos.htm](http://www.oas.org/juridico/spanish/cybersp_expertos.htm))

Foram aprovadas nesses encontros diversas recomendações e ações sobre os temas analisados, que serão submetidas à consideração da REMJA-VII e que podem ser consultadas nas seguintes páginas eletrônicas:

(<http://www.oas.org/juridico/spanish/reunione.html>;  
<http://www.oas.org/juridico/MLA/sp/index.html>;  
<http://www.oas.org/juridico/spanish/cybersp.htm>;) )

#### - Combate à corrupção

Tiveram prosseguimento as tarefas de Secretaria Técnica do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção (MESICIC). A Comissão de Peritos, criada como um dos órgãos desse Mecanismo, realizou com êxito sua Décima Primeira Reunião Ordinária na sede da OEA, de 14 a 30 de junho de 2007. Nessa oportunidade foram aprovados os seis relatórios correspondentes ao segundo grupo de países analisados no âmbito da Segunda Rodada de Análise (Bolívia, Peru, Costa Rica, Venezuela, México e Trinidad e Tobago).

Também cumpre salientar que, de 3 a 8 de dezembro de 2007, a Comissão de Peritos realizou sua Décima Segunda Reunião Ordinária na sede da OEA, no âmbito da Segunda Rodada de Análise. No decorrer dessa reunião foram aprovados os relatórios do terceiro grupo de Estados analisados (Colômbia, Panamá, Chile, El Salvador, República Dominicana e Bahamas). Esses relatórios acham-se publicados na página do Escritório de Cooperação Jurídica do Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais, [http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic\\_II\\_inf.htm](http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic_II_inf.htm).

O OCJ, uma vez concluído o projeto piloto destinado a apoiar a implementação das recomendações da Comissão do MESICIC, dedicou-se à implementação desse projeto em outros Estados membros do Mecanismo, contando com a ajuda financeira do Fundo de Combate à Corrupção, criado por iniciativa do Governo dos Estados Unidos e da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional. Estão programados workshops em Honduras e Peru (janeiro e fevereiro respectivamente) e os trabalhos no Equador e Uruguai encontram-se em diferentes etapas de andamento. Também o Panamá, o Suriname, Belize, Trinidad e Tobago e El Salvador assinaram acordos com a Secretaria-Geral para participar do projeto, enquanto no momento da preparação deste relatório a República Dominicana, Grenada e São Vicente e Granadinas remetiam a respectiva documentação. A Secretaria-Geral já manteve contato com as Bahamas, a Guiana e a Jamaica, que também mostraram interesse em participar.

O OCJ continua a desempenhar suas funções em estreita colaboração com outras instituições internacionais, tais como as Nações Unidas, o BID, o Conselho da Europa e a OCDE bem como com instâncias sub-regionais.

### **III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS**

## ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

*O Capítulo XVIII da Carta define os organismos especializados como organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, que tenham determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados americanos. Gozam de ampla autonomia técnica no âmbito das recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos. Este capítulo apresenta um resumo dos relatórios que, em cumprimento às disposições dos artigos 127 e 91, f, da Carta, foram submetidos pelos seguintes organismos especializados:*

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS);  
Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN);  
Comissão Interamericana de Mulheres (CIM);  
Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH);  
Instituto Indigenista Interamericano (III); e  
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).



### 3.1 ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

*A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), criada em 1902 pela Segunda Conferência Internacional dos Estados Americanos, é o organismo regional especializado em saúde do Sistema Interamericano, bem como o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (AMRO/OMS). A missão da OPAS é “orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados membros e outros parceiros, no sentido de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas”.*

Nos últimos cinco anos, o trabalho da Oficina Sanitária Pan-Americana incluiu-se no contexto amplo dos grandes ideais humanitários e de desenvolvimento social enunciados nas cúpulas mundiais e americanas dos três últimos quinquênios, que colocaram a saúde no centro da agenda política mundial e regional. Com a Declaração do Milênio, ratificada por 189 Estados em setembro de 2000, esses ideais são representados pelas oito Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM).

A gestão da OPAS baseou-se numa série de plataformas aprovadas por seus órgãos dirigentes, a primeira delas o *Plano Estratégico 2003-2007*, estruturado quanto a temas, países e grupos prioritários. Para conseguir os resultados dispostos no plano e atender às necessidades dos países, desde 2003 desenvolveu-se uma gestão baseada no fortalecimento da cooperação técnica e num programa de transformação e desenvolvimento institucional.

#### **Fortalecimento institucional da OPAS**

As mudanças e adaptações promovidas para a transformação da OPAS foram executadas com o objetivo de melhorar a governabilidade, o planejamento, a gestão centrada em resultados, a prestação de contas e a transparência. Disso são exemplos a *Política Regional de Programa e Orçamento*, os planos de trabalho sub-regional, a gestão do conhecimento, os *Planos Regionais de Saúde Pública* e os sistemas de prestação de contas.

Essas mudanças incluíram a definição de novas competências necessárias dos recursos humanos e o desenvolvimento de um programa de capacitação de todo o pessoal em assuntos relacionados com ética, gênero, segurança, HIV/AIDS e liderança para os níveis gerenciais.

#### **Saúde na agenda das Américas**

Um dos avanços estratégicos da cooperação técnica nesse período foi o posicionamento da saúde no mais alto nível da agenda política da Região. Dispensou-se especial atenção à inclusão dos principais temas discutidos pelos órgãos dirigentes da OPAS nos encontros de outros ministros setoriais e Chefes de Estado, o que se refletiu nas Declarações da Cúpula das Américas, da Cúpula Ibero-Americana e das Cúpulas Sub-Regionais de Chefes de Estado na América Central, no Caribe, no MERCOSUL e na Comunidade Andina.

Um dos mandatos importantes decorrentes da última Cúpula das Américas de Mar del Plata em 2005 refere-se às atividades de preparação para uma pandemia de gripe. Neste momento podemos afirmar que todos os Estados membros participam intensamente de atividades de preparação para uma emergência dessa natureza.

Cumpramos salientar que em 15 de setembro de 2007 foi realizada a Cúpula de Chefes de Estado do Caribe sobre Doenças Não Transmissíveis, em que se acordaram ações e medidas destinadas a prevenir e controlar a epidemia de doenças crônicas nessa sub-região.

### **Vacinação nas Américas**

Dando prosseguimento à estratégia conjunta de imunizações na Região, a OPAS promoveu a Semana de Vacinação das Américas. Em 2007 um total de 45 países e territórios participou da Quinta Semana Anual de Vacinação Simultânea, em que mais de 47 milhões de pessoas foram vacinadas. Outras regiões da OMS, entre elas a Europa, decidiram aproveitar essa experiência para realizar suas próprias semanas de vacinação.

Em junho de 2007, 41 países e territórios dispunham de estratégias de vacinação para a eliminação da rubéola e da síndrome da rubéola congênita nas Américas, em adolescentes e adultos, com uma cobertura de 95% ou mais. Em meados de 2007 a vacinação atingiu mais de 125 milhões de pessoas e, ao término das campanhas programadas para 2008, outros 108 milhões terão recebido a vacina contra essas doenças.

Um fator chave para essas realizações foi o Fundo Rotativo para a Compra de Vacinas. Até 2006, 37 países haviam feito uso regular desse Fundo Rotativo para a aquisição de até 45 produtos de vacinação. As ordens de compra excederam US\$160 milhões.

### **Resposta a desastres**

Quanto aos preparativos, gestão e resposta em caso de desastres, a Região deu passos importantes para reduzir o impacto desses fenômenos na população. A pedido dos países, a OPAS constituiu uma equipe regional de atendimento a emergências e desastres. Nos últimos anos foram capacitados 111 peritos nacionais em 15 países e elaborados guias e materiais técnicos para o manejo integral das emergências e desastres no campo da saúde. Com o apoio do Centro Regional de Informação sobre Desastres (CRID), vários países desenvolveram sistemas de informação centrados na saúde.

### **Combate ao fumo**

Destacamos que 32 países assinaram a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, mas somente 21 países a ratificaram, motivo por que se deve acelerar a implementação de seus instrumentos.

## **Cidades saudáveis**

Em 2007, 19 de 35 países e três territórios participaram intensamente da iniciativa de municípios, cidades e comunidades saudáveis e dez países criaram redes nacionais ou regionais que contribuíram para a instituição de iniciativas em prol dos espaços saudáveis em seus planos de trabalho nacionais.

## **Rostos, Vozes e Lugares**

"Rostos, Vozes e Lugares" é uma iniciativa da OPAS que procura favorecer as comunidades mais necessitadas na Região. A iniciativa visa a promover melhoramentos sustentáveis em saúde pública, reduzir a desigualdade e colaborar para a consecução das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Seu objetivo são as comunidades mais vulneráveis da Região, que pretende apoiar por meio de intervenções interinstitucionais e do sistema de monitoramento do progresso apresentado. É realizada em mais de 30 comunidades/municipalidades em 16 países da Região (Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru e Uruguai).

## **Agenda de saúde nas Américas**

No quinquênio 2003-2007, a cooperação técnica da OPAS voltou-se para a agilização da consecução das Metas de Desenvolvimento do Milênio mais estreitamente vinculadas com a saúde. Na disposição de zelar pela equidade e remediar as disparidades persistentes, os Estados membros da OPAS definiram e expressaram coletivamente suas prioridades de saúde pública na chamada Agenda de Saúde para as Américas. A agenda foi apresentada na Cidade do Panamá em 3 de junho de 2007, numa cerimônia em que estiveram presentes o Presidente do Panamá, Martín Torrijos, o Ministro da Saúde do Panamá, Doutor Camilo Alleyne, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, e a Diretora da OPAS. O ato contou, ademais, com a presença de vários Ministros das Relações Exteriores e da Saúde. A agenda representa a declaração de disposição política do mais alto nível no âmbito da saúde na Região.

Com base nessa agenda e em outros documentos de referência, a OPAS preparou o Plano Estratégico OPAS 2008-2012, aprovado pela Vigésima Sétima Conferência Sanitária Pan-Americana, que expressa as metas e objetivos da Organização para os próximos cinco anos.

## **Atendimento primário de saúde nas Américas**

Outro desafio que servirá de orientação importante para a gestão da OPAS nos próximos anos é a declaração "Para uma estratégia de saúde com equidade baseada no atendimento primário", decorrente da Conferência Internacional de Saúde para o Desenvolvimento: "Direitos, fatos e realidades", realizada em Buenos Aires, Argentina, em agosto de 2007, por ocasião dos 30 anos da Declaração de Alma Ata, em que representantes e delegados de mais de 60 países ratificaram o compromisso de caminhar em direção à meta de saúde para todos, reafirmando o valor do atendimento primário de saúde.

Esses são somente alguns dos fatos mais relevantes constantes do Relatório Quinquenal 2003-2007 da Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde.

### 3.2 INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

*O Instituto é um organismo especializado que contribui para a articulação das políticas públicas para a infância nas Américas, a promoção da relação do Estado com a sociedade civil e o desenvolvimento de uma consciência crítica frente aos problemas que afetam a infância e a adolescência na Região.*

A Secretaria do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN), organismo especializado da OEA, esteve a cargo da Senhora María de los Dolores Aguilar Marmolejo, de nacionalidade mexicana, que começou sua gestão de quatro anos em 16 de abril de 2007.

No ano de comemoração do octogésimo aniversário de sua fundação (9 de junho de 1927), o Instituto passou por mudanças profundas de natureza administrativa, organizacional e técnico-operacional, que se destinaram a recolocá-lo como instância de excelência técnica e articuladora no Sistema Interamericano, com vistas à busca de consensos e compromissos dos governos, no âmbito regional, em matéria de infância e adolescência.

Cumpra salientar nesse sentido a aprovação, pelo Conselho Diretor, do Plano de Ação 2007-2011. É também digno de nota o desenvolvimento de conteúdos temáticos de alta significação nas políticas públicas dos Estados membros, tais como estratégias de readequação institucional, participação infantil, prevenção e erradicação da exploração sexual comercial, prevenção da subtração de crianças e adolescentes, promoção do direito à identidade e do registro universal de nascimento, proteção dos direitos das crianças migrantes, promoção e construção da cidadania juvenil, inclusive prevenção da violência, incentivo a uma cultura de paz, recuperação de boas práticas, intercâmbio em matéria de justiça penal juvenil e enfoque familiar e comunitário no atendimento das crianças privadas dos cuidados parentais.

No decorrer de 2007 foram tomadas diversas medidas destinadas a contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a promoção e o exercício dos direitos da infância e da adolescência, no âmbito do fortalecimento da governabilidade democrática nos Estados membros da OEA, promovendo a colaboração com a sociedade civil e a construção de uma cultura de direitos e bem-estar das crianças e adolescentes com enfoque familiar e comunitário. Dentre essas medidas destacam-se as abaixo descritas.

- Formulação do Plano de Ação 2007-2011 (mandatos recebidos dos órgãos da OEA e mandatos próprios, no âmbito do Plano Estratégico 2005-2008). A versão preliminar recebeu valiosas contribuições do Secretário-Geral da OEA, em sua visita à sede do IIN em 13 de junho. O Plano foi aprovado pelo Conselho Diretor na Octogésima Segunda Reunião Ordinária (26 e 27 de julho, Cartagena das Índias, Colômbia), entrando em vigor no prazo e incorporando-se os subsídios dos Estados membros segundo os procedimentos dispostos na resolução CD/RES. 11 (82-R/07). Já foram definidos os produtos prioritários a serem desenvolvidos no período 2008-2009.
- Nova estrutura orgânica e funcional do Escritório do Instituto (aprovada pela Secretaria-Geral Adjunta da OEA mediante a nota ASG /337 /2007, de 25 de

setembro de 2007), que responde às recomendações da Assembléia Geral e dos conselhos da OEA, a fim de sustentar com eficácia e eficiência os propósitos e o alcance do Plano de Ação 2007-2011.

- Organização das instâncias técnicas, sob a condução da Direção-Geral e a supervisão da Direção de Áreas, em três setores: Promoção e Proteção de Direitos, Jurídica e Comunicação e Informação, complementadas com níveis de apoio.
- Lançamento da canção “Infância América”, em ato comemorativo no decorrer da Octogésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Diretor. Por ocasião da Reunião Extraordinária do Conselho Diretor foi apresentado o livro *Políticas Públicas e Direitos Humanos da Infância*, publicado em parceria com o Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.
- Reunião Extraordinária “Análise da Implementação das Novas Leis da Infância e da Adolescência, Políticas Públicas e Readequação Institucional no Âmbito da Convenção sobre os Direitos da Criança” (29 e 30 de novembro, Quito, Equador). A reunião caracterizou-se por privilegiar o diálogo e o intercâmbio de conhecimentos de alta especialização em diferentes esferas de influência, destacando-se a jurídica, as políticas públicas e o investimento na infância e na adolescência.
- Negociações em avançado estágio de gestão com a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI) relativas ao projeto “Fortalecimento da governabilidade no sistema interamericano de promoção e proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes”, formulado pelo IIN e aprovado pela Comissão de Avaliação de Projetos da Secretaria-Geral da OEA na sessão de 3 de abril de 2007.
- Participação e apresentação de documento na Nona Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência, “Coesão Social: Sistemas de Proteção Social para a Igualdade de Oportunidades da Infância e da Adolescência” (28 e 29 de maio, Pucón, Chile, e reunião interinstitucional preparatória de março).
- Cooperação com a Comissão dos Direitos da Criança das Nações Unidas, para a análise dos mecanismos de cooperação e coordenação de ambas as instituições. O IIN ofereceu-se para prestar assistência técnica aos Estados membros da OEA na apresentação de relatórios iniciais e periódicos relativos à Convenção sobre os Direitos da Criança e seus dois Protocolos Facultativos e contribuiu de maneira valiosa para o Dia do Debate Geral, realizado em 21 de setembro em Genebra.
- Segunda Reunião de Peritos Governamentais sobre a Subtração Internacional de Menores por Parte de um de seus Progenitores (Acordo com a Conferência de Haia de Direito Internacional Privado), realizada de 19 a 21 de setembro em Buenos Aires, República Argentina, para promover a aplicação do “Programa Interamericano de Cooperação para Prevenir e Reparar Casos de Subtração Internacional de Menores

por Parte de um de seus Progenitores” e considerar o projeto de plano de trabalho elaborado pelo IIN. Participaram autoridades centrais, juízes e representantes de políticas públicas dos Estados membros da OEA.

- Curso para Advogados de Autoridades Centrais e Especialistas em Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes, ministrado pela área jurídica do IIN (setembro-dezembro) na modalidade a distância (virtual), com a participação de 42 representantes de 17 Estados membros.
- Apoio da Direção-Geral do IIN à organização das reuniões do Conselho Diretor realizadas em 2007 (Octogésima Segunda Ordinária, Colômbia, e Extraordinária, Equador) bem como à preparação das próximas (Octogésima Terceira Ordinária, 2008, Canadá, e Octogésima Quarta Ordinária, 2009, Peru); ao Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente (2009, Peru) e ao Encontro Interamericano sobre “Intercâmbio de Experiências e Programas de Atendimento a Crianças e Adolescentes” (2008, México), em estreita colaboração com a presidência do órgão político e os respectivos representantes governamentais.
- Aprovação pelo Conselho Diretor da integração do IIN como membro atuante do Movimento Mundial pela Infância, Capítulo Regional para a América Latina (GMfC). Recentemente o Instituto foi convidado a integrar formalmente o Grupo de Trabalho relacionado com o acompanhamento do Estudo Mundial das Nações Unidas sobre a Violência contra as Crianças.
- Realização do “Estudo Integral sobre Legislação e Políticas Públicas contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na América Latina”, pesquisa que incluiu 18 Estados membros, e início da formulação do “Plano Estratégico de Comunicação” (Acordo Save the Children - Suécia).
- Início do desenvolvimento de um observatório regional destinado a fortalecer a capacidade dos governos e da sociedade civil organizada, com vistas a ações de proteção contra a exploração sexual e outras formas de violência. (Acordo com a ECPAT Internacional e a Save the Children - Suécia, novembro).
- Participação em reuniões organizadas pela rede de pesquisa Childwatch na Jamaica, com a participação de Estados membros do Caribe de língua inglesa (outubro).
- Participação na Conferência Sub-Regional “Cultura de Paz e Prevenção da Violência Juvenil: América Central, México e República Dominicana”, organizada pelo Ministério da Justiça da República da Costa Rica, OEA, PNUD, UNICEF, SEGIB e Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (novembro).
- Participação intensa nas reuniões do Grupo de Trabalho Permanente do MERCOSUL - Iniciativa Niñ@Sur.

- Apresentação ao Secretário-Geral da OEA do *Oitavo Relatório ao Secretário-Geral da OEA sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes nas Américas*, pesquisa que dá conta das ações executadas pelos Estados membros.
- Além do prosseguimento da divulgação de materiais elaborados para a promoção dos direitos da infância, resposta a pedidos recebidos em casos de violação dos direitos fundamentais das crianças mediante a elaboração de “Orientações técnicas institucionais” como mecanismo de diálogo e reflexão perante as autoridades dos Estados membros.
- Participação em atividades da Secretaria-Geral e dos órgãos e organismos especializados da OEA mediante contribuições técnicas e participação em eventos relacionados, entre outros, aos temas:
  - direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e de suas famílias;
  - educação sobre valores e práticas democráticas;
  - Grupo de Trabalho da OEA sobre o Haiti;
  - implementação da Declaração sobre Segurança nas Américas;
  - incentivo aos futuros líderes das Américas;
  - registro civil universal e “direito à identidade”;
  - trabalho interinstitucional sobre HIV/AIDS.



### 3.3 COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

*Criada pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo consultivo da OEA e o principal foro gerador de políticas hemisféricas para a promoção dos direitos da mulher e da igualdade e equidade de gênero. Seu objetivo é promover a incorporação da perspectiva de gênero aos projetos, programas e políticas da Organização e incentivar os governos a desenvolver políticas públicas e programas com perspectiva de gênero, a fim de que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades em todos os âmbitos da sociedade. A CIM tem sede em Washington, D.C. O Comitê Diretor para o período 2006-2008 é constituída pela Presidenta, Jacqui Quinn-Leandro, Ministra do Trabalho, Administração Pública e Participação da Mulher, com Responsabilidade em Assuntos de Gênero, de Antígua e Barbuda; pela Vice-Presidenta, Martha Lucía Vásquez, Conselheira Presidencial para a Equidade da Mulher, da Colômbia; e pelas Delegadas Titulares do Brasil, Guatemala, Haiti, Peru e Uruguai. A Secretária Executiva da CIM é a Senhora Carmen Lomellin.*

No período a que se refere este relatório (janeiro a dezembro de 2007) as atividades da CIM estiveram voltadas para o cumprimento dos mandatos da Trigésima Terceira Assembléia de Delegadas, em especial o Programa Bienal de Trabalho 2006-2008, do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA e das Cúpulas das Américas. Por ser o organismo especializado da mulher na área de direitos humanos, suas atividades, programas e orientações são especificamente destinados a promover a igualdade e a equidade de gênero e o respeito irrestrito dos direitos humanos da mulher.

#### **Direitos humanos da mulher - Eliminação da violência contra a mulher**

##### **a) Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI)**

Na qualidade de Secretaria Técnica do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), a Secretaria Permanente da CIM continuou a apoiar sua implementação. Realizou em Buenos Aires, Argentina, de 18 a 20 de julho de 2007, a Terceira Reunião da Comissão de Peritas (CEVI), com a participação do Secretário-Geral da OEA. Nessa reunião foram aprovados o Projeto de Relatório Hemisférico e os relatórios dos países, posteriormente enviados às Autoridades Nacionais Competentes (ANC) para que formulem observações antes de apresentá-los à Conferência de Estados Partes a ser realizada na Venezuela no início de 2008.

Foram também iniciados os preparativos da Conferência de Estados Partes, motivo por que os governos foram convocados para uma reunião em que se apresentou o Projeto de Regulamento da Conferência e a agenda preliminar do evento.

Foi publicado em inglês e espanhol um folheto informativo para divulgar o trabalho e os objetivos do MESECVI, que será em breve publicado em francês e português.

Com o apoio do Comitê Diretor da CIM, solicitou-se aos governos que apóiem o financiamento desse importante mecanismo de acompanhamento de um dos instrumentos jurídicos mais relevantes da OEA, relativo aos direitos humanos da mulher.

**b) Os aspectos de gênero do HIV-AIDS.**

Uma das prioridades fixadas para o biênio 2006-2008 pela Trigésima Terceira Assembléia de Delegadas realizada em San Salvador, em novembro de 2006, diz respeito aos aspectos de gênero do HIV. A Declaração de San Salvador, “Gênero, Violência e HIV”, aprovada pela Sétima Assembléia Extraordinária de Delegadas da CIM, em novembro de 2008, aborda essa pandemia de uma perspectiva de gênero e direitos humanos, considera a relação perversa entre a violência contra a mulher e o HIV e faz referência a suas implicações sociais. Também apresenta recomendações aos Estados membros da OEA para que combatam o impacto do HIV nas mulheres. Em 2007 foram elaborados dois projetos sobre o HIV e a violência de gênero, para a América Central e a sub-região do Caribe, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento e a implementação de políticas e programas integrados de prevenção, atenção e tratamento do HIV e de violência contra a mulher. O primeiro, intitulado *Integração de políticas e programas de HIV e violência contra a mulher com base num enfoque de direitos humanos na América Central*, será desenvolvido por dois anos em El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, com financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional. O segundo, *Fortalecimento de capacidades para integrar os serviços de HIV e violência contra a mulher no Caribe - Um projeto piloto*, será executado em vários países do Caribe, com financiamento parcial da República Popular da China. Ambas as propostas serão realizadas em colaboração com a OPAS, o UNIFEM e organizações não-governamentais.

**c) Combate ao crime do tráfico de pessoas, especialmente de mulheres, adolescentes e crianças.**

O trabalho nessa área foi iniciado pela CIM há cinco anos e já registrou importantes resultados. Na reestruturação da OEA, o tema foi entregue à Unidade contra o Tráfico de Pessoas, na Seção contra a Criminalidade Organizada Transnacional, do Departamento de Segurança Pública. A CIM tem o compromisso de continuar a colaborar com essa Unidade a fim de assegurar a continuidade na incorporação da perspectiva de gênero a suas ações e reúne-se periodicamente com o coordenador dessa área. Em 2007 foi realizado o workshop de peritos legais dos países de língua espanhola, em 21 e 22 de agosto, na Colômbia, e, como acompanhamento da reunião realizada em Viena, de 2 a 4 de outubro, organizada pelo Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime, foi realizado um workshop regional com o propósito de elaborar leis modelo. O resultado dessa reunião foi incorporado ao banco de documentos da reunião de parlamentares centro-americanos, realizada em 3 e 4 de outubro de 2007 na Guatemala, com o objetivo de revisar as leis contra o tráfico de pessoas na América Central. O tema gênero foi considerado em três painéis com o apoio da Delegada Suplente da CIM de El Salvador.

## **Programa Interamericano para a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (PIA)**

- a) **Gênero e trabalho.** Como resultado da colaboração entre a CIM e o Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego da OEA, a proposta “Linhas estratégicas para avançar rumo à igualdade e à não-discriminação de gênero no contexto do trabalho decente”, foi apresentada na Décima Quinta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho pela Presidenta da CIM, na qualidade de Ministra do Trabalho e Participação da Mulher, com Responsabilidade em Assuntos de Gênero, de Antígua e Barbuda. A proposta foi aprovada como parte do Plano de Trabalho pelos Ministros.
- b) **Gênero, conflito e construção da paz.** Foi revisado e editado o currículo sobre gênero, conflito e construção da paz, utilizado nos workshops de capacitação realizados em 2005 (Peru) e em 2006 (Guatemala), com a finalidade de promover sua reprodução nos países de língua espanhola. O currículo será publicado na página da CIM na Web e distribuído amplamente na América Latina em formato de DVD.
- c) **Orçamentos públicos com enfoque de gênero.** Há dois anos a CIM coordena com o Escritório da Secretaria-Geral da OEA na Nicarágua o projeto Finanças Municipais com Equidade de Gênero. O projeto foi apresentado ao Conselho de Ministras da Mulher da América Central (COMCA) e teve como resultado uma reunião técnica sub-regional que determinou uma linha de trabalho e elaborou uma primeira minuta para um possível programa sub-regional sobre perspectiva de gênero nas finanças públicas. Vêm sendo conduzidas gestões em vários países da América Central para expandir o projeto.

### **Sétima Assembléia Extraordinária da CIM**

Nesse período foi preparada e realizada a Sétima Assembléia Extraordinária de Delegadas da CIM na cidade de Washington, D.C., de 5 a 7 de novembro, que aprovou a “Declaração de San Salvador: Gênero, Violência e HIV” que, entre outros aspectos, faz um apelo aos países para que intensifiquem os esforços destinados a eliminar a violência e a discriminação contra as mulheres, adolescentes e meninas com relação ao HIV, lutando contra os estereótipos de gênero, a estigmatização e as atitudes discriminatórias contra as mulheres que se vêm afetadas por esse vírus. Também incentiva a participação ativa dos homens e dos jovens nessa área.

Foram aprovadas ainda três resoluções: “Financiamento de gastos de viagem e estadia das integrantes do Comitê Diretor da CIM”, “Fortalecimento da participação e da representação política da mulher nas Américas” e “Reforma dos instrumentos jurídicos da Comissão Interamericana de Mulheres”.

### 3.4 INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

*Criado pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece cooperação técnica, capacitação em centros de pesquisa, divulgação de publicações e organização de reuniões técnicas nos campos de cartografia, geografia, história e geofísica.*

Com o apoio do sistema de seções nacionais e com o concurso da comunidade científica afim na região pan-americana, o IPGH responde à crescente demanda da comunidade científica internacional na tarefa de interpretação do território com base na análise geográfica e histórica e numa visão autenticamente continental. Também desenvolve mecanismos de comunicações efetivas e oportunas entre os especialistas, com base em parâmetros específicos.

#### **Agenda Pan-Americana do IPGH 2009-2019: a construção do ideal pan-americano no século XXI**

Em 2007, concluída a primeira etapa da reengenharia disposta no IPGH (Guatemala, 2003), no que se refere à organização das finanças essenciais, à administração do IPGH e à atualização da estrutura normativa, maiores esforços são envidados agora para o aumento da relevância científica da organização. Foi esse o sentido da agenda abordada e das considerações formuladas pelos Estados membros e pelas autoridades na Primeira Reunião Conjunta das Comissões do IPGH (Brasil, 2007) e no Quadragésimo Conselho Diretor (Colômbia, 2007) do IPGH.

O ideal pan-americano no século XXI responde a desafios diferentes daqueles que prevaleciam quando foi criado o IPGH. Esses desafios hoje dizem respeito à luta contra a pobreza, à mudança climática, à escala dos desastres naturais e sua redução, à administração da terra e aos recursos naturais, ao desenvolvimento de mercados globais e seu impacto local e à importância social e econômica do conhecimento.

Às vésperas de comemorar seu octogésimo aniversário, em 2008, o Instituto dispõe de condições propícias para realizar um exercício coletivo que se traduza numa “Agenda Pan-Americana do IPGH 2009-2019”, ou seja, um plano decenal que inclua metas concretas produto de uma aproximação renovada ao estudo da história e ao desenvolvimento da geografia da América.

Nesse contexto revestem especial importância quatro resoluções aprovadas em 2007 que formam um conjunto para o cumprimento dessa meta:

- Resolução AG/RES. 2328 (XXXVII-O/07), “Comemoração dos oitenta anos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História”, aprovada pelo Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral (AG) da OEA (Panamá, 2007);
- Resolução II, “Procedimentos sobre reuniões de consulta das comissões do IPGH” (Bogotá, 2007);
- Resolução III, “Desenvolvimento das infra-estruturas de dados espaciais na América” (Bogotá, 2007);

- Resolução V, “Agenda Pan-Americana do IPGH 2009-2019” (Bogotá, 2007).

### **Programa de Assistência e Cooperação Técnica 2007**

Como parte do orçamento do Fundo Ordinário para 2007, na Trigésima Nona Reunião do Conselho Diretor (Chile, 2006), foi aprovado um Programa de Assistência Técnica constituído por 31 projetos, no valor de US\$186.860,00, equivalentes a 33% do fundo mencionado. Dentre os resultados do programa, realizado com êxito, com execução de 96%, destacam-se os abaixo descritos.

- Na Comissão de *Cartografia*, cumpre salientar o progresso alcançado em apoio ao desenvolvimento das infra-estruturas de dados espaciais na Região e os projetos “Formação de redes de bancos de nomes geográficos”; “Cartografia para a compreensão dos riscos dos crimes urbanos”; “Sistema de referência geocêntrico para as Américas (SIRGAS)” e “Mapa global” (Seção América), além da continuação da produção de cartografia tátil, principalmente para deficientes visuais e auditivos na América Latina.

No próprio contexto da cartografia e da produção de dados espaciais, cumpre salientar o Programa GeoSur, iniciativa que desenvolve a proposta do IPGH, cuja tramitação ocorreu em 2005, destinada a promover o desenvolvimento de produtos geográficos supranacionais *on-line* e, em última instância, a produção de um novo mapa virtual da América. O esforço prospera agora por iniciativa da Corporação Andina de Fomento (CAF), em associação com a IABIN, o USGS/EROS e o IPGH. A instalação do GeoSur foi realizada em Brasília, no âmbito da iniciativa IIRSA, em março de 2007. Como passo seguinte realizou-se um workshop na sede do Centro EDC, em Sioux Falls, Estados Unidos, que contou com o financiamento parcial da OEA.

- No caso da Comissão de *Geografia*, são dignos de nota os trabalhos em geografia e história natural comparada (em princípio as experiências observadas na Argentina, México, Costa Rica e Paraguai), as tecnologias de informação geográfica e sua inclusão no ensino de geografia e a perspectiva geográfica no caso da detecção e acompanhamento dos incêndios florestais no México e na América Central. Também teve continuidade o apoio aos trabalhos do Escritório da Secretaria-Geral da OEA na Zona de Adjacência entre Belize e Guatemala. Além disso, cumpre salientar a importância da conclusão das negociações entre o IPGH e o Governo do Equador que levaram à assinatura de um novo convênio no caso do CEPEIGE, com o que se assentam as bases para uma nova etapa na formação de especialistas da Região no campo da geografia.
- No que compete à Comissão de *Geofísica*, em especial no que se refere aos desastres naturais, em 2007 são notórios os estudos: Tempestades de neve na Cordilheira dos Andes subtropical (Chile-Argentina); Estudos comparados de inundações (Chile e Argentina); Monitoramento da composição química de fluidos e gases térmicos em vulcões no sul do Peru; e Erupções hidromagmáticas do vulcão Llamatepec (Santa Ana) em El Salvador. O IPGH participou e incumbiu-se dos trabalhos decorrentes da Quinta Reunião da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT), ou seja, a implementação da Declaração de Lima de 2005, executada mediante

14 iniciativas, uma das quais cabe ao IPGH: Informação Geográfica para o Desenvolvimento Integral nas Américas. Também participou da Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN), da qual é membro.

- A Comissão de *História*, por sua vez, prosseguiu o estudo da história antiga americana e o trabalho no campo histórico da cultura indígena andina. Destacam-se também as atividades em historiografia concentradas na construção de visões de tempo e espaço continental e nos estudos comparados de história econômica e social, inclusive uma visão continental e tendências específicas em temas como desastres naturais, ciência e tecnologia e integração econômica, em especial no cone sul da América. Por iniciativa da Comissão de História Cultural do IPGH, foi realizado o “Primeiro Seminário de História Comparada das Américas”, que contou com destacada participação de especialistas e realizou-se em quatro sedes na Cidade do México.

É possível destacar em 2007 a realização das seguintes atividades multidisciplinares destinadas à área dos desastres naturais: “Detecção e Acompanhamento de Incêndios Florestais no México e América Central”, iniciativa que, com o Serviço Meteorológico do México, deu origem à proposta de um “Laboratório Pan-Americano para a Observação de Desastres Naturais”, situado na sede do IPGH; “Geografia e História Natural: Para uma História Comparada” e “Desastres Naturais e Cultura de Prevenção: Para uma História Comparada da Ciência e da Tecnologia no México e no Peru”.

Também se expediu em 2007 a Convocatória 2008 mediante a qual se aprovou assistência para um total de 31 projetos apresentados por nove seções nacionais que beneficiam a maioria dos Estados membros do IPGH, com uma destinação orçamentária de US\$170.050, para apoio a iniciativas pan-americanas nos seguintes temas: (1) infra-estruturas de dados espaciais; (2) ordenamento territorial; (3) nova história global aplicada à América; e (4) resposta a situações de emergência ocasionadas por desastres naturais.

### **Programa de publicações eventuais e periódicas 2007**

Foram publicados 14 títulos em 2007, inclusive as versões em espanhol e inglês do “Estatuto Orgânico, Regulamentos e Acordos 2005-2009” e a publicação não periódica “Desafios da migração latino-americana”, resultado do projeto de assistência técnica do IPGH executado pelo Centro de Pesquisas sobre a América Latina e o Caribe (CIALC) da UNAM.

O trabalho de intercâmbio efetuado por intermédio da Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH) do México, levou a um aumento do acervo do Fundo Bibliográfico “José Toribio Medina” do IPGH, agora constituído por mais de 227.599 títulos.

### **Reuniões e assuntos estatutários**

Foram realizadas as seguintes reuniões estatutárias em 2007:

- Sexagésima Sétima Reunião de Autoridades (Itu, São Paulo, Brasil, 25 e 26 de junho)

- Primeira Reunião Conjunta das Comissões Técnicas do Instituto (Itu, São Paulo, 27 a 29 de junho)
- Sexagésima Oitava Reunião de Autoridades (Bogotá, Colômbia, 7 de novembro)
- Quadragésima Reunião do Conselho Diretor (Bogotá, Colômbia, 8 a 10 de novembro)

Anteriormente a essas reuniões, a Secretaria-Geral deu estrito cumprimento ao disposto nas 24 resoluções aprovadas na Trigésima Nona Reunião do Conselho Diretor do IPGH (Chile, 2006).

### 3.5 INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

*O Instituto Indigenista Interamericano (III) foi criado em 1940 pela Convenção Internacional de Pátzcuaro e tem como objetivos fundamentais colaborar na coordenação das políticas indigenistas dos Estados membros e promover atividades de pesquisa e capacitação de pessoas dedicadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas.*

#### **Ações realizadas**

Biblioteca - Foram catalogadas 51.949 publicações periódicas, 60.076 artigos de revistas do acervo, 7.520 artigos de livros, 14.450 livros e 7.520 artigos de livros editados.

Arquivo Histórico - Foram digitalizados sete dos 13 Congressos Indigenistas Interamericanos e todas as atas de assembléias do Conselho Diretor e do Comitê Executivo, bem como relatórios, desde 1940.

Pesquisas - Foi editado o material da pesquisa “Cantos do povo wirríríka em sua peregrinação a Wirikuta”, em seguida publicado em CD. Prossegue a colaboração com a Doutora Laura Girardo, do Centro de Estudos Políticos e Constitucionais, Ministério da Presidência, Espanha, sobre a história do III.

Página na Internet - Manteve-se em 2007 a tendência de aumento do número de visitas dos anos anteriores e foram colocados *on-line* três números da revista América Indígena.

Serviço Social - Para realizar os trabalhos da Biblioteca e do Arquivo Histórico, em parte do período a que se refere este relatório contou-se com o apoio de um estudante da Universidad do Mar, campus Huatulco, Oaxaca, México.

Publicações - Até 31 de dezembro de 2007 foram publicados três números da revista América Indígena, referentes a 2006. Esses números foram publicados na página, sem custo para o usuário.

As obras abaixo relacionadas foram digitalizadas em CD.

**Cantos de uma peregrinação a Wirikuta** (San Andrés Cohamiata, Mezquitic, Jalisco; Eusebio López Carrillo; Julio Ramírez da Cruz; Nabor Carrillo, Ramón Carrillo Guzmán; Lilia Cruz González Espinosa; Guillermo Espinosa Velasco; José Luis González; Ari Rajsbaum Gorodezky); **Assembléias do Comitê Executivo e do Conselho Diretor e relatórios** (Oscar Juárez Arellano - Samuel Cano Enríquez, México 2007); **América Indígena, Vol. LXII, 2006**



(Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 22 (1962)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 23 (1963)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 24 (1964)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 25 (1965)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 26 (1966)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 27 (1967)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 28 (1968)** (Sergio Orrala Barajas.2007); **Anuário Indigenista, Vol. 29 (1969)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 30 (1970)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 31 (1971)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 32 (1972)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 33 (1973)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 34 (1974)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 35 (1975)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 36 (1976)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 37 (1977)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 38 (1978)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 39 (1979)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 40 (1980)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 41 (1981)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 42 (1982)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 43 (1983)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 44 (1984)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 45 (1985)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 46 (1986)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 47 (1987)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 48 (1988)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 49 (1989)** (Sergio Orrala Barajas. 2007); **Anuário Indigenista, Vol. 50 (1990)** (Sergio Orrala Barajas. 2007).

### 3.6 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

*Fundado em 1942, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado do Sistema Interamericano para o setor agropecuário e os territórios rurais. Incentiva, promove e apóia os esforços dos Estados membros por alcançar o desenvolvimento sustentável da agricultura e a prosperidade das comunidades rurais.*

Em 2007, em Antígua, Guatemala, foi realizada a Quarta Reunião Ministerial “Trabalhando juntos pelo agro das Américas”. Também foram realizadas a Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo e a Décima Quarta Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), nas quais foram celebrados importantes acordos sobre política institucional, assuntos orçamentários e financeiros, relações interinstitucionais e serviços de cooperação.

No âmbito da cooperação técnica inovadora que oferece o IICA, destacam-se alguns esforços destinados a conseguir o reposicionamento da agricultura, entre eles a publicação do relatório “A agricultura frente aos novos desafios do desenvolvimento: Situação e perspectivas da agricultura e vida rural nas Américas, 2007” e a realização de diversos fóruns técnicos em que foram abordados temas atuais, tais como o comércio agroalimentar com a China e a Índia, as doenças transfronteiriças e a biotecnologia.

No que se refere à integração regional, vale lembrar que o IICA atua como Secretaria Técnica Executiva do Conselho Agropecuário do Sul (CAS) e do Conselho Trinacional Canadá-México-Estados Unidos. No exercício dessa função, o Instituto deu seguimento às ações dos grupos de trabalho da Rede de Políticas Agrícolas da Área Sul e promoveu o diálogo para a competitividade e o comércio na Região Norte. Também na Região Central o IICA colaborou com o Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC) no desenvolvimento da Política Agrícola Centro-Americana (PACA); e nas regiões Andina e do Caribe foram executados trabalhos específicos com os respectivos conselhos ministeriais de agricultura.

Em matéria de promoção do comércio e da competitividade do agronegócio, o IICA cooperou com os Estados membros na análise das negociações do Tratado de Livre Comércio entre a América Central e os Estados Unidos e na definição de oportunidades comerciais de produtos específicos no âmbito desse tratado. Também ofereceu apoio aos Estados na realização de estudos comparativos e de impacto do intercâmbio comercial nos âmbitos hemisférico e regional.

Cumprе salientar o incentivo ao fortalecimento da capacidade empresarial, graças à participação de centenas de atores do setor privado agroalimentar nos programas “Plataformas para a Exportação” e “Fortalecimento da Capacidade Empresarial dos Pequenos e Médios Produtores”. Para essa finalidade colaborou na realização de diversos encontros hemisféricos sobre informação de mercados bem como em grande número de cursos sobre cadeias e melhoramento da competitividade, realizados nas regiões Central, do Caribe (com o CDB e a FAO) e Andina (com o Programa ACCESO).

Os esforços institucionais no âmbito da promoção da sanidade agropecuária e da inocuidade dos alimentos (SAIA) foram destinados à modernização dos serviços nacionais de saúde animal e sanidade vegetal, destacando-se para esse efeito a aplicação em vários países do instrumento “Desempenho, visão e estratégia”, desenvolvido pelo IICA. Por outro lado, foram celebrados novos convênios de cooperação com o USDA, a OPAS, a OIE, o OIRSA e várias universidades estadunidenses, entre outras organizações, que possibilitaram a realização de atividades conjuntas em análises de riscos e pontos críticos de controle e em boas práticas de SAIA nas regiões do Caribe e Central, destacando-se os exercícios de simulação de riscos sanitários da gripe aviária (IA) realizados em vários países caribenhos.

A “Iniciativa para as Américas” promoveu a participação de representantes de 26 países nas reuniões da Comissão de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (CMSF) da OMC. Também a consolidação de comissões nacionais para o acompanhamento das agendas internacionais em MSF possibilitou que se promovesse em vários países o fortalecimento da institucionalidade atinente a esse tema. Foram relevantes ainda diversas atividades de cooperação relacionadas com a febre aftosa e a IA, entre elas a produção de séries radiofônicas e vídeos sobre a IA altamente patogênica, divulgados a pequenos e médios avicultores.

No âmbito da promoção do fortalecimento das comunidades rurais, o IICA ofereceu apoio aos países membros nos processos de fortalecimento institucional e de formulação de políticas para o desenvolvimento rural com enfoque territorial. Cooperou, por exemplo, na avaliação do PRODERT (programa trinacional de Honduras, El Salvador e Guatemala), fortaleceu a plataforma de trabalho na questão da Região Andina, incentivou o diálogo com diferentes ministérios do Equador e apoiou a formulação de projetos em agricultura familiar na Região Sul. O Instituto também promoveu os direitos da mulher e a equidade e igualdade de gênero, para o que centrou esforços no fortalecimento dos pequenos negócios rurais de mulheres e na promoção de parcerias com redes de mulheres, utilizando como marco orientador o enfoque territorial.

O Instituto prestou apoio à formulação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Rural da Universidad Mayor de San Andrés (Bolívia); elaborou um curso sobre políticas agroambientais, juntamente com o Ministério da Agricultura e Alimentos do Canadá; atualizou o livro “Métodos de planejamento para o desenvolvimento microrregional”; colaborou com elementos conceituais e operacionais para a definição do rural e participou da concepção da Rede Centro-Americana de Estudos e Alternativas Rurais.

Para promover a incorporação da tecnologia e da inovação na modernização da agricultura e do desenvolvimento rural, o IICA, juntamente com parceiros como o IFPRI e o CYTED, colaborou no desenvolvimento de indicadores relacionados com a pesquisa e a tecnologia e realizou simultaneamente uma análise sobre a situação e o desempenho da agricultura regional da perspectiva tecnológica. Por outro lado, o Instituto promoveu a elaboração dos capítulos referentes à América Latina e ao Caribe da Avaliação Internacional do Papel da Ciência e da Tecnologia no Desenvolvimento (IAAST) e, em parceria com o GFAR, conseguiu a inclusão do Hemisfério no projeto global de apoio aos vínculos dos pequenos produtores com os mercados.

O IICA também incentivou o fortalecimento do sistema hemisférico de cooperação em inovação tecnológica. Para essa finalidade, promoveu o diálogo para a formulação de políticas no âmbito

do FORAGRO, prorrogou o Convênio IICA-BID para o Financiamento da Pesquisa Regional por meio do FONTAGRO e, mediante os sete programas de cooperação para a pesquisa e a inovação tecnológica agropecuária (PROCI), promoveu a cooperação horizontal recíproca.

No que diz respeito à biotecnologia e à biossegurança, registre-se a consolidação do Sistema de Informação Científica nesses temas, mediante o qual divulgou-se informação atualizada sobre o desenvolvimento e a adoção da agrobiotecnologia. No México e nas regiões Andina, do Caribe e Central, houve progresso no processo de definição de necessidades para o desenvolvimento e do uso apropriado da agrobiotecnologia e da biossegurança na criação dos denominados “grupos multissetoriais regionais ou nacionais” e no intercâmbio de experiências nesse tema.

No campo dos biocombustíveis e da agroenergia, o IICA, no exercício da função de Secretaria do Comitê Técnico da Comissão Interamericana de Etanol, publicou o primeiro volume do Atlas da Agroenergia. Também colaborou com a Organização Latino-Americana de Energia na divulgação de informações sobre fontes alternativas de energia, trabalho conjunto que culminou com a realização do Seminário Latino-Americano e do Caribe sobre Biocombustíveis. A participação do IICA em diversos fóruns e seminários, bem como o assessoramento que prestou a instâncias como a Federação Internacional de Produtores Agropecuários e o Ministério da Agricultura do Haiti, possibilitaram a definição de posições e promoveram reflexões sobre a agroenergia e os biocombustíveis. Finalmente, juntamente com a OEA, o BID e o Governo da Guiana, o Instituto assinou um memorando de entendimento em apoio ao *Caribbean Renewable Energy, Energy Efficiency and Bioenergy Action Program*.

Quanto à agricultura orgânica, as regiões Sul, Andina e do Caribe já dispõem de agendas de cooperação técnica nessa área e a América Central formulou proposta de fortalecimento da institucionalidade relacionada com esse campo.

A cooperação técnica oferecida pelo IICA nos âmbitos hemisférico, regional e nacional amplia-se com outras iniciativas realizadas com organizações como a FAO, a AEICI, a CropLife, o CTA, a BIO e a ENESA. Ademais, em estreita colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial, foram formuladas e implementadas várias ações de cooperação, especialmente de âmbito regional.

#### **IV. OUTROS ORGANISMOS INTERAMERICANOS**

#### 4.1 COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA

*A Comissão Jurídica Interamericana é um dos órgãos mediante os quais a OEA realiza seus fins (artigo 53 da Carta). O Capítulo XIV da Carta define sua composição, atribuições e funções da seguinte maneira: serve de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos; promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional; e analisa os problemas jurídicos referentes à integração dos países com vistas ao desenvolvimento do Hemisfério.*

A Comissão Jurídica Interamericana realizou em 2007 dois períodos ordinários de sessões.

O primeiro deles ocorreu na cidade de San Salvador, El Salvador, de 26 de fevereiro a 9 de março, e o segundo em sua sede, na cidade do Rio de Janeiro, de 30 de julho a 10 de agosto. Em ambas as sessões constaram da agenda da Comissão Jurídica os seguintes temas: alcance do direito à identidade, Tribunal Penal Internacional, acesso à informação e proteção de dados pessoais, acompanhamento da aplicação da Carta Democrática Interamericana, luta contra a discriminação e intolerância nas Américas, Sétima Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado – CIDIP-VII, implementação do Direito Internacional Humanitário nos Estados membros da OEA, situação jurídica dos trabalhadores migrantes e suas famílias no Direito Internacional, administração da justiça nas Américas: ética judicial e acesso à justiça, Tribunal Interamericano de Justiça, cooperação jurídico-institucional com a República do Haiti e proposta de apoio à criação de um Boletim Oficial Regional da América Latina.

A Comissão Jurídica Interamericana aprovou relatórios e projetos de resolução relativos a esses temas.

A Comissão Jurídica Interamericana foi constituída em 2007 pelos seguintes membros: Jean-Paul Hubert (Canadá, Presidente), Jaime Aparicio (Bolívia, Vice-Presidente), Ricardo Seitenfus (Brasil), Eduardo Vio (Chile), Galo Leoro (Equador), Ana Elizabeth Villalta (El Salvador), Antonio Pérez (Estados Unidos), Hyacinth Evadne Lindsay (Jamaica), Jorge Palacios (México), Mauricio Herdocia (Nicarágua) e Freddy Castillo (Venezuela). No decorrer do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA (Panamá, junho de 2007) foi eleito membro da Comissão Jurídica o Doutor Guillermo Fernández de Soto (Colômbia) e reeleito o Doutor Mauricio Herdocia (Nicarágua). Os mandatos desses dois membros foram iniciados em 1º de janeiro de 2008 por um período de quatro anos. O membro que deixou a Comissão Jurídica Interamericana em 31 de dezembro de 2007 foi o Doutor Eduardo Vio.

Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Jurídica Interamericana, o Doutor Jaime Aparicio apresentou à Assembléia Geral o Relatório Anual das atividades do órgão em 2007.

Em representação da Secretaria-Geral prestaram apoio técnico e administrativo à Comissão Jurídica Interamericana os doutores Jean-Michel Arrighi, Diretor do Departamento de Assuntos

Jurídicos Internacionais, Dante M. Negro, Diretor do Escritório de Direito Internacional, e Manoel Tolomei Moletta, principal especialista do Escritório na área jurídica.

Finalmente, a Comissão Jurídica Interamericana, com a coordenação do Escritório de Direito Internacional, organizou o Trigésimo Quarto Curso de Direito Internacional, de 30 de julho a 24 de agosto de 2007, com a participação de 28 professores de diferentes países da América e da Europa, 28 bolsistas da OEA escolhidos dentre mais de 100 candidatos e 10 alunos que pagaram suas próprias despesas. O tema central foi “Aspectos jurídicos do desenvolvimento regional”.

## 4.2 COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

*A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foi criada por resolução da Quinta Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em Santiago, Chile, em 1959. A CIDH foi formalmente instalada em 1960, quando o Conselho da Organização aprovou seu Estatuto. O Regulamento da Comissão, aprovado em 1980, foi modificado em várias oportunidades, a última delas em 2006.*

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um dos órgãos do Sistema Interamericano responsáveis pela promoção e pela proteção dos direitos humanos. É constituída por sete membros, eleitos pela Assembléia Geral, que exercem suas funções em caráter individual por um período de quatro anos, podendo ser reeleitos uma só vez.

A direção da Comissão para o ano de 2007 foi eleita em 26 de fevereiro de 2007 com a seguinte constituição: Florentin Meléndez, Presidente; Paolo Carozza, Primeiro Vice-Presidente; e Víctor Abramovich, Segundo Vice-Presidente. Os comissários foram Clare K. Roberts, Evelio Fernández Arévalos, Paulo Sérgio Pinheiro e Freddy Gutiérrez.

Em 31 de dezembro de 2007 foi concluído o período dos comissários Evelio Fernández e Freddy Gutiérrez. Foram eleitos membros da CIDH a partir de 1º de janeiro de 2008 Patricia Mejía e Felipe González.

O Doutor Santiago A. Canton é o Secretário Executivo da CIDH e a Doutora Elizabeth Abi-Mershed, a Secretária Executiva Adjunta.

### **Períodos de sessões realizados**

- Centésimo Vigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões - 26 de fevereiro a 9 de março de 2007

No decorrer desse período ordinário de sessões, a CIDH aprovou 19 relatórios sobre casos e petições individuais e realizou 30 reuniões de trabalho e 48 audiências, algumas no âmbito de petições e casos individuais ou medidas cautelares e outras sobre situações gerais ou específicas de direitos humanos, aprovou o relatório anual referente a 2006 e recebeu uma delegação da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos.

- Centésimo Vigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões - 16 a 27 de julho de 2007

A CIDH realizou nesse período de sessões 25 audiências públicas em que recebeu informações dos Estados, de organizações da sociedade civil e de peticionários. Também realizou 15 reuniões de trabalho sobre petições e casos em tramitação, manteve um encontro com os embaixadores da Região Andina e aprovou 44 relatórios sobre casos e petições individuais.



- Centésimo Vigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões - Paraguai - de 5 a 7 de setembro de 2007

A Comissão realizou o Centésimo Vigésimo Nono Período Extraordinário de Sessões em Assunção, Paraguai, de 5 a 7 de setembro de 2007, a convite do governo desse país. Na ocasião foram realizadas quatro audiências públicas e reuniões de trabalho sobre casos em tramitação da Argentina e do Uruguai. Também realizaram-se atividades de promoção do sistema interamericano de direitos humanos no âmbito acadêmico e judicial.

- Centésimo Trigésimo Período Ordinário de Sessões - de 8 a 19 de outubro de 2007

Nesse período de sessões a CIDH realizou 27 audiências e 28 reuniões de trabalho, aprovou 17 relatórios sobre casos e petições individuais, participou de uma sessão da CAJP, organizou um almoço de trabalho com o Conselho Centro-Americano de Procuradores de Direitos Humanos (CCPDH), manteve uma reunião de trabalho com os diferentes ombudsmen da América Central, participou de um encontro com magistrados e promotores, organizado pelo Colégio das Américas (COLAM), e assinou um convênio com a Universidade de Québec em Montreal para a criação da Bolsa “Brian Tittlemore”, entre outras atividades.

### **Análise de denúncias ou petições**

Em 2007 a Comissão recebeu 1.451 petições individuais e examinou um total de 1.331 denúncias. Também publicou 51 relatórios de admissibilidade, 14 de inadmissibilidade, cinco de solução amistosa e quatro de mérito, a respeito das petições e dos casos individuais considerados. Publicou ainda um relatório sobre um caso interestatal.

### **Medidas cautelares**

No decorrer de 2007, a Comissão recebeu e examinou 250 pedidos de medidas cautelares.

### **Visitas realizadas**

- A Relatoria Especial da CIDH para os Direitos da Infância realizou na cidade de São Paulo, Brasil, reuniões de trabalho nos dias 21 e 22 de agosto de 2007, no âmbito de um processo de elaboração de um Relatório Temático sobre Justiça Juvenil nas Américas.
- A Relatoria Especial da CIDH sobre os Direitos da Mulher fez uma visita de trabalho ao Chile, de 11 a 13 de setembro de 2007, com o objetivo de coletar informações sobre a discriminação contra a mulher no país, em suas diferentes manifestações.
- O Relator para a Colômbia, em companhia do Secretário Executivo ou seus representantes, visitou o país de 16 a 20 de janeiro, de 10 a 13 de abril e de 26 a 30 de novembro, com a finalidade de dar andamento ao processo de desmobilização dos grupos armados à margem da lei e assessorar a Missão de Apoio ao Processo de Paz da OEA (MAPP/OEA). Ademais, desde abril de 2007, a CIDH conta com o apoio de um

consultor técnico em determinados aspectos jurídicos relacionados com o processo de aplicação da Lei de Justiça e Paz aos desmobilizados das AUC.

- A Relatoria Especial da CIDH sobre os Direitos dos Afro-Descendentes e contra a Discriminação Racial visitou a Colômbia de 14 a 18 de maio para elaborar um diagnóstico sobre a situação socioeconômica dos afro-colombianos e avaliar o impacto do processo de desmobilização e aplicação da Lei de Justiça e Paz nas comunidades afro-descendentes.
- O Relator para o Haiti visitou o país de 18 a 22, visita que se centrou nas questões de administração de justiça e direitos da mulher. A Relatoria Especial sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade visitou o Haiti de 17 a 20 de junho, com o objetivo de receber informações e observar a situação das pessoas privadas de liberdade em determinados centros de detenção de Port-au-Prince.
- O Presidente da CIDH (e Relator para o México e sobre os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade) visitou o México de 9 a 13 de abril, com o propósito de observar e receber informações sobre a situação dos direitos humanos nesse país, e novamente de 6 a 11 de agosto, com o objetivo de dar andamento à situação de direitos humanos no Estado de Oaxaca e verificar a situação das pessoas privadas de liberdade em algumas prisões mexicanas.
- A Relatoria Especial da CIDH sobre os Direitos dos Povos Indígenas reuniu-se no Paraguai, em 3 e 4 de setembro, com comunidades indígenas e autoridades governamentais. Também manteve reuniões de trabalho sobre casos e petições.
- Durante todo o ano de 2007 os membros da Comissão e da Secretaria participaram de numerosas conferências internacionais, seminários e sessões de capacitação sobre a proteção internacional dos direitos humanos e temas afins.

### **Atividades da CIDH em relação à Corte Interamericana de Direitos Humanos**

Em 2007 a Comissão deu continuidade ao litígio de uma série de matérias perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que a levou a apresentar entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2007 14 casos à Corte e a participar das audiências realizadas em todos os períodos de sessões.

### **Relatórios publicados e apresentados**

- Em 7 de março de 2007, a Relatoria Especial da CIDH sobre os Direitos da Mulher apresentou em Washington, D.C., o relatório “Acesso à justiça para as mulheres vítimas de violência nas Américas”.

- Em 12 de abril de 2007, a Relatoria Especial da CIDH sobre os Direitos da Mulher apresentou em Bogotá, Colômbia, o relatório “As mulheres frente à violência e à discriminação provenientes do conflito armado na Colômbia”.
- Em 7 de agosto de 2007, a CIDH tornou público o relatório "Acesso à justiça e inclusão social: o caminho para o fortalecimento da democracia na Bolívia".
- Em 11 de outubro de 2007, a CIDH divulgou o “*Relatório sobre a implementação da Lei de Justiça e Paz: etapas iniciais do processo de desmobilização das AUC e primeiras diligências judiciais*”.
- Em 26 de dezembro de 2007, a CIDH publicou o relatório “O acesso à justiça como garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais. Análise das normas fixadas pelo sistema interamericano de direitos humanos”.

### **Atividades perante os órgãos políticos da OEA**

A CIDH continuou em 2007 a acompanhar as discussões e atender às inquietações, assessorar as negociações e participar dos principais eventos da Assembléia Geral, do Conselho Permanente e da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos e seus grupos de trabalho.

**V. OUTRAS ENTIDADES, ORGANISMOS E DEPENDÊNCIAS AUTÔNOMAS E  
DESCENTRALIZADAS**

## **5.1 COMISSÃO INTERAMERICANA DE REDUÇÃO DE DESASTRES NATURAIS**

*A Comissão Interamericana de Redução de Desastres Naturais (CIRDN) foi criada pela Assembléia Geral, mediante a resolução AG/RES. 1682 (XXIX-O/99), para fazer frente aos problemas relacionados com os desastres naturais e servir de foro principal da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a análise desse tema, em coordenação com as organizações nacionais competentes.*

## 5.2 CENTRO DE ESTUDOS DA JUSTIÇA DAS AMÉRICAS

*O Centro de Estudos da Justiça das Américas foi criado pela Assembléia Geral como entidade intergovernamental com autonomia técnica e operacional. Tem por objetivo promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o intercâmbio de informações e outras formas de cooperação técnica bem como o apoio aos processos de reforma e modernização dos sistemas de justiça da Região.*

### Promoção geral de reformas judiciais na Região

O CEJA realizou em 2007 diversos encontros regionais para apoiar os processos de reforma judicial, eventos de que participaram mais de 900 peritos e operadores dos sistemas de justiça. Destacamos abaixo os mais relevantes.

- Quinto Seminário Internacional sobre Gestão Judicial: Ferramentas Modernas para o Melhoramento da Gestão Judicial

Na sua quinta versão, realizada em Lima, Peru, em outubro, o seminário teve por objetivo analisar e acompanhar as estratégias de implementação de reformas, medindo os impactos potenciais de planejamento e orçamento associados a resultados e incentivos em instituições do setor de justiça, com base em aperfeiçoamentos teóricos e experiências práticas na gestão pública.

O seminário promove uma análise das perspectivas de uso e do impacto em mudanças de práticas que a incorporação efetiva das modernas tecnologias da informação e das comunicações (TIC) teria na gestão judicial dos países latino-americanos.

- Seminário Internacional “Boas Práticas nos Novos Sistemas Processuais Penais Latino-Americanos”

Realizado em Santiago, Chile, de 22 a 25 de maio, o evento teve por meta analisar o andamento das reformas processuais penais na Região, especialmente as idéias inovadoras em gestão interna e extra-institucional nos Poderes Judiciários, Ministérios Públicos e Defensorias Penais Públicas, bem como a coordenação dessas instituições com as organizações policiais.

- Seminário Latino-Americano sobre a oralidade nos procedimentos

Realizado em São José, Costa Rica, em 6 e 7 de dezembro, com a finalidade principal de analisar e discutir experiências na implementação de procedimentos orais em diversas matérias e países da Região, com base nos estudos de caráter empírico dirigidos pelo CEJA, a fim de debater os êxitos e fracassos nas diferentes experiências.

## **Apoio aos processos de reforma da justiça criminal**

A parte central do trabalho do CEJA é colaborar com o processo de transformação dos sistemas de justiça inquisitivos em adversariais, ao qual aderiu grande parte dos países da Região, e proporcionar ferramentas a esse processo. Algumas das atividades realizadas para essa finalidade são descritas abaixo.

- Acompanhamento das reformas processuais penais: estudos, publicação e divulgação. Teve por objetivo avaliar os processos de implementação das reformas processuais penais em países da América Latina que iniciaram essas reformas nos últimos anos (Colômbia, República Dominicana, Nicarágua, Bolívia) bem como as experiências de países que, tendo começado antes essas reformas, vêm executando programas piloto que pretendem colocar em prática experiências inovadoras (Guatemala - Quetzaltenango; Equador – Cuenca; Argentina - Mar del Plata; e Costa Rica - Guanacaste).
- Quarto Programa Interamericano de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal. O programa visou ao melhoramento dos resultados dos processos de reforma da justiça penal na Região mediante a capacitação de atores e líderes relevantes e a realização de réplicas nos respectivos países.

Cumprir salientar os aproximadamente 1.400 participantes das 15 réplicas locais realizadas somente este ano por membros, alunos e ex-alunos do CEJA em seis países da América Latina, entre cursos, workshops, seminários e palestras, o que mostra a existência de uma sólida rede internacional liderada pelo Centro.

- Primeiro Encontro Interamericano “Rede do Programa Interamericano de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal”. Transmitiu-se aos alunos a experiência de trabalho da Open Society Institute (Programa Justice Initiative), para a implementação de um sistema de avaliação e supervisão das medidas cautelares pessoais, com o objetivo de conseguir a utilização racional das medidas destinadas a garantir o comparecimento do acusado ao julgamento.
- Programa de Capacitação Virtual para Promotores da América Latina. Teve por objetivo transmitir a promotores dos Ministérios Públicos da América Latina os conhecimentos e as ferramentas necessárias para desenvolver novos métodos de trabalho, enfoques e dinâmicas para enfrentar os problemas práticos na implementação e funcionamento do sistema processual penal em virtude das diversas reformas da justiça ocorridas nas últimas duas décadas na Região e as complexidades que hoje revestem os trabalhos de processo penal. Essa atividade é executada mediante a metodologia de ensino e-learning.
- Apoio aos processos de inovação processual penal. Realizado na Argentina, nas províncias de Buenos Aires e Córdoba e na Cidade Autônoma de Buenos Aires; na Bolívia; na Costa Rica; no Equador; na Guatemala e no Peru, consistiu principalmente em dar continuidade aos instrumentos que vêm sendo desenvolvidos e oferecidos pelo CEJA para melhorar o funcionamento dos sistemas de justiça penal reformados na

Região. Essas atividades atendem a pedidos diretos dos Estados participantes, que geralmente decorrem de réplicas locais do Programa de Formação de Capacitadores para a Reforma Processual Penal, e se traduzem na implementação de mecanismos concretos para melhorar o funcionamento dos sistemas reformados.

Esses projetos consolidaram-se como verdadeiros programas de apoio ao processo político e técnico dos países que solicitam assessoramento, estabelecendo uma nova forma de aproximar-se da reforma da justiça processual penal. O CEJA preocupou-se em proceder a avaliações dessas atividades, que foram publicadas nos novos relatórios de acompanhamento e avaliação.

- Estudo “Avanços e desafios das defensorias públicas para garantir o acesso à justiça nas reformas processuais penais na América Latina”. Patrocinado pela Subsecretaria de Assuntos Políticos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Com cobertura regional, teve como principal finalidade constatar a situação, os desafios e as práticas bem-sucedidas na defesa pública em virtude da implementação do novo modelo processual penal acusatório adversarial nos países da América Latina.

#### Apoio às reformas na justiça civil

No decorrer do ano o CEJA intensificou o trabalho na área da justiça civil, inclusive a civil propriamente dita, a comercial, a de família e a trabalhista. Para essa finalidade realizou as atividades abaixo descritas:

- Reuniões de peritos sobre reforma da justiça civil. Foram convocados peritos de diferentes países para analisar a situação da justiça civil nas Américas e definir os principais temas a serem desenvolvidos e promovidos no âmbito de reformas nessa área, especialmente na América Latina e no Caribe, capitalizando experiências internacionais.
- Estudo comparativo sobre a justiça civil e suas reformas na Região. Esse estudo procurou fixar um olhar comum sobre a realidade da justiça civil na Região: como funciona, a que tipo de caso atende, quem são seus clientes, e quais são seus resultados.

Também foram abordados estudos sobre temas específicos que aparecem como os mais relevantes para que o CEJA possa construir um discurso próprio sobre os desafios de uma política pública que busque a reforma da justiça civil na Região. Esses estudos abrangeram temas como a justiça de pequenas causas, a oralidade e o devido processo na justiça civil e as pesquisas empíricas sobre as reformas da justiça civil no Uruguai e da justiça de família no Chile.

- Publicação “Nova justiça civil para a América Latina: contribuições para a reforma”. Com 2000 exemplares, resume reflexões e estudos destinados a orientar os processos de reforma da justiça civil em países das Américas.



## **Fortalecimento dos sistemas de informação e gestão na administração de justiça**

Nesse campo realizaram-se as atividades abaixo.

- Terceiro Relatório sobre a Justiça nas Américas, terceira versão 2006-2007. Nessa terceira edição, insiste-se em sistematizar e apresentar diversas informações sobre o funcionamento dos sistemas de justiça dos países das Américas, com relação a dados básicos atualizados pelos países, fatos relevantes ocorridos nos dois últimos anos, descrição de cada uma das instituições que constituem os sistemas de justiça, estruturas e funções, estatística atualizada e desagregada, orçamentos previstos e executados e projetos em curso, entre outros temas. Essa versão inclui informação do sistema notarial e de registro de cada país e informação complementar sobre as organizações policiais, e não somente apresenta melhorias na cobertura de dados, mas também na qualidade desses dados, uma vez que permite padronizar por período a informação que os países colocam voluntariamente à disposição.

A pedido do Secretário-Geral da OEA o relatório, na versão em CD, foi apresentado na Assembléia Geral e distribuído às autoridades das instituições mais relevantes pertencentes aos sistemas de justiça americanos ou a eles vinculadas.

- Livro Branco sobre o uso da tecnologia na justiça. Trata-se de um espaço de intervenção inovador para o âmbito tradicional do CEJA, que visa a analisar os diferentes usos e funções que a tecnologia pode oferecer em benefício da justiça na Região.
- Projeto “Indicadores Judiciais para a Ibero-América”. Esse projeto faz parte do Plano de Ação da Cúpula Judicial Ibero-Americana, cuja gestão foi confiada ao CEJA, e consiste num conjunto de indicadores judiciais básicos e consensuais para a Ibero-América.

O Plano será colocado à disposição de todos os países que participam da Cúpula Judicial Ibero-Americana. Constituem o Grupo de Trabalho que elaborou o plano os seguintes países: Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Honduras, Guatemala, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, México e Peru.

- Estatísticas judiciais em matéria penal para a Guatemala. Foi desenvolvido um sistema de informação sobre a justiça penal na Guatemala, tomando por base o ano de 2004 e gerando informação até 2008. O projeto compreende o levantamento de informação das diversas fontes existentes bem como a amostragem de expedientes.
- Apoio à gestão judicial no Panamá, mediante assessorando à Corte Suprema e também à Comissão de Estado de Justiça da República do Panamá. Foram formuladas recomendações para implementar as 27 propostas constantes do relatório “Pacto de Estado pela Justiça”, que a Comissão de Estado de Justiça do Panamá elaborou em 2005, destinadas a melhorar a administração de justiça nesse país.
- Centro de Informação Virtual e Biblioteca Virtual, mediante os quais o CEJA oferece ferramentas tecnológicas para promover o intercâmbio de informações na Região, tais

como a página na Web, a comunidade virtual e o Boletim *Nexos*. Em 2007 a página virtual do CEJA recebeu 95.000 visitas e a biblioteca virtual atendeu a mais de 65.000 buscas de diversos documentos relacionados com a justiça nas Américas.

### 5.3 TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

*O Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos (TRIBAD) foi criado em 22 de abril de 1971 pela resolução AG/RES. 35 (I-O/71), aprovada na nona sessão plenária da Assembléia Geral. Tem por função solucionar as controvérsias que possam surgir com membros do pessoal da Secretaria-Geral da OEA, em virtude de decisões administrativas, quando aleguem descumprimento das condições estabelecidas nas respectivas nomeações ou contratos, ou infrações das Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral e demais disposições aplicáveis, inclusive as relativas ao Plano de Aposentadoria e Pensões da Secretaria-Geral. É constituído por seis membros e dispõe de uma Secretaria.*

No decorrer do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, realizado no Panamá, de 3 a 5 de junho de 2007, o Tribunal Administrativo foi representado pela Vice-Presidenta, Juíza Alma Montenegro de Fletcher, e pelo Secretário e Assessor Jurídico Principal, Reinaldo Rodríguez Gallad, que também atuou como secretário do plenário da Assembléia Geral. Na quarta sessão plenária, em 5 de junho de 2007, a Assembléia Geral elegeu Homero Máximo Bibiloni, da Argentina, para juiz do Tribunal Administrativo no período 2008-2013 (AG/doc.4772/07).

Também no decorrer da referida Assembléia Geral acordou-se, mediante a resolução AG/RES. 2353 (XXXVII-O/07), as seguintes medidas orçamentárias que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008:

- destinar o montante de US\$196.400,00 para o funcionamento do Tribunal Administrativo e sua Secretaria no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008 (Capítulo I.2. 3-/31C);
- manter em US\$150 diários os honorários dos membros do Tribunal Administrativo (Capítulo III.B.14).

O Relatório Anual do Tribunal Administrativo referente a 2006 foi apresentado por seu presidente, Juiz Albert N.J. Matthew, ao Conselho Permanente da OEA, em 7 de março de 2007.

A audiência pública para receber a prova oral vinculada ao Recurso 285, “Jorge Zambrana *versus* Secretário-Geral da OEA”, convocado para 8 de março de 2007, foi presidida pelo Juiz Albert N.J. Matthew.

A continuação da audiência do Recurso 285, “Jorge Zambrana *versus* Secretário-Geral da OEA”, teve lugar em 8 de maio de 2007. Essa sessão foi presidida pelo Secretário do Tribunal Administrativo, Reinaldo Rodríguez Gallad, mediante delegação de autoridade do Presidente do Tribunal, Juiz Albert N.J. Matthew (Nota 19/07, de 19 de abril de 2007).

Por meio da Nota 20/07, de 15 de maio de 2007, o Presidente do Tribunal Administrativo, Juiz Albert N.J. Matthew, convocou o Quinquagésimo Quinto Período Ordinário de Sessões, realizado em 18 e 19 de junho de 2007 no Salão Guerrero da Secretaria-Geral da OEA, em Washington, D.C., com a presença dos seguintes membros do Tribunal: Juiz Albert N.J. Matthew (Presidente), Juíza Alma Montenegro de Fletcher (Vice-Presidenta), Juiz Andre M. Surena e Juiz Héctor Enrique Arce Zaconeta.

Nessa oportunidade, foram considerados pelos membros do Tribunal os assuntos abaixo enumerados.

- Cerimônia de Juramento do Juiz Héctor Enrique Arce Zaconeta (Bolívia), eleito pelo Trigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA.
- Apresentação do *curriculum vitae* do novo juiz eleito, Homero Máximo Bibiloni, da Argentina, que tomará posse como membro do Tribunal a partir de 1º de janeiro de 2008.
- Observações sobre as decisões aprovadas pelo Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA.
- Recurso 285, “Jorge Zambrana *versus* Secretário-Geral da OEA”.

Os juízes, reunidos no Quinquagésimo Quinto Período Ordinário de Sessões do Tribunal Administrativo, proferiram a Sentença 153 mediante a qual se pôs fim ao Recurso 285, “Jorge Zambrana *versus* Secretário-Geral da OEA”.

Em 25 de setembro, o Embaixador Arístides Royo, Representante Permanente do Panamá, reiterou o oferecimento de sede de seu governo para o Quinquagésimo Sexto Período Ordinário de Sessões do Tribunal Administrativo, a ser realizado em 2008.

A Secretaria vem realizando uma minuciosa revisão dos anteprojetos de reforma e de emenda do Estatuto e do Regulamento do Tribunal Administrativo para apresentação no próximo período ordinário de sessões, que terá lugar na Cidade do Panamá.

O projeto de banco de dados da modificação do sistema de buscas de sentenças na página do Tribunal na Internet foi concluído com êxito no início de 2007 e o novo sistema de busca de documentos encontra-se à disposição do público, tanto em inglês quanto em espanhol, no endereço [http://www.oas.org/tribadm/SEARCH\\_BUSQUEDA/query\\_sp.asp](http://www.oas.org/tribadm/SEARCH_BUSQUEDA/query_sp.asp).

O Tribunal Administrativo da OEA foi representado pelo Secretário Reinaldo Rodríguez Gallad e pela Assistente do Tribunal Mariana Lozza no “Colloquium on Internacional Administrative Tribunals and the Rule of Law”, realizado na sede do Banco Mundial, em 27 de março de 2007.

Em 26 de julho ocorreu o encontro de Secretários de Tribunais Administrativos Internacionais, convocado pelo Tribunal Administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Secretário Reinaldo Rodríguez Gallad compareceu em representação do Tribunal Administrativo.

## 5.4 FUNDAÇÃO PAN-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO

*Criada em 1962, a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento (FUPAD) é uma entidade privada, não-governamental e sem fins lucrativos, que atua, mediante um Acordo de Cooperação com a OEA, no apoio a programas de desenvolvimento e ajuda a vítimas de desastres naturais e crises humanitárias. O Secretário-Geral é o Presidente da Junta Diretora, constituída por 25 líderes do setor privado provenientes de todo o Hemisfério. O Presidente da Fundação é o Embaixador Alexander F. Watson e o Diretor Executivo, John Sanbrailo. Todos os membros da Junta trabalham voluntariamente, servem de grupo de apoio à OEA e contribuem em dinheiro e em bens para os programas da Fundação.*

A FUPAD tem por missão promover o desenvolvimento integral entre os mais necessitados da América Latina e do Caribe para “criar um Hemisfério de oportunidades para todos”. Essa tarefa se realiza por meio de alianças inovadoras com organizações privadas, públicas e sem fins lucrativos, em apoio às prioridades da OEA. Um dos objetivos mais importantes da Fundação é fortalecer a sociedade civil da Região e mobilizar doações de empresas, pessoas solidárias, grupos cívicos, agências e organismos internacionais, tais como a USAID, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Também administra contribuições de entidades governamentais da Região.

Em 2007 tiveram destaque numerosas atividades realizadas sob a direção do Secretário-Geral José Miguel Insulza e do Secretário-Geral Adjunto Albert Ramdin. A fim de responder à maior crise humanitária do Hemisfério, a FUPAD continua a implementar um amplo conjunto de programas na Colômbia, cujo propósito principal é apoiar os deslocados pela violência decorrente do conflito civil e os camponeses que abandonaram os cultivos ilícitos.

O segundo programa de apoio a deslocados, que começou em 2006, beneficiará mais de 400 mil pessoas em 94 municípios em todo o país. Em colaboração com organizações locais, o programa oferece assistência em serviços básicos, geração de renda e emprego e fortalecimento institucional. Em fins de 2007 o programa já havia financiado 92 projetos e beneficiado um total de 334.700 pessoas. A FUPAD também prestou assistência a centenas de grupos vulneráveis de colombianos nas zonas fronteiriças no Equador, Venezuela e Panamá. Em conformidade com o programa ADAM (Áreas de Desenvolvimento Alternativo no Âmbito Municipal) e em colaboração com o governo colombiano, foram implementados 52 projetos produtivos que oferecem assistência a organizações e cooperativas camponesas para cultivar e comercializar novos produtos agrícolas, beneficiando mais de 8 mil famílias. Do mesmo modo o programa de Zonas de Amortecimento de Parques Naturais trabalhou com 3.000 famílias de camponeses e grupos indígenas nos parques do Alto Fragua e Sierra Nevada de Santa para melhorar o uso dos recursos naturais nessas zonas.

A FUPAD concedeu financiamento ao Haiti para programas de desenvolvimento agrícola e rural, geração de emprego, ajuda a vítimas de desastres naturais, reconstrução de infra-estrutura, fortalecimento de organizações comunitárias e combate ao tráfico de pessoas. Também continuou a participar do “Grupo de Amigos do Haiti”, liderado pelo Secretário-Geral Adjunto.

Continuou ainda a implementar um programa de manejo de resíduos e limpeza de ruas, com o propósito de gerar emprego em diversos bairros em conflito de Port-au-Prince, em apoio à estabilização democrática assessorada pela OEA. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) concedeu financiamento para apoiar o Programa de Manejo de Resíduos e Limpeza de Ruas implementado pela FUPAD em estreita coordenação com o governo haitiano. O Banco Mundial também ampliou seu apoio ao governo haitiano e à Fundação com o propósito de intensificar o programa de desenvolvimento comunitário (CDD). Esse programa foi considerado pelo Banco Mundial como um dos mais bem-sucedidos da Região.

Outras iniciativas da FUPAD no Haiti incluem a promoção de vínculos de cooperação entre organizações não-governamentais na fronteira do Haiti e República Dominicana, como meio de incentivar maior cooperação e diálogo entre as organizações não-governamentais e entidades públicas e privadas dos dois países. Também foram executadas várias ações no sentido de negociar fundos adicionais de doadores internacionais para ampliar o programa.

Na Bolívia a FUPAD concluiu com êxito, em setembro, o programa de iniciativas democráticas, que se concentrou no aperfeiçoamento da gestão pública dos governos locais, no desenvolvimento produtivo, na inclusão social e na transparência. O programa beneficiou um total de 6.000 jovens, mulheres, pessoas desempregadas e subempregadas com capacitação para o trabalho e treinou mais de 160 funcionários do governo. Por outro lado, a FUPAD vem implementando um programa de acesso a terras no departamento de Santa Cruz. Além de prestar assistência jurídica a quatro comunidades no processo de titulação de terras, a FUPAD ministra capacitação a essas comunidades em solução pacífica de conflitos e desenvolvimento comunitário. Um total de 350 famílias beneficia-se de iniciativas produtivas com vistas ao melhoramento da renda e da qualidade de vida.

No Peru, a FUPAD ajudou uma comunidade ribeirinha do Amazonas a converter-se em local de ecoturismo, o que contribuiu não somente para a conservação da reserva florestal, mas também para o melhoramento da renda e para a transformação da comunidade num modelo de manejo sustentável de recursos naturais.

A FUPAD também promoveu a implementação de iniciativas financiadas pelo setor privado na Argentina (instalações esportivas e recreativas), no Brasil (educação e alfabetização), no Uruguai (hortas orgânicas em escolas) e no Paraguai (fornos para padarias comunitárias).

Em 2007 a FUPAD, por intermédio do Programa de Doações em Espécie, enviou ao Haiti, Saint Kitts e Nevis, República Dominicana, Costa Rica, Colômbia, Peru e Uruguai mais de US\$4,5 milhões em doações de equipamento médico e dentário, ferramentas para oficinas e ajuda em casos de desastre. Do mesmo modo, com o apoio e a estreita colaboração do Escritório da OEA no Peru, a Fundação enviou mais de US\$150.000 em alimentos, cobertores, tendas, kits de higiene pessoal etc. às regiões do Departamento de Ica e do sul de Lima atingidas pelo terremoto de 15 de agosto.

A FUPAD implementou com sucesso a segunda fase do projeto Parceria para o Manejo de Desastres, patrocinado pelo OFDA/USAID, num total de US\$440.000, e serviu como mecanismo da OEA para mobilizar maior financiamento do setor privado para responder a

desastres naturais no Hemisfério. Em decorrência dessa ação, a FUPAD, juntamente com doadores corporativos, enviou assistência humanitária avaliada em aproximadamente US\$280.552 à Bolívia, Dominica, Haiti, Jamaica, Nicarágua, Peru e República Dominicana. A Fundação também participou das reuniões e sessões de trabalho da diretoria da Rede Interamericana de Mitigação de Desastres da OEA e colaborou com a Junta Interamericana de Defesa e o Colégio Interamericano de Defesa em várias iniciativas relacionadas com a gestão de riscos.

Em apoio à Carta Democrática Interamericana, a Fundação intensificou esforços por fortalecer entidades da sociedade civil em toda a Região, criando vínculos com doadores privados e governamentais para aprofundar os valores e práticas democráticas nas Américas. Cumpre salientar que a FUPAD obteve doações privadas para organizações não-governamentais na Argentina, Brasil, Honduras e Peru, entre outros.

A FUPAD continuou a colaborar com organizações de imigrantes salvadorenhos residentes nos Estados Unidos por intermédio do “Mãos Unidas por El Salvador”, um programa de responsabilidade social empresarial do Banco Agrícola, que oferece melhores oportunidades educacionais a alunos do sistema de educação pública. A Fundação trabalhou com 19 grupos de salvadorenhos nas áreas metropolitanas de Los Angeles e Washington D.C. para co-financiar igual número de projetos de educação em El Salvador, que beneficiaram mais de 13 mil alunos com novas salas de aula, centros de computação, laboratórios de ciência, bibliotecas e outros melhoramentos.

A Fundação é a entidade privada sem fins lucrativos mais antiga do Sistema Interamericano, uma vez que foi criada pela OEA em 1962, como organização não-governamental, com o objetivo de gerar emprego e oportunidades para os mais necessitados da América Latina e do Caribe. A FUPAD elaborou um novo Plano Estratégico para o período 2008-2012, que orientará seu crescimento, em apoio à OEA e ao Sistema Interamericano, fortalecendo o papel da sociedade civil e do setor privado para promover o desenvolvimento integral na Região. A FUPAD continua a incentivar a responsabilidade social corporativa como mecanismo para ampliar o financiamento de projetos de desenvolvimento integral e o atendimento a um maior número de vítimas de desastres naturais e crises humanitárias.

## 5.5 JUNTA DE AUDITORES EXTERNOS

*Em conformidade com a resolução AG/RES. 123 (III-O/73) da Assembléia Geral, aprovada em 14 de abril de 1973, e a resolução CP/RES. 124 do Conselho Permanente, de 10 de junho de 1975, a Junta de Auditores Externos é o órgão responsável pela auditoria externa das contas da Secretaria-Geral.*

A Junta realizou sua reunião anual de 26 a 30 de março de 2007, com a finalidade de preparar o relatório sobre a auditoria externa das contas e demonstrativos financeiros da OEA referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, em conformidade com o artigo 129 das Normas Gerais.

Em 2 de maio de 2007, a Junta apresentou observações sobre o documento “Relatório ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos: auditoria de contas e demonstrativos financeiros, 31 de dezembro de 2006 e 2005” (OEA/Ser.S JAE/doc.37/07). O relatório foi dividido em quatro seções: a) Comentários e recomendações para o melhoramento dos procedimentos operacionais e controles contábeis internos; b) Demonstrativos financeiros da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos; c) Demonstrativos financeiros de organismos e entidades relacionados com a Organização dos Estados Americanos; e) Demonstrativos financeiros do Fundo de Aposentadoria e Pensões (auditado pela firma Ernst and Young, LLP).

Com base nos pareceres sem ressalvas emitidos pela SB and Company, LLC, a empresa de auditores independentes de 2007, os demonstrativos financeiros correspondentes às entidades auditadas estão de acordo com os livros, documentos e comprovantes da Secretaria-Geral.

A Junta se reuniu com o Secretário-Geral a quem deu a conhecer os resultados da auditoria, bem como as recomendações por ela formuladas, que deverão ser levados ao conhecimento da Assembléia Geral e do Conselho Permanente.

As recomendações mais significativas são descritas abaixo:

Ao Conselho Permanente:

- Considerar a possibilidade de modificar os requisitos das cotas, para que os Estados membros efetuem os pagamentos com antecedência.
- Revisar o teto máximo das cotas; proporcionar um processo automático de aumento das cotas anuais.
- Continuar a implementar um processo de planejamento: estabelecer objetivos e prioridades estratégicas, destinar recursos e apoiar um sistema de responsabilidade para a consecução de resultados.

À Secretaria-Geral:

- Decidir sobre a maneira de aumentar ao máximo o potencial do imóvel de sua propriedade na 16th Street e Euclid Street, em Washington, D.C.



- Continuar a elaborar relatórios financeiros que, na medida do possível, estabeleçam um vínculo entre o uso de recursos e o cumprimento de metas e objetivos estratégicos do modo mais útil para os Estados membros, a Administração e os doadores.
- Adotar um mecanismo que se possa fazer cumprir, apto a receber apoio, para a recuperação de custos indiretos de doações para Fundos Específicos.
- Considerar outros conjuntos de normas contábeis gerais levando em conta as normas usadas por outros organismos internacionais.
- Utilizar plenamente o sistema Oracle como ferramenta de gestão de operações.
- Estabelecer requisitos padrão para acordos com Fundos Específicos.
- Continuar a intensificar o processo de supervisão dos CPR.
- Prosseguir a análise do orçamento para capacitação.
- Revisar as descrições de funções com base no cargo e na classe do nível.
- Assegurar-se de que cada Escritório Nacional alcance um nível de dotação de pessoal razoável, baseado na carga de trabalho.
- Melhorar os controles das listas de vendedores aprovados.
- Elaborar e implementar um plano de melhoramento da integridade dos dados do OASES.
- Implementar e testar um plano de contingências adequado.
- Examinar oportunamente os adiantamentos para despesas de viagem e impor aos prestadores de serviços a obrigação de apresentar documentação que justifique essas despesas mediante o preenchimento dos formulários apropriados.
- Melhorar a reconciliação dos registros de ativos fixos e contas de inventário.

Após a sinopse da situação financeira do Fundo Ordinário, dos Fundos Específicos e das contribuições especiais recebidas, a OEA levou em conta as iniciativas da administração da Secretaria-Geral para colocar em prática as recomendações constantes do Relatório da Junta do ano anterior bem como outros pontos de interesse da Junta.

A Junta ressaltou que a empresa de auditores independentes emitiu pareceres sem ressalvas (“pareceres limpos”), que constituem o melhor resultado possível de uma auditoria, com respeito aos seguintes demonstrativos financeiros de 2006:

- Fundo Ordinário, Fundo Voluntário (FEMCIDI) e Fundos Específicos
- Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe
- Fundo Comemorativo de Beneficência Rowe
- Fundo Fiduciário de Benefícios Médicos
- Subsecretaria de Assuntos Políticos
- Fundação para as Américas
- Fundo da Junta Interamericana de Defesa
- Fundo de Aposentadoria e Pensões

## 5.6 JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA

*A Junta Interamericana de Defesa (JID) foi instituída em 1942 para analisar e recomendar medidas para a defesa do Hemisfério. É a organização militar multilateral mais antiga do mundo. Em 15 de março de 2006, no decorrer do Trigésimo Segundo Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA, foi aprovado o novo Estatuto da JID. Nele se dispõe que a Junta é uma entidade da OEA que presta assessoramento a seus programas, promove a paz e a segurança do Hemisfério bem como a confiança entre as partes, mediante vínculos de cooperação militar, além de fortalecer as relações entre civis e militares. Também supervisiona o programa acadêmico de nível superior em estudos de segurança e defesa do Colégio Interamericano de Defesa.*

A Junta Interamericana de Defesa (JID), a fim de contribuir para o cumprimento da Carta da OEA, presta assessoramento aos programas da Organização, promove a paz e a segurança do Hemisfério, bem como a confiança entre as partes mediante vínculos de cooperação militar, fortalece as relações entre civis e militares e supervisiona o programa acadêmico de nível superior sobre estudos de segurança e defesa do Colégio Interamericano de Defesa.

Desde que a JID passou a ser parte integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA), em março de 2006, concentrou esforços na transformação das estruturas internas para adaptá-las às disposições do novo Estatuto e funcionar conforme os princípios democráticos que regem a OEA. Estabeleceu-se um período de transição de um ano para a eleição das autoridades da JID, que antes se efetuava por rodízio alfabético dos membros.

Com esse novo enfoque e o apoio prestado pelo Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza, a Junta dedicou-se em 2007 ao cumprimento das funções a ela atribuídas no Estatuto, à elaboração do Regulamento Interno e à análise das resoluções da Assembléia Geral, com o objetivo de identificar novas tarefas e oportunidades de trabalho e participação, com a finalidade de cumprir as funções dispostas nessas resoluções. Vem, ademais, desenvolvendo o Plano Estratégico (anexo), em que se definem os objetivos gerais e específicos que servirão para elaborar e executar o plano de trabalho de seus diferentes setores.

O Conselho de Delegados aprovou os objetivos definidos pela Comissão de Metas e Objetivos para o período 2008-2016. O Presidente do Conselho de Delegados participou, como convidado, de vários eventos relacionados com a Segurança Hemisférica, recebeu várias visitas de personalidades importantes relacionadas com a defesa e segurança do continente americano e realizou diversas visitas dessa mesma natureza.

A JID prosseguiu em 2007 o monitoramento das atividades de remoção humanitária de minas, em cumprimento às resoluções AG/RES 2261 e 2269 (XXXVII-O/07), realizando um encontro doutrinário com os chefes de Missões de Assistência para a Remoção de Minas da JID (MARMINCA, MARMINAS e o Grupo de Monitores Interamericanos da Colômbia), atualizando o Manual de Procedimentos de Remoção Humanitária de Minas, prestando assistência técnica ao Programa AICMA/OEA, treinando pessoal na Colômbia, Equador,

Nicarágua e Peru, realizando várias visitas de supervisão e estabelecendo contatos com o Centro Internacional de Remoção Humanitária de Minas, localizado em Genebra.

A JID preparou o Documento sobre Políticas e Doutrinas de Defesa (Livro Branco), a fim de contribuir para a elaboração das medidas de fortalecimento da confiança e da segurança (MFCS). Também continuou a receber e a analisar as MFCS implantadas pelos Estados membros no decorrer de 2006, com a finalidade de preparar o inventário de acordo com o mandato da AG/RES. 2246 (XXXVI-O/06) e da AG/RES 2270 (XXXVII-O/07).

Em 8 de março a JID fez uma exposição para o Conselho de Segurança Hemisférica sobre o perigo que representam para a aviação comercial os Sistemas Portáteis de Defesa Aérea (MANPADS). Nesse mesmo mês foi iniciado na Nicarágua o trabalho de destruição de explosivos de guerra e munições, concluído em agosto, no âmbito do programa AICMA.

Quanto ao aspecto orçamentário, a JID enfrenta enorme dificuldade para fazer frente às múltiplas necessidades decorrentes das diferentes atividades que executa. Tampouco dispõe de pessoal suficiente para conduzir suas múltiplas funções.

O Colégio Interamericano de Defesa consolidou-se como instituição acadêmica de grande valor para o desenvolvimento das relações cívico-militares e a divulgação dos valores democráticos, o que provocou maior afluência de alunos, tanto na programação regular quanto nos mestrados e cursos a distância.

O espírito predominante entre as autoridades e funcionários da JID é o de continuar a oferecer o assessoramento técnico, consultivo e educacional pertinente à Assembléia Geral, ao Conselho de Delegados e aos países membros que o solicitem, em temas militares e de defesa. O mesmo se aplica às iniciativas proativas em fóruns, seminários, reuniões, conferências e conclaves que tenham relação com suas funções e tarefas.

## 5.7 CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

*A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) é uma instituição judicial autônoma da OEA que tem por objetivo a aplicação e a interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte exerce competência contenciosa e consultiva e é constituída por sete juízes eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral.*

No período a que se refere este relatório a Corte foi constituída, em ordem de precedência, pelos seguintes juízes: Sergio García Ramírez (México), Presidente; Cecilia Medina Quiroga (Chile), Vice-Presidente; Manuel E. Ventura Robles (Costa Rica); Diego García Sayán (Peru); Leonardo A. Franco (Argentina); Margarette May Macaulay (Jamaica); e Rhadys Abreu Blondet (República Dominicana). O Secretário da Corte foi Pablo Saavedra Alessandri (Chile) e a Secretária Adjunta, Emilia Segares Rodríguez (Costa Rica).

### **Casos contenciosos e medidas provisórias submetidos à consideração da Corte**

No decorrer do ano catorze casos contenciosos foram submetidos à consideração da Corte, que emitiu doze sentenças. Em cinco delas pronunciou-se sobre exceções preliminares, mérito, reparações e custas, em conjunto; em cinco, sobre o mérito e as respectivas reparações; e em duas, sobre a interpretação de sentenças. Desse modo, a Corte resolveu inteiramente dez casos contenciosos, em que adotou decisão final acerca de exceções preliminares, mérito e reparações, não havendo pronunciamentos pendentes sobre as medidas restritivas propostas nas demandas. Há atualmente no Tribunal 101 casos contenciosos em tramitação, dos quais 84 encontram-se em etapa de supervisão de cumprimento de sentença, seis em etapa de tramitação inicial, sete em etapa de exceções preliminares e eventuais mérito, reparações e custas e quatro em etapa de mérito e eventuais reparações e custas.

Foram submetidas à consideração da Corte nove solicitações de medidas provisórias, das quais três foram recusadas, duas foram aprovadas e quatro encontravam-se pendentes de solução até a data deste relatório. Quatro outras medidas provisórias foram suspensas de forma total e cinco de forma parcial. Há atualmente no Tribunal 43 medidas provisórias em vigor.

### **Períodos de sessões**

No Septuagésimo Quarto Período Ordinário de Sessões, realizado de 22 de janeiro a 3 de fevereiro, a Corte emitiu seis resoluções sobre medidas provisórias, a saber: Caso *Gloria Giralte de García Prieto e outros* a respeito de El Salvador; assunto do *Povo Indígena Kankuamo* a respeito da Colômbia; assunto do *Centro Penitenciário da Região Centro Ocidental (Penitenciária de Uribana)* a respeito da Venezuela; Caso *Raxcacó Reyes e outros* a respeito da Guatemala; Caso da *Penitenciária Castro Castro* a respeito do Peru e Caso *Bueno Alves* a respeito da Argentina. Além disso, foram realizadas seis audiências públicas: Caso *Cantoral Huamaní e García Santa Cruz* contra o Peru (exceções preliminares, mérito e eventuais reparações e custas); Caso *García Prieto e outro* contra El Salvador (exceções preliminares e eventuais mérito, reparações e custas); assunto do *Povo Indígena Kankuamo* (medidas

provisórias a respeito da Colômbia); Caso *Escué Zapata* contra a Colômbia (mérito e eventuais reparações e custas); Caso do “*Massacre de La Rochela*” contra a Colômbia (mérito e eventuais reparações e custas) e Caso *Bueno Alves* contra a Argentina (mérito e eventuais reparações e custas). Por último, emitiu-se uma resolução sobre supervisão de cumprimento de sentença no Caso da *Comunidad Indígena Sawhoyamaxa* contra o Paraguai.

No Septuagésimo Quinto Período Ordinário de Sessões, realizado de 7 a 12 de maio de 2007, a Corte emitiu duas sentenças, a saber: Caso do *Massacre de La Rochela* contra a Colômbia (mérito, reparações e custas) e Caso *Bueno Alves* contra a Argentina (mérito, reparações e custas). Foram emitidas duas resoluções sobre medidas provisórias, a saber: assunto *Adrián Meléndez Quijano e outros* a respeito de El Salvador e caso *19 Comerciantes* a respeito da Colômbia. A Corte também realizou uma audiência pública no Caso *Pueblo Saramaka* contra o Suriname (exceções preliminares e eventuais mérito, reparações e custas).

No Trigésimo Período Extraordinário de Sessões, realizado de 14 a 17 de maio, na Cidade da Guatemala, Guatemala, a Corte emitiu uma resolução no assunto *Ramírez Hinostroza e outros* a respeito do Peru. Realizaram-se, ademais, duas audiências públicas, a saber: Caso *Zambrano Vélez e outros* contra o Equador (mérito e eventuais reparações e custas); Caso *Cornejo e outro* contra o Equador (mérito e eventuais reparações e custas) e Caso *Chaparro Álvarez e Lapo Ñiquez* contra o Equador (exceções preliminares e eventuais mérito, reparações e custas).

No Septuagésimo Sexto Período Ordinário de Sessões, realizado de 2 a 14 de julho, a Corte proferiu três sentenças, a saber: Caso *Escué Zapata* contra a Colômbia (mérito, reparações e custas); Caso *Zambrano Vélez e outros* contra o Equador (mérito, reparações e custas) e Caso *Cantoral Huamani e García Santa Cruz* contra o Peru (exceção preliminar, mérito, reparações e custas). Foram emitidas, ademais, seis resoluções sobre medidas provisórias, a saber: assunto do *Internato Judicial de Monagas (“La Pica”)* a respeito da Venezuela; Caso *Luisiana Ríos e outros* a respeito da Venezuela; assunto *Carlos Nieto Palma e outros* a respeito da Venezuela; assunto das *Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no “Complexo do Tatuapé” da Fundação CASA* a respeito do Brasil; assunto *Gallardo Rodríguez* a respeito do México e Caso *Colotenango* a respeito da Guatemala. A Corte também realizou uma audiência pública no Caso *Boyce e outros* contra Barbados (exceção preliminar e eventuais mérito, reparações e custas). Por último, foram emitidas oito resoluções sobre supervisão de cumprimento de sentença nos seguintes casos: *Irmãs Serrano Cruz* contra El Salvador; *Cantos* contra a Argentina; *19 Comerciantes* contra a Colômbia; *Suárez Rosero* contra o Equador; *Carpio Nicolle e outros* contra a Guatemala; *Bámaca Velásquez* contra a Guatemala; *Molina Theissen* contra a Guatemala e *García Asto e Ramírez Rojas* contra o Peru.

No Trigésimo Primeiro Período Extraordinário de Sessões, realizado de 17 a 20 de outubro em Bogotá, Colômbia, a Corte emitiu duas resoluções nos casos: *Luisiana Ríos e outros* contra a Venezuela (exceções preliminares e eventuais mérito, reparações e custas) e *Gabriela Perozo e outros* contra a Venezuela (exceções preliminares e eventuais mérito, reparações e custas). Foram realizadas ainda duas audiências públicas nos casos *Kimel* contra a Argentina (mérito e eventuais reparações e custas) e *Salvador Chiriboga e outro* contra o Equador (exceções preliminares e eventuais mérito, reparações e custas). A Corte também emitiu uma resolução sobre supervisão de cumprimento de sentença no caso *Gómez Palomino* contra o Peru.

No Septuagésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, realizado de 19 a 30 de novembro, a Corte emitiu cinco sentenças, a saber: Caso *Boyce e outros* contra Barbados (exceção preliminar, mérito, reparações e custas); Caso *García Prieto* contra El Salvador (exceção preliminar, mérito, reparações e custas); Caso *Chaparro Álvarez e Lapo Iñiguez* contra o Equador (exceções preliminares, mérito, reparações e custas); Caso *Albán Cornejo e outros* contra o Equador (mérito, reparações e custas) e Caso do *Povo Saramaka* contra o Suriname (exceções preliminares, mérito, reparações e custas). Foram emitidas, ademais, dez resoluções sobre medidas provisórias, a saber: assunto da *Emissora de Televisão “Globovisión”* a respeito da Venezuela; Caso *Raxcacó Reyes e outros* a respeito da Guatemala; assunto da *Fundação de Antropologia Forense da Guatemala* a respeito da Guatemala; assunto *Adrián Meléndez Quijano e outros* a respeito de El Salvador; Caso da *Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni* a respeito da Nicarágua; Caso *Integrantes da Equipe de Estudos Comunitários e Ação Psicossocial (ECAP)* a respeito da Guatemala; assunto das *Penitenciárias de Mendoza* a respeito da Argentina; Caso *Gutiérrez Soler* a respeito da Colômbia; assunto *Guerrero Gallucci e Martínez Barrios* a respeito da Venezuela e assunto do *Centro Penitenciário Região Capital Yare I e Yare II (Penitenciária de Yare)* a respeito da Venezuela. A Corte também realizou três audiências privadas a respeito da supervisão do cumprimento das sentenças emitidas nos casos *Garrido e Baigorria* contra a Argentina, *Blake* contra a Guatemala e “*Panel Blanca*” (*Caso Paniagua Morais e outros*) contra a Guatemala.

Por último, a Corte emitiu 13 resoluções sobre supervisão de cumprimento de sentença nos seguintes casos: *Palamara Iribarne* contra o Chile; *Meninas Yean e Bosico* contra a República Dominicana; *Massacre Plan de Sánchez* contra a Guatemala; *Blake* contra a Guatemala; *Myrna Mack Chang* contra a Guatemala; *De la Cruz Flores* contra o Peru; *Caesar* contra Trinidad e Tobago; *Comunidade Moiwana* contra o Suriname; *Maritza Urrutia* contra a Guatemala; *Juan Humberto Sánchez* contra Honduras; *Trujillo Oroza* contra a Bolívia; “*Panel Blanca*” (*Paniagua Morais e outros*) contra a Guatemala e *Garrido e Baigorria* contra a Argentina. No decorrer desse período de sessões o Presidente da Corte, Juiz Sergio García Ramírez, que ocupou o cargo por quatro anos (2004-2005 y 2006-2007), etapa que concluiu em fins do mês de dezembro de 2007, apresentou um relatório em que se referiu a diversas tarefas relativas ao quadriênio. A Corte procedeu à eleição da nova diretoria e acordou eleger por unanimidade para a presidência a Juíza Cecilia Medina Quiroga (Chile) e para a vice-presidência o Juiz Diego García-Sayán (Peru).

No Trigésimo Segundo Período Extraordinário de Sessões, realizado em 30 de novembro de 2007, a Corte emitiu duas sentenças de interpretação a respeito de casos contenciosos: Caso *Trabalhadores Demitidos do Congresso* contra o Peru (solicitação de interpretação de sentença de exceções preliminares, mérito, reparações e custas) e Caso *La Cantuta* contra o Peru (interpretação de sentença de mérito, reparações e custas).

## 5.8 ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

*As atividades do Escritório do Inspetor-Geral (EIG) regem-se pelo disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral (SG), nas Normas Orçamentárias e Financeiras – Capítulo IX – Assessoramento, auditoria e fiscalização financeira – e na Ordem Executiva 95-05. Essas disposições estabelecem a função de auditoria interna, que apóia o Secretário-Geral e os órgãos dirigentes no controle do cumprimento das responsabilidades dos diferentes níveis de administração, com relação aos programas e recursos da Secretaria-Geral. O objetivo do EIG é garantir a revisão sistemática dos procedimentos operacionais e transações financeiras tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. O Escritório do Inspetor-Geral também se encarrega de assegurar que as políticas, regulamentos e práticas estabelecidas sejam observados e acatados de maneira correta, eficaz e econômica.*

### **Auditorias**

No período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, o Escritório do Inspetor-Geral realizou dez auditorias, avaliou quinze projetos e conduziu uma inspeção para avaliar as operações, assegurar o cumprimento das diretrizes e procedimentos da OEA e realizar uma revisão sistemática da contabilidade interna e dos sistemas administrativos. As atividades de auditoria incluíram processos operacionais executados em cinco Escritórios da SG/OEA nos Estados membros. No decorrer da execução de suas atividades o Escritório concentrou-se principalmente em operações de alto risco e naquelas com maior potencial para aumentar a eficiência, a eficácia e a economia na Secretaria-Geral. O Escritório do Inspetor-General atuou com ampla liberdade e independência na execução de suas tarefas e com absoluto acesso a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede quanto nos Escritórios da SG/OEA nos Estados membros.

Nesse período foram realizadas as atividades operacionais das auditorias na sede para avaliar os controles internos e administrativos e assegurar o cumprimento das diretrizes e procedimentos da OEA. O EIG revisou o inventário, a avaliação de risco dos processos da SAF, os adiantamentos de fundos geridos pelo DSPF e duas análises da penetração do ambiente de arquivos anexados da Internet administrado pelo OSIT. Também foram analisadas as atividades dos Escritórios da Secretaria-Geral na Venezuela, Guatemala, Guiana, Nicarágua e Suriname, com a finalidade de determinar se as atividades por eles executadas cumpriram os regulamentos e procedimentos da OEA. O EIG realizou ainda uma inspeção do fundo de emergência e dos fundos de caixa pequeno na sede.

O Escritório do Inspetor-Geral avaliou quinze projetos executados tanto na sede como nos Estados membros, para assegurar a conformidade com os acordos e determinar se os objetivos foram cumpridos. Os projetos auditados foram os seguintes: (1) Programa de Ação Estratégica para a Bacia Internacional do Rio Bermejo; (2) Exposição Itinerante: América, a Diversidade em Discussão; (3) Eletrificação Fotovoltaica para as Comunidades de Isleta, Puerto Irinida e San

Simón de Cocuy; (4) Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas; (5) Programa Centro-Americano para o Fortalecimento do Diálogo Democrático (PCA); (6) Assistência Técnica ao Tribunal Superior Eleitoral da República da Guatemala; (7) Programa de Valores Democráticos e Gestão Política; (8) Apoio a Microempresas Rurais de Gestão Feminina Produtoras de Alimentos na Região Fronteiriça do Trifínio da Guatemala, Honduras e El Salvador; (9) Bacia do Rio Amazonas; (10) Desenvolvimento Organizacional da Comissão Nacional de Drogas; (11) Fortalecimento Institucional do Setor Educacional da Guiana para o Desenvolvimento Humano Sustentável; (12) Estratégia para a Preparação Profissional de Instrutores / Professores para o Ensino do Plano Intensificado de Estudo de Espanhol no Nível Fundamental; (13) Participação e Eqüidade de Gênero nas Finanças Públicas Municipais; (14) Projeto de Facilitadores Judiciais Rurais; e (15) Atividades Realizadas pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) na Nicarágua.

### **Outras atividades**

O Escritório do Inspetor-Geral continuou a avaliar respostas e a dar seguimento às ações corretivas para assegurar que as recomendações por ele emitidas fossem implementadas de forma efetiva. O Escritório continuou a prestar assessoramento e assistência por meio de análises, avaliações, pesquisas e recomendações e participou, como observador, de várias comissões da Secretaria-Geral para facilitar e promover comunicações abertas com a Secretaria-Geral. Em 2007 vários diretores de departamentos realizaram consultas com a Inspetora-Geral com relação a questões operacionais que possam representar potenciais riscos para a Organização, a implementação de recomendações e outros assuntos operacionais vinculados aos controles internos. O EIG também examinou projetos de procedimentos operacionais, propostas e mudanças desses procedimentos, investigou toda a informação recebida pela linha telefônica anticorrupção e tomou medidas pertinentes aos assuntos que representavam um risco intrínseco para os controles internos da Secretaria-Geral.

A Inspetora-Geral apresenta ainda o Relatório de Atividades e o Relatório Anual ao Secretário-Geral e ao Conselho Permanente.



## **5.9 COMISSÃO DE SELEÇÃO DE BOLSAS PARA ESTUDOS ACADÊMICOS E ESTUDOS TÉCNICOS**

*A Comissão de Seleção de Bolsas para Estudos Acadêmicos e Estudos Técnicos (CSBEAT) é encarregada de destinar as bolsas acadêmicas do Programa de Bolsas de Estudo e Treinamento da OEA, em conformidade com o ordenamento jurídico da Organização.*

A CSBEAT é constituída por sete membros com competência reconhecida no âmbito acadêmico ou em questões hemisféricas, nomeados pelo Secretário-Geral levando em conta uma ampla representação regional.

A CSBEAT reuniu-se duas vezes em 2007 para examinar os antecedentes dos candidatos a bolsas de estudo de graduação e pós-graduação e formular recomendações ao Secretário-Geral.

## 5.10 COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES

*A CITEI, criada pela Assembléia Geral em 1994, goza de autonomia técnica no desempenho de suas funções, observados os limites estabelecidos na Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), em seu Estatuto e nos mandatos da Assembléia Geral. Sua missão é facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério.*

A inovação tecnológica, a digitalização e a convergência das tecnologias e serviços de telecomunicações, radiodifusão e informática modificaram substancialmente as formas de acesso ao conhecimento e de comunicação do ser humano. Já é reconhecida a importância das telecomunicações, inclusive as tecnologias da informação e das comunicações (TIC), para o desenvolvimento econômico e social de todos os países e para permitir o acesso universal, sustentável, generalizado e fácil à informação. No entanto, em que pese o notável crescimento e expansão dos serviços de telecomunicações, inclusive as TIC, registrado na região das Américas, persistem as disparidades e a redução do hiato digital continua a ser prioridade.

Nesse contexto, um dos desafios que a CITEI ainda enfrenta é o de poder continuar a facilitar e promover o desenvolvimento harmônico e integral das telecomunicações, inclusive as tecnologias da informação e das comunicações nas Américas, harmonizando os esforços envidados pelos Estados membros e pelo setor privado para a consecução desses objetivos e para o benefício da sociedade.

Dada a rápida inovação tecnológica, a CITEI tem o desafio permanente de capacitar pessoal em telecomunicações, o que a levou a oferecer, no decorrer de 2007, 26 cursos (17 a distância e nove presenciais) sobre política, regulamentação, gestão e tecnologia de telecomunicações, concedendo 307 bolsas a participantes de 27 países da Região, o que significa um aumento de 26% aproximadamente com relação a 2006. A CITEI dispõe atualmente de 19 centros regionais de capacitação e coordena seus trabalhos com o Centro de Excelência para as Américas, da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

No âmbito das tecnologias de telecomunicações e seu funcionamento, aprovou-se um documento coordenado de normas (CSD) para a RFC 3761 da Força-Tarefa de Engenharia de Internet (IETF), “a aplicação E.164 (Numeração Eletrônica - ENUM) para Sistemas de Descoberta de Delegação Dinâmica (DDDS) de Identificadores Uniformes de Recursos (URI)”. O protocolo ENUM desenvolvido pela IETF unifica a telefonia tradicional e as redes IP de próxima geração e oferece uma estrutura crítica de correspondência e processamento de diversos endereços de rede. Há em andamento, entre outros, estudos sobre aspectos da tecnologia de comunicações por linhas elétricas (PLC) para a utilização das linhas de distribuição elétrica na transmissão de informação; novidades técnicas e questões normativas de ENUM; operação e experiências relativas à introdução de novos serviços num ambiente de convergência a fim de proporcionar as estratégias e experiências bem-sucedidas na distribuição efetiva de novos serviços; e as modalidades de fraude nos serviços de telecomunicações, estudo que incluirá ferramentas tecnológicas, normativas, jurídicas e administrativas para minimizar o respectivo impacto.

No que diz respeito a considerações de política e regulamentação, há diversos estudos em andamento, dentre os quais podemos destacar: proteção da infra-estrutura crítica de telecomunicações para o compartilhamento de estratégias, melhores práticas, experiências e políticas; aspectos de convergência a fim de proporcionar informação que facilite a consulta e promova o debate sobre esse tema; investigação sobre a maneira de melhorar o acesso à Internet na Região; e casos práticos de aplicação e uso da contabilidade normativa, ferramenta fundamental para que o órgão normativo possa verificar a eficiência na prestação do serviço, essencialmente para avaliar ou determinar a estrutura e o nível tarifário.

Cumprе salientar o início em 2007 da atualização de informações que permitirão definir recomendações de políticas e ações normativas nos países da Região, com vistas à implantação eficiente do acesso universal, do acesso de pessoas com deficiência e do acesso em zonas rurais. O objetivo é a definição de ações específicas destinadas a solucionar o hiato digital e que, por conseguinte, promovam o desenvolvimento da infra-estrutura de rede, o acesso a novos serviços e a transferência de tecnologia e conhecimento, especialmente para os países em desenvolvimento e levando em conta principalmente as necessidades de grupos vulneráveis.

Também se realizou um diálogo regional sobre o uso das telecomunicações na prevenção e na redução de desastres com a finalidade de formular recomendações sobre planos de contingência para situações antes, depois e no decorrer de desastres naturais previsíveis, e depois e no decorrer dos imprevisíveis.

Prosseguem os trabalhos de definição da situação atual do uso de frequências radioelétricas para a harmonização das radiocomunicações. Foram aprovadas em 2007 resoluções e recomendações sobre: medidas especiais para a aplicação dos princípios do Plano de Serviço Fixo por Satélite no Apêndice 30B do Regulamento de Radiocomunicações da UIT, para assegurar acesso equitativo ao recurso órbita espectro para os países da CITEЛ; requisitos gerais para o funcionamento de dispositivos de radiocomunicação de baixa potência e requisitos para a distribuição das redes radioelétricas de área local (RLAN) de 5 GHz instaladas a bordo de aeronaves. Há estudos em andamento sobre os seguintes temas: localização de interferências prejudiciais de transmissões não autorizadas a redes de satélite, atualização do Guia de Implementação da Televisão Terrestre Digital, acesso sem fio de banda larga (BWA) e desenvolvimento da radiodifusão sonora digital na Região.

Em virtude da permanente evolução das tecnologias utilizadas nas comunicações sem fio, cresceu a necessidade de instalação de antenas e elementos correlatos, especialmente em áreas densamente povoadas. Essa situação aumentou a manifesta preocupação com os possíveis efeitos das emissões não ionizantes na saúde, o que levou a que se preparasse e distribuísse um DVD com informações sobre esse tema, compiladas em vários organismos e administrações da Região e outras regiões. O DVD inclui o vídeo e o áudio de dois workshops sobre esse problema realizados no Peru e El Salvador.

Uma das atividades essenciais da CITEЛ em 2007 foi a apresentação de 468 propostas comuns consensuais na Conferência Mundial de Radiocomunicações (CMR) (Genebra, outubro-novembro de 2007). O tratado internacional denominado Regulamento de Radiocomunicações, que rege a utilização do espectro de frequências radioelétricas e das órbitas dos satélites, foi

revisado e atualizado na CMR-07 para alcançar os objetivos de conectividade global do século XXI. Constam do Regulamento de Radiocomunicações atribuições de frequências a mais de 40 serviços de radiocomunicações, que vão dos serviços de radioamadores e radiocomunicações profissionais às tecnologias sem fio móveis e às comunicações por satélite. A bem-sucedida apresentação dessas propostas possibilitou que se fortalecesse e protegesse a posição das Américas no contexto internacional.

A CITELE prepara atualmente a Assembléia Mundial de Normalização das Telecomunicações de 2008 (AMNT) da UIT. A AMNT-08 é um evento realizado a cada quatro anos para examinar matérias relacionadas com a normalização das telecomunicações.

O papel desempenhado pelas organizações regionais de telecomunicações como a CITELE na preparação de reuniões internacionais é fundamental para não duplicar esforços, assegurar a coerência na Região e obter melhores resultados. Levando em conta os excelentes resultados alcançados, mantém-se a coordenação inter-regional mediante a participação mútua nas reuniões realizadas sobre esses temas pelas organizações regionais da Europa e da Ásia-Pacífico e pela Federação Russa da Comunidade Regional na Área de Comunicações.

Considerando as necessidades da Região, as informações são permanentemente atualizadas. Em especial, devem-se destacar: o banco de dados sobre a situação normativa atual dos sistemas de satélite na Região; os projetos de conectividade; a situação dos operadores móveis na Região e a atribuição do espectro.

Também teve prosseguimento o permanente intercâmbio de experiências, melhores práticas e informações para ajudar a alcançar os objetivos de acesso às telecomunicações. Em especial, destacamos os workshops/seminários sobre: impactos das fraudes na prestação dos serviços de telecomunicações; redução do hiato de normalização; uso das bandas de frequência de 3,4 - 4,2 GHz para o serviço fixo por satélite; espectro terrestre para as telecomunicações móveis internacionais (IMT) e aspectos técnicos e normativos relativos aos efeitos das emissões eletromagnéticas não ionizantes. Prosseguiu a divulgação do boletim eletrônico mensal "info@CITELE", que até dezembro de 2007 havia publicado 329 artigos e 307 notícias dos países. Também a coordenação e a cooperação com outros organismos foram fortalecidas, mantendo-se 17 acordos de cooperação em temas de interesse comum para aumentar a eficiência das partes.

## 5.11 COMISSÃO INTERAMERICANA DE PORTOS

*A Comissão Interamericana de Portos (CIP) tem por finalidade servir de foro interamericano permanente dos Estados membros da OEA para o fortalecimento da cooperação na área do desenvolvimento do setor portuário, com a efetiva participação e colaboração do setor privado. Seus principais objetivos são fortalecer o diálogo interamericano, capacitar e prestar cooperação técnica e divulgar e promover os portos do Hemisfério.*

A Comissão Interamericana de Portos (CIP) tem por finalidade servir de foro interamericano permanente dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, para o fortalecimento da cooperação e do desenvolvimento do setor portuário, com a participação e a colaboração efetiva do setor privado.

A fim de alcançar os objetivos estabelecidos, responder aos desafios do setor portuário e dar cumprimento ao Plano de Ação da CIP 2004-2007, a Secretaria realizou em 2007 as atividades abaixo descritas, destinadas ao fortalecimento do diálogo portuário interamericano, à cooperação para o desenvolvimento portuário e à divulgação e promoção dos portos das Américas e da CIP.

### **Fortalecimento do diálogo portuário interamericano**

A CIP oferece uma instância de diálogo única entre as máximas autoridades governamentais nacionais portuárias das Américas, o que é fundamental para dar tramitação ao cumprimento dos mandatos da Assembléia Geral, da Cúpula das Américas, da Reunião de Ministros para a Iniciativa de Transporte do Hemisfério Ocidental (ITHO), do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e de foros do setor portuário no âmbito hemisférico. Para essa finalidade, a Secretaria organizou e promoveu o desenvolvimento das reuniões abaixo na área da CIP.

- Primeira Conferência Hemisférica sobre Proteção Ambiental Portuária (Cidade do Panamá, Panamá, abril de 2007), com o apoio da Autoridade Marítima do Panamá.
- Quinta Reunião da CIP (Salvador, Bahia, Brasil, setembro de 2007) com o apoio da Secretaria Especial de Portos do Brasil. Foram realizadas na ocasião reuniões dos quatro Comitês Técnicos Consultivos da CIP: Proteção Portuária, Operações Portuárias, Controle de Navegação e Proteção Ambiental Portuária.
- Nona Reunião do Comitê Executivo da CIP (Lima, Peru, dezembro de 2007) com o apoio da Autoridade Portuária Nacional do Peru, ocasião em que também foram realizadas reuniões dos Subcomitês de Política e Coordenação; Serviços de Cargas; Serviços a Embarcações; Proteção Portuária; Proteção Ambiental Portuária; Investimentos Portuários; Legislação Portuária; Planejamento e Gestão Portuária; Estatísticas, Custos e Tarifas; Desenvolvimento de Portos para Cruzeiros; Participação da Mulher nos Assuntos Portuários do Hemisfério; e Portos Fluviais e Lacustres.

## **Cooperação para o desenvolvimento portuário**

Nesse terreno foram desenvolvidos três tipos de atividade: capacitação, assistência técnica direta e cooperação regional.

### ***Capacitação***

Trata-se da principal atividade de cooperação da CIP e destina-se a incentivar, promover e desenvolver programas de capacitação que elevem os níveis do pessoal portuário para fazer frente à modernização dos portos.

A Secretaria planejou, programou e executou atividades diretamente e geriu a captação de recursos externos complementares necessários à execução das atividades abaixo.

- Seminário "O Planejamento Portuário como Impulsor do Desenvolvimento" (Montevideu, Uruguai, março de 2007).
- Seminário sobre reformas portuárias na América Latina (San Salvador, El Salvador, março de 2007).
- Seminário internacional sobre custos e tarifas portuárias (San Salvador, El Salvador, março de 2007).
- Seminário sobre estratégia hemisférica para incentivar a participação da mulher nos assuntos portuários (São Domingos, República Dominicana, junho de 2007).
- Seminário sobre o desafio portuário frente à cadeia de transporte, fatores de competitividade (Veracruz, México, julho de 2007).
- Seminário para os países do Caribe sobre estatísticas, custos e tarifas portuárias (Kingstown, São Vicente e Granadinas, agosto de 2007).
- Oitavo Curso Ibero-Americano de Tecnologia, Operações e Gestão do Meio Ambiente em Portos (Santander, Espanha, setembro/outubro de 2007).
- Décimo Segundo Curso Ibero-Americano sobre Gestão Portuária (Madri, Espanha, setembro/outubro de 2007).
- Seminário sobre zonas de atividades logísticas: o porto como plataforma logística (Lima, Peru, dezembro 2007).
- Patrocínio do mestrado em gestão portuária e transporte intermodal (Valência, Espanha, outubro de 2007 - junho de 2008).

Cumpra salientar o patrocínio de outros eventos de formação organizados por agências nacionais, hemisféricas e internacionais sobre assuntos portuários, em que a CIP também esteve presente prestando colaboração:

- Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA);
- Associação Internacional de Portos e Cidades (AIPV);
- Associação Internacional de Portos (IAPH);
- Associação Internacional de Profissionais de Portos e Costas (AIPPYC);
- Associação Peruana de Agentes Marítimos (APAM);
- Câmara de Comércio do Peru, Caribbean Shipping Association (CSA);
- Conselho Centro-Americano para o Transporte Marítimo (COCATRAM), entre outros.

### ***Assistência técnica direta -***

Atende a demandas específicas de algumas autoridades e administrações portuárias, ou de outras entidades, tanto públicas como privadas, vinculadas ao trabalho portuário. Em geral, a Secretaria atua como órgão catalisador provendo a coordenação das contribuições necessárias com outros organismos que oferecem cooperação. Vale destacar a assessoria a duas entidades da República Dominicana: a Autoridade Portuária Dominicana (APORDOM), quanto à participação estatal e do setor privado no setor portuário e normas necessárias, e a Direção-Geral de Alfândegas, na preparação, gestão e execução do projeto OEA sobre comércio, alfândegas e portos.

### ***Cooperação regional***

Nessa área continuou-se a promover o Acordo de Cooperação e Assistência Mútua entre as Autoridades Portuárias Interamericanas, que até esta data teve a concordância de 19 países membros (Antígua e Barbuda, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru, Suriname, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai), e foi ratificado por quatro desses países (Argentina, Equador, México e Peru).

Também foram assinados memorandos de entendimento sobre cooperação entre a Secretaria-Geral da OEA, por intermédio da CIP, e cada uma das seguintes entidades: Autoridade Portuária Nacional (APN) do Peru, Associação Internacional de Profissionais de Portos e Costas (AIPPYC) e Instituto Ibero-Americano sobre Direito Marítimo (IIDM). Além disso, foram iniciadas gestões para o estabelecimento de acordos similares com o Porto Le Havre, da França, a Associação Marítima do Caribe (CSA) e a Associação de Gestão Portuária (PMA) do Caribe.

### **Divulgação e promoção dos portos das Américas e da CIP**

A Secretaria divulgou e promoveu informações sobre os principais portos comerciais dos países membros e as atividades da CIP mediante os instrumentos abaixo.

- *Portal da CIP* ([www.oas.org/cip](http://www.oas.org/cip)), que reúne informações sobre esses portos, suas autoridades e seus projetos de desenvolvimento, bem como sobre o conjunto de projetos e atividades que a CIP realiza.
- *Revista CIP*, publicação com distribuição global em dois idiomas, espanhol e inglês, com três números que divulgam e promovem as atividades da Comissão e publicam ensaios escritos por autoridades portuárias e peritos em temas especializados.
- *Boletim Informativo da CIP*, documento eletrônico de distribuição global, com informação de curto e médio prazo sobre as principais atividades realizadas pelos portos e pela CIP, também dispõe de informações de atividades de outras entidades regionais com as quais foram criadas linhas de cooperação.
- *Consultas*, atendimento de pedidos de informação via eletrônica ([cip@oas.org](mailto:cip@oas.org)) sobre os portos do Hemisfério e as atividades da Comissão.
- *Documentos, estudos, relatórios* e outros materiais técnicos especializados, preparados a fim de atender a trabalhos específicos sobre portos do Hemisfério e temas relevantes do setor portuário.

## **VI. OBSERVADORES PERMANENTES**



## OBSERVADORES PERMANENTES

*A condição de Observador Permanente junto à Organização dos Estados Americanos foi estabelecida no Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em São José, Costa Rica, em 1971 (AG/RES.50 (I-O/71)). Os Observadores Permanentes participam das atividades da Organização e contribuem para os seus programas.*

### Observadores Permanentes

O Departamento de Relações Exteriores (DRE) é responsável pela condução diária das atividades relacionadas com os países Observadores Permanentes. Mediante reuniões informativas, intercâmbio de documentos e informações e eventos especiais, o DRE promove a efetiva participação e colaboração desses países nas tarefas da Secretaria-Geral.

Há atualmente 60 Observadores Permanentes: Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Catar, Cazaquistão, China, Chipre, Coréia, Croácia, Dinamarca, Egito, Espanha, Eslovênia, Eslováquia, Estônia, Federação Russa, Filipinas, Finlândia, França, Gana, Geórgia, Grécia, Guiné Equatorial, Holanda, Hungria, Yêmen, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letônia, Líbano, Luxemburgo, Marrocos, Nigéria, Noruega, Paquistão, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia, Santa Sé, Sérvia e Montenegro, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Tunísia, Turquia, Ucrânia e União Européia.

A Organização recebeu dos países Observadores Permanentes em 2007 significativas contribuições em dinheiro e em espécie, num total aproximado de US\$21 milhões, dos quais parte considerável foi negociada pelo DRE juntamente com as unidades técnicas da Organização. O DRE também organizou diversas cerimônias de doação com representantes dos países Observadores Permanentes para agradecer as contribuições aos diferentes programas. As áreas que mais se beneficiaram das contribuições em dinheiro em 2007 foram a Subsecretaria de Assuntos Políticos (54%), a Subsecretaria de Segurança Multidimensional (19%) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (15%). A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral e outras dependências da Secretaria-Geral também receberam contribuições, mas em montantes menores. Cumpre salientar que a maior parte das contribuições recebidas pela Subsecretaria de Segurança Multidimensional foi destinada aos programas de remoção de minas na Região.

No período a que se refere este relatório, o Departamento coordenou visitas do Secretário-Geral a alguns dos principais Observadores Permanentes doadores, quando se reuniu com as mais altas autoridades de governo. Dentre essas visitas destacam-se as realizadas à Espanha, Itália e Alemanha.

O DRE também visitou as chancelarias dos países doadores para discutir cooperação e intercâmbios de informações sobre assuntos de interesse comum. Dentre essas visitas destacam-

se as realizadas à Holanda, França, Suíça, Suécia e Dinamarca. Foram mantidas reuniões com os chefes das seções encarregadas da América Latina e do Caribe nas chancelarias bem como com os chefes ou encarregados de cooperação com a América Latina das agências de cooperação internacional. Foram elaborados e enviados ao Secretário-Geral relatórios minuciosos dessas viagens.

A sede da OEA recebeu várias visitas de alto nível, entre as quais ministros, diretores para as Américas das chancelarias e autoridades dos Ministérios de Cooperação e Desenvolvimento bem como outros representantes dos governos dos países Observadores Permanentes.

Os resultados positivos dos intercâmbios mantidos refletiram-se num grande aumento do nível das contribuições da Holanda, Dinamarca e Suíça, que experimentaram uma elevação de mais de 80% com relação ao ano anterior. Também o nível de contribuições dos Observadores Permanentes em 2007 continuou a aumentar, com uma elevação 6% em comparação com 2006.

**VII. ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL E DO SECRETÁRIO-GERAL  
ADJUNTO FORA DA SEDE**

## ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL FORA DA SEDE

### Janeiro

Manágua, Nicarágua, 10	Transmissão do cargo presidencial na Nicarágua.
Santiago, Chile, 11-13	Convidado à abertura do Fórum OEA-Proyctamérica.
Quito, Equador, 15	Transmissão do cargo presidencial no Equador.
Puerto Vallarta, México, 16-20	Seminário Internacional América Latina organizado pelo Grupo Mayan, pelo Instituto Tecnológico Autônomo do México e pelo WWICS.
Davos, Suíça, 24-27	Convidado como debatedor e moderador no Fórum Econômico Mundial, “THE WEF”.

### Fevereiro

Jamaica, 6-7	Reunião com a Primeira-Ministra, Portia Simpson Millar. Conferência proferida na Universidade das Índias Ocidentais: “A importância da OEA no Hemisfério”.
Lima, Peru, 12-13	Reunião dos países latino-americanos que fazem parte da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (2x9).
Cidade do México, México, 14	Cerimônia Comemorativa do Quadragésimo Aniversário da Adoção e Abertura a Assinatura do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco).
Cidade do Panamá, Panamá, 28	Reunião da Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência. Sétimo Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE).

### Março

Georgetown, Guiana, 1-4	Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio. Reunião Técnica sobre a Cooperação OEA-CARICOM.
Nova York, EUA, 5	Reunião com o Secretário-Geral das Nações Unidas, na sede central.
São Domingos, República Dominicana, 15-17	Cúpula Regional sobre Drogas, Segurança e Cooperação.
Cidade da Guatemala, Guatemala, 18-20	Convidado especial à Reunião Anual de Acionistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

## **Abril**

Raleigh, Carolina do Norte, 10

Convidado como conferencista principal sobre o tema “Os desafios das Américas e o papel da OEA”, no Centro para a América Latina e o Caribe da Universidade de Duke.

Assunção, Paraguai, 11-12

Visita Oficial. Entrevistas com o Ministro das Relações Exteriores, o Presidente da Suprema Corte de Justiça e o Presidente Nicanor Duarte.

Puerto Vallarta, México, 16-17

Seminário Internacional América Latina organizado pelo Grupo Mayan, pelo Instituto Tecnológico Autônomo do México e pelo WWICS.

Miami, Flórida, EUA, 18-19

Convidado Especial à Segunda Conferência Anual da América Latina organizada pela Universidade de Miami.

Santiago, Chile, 23-26

Segundo Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina.

Roma, Itália, 28-29

Seminário sobre Mudança Climática e Desenvolvimento, organizado pelo Pontifício Conselho de Justiça e Paz do Vaticano.

## **Mai**

Tampa, Flórida, EUA, 4-5

Recebimento do título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade do Sul da Flórida.

Roma, Itália, 12-15

IILA, conferência “Os Desafios para a Consolidação da Democracia na América Latina e no Caribe”. Reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Massimo D’Alema.

Berlim, Alemanha, 16

Reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Franza-Walter Steinmeier.

Madri, Espanha, 17-18

“Diálogos sobre a influência dos organismos políticos regionais na governabilidade e na segurança jurídica da Ibero-América”  
Seminário Diálogo Interamericano e a SEGIB.

## **Junho**

Cidade do Panamá, Panamá 3-5

Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA.

Montevideu, Uruguai, 13

Segundo Encontro de Porta-Vozes de Governo dos Estados membros da OEA.

Montreal, Canadá, 20-21

Fórum Econômico Internacional das Américas - Conferência de Montreal (conferencista).

## **Julho**

Bridgetown, Barbados, 2

Vigésimo Oitavo Encontro da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe.

Brasília, Brasil, 12

Visita - Reunião oficial com o Ministro das Relações

Buenos Aires, Argentina, 16-18	Exteriores, Celso Amorim, e assessores de relações exteriores e da Presidência da República.
Cidade da Guatemala, Guatemala, 24-26	Convidado como expositor principal do Terceiro Congresso Anual das Américas do Fórum Empresa. Reunião de Ministros da Agricultura organizada pelo IICA.
<b>Agosto</b>	
Quito, Equador 31 julho-2 agosto	Visita oficial e seminário sobre a Assembléia Constituinte.
Rio de Janeiro, Brasil, 3-4	Curso de Direito Internacional da Comissão Jurídica Interamericana.
<b>Setembro</b>	
Cidade do Panamá, Panamá, 2-3	Ato Comemorativo do Trigésimo Aniversário da Assinatura dos Tratados Torrijos-Carter.
Port-au-Prince, Haiti, 4	Convidado à Reunião de Ministros da Defesa.
Montreal, Canadá, 7-8	Conferencista no “Painel de Assuntos Exteriores sobre a América Latina” no Centro de Desenvolvimento de Áreas de Estudo da Universidade McGill.
Port-of-Spain, Trinidad e Tobago, 11-12	Décima Quinta Reunião de Ministros do Trabalho.
Lima, Peru, 19-20	Seminário Regional sobre Políticas Macroeconômicas e Pobreza. CEPAL - Fundo Monetário Internacional.
Monterrey, México 21-22	Fórum Universal das Culturas, Monterrey 2007
Nova York, EUA, 25-26	Assembléia Geral das Nações Unidas.
<b>Outubro</b>	
Manágua, Nicarágua, 3	Encontro de Cortes Internacionais e Regionais de Justiça do Mundo.
San Salvador, El Salvador, 4	Reunião com o Ministro das Relações Exteriores, Francisco Laínez.
San José, Costa Rica, 5-8	Visita a Missão Eleitoral.
Roma, Itália, 15-18	Convidado especial à Reunião Anual do IILA (Instituto Ítalo-Latino Americano).
Dominica, 24-26	Visita oficial e de trabalho ao Primeiro-Ministro Roosevelt Skerrett e ao Ministro das Relações Exteriores.
São Vicente, 26-27	Visita oficial e de trabalho ao Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves e ao Ministro das Relações Exteriores.
Los Angeles, Califórnia, 31	Reunião do Conselho de Política Internacional do Pacífico, Geoffrey Garrett.

**Novembro**

San Diego, Califórnia, EUA, 1

San Antonio, Texas, EUA, 2  
Santiago, Chile. 7-11

Madri, 17-21

**Dezembro**

Buenos Aires, 10-12

Bogotá, 14  
Medellín, 15

Conferência proferida na Universidade da Califórnia em San Diego e entrevista com o Presidente do Instituto das Américas, Jeffrey Davidow.

Recepção do World Affairs Council.

Convidado Especial à Décima Sétima Cúpula Ibero-Americana de Presidentes de Santiago.

Reunião do Clube de Madri.

Posse da Presidenta da Argentina, Cristina Fernández.

Visita ao Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe.

Convidado especial à reunião do Círculo de Montevideú.

## ATIVIDADES DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO FORA DA SEDE

### **Janeiro**

Port-au-Prince, 1

Análise operacional dos Escritórios da SG/OEA nos Estados membros.

### **Fevereiro**

Atlanta, Geórgia, 2

Reunião sobre o papel do setor privado no melhoramento dos resultados educacionais no Haiti. "Fórum Mundial Soria 21 sobre a população e o desenvolvimento sustentável". Reuniões em Madri.

Soria, Espanha, 11-15

Visita oficial ao Suriname.

Paramaribo, Suriname, 25-3 março

### **Março**

Nova York, 5

Reuniões com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki Moon.

São Domingos, República Dominicana, 16

Cúpula Regional sobre Drogas, Segurança e Cooperação.

Port-au-Prince, Haiti, 18-19

Missão técnica ao Haiti.

Kingston, Jamaica, 20

Conferência Criminalidade Organizada: uma ameaça para o Caribe.

Nova York, 26

Lançamento do *Democratic Handbook*.

Guiana, 31- 4 abril

Visita à Guiana - Reunião com o Presidente e a comunidade internacional.

### **Abril**

Panamá, 11-12

Visita ao país antes da Assembléia Geral.

Cartagena, Colômbia, 12-14

Fórum Econômico das Américas 2007, "O espírito de Cartagena".

Budapeste, Hungria, 23-24

Conferência das Nações Unidas - Transições democráticas - ICDDT e UNDEF

Transições democráticas: lições aprendidas para a assistência à democracia.

San Pedro Sula, Honduras, 27 - 28

Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento - Reunião Semestral do Conselho Curador.

### **Mai**

Cidade de Belize, Belize, 10-12

Décima Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias (COFCOR) - Comunidade do Caribe (CARICOM) - Cúpula do Sistema de Integração Centro- Americana (SICA).

### **Junho**

Cidade do Panamá, Panamá, 3-5

Assembléia Geral da OEA.

Bridgetown, Barbados, 30

Vigésima Oitava Reunião da Conferência dos Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM).



**Julho**

Bridgetown, Barbados, 18  
Cartagena e Bogotá, Colômbia, 25

Fórum de Idéias Canadá-Caribe.  
Reunião do IIN e visita oficial.

**Agosto**

Georgetown, Guiana, 5  
  
Kingston, Jamaica, 15-17  
Kingston, Jamaica, 30-4 setembro

Seminário de Alto Nível IICA/OEA/BID sobre  
Agroenergia.  
Visita à Missão de Observação Pré-Eleitoral.  
Visita à Missão de Observação Eleitoral.

**Setembro**

Castries, Santa Lúcia, 17-18

Funeral oficial do Primeiro-Ministro de Santa Lúcia,  
Sir John George Melvin Compton.

**Outubro**

Houston, Texas, 5  
  
Medellín, Colômbia, 15-17  
Buenos Aires, 25-28

Reunião do *Americas Project Fellows* - Criação de  
Oportunidades e Gestão de Desafios nas Américas.  
Visita a Medellín antes da Assembléia Geral.  
Mecanismo de Cooperação 2x9 no Haiti.

**Novembro**

Cartagena das Índias, Colômbia, 14-16  
  
Bruxelas, Bélgica, 22

Reunião de Ministros da Educação - Lições  
aprendidas e compromissos com a educação da  
primeira infância.  
Quarto Workshop - Prevenção de Conflitos -  
Construção de um Papel de Liderança para a União  
Europeia “Cooperação com Organizações Regionais”

**Dezembro**

Miami, Flórida, 3-5

Trigésima Primeira Conferência sobre o Caribe.

## **VII. ANEXOS**



## **ANEXO A: CONSELHOS, COMISSÕES E COMITÊS INTERAMERICANOS**

### **CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CIDI)**

Presidente da Décima Segunda Reunião Ordinária: Representante Permanente de São Vicente e Granadinas, Embaixador Ellsworth I. A. John

Vice-Presidente da Décima Segunda Reunião Ordinária: Representante Suplente do Chile, Patricio Powell

### **COMISSÃO EXECUTIVA PERMANENTE DO CONSELHO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL (CEPCIDI)**

Presidente:

Vice-Presidente:

### **COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA**

Jean-Paul Hubert – Presidente (Canadá)

Jaime Aparicio - Vice-Presidente (Bolívia)

Ricardo Seitenfus - Brasil

Eduardo Vio - Chile

Galo Leoro - Equador

Ana Elizabeth Villalta - El Salvador

Antonio Pérez - Estados Unidos

Hyacinth Evadne Lindsay - Jamaica

Jorge Palacios - México

Mauricio Herdocia - Nicarágua

Freddy Castillo - Venezuela

### **CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

Sergio García Ramírez - Presidente (México)

Cecilia Medina Quiroga - Vice-Presidente (Chile)

Manuel E. Ventura Robles - Costa Rica

Diego García Sayán - Peru

Leonardo A. Franco - Argentina

Margarette May Macaulay - Jamaica

Rhadys Abreu Blondet - República Dominicana

### **COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

Florentin Meléndez - Presidente

Paolo Carozza - Primeiro Vice-Presidente

Víctor Abramovich - Segundo Vice-Presidente

Clare K. Roberts - Comissário  
Evelio Fernández Arévalos - Comissário  
Paulo Sérgio Pinheiro - Comissário  
Freddy Gutiérrez – Comissário

### **TRIBUNAL ADMINISTRATIVO**

Juíza Alma Montenegro de Fletcher - Presidente (Panamá)  
Juiz Lionel Alain Dupuis – Vice-Presidente (Canadá)  
Juiz Albert Matthew - Dominica  
Juiz André Surena - Estados Unidos  
Juiz Héctor Enrique Arce Zaconeta - Bolívia  
Juiz Homero Máximo Bibiloni - Argentina

### **COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES**

Jacqui Quinn Leandro - Presidente (Antígua e Barbuda)  
Marta Lucia Vazquez Zawadzky - Vice-Presidente (Colômbia)  
Nilcéa Freire - Brasil  
Maria Gabriela Núñez Pérez - Guatemala  
Marie Laurence Jocelyn Lassegue - Haiti  
Susana Isabel Pinilla Cisneros - Peru  
Carmen Berramendi - Uruguai

### **COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES**

Pedro Pablo Quirós Cortés - Presidente da COM/CITEL (Costa Rica)  
Claudio Bermúdez Aquart - Presidente Suplente da COM/CITEL (Costa Rica)  
Eurídice Palma Sales – Vice-Presidente da COM/CITEL (México)  
Carlos Lisandro Salas - Presidente da CCP.I (Argentina)  
Sergio Scarabino - Presidente Suplente da CCP.I (Argentina)  
Socorro Hernández - Presidente da CCP.II (Venezuela)  
Mikhail Marsiglia - Presidente Suplente da CCP.II (Venezuela)

### **COMISSÃO INTERAMERICANA PARA O CONTROLE DO ABUSO DE DROGAS**

Embaixador Mauricio Dorfler Ocampo - Presidente (Bolívia)  
General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa – Vice-Presidente (Brasil)

## ANEXO B: CONFERÊNCIAS E REUNIÕES

(No período de 1º de março de 2007 a 29 de fevereiro de 2008)

5 março	Washington, D.C.	Grupo de Trabalho da Secretaria Permanente da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
14-16 março	Montevideú, Uruguai	Fórum "O Planejamento Portuário como Impulsor do Desenvolvimento" (CIP)
20-23 março	Buenos Aires, Argentina	Décima Reunião da Comissão de Consulta Permanente I: Normalização das Telecomunicações (CITEL)
20-23 março	San Salvador, El Salvador	Seminário Internacional sobre Custos e Tarifas Portuárias (CIP)
21-23 março	Washington, D.C.	Workshop sobre Sistema de Estrutura Lógica para Formulação de Projetos (DPCE)
21-23 março	Cidade do México, México	Workshop América Central: Combate ao Tráfico Ilícito e ao Saque de Bens Culturais (DEC)
26-27 março	Montreal, Québec, Canadá	Reunião Extraordinária do Grupo de Trabalho sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação da OEA/REMJA (DAJI)
29 março	Washington, D.C.	Quadragésima Quinta Reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) – (SC)
10-13 abril	Cidade do Panamá, Panamá	Primeira Conferência Hemisférica Portuária sobre Proteção Ambiental Portuária (CIP)
12-14 abril	Brasília, Brasil	Reunião Regional de Consulta com a Sociedade Civil sobre os Determinantes Sociais da Saúde
16 abril	San Salvador, El Salvador	Workshop sobre os aspectos técnicos e normativos relativos aos efeitos das emissões eletromagnéticas não ionizantes (CITEL)
16 abril	San Salvador, El Salvador	Seminário sobre Espectro Terrestre para as IMT (CITEL)
16 abril	Washington, D.C.	Reunião de Consulta da Conferência de Estados Partes no MESECVI (CIM)
16-17 abril	Washington, D.C.	Reunião dos países do Caribe participantes do programa-ponte (DDSE)
17-20 abril	San Salvador, El Salvador	Nona Reunião da Comissão de Consulta Permanente II: Radiocomunicações e

		Radiodifusão (CITEL)
19-20 abril	Washington, D.C.	Primeira Sessão Ordinária do Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM)
23-24 abril	Cidade do Panamá, Panamá	Fórum das Américas OEA-FICV sobre leis, normas e princípios relativos à resposta internacional em casos de desastre (DDS)
23-27 abril	La Paz, Bolívia	Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Décima Reunião de Negociações para a Busca de Consensos)
30 abril-1º maio	Washington, D.C.	Reunião do Grupo de Peritos sobre o Controle da Lavagem de Dinheiro (CICAD)
2-4 maio	Washington, D.C.	Quadragesimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)
9-11 maio	San José, Costa Rica	Segunda Reunião dos Grupos de Trabalho no âmbito da Décima Quarta CIMT (DDSE)
11 maio	San José, Costa Rica	Primeira Reunião Preparatória da Décima Quinta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) - (DDSE)
21-22 maio	Montrouis, Haiti	Fórum de Comércio e Investimento (SEDI)
3-5 junho	Cidade do Panamá, Panamá	Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral (OCR)
19-22 junho	Boca Chica, São Domingos, República Dominicana	Seminário sobre Estratégia Hemisférica para Incentivar a Participação da Mulher nos Assuntos Portuários (CIP)
20-22 junho	Washington, D.C.	Reunião dos Subgrupos de Análise da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) – (DAJI)
25-30 junho	Washington, D.C.	Décima Primeira Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC) – (DAJI)
26-28 junho	Kingston, Jamaica	Workshop do lançamento do programa-ponte no Caribe (DDSE)
9-27 julho	Washington, D.C.	Centésimo Vigésimo Oitavo Período Ordinário de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

10 julho	Port-of-Spain, Trinidad e Tobago	Workshop sobre a Dimensão Trabalhista dos TLC e os Processos de Integração Regional (DDSE)
11-13 julho	Port-of-Spain, Trinidad e Tobago	Segunda Reunião Preparatória da Décima Quinta CINT e Workshop da RIAL
18-20 julho	Buenos Aires, Argentina	Terceira Reunião da CEVI - Avaliação Multilateral (CIM)
26-27 julho	Cidade do México, D.F., México	Primeira Reunião do Grupo Técnico sobre Criminalidade Organizada Transnacional
31 julho - 3 agosto	Orlando, Flórida	Décima Reunião da Comissão de Consulta Permanente II: Radiocomunicações e Radiodifusão (CITEL)
20 agosto	Washington, D.C.	Impacto da (In) Segurança na Governabilidade Democrática (DPCME)
15-17 agosto	Belize	Décima Quarta Conferência da Rede Social (DDSE)
22-23 agosto	San José, Costa Rica	Décima Segunda Reunião da Comissão de Coordenação da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)
27-28 agosto	Washington, D.C.	Reunião Preparatória da Quinta Reunião de Ministros da Educação (DEC)
27-31 agosto	Kingstown, São Vicente e Granadinas	Seminário para os países do Caribe sobre estatísticas, custos e tarifas portuárias (CIP)
4-6 setembro	Washington, D.C.	Reunião Técnica de Negociações entre Belize, Guatemala e Honduras (DPCME)
11-13 setembro	Port-of-Spain, Trinidad e Tobago	Décima Quinta Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (DEC)
11-14 setembro	Salvador, Bahia, Brasil	Quinta Reunião da Comissão Interamericana de Portos (CIP)
12-14 setembro	Bogotá, Colômbia	Terceira Reunião de Autoridades Centrais e Outros Peritos em Assistência Mútua em Matéria Penal e Extradicação (DAJI/OCJ)
18 setembro	Washington, D.C.	Pequenos Estados Insulares em Transição: Da Vulnerabilidade à Resistência (DDS)
20-21 setembro	Washington, D.C.	Quinta Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Ciência e Tecnologia (COMCYT) – (SEDI)



## ANEXO C: TRATADOS E CONVENÇÕES INTERAMERICANAS

Em 18 de dezembro de 2007, El Salvador depositou o instrumento de adesão à Convenção Interamericana para o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior.

Em 18 de dezembro de 2007, El Salvador designou a Direção-Geral de Centros Penais do Ministério de Segurança Pública e Justiça como autoridade central para a Convenção Interamericana para o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior.

Em 3 de dezembro de 2007, El Salvador designou o Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Direção-Geral de Assuntos Jurídicos e Direitos Humanos, como autoridade central para os efeitos do artigo XVIII da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Em 12 de novembro de 2007, o Brasil depositou o instrumento de ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em 12 de novembro de 2007, o Brasil depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em 22 de outubro de 2007, o Canadá notificou a retirada da declaração feita no momento da ratificação da Convenção Interamericana para o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior.

Em 20 de agosto de 2007, o México depositou o instrumento de adesão ao Protocolo da Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativo à abolição da pena de morte.

Em 20 de julho de 2007, a Argentina designou a Direção de Assistência Judicial Internacional da Direção-Geral de Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto como autoridade central de acordo com o artigo XVIII da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Em 20 de julho de 2007, a Argentina designou a Direção de Assistência Judicial Internacional da Direção-Geral de Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto como autoridade central de acordo com o artigo 3 da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal.

Em 19 de junho de 2007, a Nicarágua designou a Procuradoria-Geral da República para fins de assistência e cooperação internacional com fundamento no artigo XVIII da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Em 5 de junho de 2007, a Guiana depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Em 20 de abril de 2007, o Haiti depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos.

Em 5 de fevereiro de 2007, a República Dominicana depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Em 30 de janeiro de 2007, o Uruguai depositou o instrumento de ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

Em 26 de janeiro de 2007, o Brasil designou o Ministério da Justiça como autoridade central para o Protocolo Adicional à Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias.

Em 26 de janeiro de 2007, o Brasil designou o Ministério da Justiça como autoridade central para a Convenção Interamericana sobre Prova e Informação acerca do Direito Estrangeiro.

Em 26 de janeiro de 2007, o Brasil designou o Ministério da Justiça como autoridade central para a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores.

Em 26 de janeiro de 2007, o Brasil designou o Ministério da Justiça como autoridade central para a Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar.

## ANEXO D: RECURSOS HUMANOS

Os quadros a seguir apresentam informação sobre o pessoal da Secretaria-Geral de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007. Os funcionários são classificados segundo o tipo de nomeação e o fundo que os financia; a categoria e a nacionalidade; o tempo de serviço; o nível do cargo que ocupam; o sexo; o lugar de serviço; e conforme pertençam ou não ao serviço de carreira.

### QUADRO 1

#### DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO E FUNDO 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Inclui todas as fontes de financiamento)

	Serviço de carreira	Contrato contínuo	Longo prazo	Curto prazo	Outro tipo de nomeação	Total
Fundo Ordinário <sup>a/</sup>	122 <sup>a/</sup>	91 <sup>b/</sup>	179 <sup>c/</sup>	138	0	530
Outros	2	2	44	95	51	194
<b>TOTAL</b>	124	93	223	233	51*	724

*a/ Inclui duas pessoas em cargos de confiança, membros do serviço de carreira.*

*b/ Inclui uma pessoa em cargo de confiança.*

*c/ Inclui 52 pessoas em cargo de confiança.*

*\* Inclui associados, pessoal de apoio temporário, profissionais locais e observadores especiais.*

### QUADRO 2

#### VARIAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR FUNDO 31 DE DEZEMBRO DE 2006 A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Inclui todas as fontes de financiamento)

	Dezembro 2006	Dezembro 2007	Variação	
			Número	%
Fundo Ordinário	509	529	20	3.9
Outros	162	195	33	20.4
<b>TOTAL</b>	671*	724*	53	7.9

*\* Inclui associados, pessoal de apoio temporário, profissionais locais e observadores especiais.*

### QUADRO 3

#### VARIAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR TIPO DE NOMEAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2006 A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Inclui todas as fontes de financiamento)

Tipo de nomeação	Dezembro 2006	Dezembro 2007	Variação	
			Número	%
Serviço de carreira	139	122	-17	-12.2
Serviço de carreira em cargos de confiança	3	2	- 1	-33.3
Contrato contínuo	41	91	50	122
Pessoal de confiança não pertencente ao serviço de carreira	55	55	0	0
Longo prazo	205	170	-35	-17.1
Curto prazo	185	233	48	26.9
Outro tipo de nomeação*	43	51	8	18.6
<b>TOTAL</b>	<b>671</b>	<b>724</b>	<b>53</b>	<b>7.9</b>

\* Inclui associados, pessoal de apoio temporário, profissionais locais e observadores locais.

**QUADRO 4**

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE  
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

Países	31 de dezembro de 2006			31 de dezembro de 2007		
	Profissionais	Serviços gerais	Total	Profissionais	Serviços gerais	Total
Antígua e Barbuda	2	2	4	2	2	4
Argentina	37	9	46	44	7	51
Bahamas	0	2	2	0	2	2
Barbados	4	3	7	4	3	7
Belize	0	1	1	0	1	1
Bolívia	14	10	24	15	10	25
Brasil	15	6	21	21	6	27
Canadá	17	0	17	13	0	13
Chile	23	12	35	26	14	40
Colômbia	38	18	56	51	19	70
Costa Rica	3	4	7	4	3	7
Cuba	-	-	-	-	-	-
Dominica	1	2	3	2	2	4
El Salvador	4	14	18	5	15	20
Equador	8	11	19	10	9	19
Estados Unidos	94	49	143	93	51	144
Grenada	3	2	5	3	3	6
Guatemala	8	9	17	6	9	15
Guiana	2	1	3	3	1	4
Haiti	3	3	6	3	3	6
Honduras	2	2	4	2	3	5
Jamaica	4	3	7	4	2	6
México	16	5	21	21	6	27
Nicarágua	5	7	12	6	6	12
Panamá	6	1	7	6	2	8
Paraguai	6	1	7	7	2	9
Peru	28	28	56	29	31	60
República Dominicana	3	5	8	3	5	8
Saint Kitts e Nevis	3	2	5	3	2	5
Santa Lúcia	3	2	5	6	3	9
São Vicente e Granadinas	4	3	7	4	3	7
Suriname	4	2	6	4	2	6
Trinidad e Tobago	12	5	17	11	5	16
Uruguai	22	11	33	23	12	35
Venezuela	24	8	32	26	6	32

Países não- membros da OEA	10	0	10	13	1	14
<b>TOTAL</b>	428	373	671*	473	251	724

\* *Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais*

## QUADRO 5

### DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL POR ANOS DE SERVIÇO 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Inclui todas as fontes de financiamento)

Anos de serviço	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total do pessoal	Percentage m de pessoal do serviço de carreira
Menos de 3	0	297	297	0
3 até menos de 5	0	43	43	0
5 até menos de 10	0	137	137	0
10 até menos de 15	0	94	94	0
15 até menos de 25	56	29	85	66
25 e mais	66	2	68	97
<b>TOTAL</b>	122	602	724	17

\* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

**QUADRO 6**

**DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL  
POR NACIONALIDADE  
1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

**(Pessoal do serviço de carreira versus pessoal não pertencente ao serviço de carreira)  
(Inclui todas as fontes de financiamento)**

<b>País</b>	<b>Pessoal do serviço de carreira</b>	<b>Pessoal não pertencente ao serviço de carreira</b>	<b>Total do pessoal</b>	<b>Porcentagem do pessoal do serviço de carreira</b>
Antígua e Barbuda	0	4	4	0
Argentina	5	46	51	10
Bahamas	0	2	2	0
Barbados	2	5	7	29
Belize	0	1	1	0
Bolívia	8	17	25	32
Brasil	4	23	27	15
Canadá	0	13	13	0
Chile	5	35	40	13
Colômbia	5	65	70	7
Costa Rica	0	7	7	0
Dominica	0	4	4	0
El Salvador	7	13	20	35
Equador	6	13	19	32
Estados Unidos	32	112	144	22
Grenada	0	6	6	0
Guatemala	5	10	15	33
Guiana	0	4	4	0
Haiti	1	5	6	17
Honduras	1	4	5	20
Jamaica	2	4	6	33
México	3	24	27	11
Nicarágua	2	10	12	17
Panamá	3	5	8	38
Paraguai	1	8	9	11
Peru	12	48	60	20
República Dominicana	2	6	8	25
Saint Kitts e Nevis	1	4	5	20
Santa Lúcia	1	8	9	11
São Vicente e Granadinas	1	6	7	14
Suriname	1	5	6	17
Trinidad e Tobago	1	15	16	6



Uruguai	10	25	35	29
Venezuela	1	31	32	3
Países não-membros da OEA	0	14	14	0
<b>TOTAL</b>	122	602	724*	17

*\* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.*

**QUADRO 7****DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL  
POR NÍVEL****1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007****(Inclui todas as fontes de financiamento)**

<b>Nível do funcionário</b>	<b>Pessoal do serviço de carreira</b>	<b>Pessoal não pertencente ao serviço de carreira</b>	<b>Total do pessoal</b>	<b>Percentage m do pessoal do serviço de carreira</b>
Cargos não classificados*	0	2	2	0
D-1	0	8	8	0
D-2	0	6	6	0
P-5	23	57	80	29
P-4	11	70	81	14
P-3	16	85	101	16
P-2	14	83	97	14
P-1	1	75	76	1
G-7	2	5	7	29
G-6	28	61	89	31
G-5	14	56	70	20
G-4	7	40	47	15
G-3	5	26	31	16
G-2	1	3	4	25
G-1	0	2	2	0
<i>Outros cargos**</i>	0	23	23	0
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>	<b>602</b>	<b>724</b>	<b>17</b>

\**Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto.*

\*\* *Associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.*

## QUADRO 8

### DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL (HOMENS-MULHERES) 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Inclui todas as fontes de financiamento)

Sexo	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total do pessoal	Porcentagem do pessoal do serviço de carreira
Mulheres	70	335	405	17
Homens	52	267	319	16
<b>TOTAL</b>	122	602	724*	17

\* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

## QUADRO 9

### COMPOSIÇÃO DO PESSOAL DA SECRETARIA-GERAL POR LUGAR DE DESTINO 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Inclui todas as fontes de financiamento)

Lugar de destino	Pessoal do serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total do pessoal	Porcentagem do pessoal do serviço de carreira
Sede	30	101	131	23
Fora da sede	92	501	593	16
<b>TOTAL</b>	122	602	724*	17

\* Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.

## QUADRO 10

### DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL POR CATEGORIA E NACIONALIDADE (Inclui todas as fontes de financiamento)

País	Dezembro 2006			Dezembro 2007		
	Serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total	Serviço de carreira	Pessoal não pertencente ao serviço de carreira	Total
Antígua e Barbuda	0	4	4	0	4	4
Argentina	6	40	46	5	46	51
Bahamas	0	2	2	0	2	2
Barbados	2	5	7	2	5	7
Belize	0	1	1	0	1	1
Bolívia	8	16	24	8	17	25
Brasil	5	16	21	4	23	27
Canadá	0	17	17	0	13	13
Chile	5	30	35	5	35	40
Colômbia	6	50	56	5	65	70
Costa Rica	1	6	7	0	7	7
Dominica	0	3	3	0	4	4
El Salvador	7	11	18	7	13	20
Equador	8	11	19	6	13	19
Estados Unidos	38	105	143	32	112	144
Grenada	0	5	5	0	6	6
Guatemala	6	11	17	5	10	15
Guiana	0	3	3	0	4	4
Haiti	1	5	6	1	5	6
Honduras	1	3	4	1	4	5
Jamaica	3	4	7	2	4	6
México	5	16	21	3	24	27
Nicarágua	3	9	12	2	10	12
Panamá	3	4	7	3	5	8
Paraguai	1	6	7	1	8	9
Peru	14	42	56	12	48	60
República Dominicana	2	6	8	2	6	8
Saint Kitts e Nevis	1	4	5	1	4	5
Santa Lúcia	1	4	5	1	8	9
São Vicente e Granadinas	1	6	7	1	6	7
Suriname	1	5	6	1	5	6
Trinidad e Tobago	1	16	17	1	15	16
Uruguai	11	22	33	10	25	35
Venezuela	1	31	32	1	31	32
Países não-membros da OEA	0	10	10	0	14	14
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>	<b>529</b>	<b>671*</b>	<b>122</b>	<b>602</b>	<b>724*</b>

Categoria	Dezembro 2006	Dezembro 2007	Variação	
			Absoluta	
Profissionais	373	473	100	27
Serviços gerais	232	251	19	8
<b>TOTAL</b>	605	724*	119	20

\* *Inclui associados, pessoal de apoio, profissionais locais e observadores especiais.*

## ANEXO E: DEMONSTRATIVO COMBINADO DE ATIVOS, PASSIVOS E SALDOS DE FUNDOS

### DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA OEA

#### QUADRO 1

#### Demonstrativo combinado de ativos, passivos e saldos de fundos

Em 31 de dezembro de 2007, com totais comparativos para 2006

(em milhares)

	Fundo Ordinário	FEMCIDI	Fundos Específicos	Fundos de Serviço <sup>(A)</sup>	Combinado	
					2007	2006
<b>Ativos</b>						
Dinheiro e depósitos em custódia no Fundo de Tesouraria da OEA	\$ 20.481	\$ 13.514	\$ 87.403	\$ 8.899	\$ 130.297	\$ 119.248
Valor atual de anuidades da OEA <sup>(B)</sup>	6.642	-	-	-	6.642	6.769
Contas a receber – Fundo de Reembolso de Impostos	3.789	-	-	-	3.789	-
Adiantamentos para funcionários	492	-	-	23	515	722
Investimento em fundo de ativos fixos	57.234	-	-	-	57.234	57.816
<b>Total dos Ativos</b>	<b>\$ 88.638</b>	<b>\$ 13.514</b>	<b>\$ 87.403</b>	<b>\$ 8.922</b>	<b>\$ 198.477</b>	<b>\$ 184.555</b>
<b>Passivos e saldos de fundos</b>						
Obrigações a liquidar	\$ 2.568	\$ 1.860	\$ 11.206	\$ 2.687	\$ 18.321	\$ 16.167
Cotas /oferecimentos arrecadados antecipadamente	5.283	32	-	-	5.315	516
Dotações a debitar em anos futuros <sup>(B)</sup>	6.642	-	-	-	6.642	6.769
Contas a pagar ao Fundo Ordinário	-	-	-	3.789	3.89	-
Contas a pagar e outros passivos	768	33	6.101 <sup>(C)</sup>	516	7.418	5.712
Terminações	381	-	-	1.380 <sup>(D)</sup>	1.761	-
Contribuição diferida para reembolso de impostos	-	-	-	-	-	2.810
Pagamentos à vista e valores a pagar	23.530	-	-	-	23.530	23.890
<b>Total dos Passivos</b>	<b>39.172</b>	<b>1.925</b>	<b>17.307</b>	<b>8.372</b>	<b>66.776</b>	<b>55.864</b>
<b>Saldos de Fundo</b>						
Reserva bolsas de estudo	4.095 <sup>(E)</sup>	-	-	-	4.095	3.000
Financiamento para o Fundo Ordinário em 2008 AG/RES. 1 (XXXIII-E/07)	5.352	-	-	-	5.352	-
Subfundo de Operações- superávit	-	11.353	-	-	11.353	10.923
Subfundo de Reserva	6.315	236	-	-	6.551	11.085
Saldo de Fundo	-	-	70.096	550	70.646	69.757
<b>Total do Saldos de Fundo</b>	<b>15.762</b>	<b>11.589</b>	<b>70.096</b>	<b>550</b>	<b>97.997</b>	<b>94.765</b>
Patrimônio em ativos fixos	33.704	-	-	-	33.704	33.926
<b>Total de passivos e saldos de fundos</b>	<b>\$ 88.638</b>	<b>\$ 13.514</b>	<b>\$ 87.403</b>	<b>\$ 8.922</b>	<b>\$ 198.477</b>	<b>\$ 184.555</b>

(A) Inclui o Fundo de Reembolso de Impostos.

(B) Valor corrente das anuidades da OEA (pagamentos vitalícios a Ex-Secretários-Gerais e Ex-secretários-Gerais Adjuntos).

(C) Inclui US\$5.000 pendentes de programação entre a SG/OEA e o doador (Fundo 705)

(D) Terminações (Fundos Específicos).

(E) Inclui saldo de apropriações de 2006 (US\$1.852) e saldo de apropriações de 2007 (US\$2.243).

## Quadro 2

### Demonstrativo combinado de variação nos saldos de fundos

Referente ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2007 com totais comparativos para 2006  
(em milhares)

						Combinado	
	Fundo Regular	FEMCIDI	Fundo Específicos	Fundos de Serviço	Eliminação de transações entre fundos (A)	2007	2006
<b>Aumentos</b>							
Arrecadação de contas/pferecimentos	\$ 78.898	\$ 6.358	\$ -	\$ -	\$ (148)	\$ 85.108 <sup>(B)</sup>	\$ 80.976
Menos: Crédito por pagamento imediato	(233)	-	-	-	-	(233)	(226)
Contribuições	-	-	62.908	-	-	62.908	66.752
Contribuições para reembolso de impostos	-	-	-	3.127	-	3.127	11.226
Transferências	-	150	862	4.903	(5.823)	92 <sup>(B)</sup>	219
Receita de juros	876	461	3.810	93	-	5.240 <sup>(B)</sup>	4.036
Técnico	896	-	-	3.999	(3.039)	1.856	592
Aluguéis	504	-	-	1.285	-	1.789	1.705
Assinaturas de revista Américas	294	-	-	-	-	294	279
Outras receitas e reembolsos	1.134	3	218	3.608	-	4.963	4.335
Total de aumentos	82.369	6.972	67.798	17.015	(9.010)	165.144	169.894
<b>Reduções</b>							
Despesas e obrigações	79.927	6.416	55.785 <sup>(C)</sup>	12.539 <sup>(C)</sup>	(6.002)	148.665 <sup>(B)</sup>	144.341
Despesas com reembolso de impostos	-	-	-	6.780	-	6.780	6.891
Transferências e reembolsos	61	-	3.414	409	(3.008)	876 <sup>(B)</sup>	4.919
Reembolsos aos doadores	-	-	5.122	-	-	5.122	-
Dotações suplementares	160	-	-	-	-	160	59
Revista Américas	309	-	-	-	-	309	349
Total de reduções	80.457	6.416	64.321	19.728	(9.010)	161.912	156.559
<b>Aumento (redução) líquido durante o ano</b>	1.912	556	3.477	(2.713)	-	3.232	13.335
<b>Saldo de Fundos no início do ano</b>	13.850	11.033	66.619	3.263	-	94.765	81.430
<b>Saldo de Fundo no final do ano</b>	\$ 15.762	\$ 11.589	\$ 70.096	\$ 550	\$ -	\$ 97.997	\$ 94.765

(A) Incluir o Fundo de Reembolso de Impostos.

(B) Os montantes consolidados excluem as transações entre fundos.

(C) A execução líquida compreende despesa mais obrigações de 2007 menos obrigações com saldos provenientes de anos anteriores.

### QUADRO 3

#### DETALHAMENTO DE DESPESAS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO ORDINÁRIO POR CAPÍTULO

Referente ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2007

(US\$1.000)

	2007	2006
Secretário-Geral	8.004,1	7.520,8
Secretário-Geral Adjunto	19.285,2	18.255,8
Organismos autônomos ou descentralizados	11.082,1	11.647,7
Subsecretaria de Assuntos Políticos	4.171,4	3.691,3
Subsecretaria de Segurança Multidimensional	3.708,6	2.535,9
Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais	2.326,7	2.123,5
Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral	8.027,5	8.938,0
Subsecretaria de Administração e Finanças	10.376,5	10.237,4
<u>Infra-estrutura básica e despesas comuns</u>	<u>11.766,5</u>	<u>13.481,2</u>
Subtotal	78.748,6	78.431,6
Bolsas de estudo *	5.207,6	2.910,4
<b>Total</b>	<b>83.956,2</b>	<b>81.342,0</b>

\* Autorizado para execução plurianual.



## ANEXO F: SELEÇÃO DE BOLSISTAS

### Quadro 1

Detalhamento da seleção do Programa de Bolsas Acadêmicas efetuada de 11 a 15 de junho de 2007 para o ciclo acadêmico 2007-08

1) Número de Estados membros participantes	31
2) Número de candidatos selecionados	176
3) Desagregação por tipo de bolsa	
Para estudos de pós-graduação	156
Colocados pela OEA	125
Autocolocadas	30
Para estudos de graduação	21
Colocadas pela OEA	1
Autocolocadas	20
4) Distribuição por país de estudo	

PAÍS	Número de bolsistas	Porcentagem
ARGENTINA	19	12,2%
BARBADOS	10	6,4%
BRASIL	3	1,9%
CANADÁ	5	3,2%
CHILE	29	18,6%
COLÔMBIA	3	1,9%
COSTA RICA	5	3,2%
EQUADOR	1	0,6%
ESTADOS UNIDOS	52	33,3%
JAMAICA	2	1,3%
PANAMÁ	2	1,3%
PERU	1	0,6%
MÉXICO	14	9,0%
NICARÁGUA	0	0,0%
TRINIDAD E TOBAGO	3	1,9%
URUGUAI	1	0,6%

## Quadro 2

### PRÉ-GRADUAÇÃO 2007-2008

<b>Gastos Desembolsados</b>	<b>Compromissos 2008</b>	<b>Compromissos 2009/2010</b>	<b>Total</b>
230922.56	255187.5	290859.86	776969.92

Custo Total	776969.92
Número de Alunos	21
Custo Médio	36998.56762

### GRADUADOS - COLOCADOS

<b>Gastos Desembolsados</b>	<b>Compromissos 2008</b>	<b>Compromissos 2009/2010</b>	<b>Total</b>
582681.15	1340010.89	1330438.91	3253130.95

Custo Total	3253130.95
Número de Alunos	116
Custo Médio	28044.23233

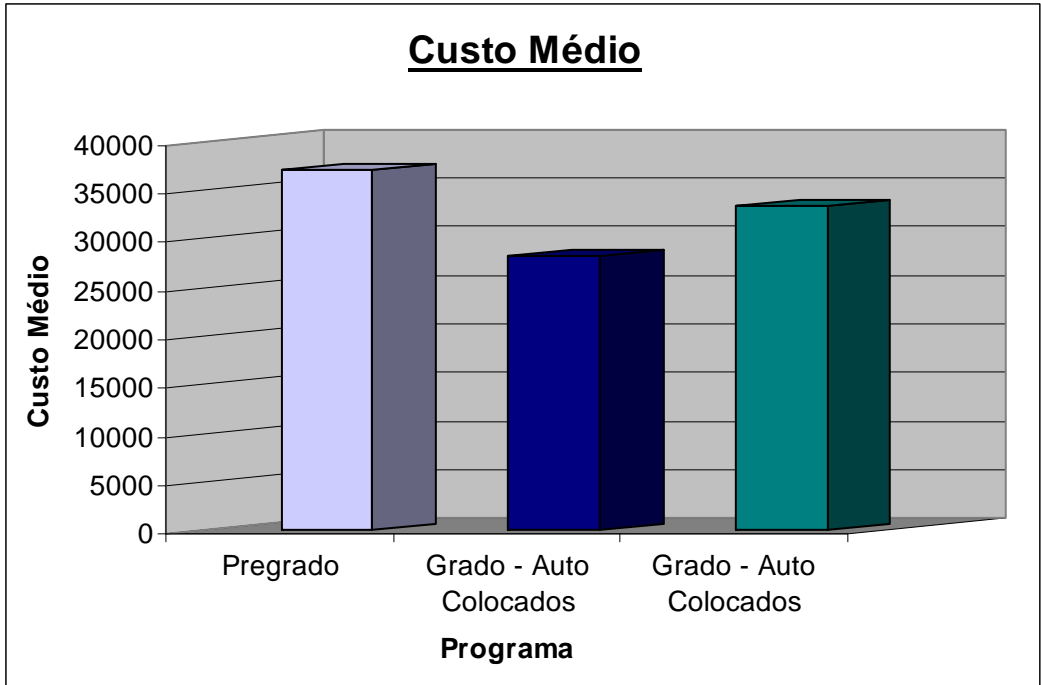
### GRADUADOS - AUTOCOLCADOS

<b>Gastos Desembolsados</b>	<b>Compromissos 2008</b>	<b>Compromissos 2009/2010</b>	<b>Total</b>
253970.15	449328.07	294212.4	997510.62

Custo Total	997510.62
Número de Alunos	30
Custo Médio	33250.354

### CUSTO MÉDIO

Pré-graduação	36998.56762
Graduação - Autocolocados	28044.23233
Graduação - Autocolocados	33250.354



### Quadro 3

#### **Detalhamento da seleção do Programa de Bolsas Acadêmicas efetuada de 10 a 14 de dezembro de 2007 para o ciclo acadêmico 2008-09**

Pormenores da última seleção de bolsistas realizada:

1) Número de Estados membros participantes	34
2) Número de candidatos selecionados	301
3) Desagregação por tipo de bolsa	
▪ Para estudos de pós-graduação	275
○ Colocadas pela OEA	222
○ Autocolocadas	53
▪ Para estudos de graduação	24
○ Colocadas pela OEA	2
○ Autocolocadas	22

## Quadro 4

### **CONSÓRCIO DE UNIVERSIDADES DA OEA – DEZEMBRO 2007**

#### **ATIVOS OU EM PROCESSO DE RENOVAÇÃO**

##### **ARGENTINA**

1. Governo da Terra do Fogo
2. Universidad de Buenos Aires
3. Universidad Torcuato di Tella
4. Universidad Austral
5. Universidad Blass Pascal

##### **BARBADOS**

6. University of the West Indies (Barbados)

##### **BOLÍVIA**

7. Universidad Tecnológica

##### **BRASIL**

8. Universidade Estadual de Campinas

##### **CANADÁ**

9. First Nations University of Canada
10. APICE - Niagara College: 16 fevereiro
11. Carleton University
12. St. Mary's University

##### **CHILE**

13. Ministério de Planejamento e Cooperação do Governo do Chile e Agência de Cooperação Internacional do Governo do Chile
14. Pontificia Universidad Católica de Chile
15. Universidad Alberto Hurtado
16. Universidad Austral de Chile
17. Universidad Católica de Valparaíso
18. Universidad de Chile
19. Universidad de Concepción
20. Universidad de Santiago de Chile
21. Universidad de Talca
22. Universidad Mayor
23. Universidad Técnica Federico Santa Maria

## **COLÔMBIA**

24. Facultad de Administración de Empresas de la Universidad de los Andes
25. Universidad ICESI

## **COSTA RICA**

26. Costa Rica, University for Peace
27. Instituto Centro-Americano de Administração de Empresas (INCAE)
28. Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE)
29. Universidad Latina de Costa Rica

## **EQUADOR**

30. Organização Latino-Americana de Energia

## **ESTADOS UNIDOS**

31. Emporia State University
32. Fairleigh Dickinson University
33. Georgetown University
34. Hamline University
35. Lafayette College
36. Loyola College
37. Rochester Institute of Technology
38. The Juniata College
39. The Metropolitan College of New York
40. Midwestern States University
41. The University of Mississippi
42. Thunderbird/The American Graduate School of International Management
43. University of Miami
44. University of Texas at Dallas
45. University of Rochester, Simon Graduate School of Business
46. University of South Florida
47. Wake Forest University
48. Woodrow Wilson School of Public Affairs, Princeton University

## **JAMAICA**

49. Northern Caribbean University
50. The University College of the Caribbean
51. University of Technology of Jamaica
52. University of the West Indies (Jamaica)

## **MÉXICO**

53. Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Monterrey
54. Universidad Virtual del Tecnológico de Monterrey
55. Universidad Autónoma de Nuevo León

## **PERU**

56. Universidad de San Martín de Porres

57. Universidad Nacional del Centro del Perú

**TRINIDAD E TOBAGO**

58. University of the Southern Caribbean

59. University of the West Indies (Trinidad & Tobago)

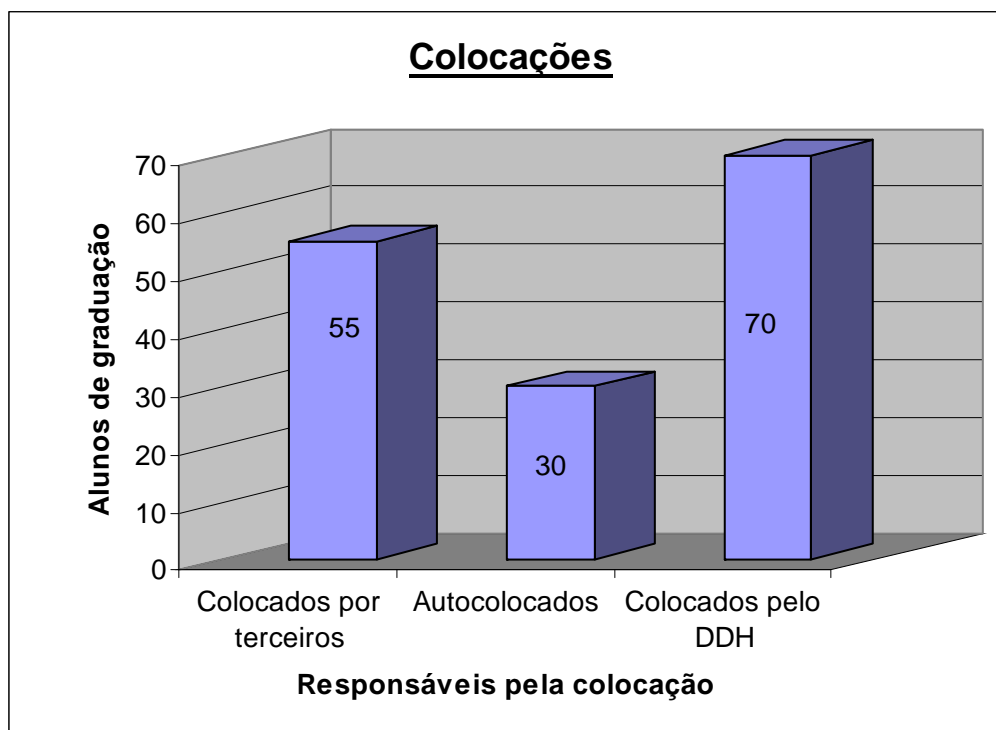
**URUGUAI**

60. Universidad ORT de Uruguay

### Quadro 5

#### Colocação de alunos de graduação - Primeiro Ciclo

Colocações	Bolsistas atuais
<b>Graduação</b>	
<i>Colocados por terceiros</i>	55
<i>Autocolocados</i>	30
<i>Colocados pelo DDH</i>	70
<b>Pré-graduação</b>	21
<b>TOTAL</b>	<b>176</b>





## Quadro 6

### Becas de Desarrollo Profesional 2007

Pais	2007
<b>ANTIGUA AND BARBUDA</b>	7
<b>ARGENTINA</b>	30
<b>BAHAMAS</b>	2
<b>BARBADOS</b>	10
<b>BELIZE</b>	5
<b>BOLIVIA</b>	38
<b>BRASIL</b>	19
<b>CANADA</b>	2
<b>CHILE</b>	55
<b>COLOMBIA</b>	33
<b>COSTA RICA</b>	63
<b>DOMINICA</b>	4
<b>ECUADOR</b>	56
<b>EL SALVADOR</b>	45
<b>GRENADA</b>	2
<b>GUATEMALA</b>	27
<b>GUYANA</b>	0
<b>HAITI</b>	1
<b>HONDURAS</b>	46
<b>JAMAICA</b>	5
<b>MEXICO</b>	24
<b>NICARAGUA</b>	10
<b>PANAMA</b>	46
<b>PARAGUAY</b>	29
<b>PERU</b>	58
<b>REPUBLICA DOMINICANA</b>	10
<b>ST. KITTS AND NEVIS</b>	5
<b>SAINT LUCIA</b>	2
<b>ST. VINCENT AND THE GRENADINES</b>	2
<b>SURINAME</b>	5
<b>TRINIDAD AND TOBAGO</b>	0
<b>UNITED STATES</b>	2
<b>URUGUAY</b>	57
<b>VENEZUELA</b>	24
<b>TOTAL</b>	724

## **Bolsas de Estudo de Desenvolvimento Profissional 2007**

### **País**

**Antígua e Barbuda**

**Argentina**

**Bahamas**

**Barbados**

**Belize**

**Bolívia**

**Brasil**

**Canadá**

**Chile**

**Colômbia**

**Costa Rica**

**Dominica**

**El Salvador**

**Equador**

**Estados Unidos**

**Grenada**

**Guatemala**

**Guiana**

**Haiti**

**Honduras**

**Jamaica**

**México**

**Nicarágua**

**Panamá**

**Paraguai**

**Peru**

**República Dominicana**

**Saint Kitts e Nevis**

**Santa Lúcia**

**São Vicente e Granadinas**

**Suriname**

**Trinidad e Tobago**

**Uruguai**

**Venezuela**

## Quadro 7

**Cursos *on-line* do Portal de Educação das Américas  
Participantes capacitados em 2007  
(De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007)**

<b>País</b>	<b>Participantes capacitados</b>
Antígua e Barbuda	0
Argentina	128
Bahamas	0
Barbados	0
Belize	1
Bolívia	49
Brasil	173
Canadá	2
Chile	118
Colômbia	1078
Costa Rica	65
Cuba	0
Dominica	0
El Salvador	32
Equador	67
Estados Unidos	15
Grenada	0
Guatemala	23
Guiana	0
Haiti	2
Honduras	40
Jamaica	0
México	288
Nicarágua	13
Panamá	34
Paraguai	40
Peru	588
República Dominicana	36
Santa Lúcia	0
São Vicente e Granadinas	0
Saint Kitts e Nevis	0
Suriname	0
Trinidad e Tobago	1
Uruguai	69
Venezuela	171
Outros	13
<b>TOTAL</b>	<b>3046</b>

## Quadro 8

### Portal de Educação das Américas Estatísticas da página na Web (Janeiro – dezembro 2007)

#### Resumo

- 81,4 milhões de acessos por ano. Média de 6,78 milhões por mês
- 1,9 milhão de visitas por ano. Média de 158.000 por mês
- 13.718 usuários registrados. Média de 1.143 por mês

#### 1. Resumo do tráfego

Mês	Acessos	Visitas	Páginas vistas
<b>Janeiro</b>	3.042.167	177.421	748.592
<b>Fevereiro</b>	4.332.798	199.339	897.694
<b>Março</b>	4.083.549	225.545	897.542
<b>Abril</b>	4.040.896	211.423	927.476
<b>Maio</b>	4.809.329	257.298	1.046.140
<b>Junho</b>	4.084.942	264.502	1.064.783
<b>Julho</b>	4.793.727	288.524	1.124.138
<b>Agosto</b>	6.039.773	263.709	1.207.271
<b>Setembro</b>	5.882.210	201.764	1.159.672
<b>Outubro*</b>	N/A	N/A	N/A
<b>Novembro*</b>	N/A	N/A	N/A
<b>Dezembro*</b>	N/A	N/A	N/A
<b>TOTAL</b>	<b>41.109.391</b>	<b>2.089.525</b>	<b>43.198.916</b>
<b>Média (9 meses)</b>	<b>4.567.710</b>	<b>232.169</b>	<b>4.799.880</b>

Fonte: Sistema de Estatística da OEA/OSIT

## 2. Usuários registrados (média de 1.143 por mês)

<b>Mês</b>	<b>Usuários registrados</b>
<b>Janeiro</b>	1.335
<b>Fevereiro</b>	1.703
<b>Março</b>	887
<b>Abril</b>	774
<b>Maió</b>	2.140
<b>Junho</b>	895
<b>Julho</b>	1.340
<b>Agosto</b>	1.662
<b>Setembro</b>	1.320
<b>Outubro</b>	647
<b>Novembro</b>	581
<b>Dezembro</b>	434
<b>TOTAL</b>	<b>13.718</b>

Fonte: Portal de Educação das Américas / Sistema de Estatísticas

**ANEXO G: OBSERVADORES PERMANENTES (CONTRIBUIÇÕES EM DINHEIRO)**

<b>País</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total US\$</b>
Suécia	3.443.967	5.313.850	1.637.000	2.393.504	3.793.688	4.116.755	4.707.846	6.766.383	4.005.033	<b>36.178.026</b>
Espanha	984.543	1.231.539	1.084.000	783.598	900.495	691.220	540.682	7.264.076	9.122.747	<b>22.602.900</b>
Noruega	1.687.166	294.396	1.662.000	2.443.679	1.866.488	2.550.263	2.112.651	1.765.092	1.659.517	<b>16.041.252</b>
Países Baixos	104.198	711.205	953.000	1.107.135	711.297	974.283	1.744.109	318.577	1.573.778	<b>8.197.582</b>
União Européia	200.616	67.193	128.000	202.607	2.534.281	900.863	913.917	1.003.730	1.111.716	<b>7.062.923</b>
Reino Unido	122.000	530.498	496.000	425.528	794.700	405.056	492.140	241.900	137.424	<b>3.645.246</b>
Dinamarca	881.175	666.500	191.000	331.499	142.777	150.483	150.000	50.000	277.051	<b>2.840.485</b>
Itália			100.000		380.330	667.748	317.555	432.707	681.166	<b>2.579.506</b>
Japão	200.234	377.026	530.000	417.485	192.800	126.400		212.250	140.900	<b>2.197.095</b>
França	49.180	284.471	29.000	136.429	489.571	341.014	47.468	275.538	184.086	<b>1.836.757</b>
Finlândia			60.000	50.590	98.648	592.849		332.337	320.559	<b>1.454.983</b>
Irlanda	198.210						311.971		524.740	<b>1.034.921</b>
China							200.000	200.000	173.000	<b>573.000</b>
Coréia				50.000	45.000	99.400	50.000	130.000	100.000	<b>474.400</b>
Alemanha	159.645			92.440	34.869	110.034	9.500	31.880	15.300	<b>453.668</b>
Suíça			30.000	9.890	98.800	38.203			27.077	<b>203.970</b>
Turquia		9.000		14.700	12.200	12.200	12.200	16.000	125.000	<b>201.300</b>
Grécia					20.000		30.000	20.000	30.000	<b>100.000</b>
Israel		30.000	20.000			20.000				<b>70.000</b>
Luxemburgo						63.880				<b>63.880</b>
Áustria									61.600	<b>61.600</b>
Catar						30.000	10.000	10.000		<b>50.000</b>
Chipre	25.000		3.000	1.000						<b>29.000</b>
Portugal									18.200	<b>18.200</b>
Filipinas						15.000				<b>15.000</b>
Santa Sé					10.000					<b>10.000</b>
Tailândia								10.000		<b>10.000</b>
Sérvia/ Montenegro						3.000				<b>3.000</b>
<b>Total geral</b>	<b>8.055.934</b>	<b>9.515.678</b>	<b>6.923.000</b>	<b>8.460.084</b>	<b>12.125.944</b>	<b>11.908.651</b>	<b>11.650.039</b>	<b>19.080.470</b>	<b>20.288.894</b>	<b>108.008.694</b>

**CONTRIBUIÇÕES DOS OBSERVADORES PERMANENTE EM ESPÉCIE 1999/2007**

<b>País</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Total US\$</b>
Espanha	503.250	630.000	575.000	592.505	238.482	1.118.841	270.400	485.171	424.924	<b>4.838.573</b>
Coréia	82.000	110.757	178.000	93.323	163.346	242.000	110.000	150.000	80.000	<b>1.209.426</b>
Israel	350.000	182.625	390.000		11.465	13.600		100.000	54.000	<b>1.101.690</b>
França	42.320		8.000	193.200	103.360	140.000	96.000	3.000	30.000	<b>615.880</b>
Rússia			165.000							<b>165.000</b>
Itália		10.000	54.000			15.000				<b>79.000</b>
Suíça									63.500	<b>63.500</b>
Tailândia						29.100				<b>29.100</b>
Romênia	20.000									<b>20.000</b>
Alemanha									6.732	<b>6.732</b>
China								5.460		<b>5.460</b>
<b>Total:</b>	<b>997.570</b>	<b>933.382</b>	<b>1.370.000</b>	<b>879.028</b>	<b>516.653</b>	<b>1.558.541</b>	<b>476.400</b>	<b>743.631</b>	<b>659.156</b>	<b>8.134.361</b>

## ANEXO H: ORÇAMENTO-PROGRAMA: NÍVEIS DE EXECUÇÃO

